Arlindo da Silva Lourenço

***O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere:
entre gaiolas, ratoeiras e aquários.***

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutor
em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia
Social.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo José de
Paiva

São Paulo

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Lourenço, Arlindo da Silva.

O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários / Arlindo da Silva Lourenço; orientador Geraldo José de Paiva. -- São Paulo, 2010.

226 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia da prisão; 2. Agentes penitenciários; 3. Lewin, Kurt, 1890-1947; 4. Políticas públicas; 5. Condições de trabalho; I. Título.

HV6089

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que acreditaram em mim, especialmente as lindas Maiara e Sofia, meu querido pai Fernando e meus irmãos Marta, Vanderlei e Valdir. *In memoriam* de Odete de Jesus Rodrigues Lourenço, que gostaria de estar presente e assistir ao sonho realizando-se. Ao orientador Professor Doutor Geraldo José de Paiva, com admiração e eterna gratidão, pelo carinho, paciência e presença incansáveis ao longo do período de estudos, discussão, revisão e finalização da Tese. Finalmente, aos valorosos Agentes de Segurança Penitenciária, alvos deste trabalho. A todos esses, meus mais fraternais sentimentos de gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Geraldo José de Paiva, orientador inigualável, pelo auxílio precioso ao longo destes quatro anos de convivência fraterna.

Ao Prof. Dr. Fernando Salla e à Prof. Dra. Maria do Carmo Reginato Gama de Carvalho, pelo carinho, cuidado e dedicação que demonstraram ao analisar o texto para a qualificação. Agradeço, igualmente, pelas valiosas contribuições oferecidas ao complemento da pesquisa.

À Prof. Ms. Renata Marcílio Cândido: adorável, gentil e paciente colaboradora nas horas difíceis, um agradecimento especial.

Ao Emerson Santana, pela primorosa revisão do texto.

Ao Márcio Barbosa, pelo auxílio na confecção dos croquis, anexados ao trabalho.

À Maria Luiza e à Patrícia Ferro Tito, pela revisão dos resumos em língua estrangeira.

À Secretaria de Administração Penitenciária, especialmente ao Coordenador de Presídios da Capital e Grande São Paulo, Senhor Hugo Berni Neto, por permitir a realização da pesquisa.

Aos Senhores Antonio Samuel de Oliveira Filho, Aniceto Fernandes Lopes e Mário Aparecido Valle Cruces, por compreenderem a importância da pesquisa, permitindo o seu termo.

Aos amigos e amigas do dia-a-dia; do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo; das Penitenciárias “José Parada Neto” e “Desembargador Adriano Marrey”; da UNIBAN – Universidade Bandeirante de São Paulo que, de uma forma ou de outra, desejaram sucesso na empreitada.

Aos Agentes de Segurança Penitenciária de São Paulo, vivos e falecidos, funcionários combatentes e ardorosos lutadores. Graças a vocês, este trabalho foi possível. Que o aproveitem!

(...) Deixo Sísifo no sopé na montanha! Encontramos sempre o nosso fardo. Mas Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e levanta os rochedos. Ele também julga que está tudo bem. Esse universo enfim sem dono não lhe parece estéril nem fútil. Cada grão dessa pedra, cada estilhaço mineral dessa montanha cheia de noite, forma por si só um mundo. A própria luta para atingir os píncaros basta para encher um coração de homem. É preciso imaginar Sísifo feliz.

Camus, Albert, 1943.

RESUMO

Lourenço, Arlindo da Silva. *O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários.* 2010. 226 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O objetivo da pesquisa foi estudar a psicologia dos Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs), como integrantes de um grupo profissional no exercício de sua função no interior do cárcere. O referencial teórico foi a *Teoria de Campo* de Kurt LEWIN, com destaque para os conceitos de *espaço de vida*, *pessoa e ambiente*, *regiões*, *barreiras*, *locomoção* e *tempo*. O objeto de estudo foi 27 ASPs de duas Penitenciárias masculinas do Estado de São Paulo. Esses agentes foram observados em três situações de trabalho, especialmente nas *portarias* e nas *gaiolas* das penitenciárias, durante 120 horas, ou dez plantões. As observações, de matiz etnográfico, que incluíram ações, gestos, palavras e ambiente físico, foram registradas em cadernos de campo. A análise das observações foi realizada mediante a leitura dos conceitos lewinianos, subsidiada por outros estudos das prisões e das relações grupais no interior do cárcere. A sistematização das análises permitiu inferir que: i) o ambiente das prisões não é apenas perigoso e insalubre, como também lugar de trabalho precarizado e pauperizado; ii) as pessoas dos ASPs ressentem-se da condição inadequada de trabalho, mas poucos conseguem, no sentido da transformação do ambiente; iii) as más condições de trabalho levam à precarização da própria existência pessoal dos ASPs; iv) o ambiente da prisão leva à vitimização das pessoas, sejam funcionários ou presos. Os resultados foram discutidos à luz dos conceitos enunciados, que permitiram esclarecer, do ponto de vista psicossocial, o exercício da função do ASP como identidade profissional paradoxal: ora agente repressor, ora agente ressocializador. Essa ambiguidade característica resulta de uma situação de equilíbrio precário entre regiões de valências opostas e entre forças de natureza diversa, além de ser resultante da interação com o ambiente, que inclui o grupo dos ASPs e o grupo dos presos.

Palavras-chave: Psicologia Social; Agentes de Segurança Penitenciária; Espaço de vida do ASP; Kurt Lewin; Políticas Públicas Penais.

ABSTRACT

LOURENÇO, Arlindo da Silva. *Correctional officers' life space inside the correctional facility: among cages, mousetraps and aquariums.* 2010. 226 f. Doctor's degree thesis in Social Psychology – Psychology Institute, University of São Paulo, São Paulo, 2010.

The aim of this research was analyzing the psychology of correctional officers as members of a professional group carrying out their duty inside the prison. The theoretical reference was Kurt Lewin's field theory, highlighting the concepts of *life space, individual and environment, regions, barriers, locomotion and time*. The purpose of the investigation was 27 correctional officers from two male correction facilities in Sao Paulo State. These officers were observed in three working situations, mainly in the *gatehouses* and in the *prison cages*, for 120 hours, or ten shifts. The observations, with ethnographic tone, which included actions, gestures, words and physical environment, were recorded in field notebooks. The analysis of the observations was accomplished through the reading of Lewinian concepts, helped by other studies on prisons and group relations inside the correction facilities. The systematization of the analyses helped inferring that: i) the environment of the correctional facilities is not only dangerous and unhealthy, but also fragile and meager; ii) the correctional officers, as human beings, are resentful of the inadequate working conditions, but few succeed, in the sense of environment transformation; iii) the bad working conditions lead to an impoverishment of the correctional officers' personal existence itself; iv) the prison environment induces the victim hood of the individuals, officers and prisoners alike. The results were discussed in the light of the declared concepts, which allowed explain, in the psychosocial point of view, the correctional officers' duty role as a paradoxical professional identity: sometimes a repressor agent, sometimes a resocializer agent. This distinctive ambiguity results from a precariously balanced situation among areas with opposed validity and among several different forces, and it is also a result of the interaction with the environment, which includes the group of correctional officers and the group of prisoners.

Keywords: Social Psychology; Correctional Officers; Correctional Officers' Life Space; Kurt Lewin; Penal Public Policies.

RÉSUMÉ

Lourenço, Arlindo da Silva. *L'espace de vie de surveillants en la prison: entre des cages, souricières et aquariums.* 2010. 226 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

L'objectif de la recherche a été étudier la psychologie des Surveillants de prison comme intégrants d'un groupe professionnel dans l'exercice de sa fonction à l'intérieur de la prison. Le référentiel théorique a été la *Théorie de Champ* de Kurt LEWIN, avec prééminence pour les concepts *d'espace de vie, de personne et d'environnement, de régions, de barrières, de locomotion et du temps*. L'objet d'étude a été 27 surveillants de deux détentions masculines de l'État de São Paulo. Ces agents ont été observés en trois situations de travail, spécialement dans les entrées et dans les cages des détenus, pendant 120 heures, ou dix plantons. Les commentaires, de nuance ethnographe, qui incluent des actions, des gestes, des mots et d'environnement physique, ont été enregistrés dans les cahiers du champ. L'analyse des observations a été réalisée moyennant la lecture des concepts lewiniens, subventionnée par autres études des prisons et des relations de groupes à l'intérieur de la prison. La systématisation des analyses a permis d'inférer que: i) l'environnement des prisons n'est pas seulement dangereux et malsain, comme aussi une place de travail précarité et pauvre; ii) les surveillants de prison détestent la condition inadéquate du travail, mais ils peu réussissent, dans le sens de la transformation de l'environnement; iii) les mauvaises conditions du travail prennent à la précarité de l'existence personnelle, elle-même des surveillants; iv) l'environnement de la prison prend à la victimisation des personnes, soient-ils employés ou arrêtés. Les résultats ont été discutés à la lumière des concepts énoncés, qui ont permis d'éclairer, du point de vue psychosocial, l'exercice de la fonction de surveillants de prison comme identité professionnelle paradoxale: néanmoins agent répressif, néanmoins agent resocialisateur. Cette ambiguïté caractéristique résulte d'une situation d'équilibre précaire entre régions de valences opposées et entre forces de natures diverses, outre qu'elles résultent de l'interaction avec l'environnement, qui inclut le groupe de surveillants de prison et le groupe des prisonniers.

Mots clés: Psychologie Social; Surveillants de prison; Espace de vie des surveillants de prison; Kurt Lewin; Politiques Publiques Pénaux.

LISTA DE SIGLAS

ACADEPEN – Academia Penitenciária de São Paulo.

AEVP – Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária.

ASP – Agente de Segurança Penitenciária.

CDL – Comando Democrático da Liberdade.

CDP – Centro de Detenção Provisória.

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

CNS – Conselho Nacional de Saúde.

COC – Centro de Observação Criminológica.

CP – Cadeia Pública.

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

CPP – Centro de Progressão Penitenciária.

CR – Centro de Ressocialização.

CRBC – Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade.

CRHAP – Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária.

CRP – Centro de Readaptação Penitenciária.

CTC – Comissão Técnica de Classificação.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional.

DP – Delegacia de Polícia.

DRH/SAP – Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EAP – Escola da Administração Penitenciária de São Paulo.

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina no Trabalho.

HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

IAMSPE – Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual.

IPA – Instituto Penal Agrícola.

LEP – Lei de Execução Penal.

MJ – Ministério da Justiça.

NAIPs/EAP – Núcleo de Acompanhamento e Integração Psicossociológica, da Escola da Administração Penitenciária de São Paulo.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

ONG - Organização Não Governamental.

PCC – Primeiro Comando da Capital.

PM – Polícia Militar do Estado de São Paulo.

POP – Procedimento Operacional Padrão da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

PROAIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade da Prefeitura de São Paulo.

PRODESP – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

QLP – Quadro de Lotação de Pessoal.

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo.

SIFUSPESP – Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Sumário

I – Introdução	12
II - O Agente de Segurança Penitenciária e sua atividade profissional no interior do cárcere.....	32
III – As pesquisas sobre o processo Saúde-Doença do ASP no interior do cárcere	52
IV - O Espaço de Vida dos Agentes de Segurança Penitenciária.....	78
V – Procedimentos Metodológicos	100
VI – A entrada na prisão enquanto pesquisador: as primeiras (ou segundas) impressões	121
VII – Análise e discussão das observações	156
VIII – Considerações finais, ou pensando saídas possíveis	199
IX - Referências Bibliográficas	205
X – Obras Literárias Utilizadas	215
XI – Endereços Eletrônicos Consultados	216
XII – ANEXOS.	220

I – Introdução

O segredo da condição humana é que não há equilíbrio entre o homem e as forças circunvizinhas da natureza, que o ultrapassam infinitamente na inação; só há equilíbrio na Ação pela qual o homem recria sua própria vida no trabalho. A grandeza do homem é recriar sempre a sua vida. Recriar o que lhe é dado. Forjar o que ele sofre. Pelo trabalho, ele produz sua própria existência natural. Pela ciência, recria o universo por meio de símbolos. Pela arte, recria a aliança entre seu corpo e sua alma. Reparar que cada uma dessas três coisas é algo pobre, vazio, vão, se considerado em si mesmo e fora do relacionamento com as outras duas (WEIL, Simone, 1996 [1951]).

Pretendemos, neste trabalho, investigar o *espaço de vida* dos Agentes de Segurança Penitenciária no interior dessas instituições bastante complexas e paradoxais, que são as prisões, com seus muros, muralhas, alambrados, grades, celas e outros dispositivos que limitam o movimento das pessoas que vivem ou trabalham em seu interior.

Agente de Segurança Penitenciária, ou ASP, é um dos diversos cargos existentes no interior das prisões no Estado de São Paulo, exercido por funcionários selecionados por meio de concurso público e admitidos, posteriormente, em regime estatutário de trabalho que lhes garante a condição de servidores públicos estáveis e efetivos¹. A formação educacional mínima exigida dos candidatos a esses cargos é o ensino médio completo: “(...) Os candidatos estão sendo submetidos (sic) às quatro fases de seleção: prova objetiva, condicionamento físico, aptidão psicológica e prova de conduta ilibada na vida pública e privada” (REVISTA SAP, nº 1, p. 7).

¹ O regime estatutário de trabalho é aquele que diz respeito aos servidores públicos regidos pela Lei Estadual 10.261, de 28 de outubro de 1968, conhecida como Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. A prerrogativa da estabilidade no trabalho é garantida nos artigos 217 e 218, do Capítulo III desse Estatuto.

Enquanto categoria profissional, que labora no interior do cárcere, é a mais populosa, com 22.166 funcionários distribuídos em 147 unidades prisionais no Estado de São Paulo, segundo dados do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração Penitenciária em outubro de 2009. Na França, em pesquisa realizada em 2000, por FROMENT (2003), os *surveillants de prison*, representavam mais de 78% do efetivo total de funcionários nas prisões, ou 20.256 para um total de 25.688, do *corps d'appartenance* (p. 17-18). Retornando ao Estado de São Paulo,

(...) o primeiro registro de regulamentação profissional para os funcionários que trabalham nas unidades prisionais data de 1946, através de um decreto que dispõe sobre a reestruturação e ampliação da carreira de Guarda de Presídio, os GPs. (...) Foi um longo caminho até o ano de 1986, quando foi criada a categoria de Agente de Segurança Penitenciária (ASP), numa época em que o Estado já possuía 23 presídios e mais de 12 mil presos sob custódia (REVISTA SAP, nº 2, p. 12).

Os ASPs são responsáveis, em sua lida diária, por uma dupla e contraditória tarefa: promover, junto com outros funcionários nessas instituições, os meios possíveis de ressocialização e reintegração social daquelas pessoas que cometeram crimes puníveis com a pena de reclusão, e, ao mesmo tempo, manter e preservar a ordem, a disciplina e a própria integridade física, psíquica e moral dos internos que, geralmente, habitam e vivem no interior das prisões, em condições desumanas e degradantes.

Em relação ao dilema citado acima – ressocializar *versus* vigiar, a própria agência responsável em São Paulo pela formação desses profissionais, referiu-se a ela nos seguintes termos, quando propôs o perfil que se almejava para a categoria dos Agentes de Segurança Penitenciária, em 1998:

(...) Pretende-se formar um Agente de Segurança Penitenciária que, buscando compreender os múltiplos motivos que podem estar por trás de uma conduta criminosa, esteja profundamente identificado, no exercício de suas funções, com a descoberta e busca de desenvolvimento dos potenciais do homem preso e de suas possibilidades de vir a desenvolver um convívio social mais saudável. Pretende-se, enfim, formar um Agente de Segurança Penitenciária que *se responsabilize por incentivar, manter e preservar a ordem, a harmonia e o bom convívio social entre os presos, por um lado, mas quem, por outro lado, preocupe-se por buscar, em co-responsabilidade com o trabalho do corpo técnico, um sentido mais profundo de tudo isso no âmbito da execução da pena privativa de liberdade* (Cadernos da Escola da Administração Penitenciária de São Paulo, 1998. Itálicos nossos).

O *corpo técnico* de que trata o dispositivo acima é constituído pelos profissionais que trabalharão em conjunto com os ASPs na consecução dos objetivos institucionais desejados, e é constituído, basicamente, por Psicólogos e Assistentes Sociais e, em algumas unidades prisionais, também por Médicos Psiquiatras.

Historicamente, esses profissionais foram responsáveis por trabalhos de perícias judiciais ou de assistência à saúde física e à saúde mental junto aos internos dessas instituições, conforme o disposto nos artigos 5º a 9º, da Lei nº 7.210/84, conhecida como Lei de Execução Penal, e artigo 10 e seguintes, da mencionada Lei, como também o disposto no Decreto nº 13.412, de 13/03/1979, que re-organizou o Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo.

Além dos profissionais citados, encontramos outros grupos de funcionários nos estabelecimentos prisionais em São Paulo. Aquele responsável pela vigilância do alto das muralhas das prisões é denominado de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, ou AEVP, que, a partir da Lei Complementar nº 898, de 13 de julho de 2001, substituiu os policiais militares que foram os responsáveis por essas funções até a data de publicação dessa Lei:

(...) não pense que é fácil conquistar uma dessas vagas (de trabalho). Os profissionais que ingressam nos quadros da SAP são submetidos a rigorosas avaliações – compostas de prova escrita e exames médicos – além de prova oral e curso de formação, no caso de ASPs e AEVPs (REVISTA SAP, nº 1, p. 7).

As tarefas administrativas da prisão são executadas por funcionários denominados Oficiais Administrativos e/ou Secretários, quando não pelos próprios Agentes de Segurança Penitenciária *desviados* de sua função principal pelos administradores da prisão a fim de suprir o déficit de profissionais para essas atividades. Enfermeiros, Médicos, Dentistas e Auxiliares atendem às demandas relativas à saúde física dos internos e também constituem o *corpo técnico*, embora com características e atribuições diferentes daquelas dos Psicólogos, Assistentes Sociais e Psiquiatras. Advogados designados pelo Estado para atendimento das demandas judiciais dos presos sem condições financeiras para constituírem eles próprios seus defensores, completam o rol de técnicos que exercem atividades profissionais nas prisões.

Completam a lista de funcionários os Mestres de Ofício e os Almoxarifes; os primeiros são responsáveis pela manutenção das unidades prisionais, como pintura, reforma, instalações elétricas e hidráulicas; já a responsabilidade pelo recebimento, controle, estocagem e liberação de materiais para uso e consumo na instituição pertence a essa segunda lista de funcionários.

Há ainda, os Motoristas, que são responsáveis pelo transporte de presos, de funcionários da prisão e de documentos, segundo as necessidades cotidianas da instituição e, finalmente, aqueles funcionários alocados em posições ou funções de gerência e administração das prisões, denominados de Diretores Técnicos e que são responsáveis por áreas específicas da unidade penal, tais como, pela administração geral do estabelecimento, pela saúde e reintegração social dos presos, pela escola e oficinas de trabalho dos internos, pela segurança e disciplina, pela administração de recursos humanos, dentre as mais importantes.

Todos esses profissionais, direta ou indiretamente, executam suas tarefas laborais no interior de instituições bastante peculiares. Prisões são locais de detenção, encarceramento e segregação de pessoas que, suposta ou realmente, atentaram contra a ordem social estabelecida e que, depois de condenados pela autoridade judicial competente, foram *sequestrados* da sociedade dos homens livres (FOUCAULT, 2006 [1975]), e conduzidos para locais onde cumprirão suas sentenças.

A finalidade declarada aqui é que depois de meses, anos, ou mesmo décadas, possam essas pessoas retornar à sociedade que as prendeu *melhorados*, *regenerados* ou *recuperados* que foram pela *terapia prisional*, ou seja, pelo conjunto de ações, dispositivos ou práticas disponibilizadas pela administração pública que visam à *transformação* da pessoa criminosa em outra que, então, corresponda às exigências e aos preceitos das normas sociais estabelecidas:

(...) a prisão possui um caráter segregador, no sentido de que abriga pessoas perigosas para a sociedade. A mesma se propõe a alcançar três objetivos: punir, intimidar e recuperar. Daí, por si só, temos um triste paradoxo, no sentido de que o caráter recuperador, torna-se difícil de ser aplicado, dado que à prisão, cabe também atender a estas duas exigências: punição e intimidação (IBRAHIM, 1988, p. 110).

Nosso interesse pelo universo dos Agentes de Segurança Penitenciária envolveu a própria trajetória do pesquisador por mais de dezoito anos numa instituição prisional, exercendo a função de Psicólogo, contratado inicialmente para a realização de perícias e confecção de pareceres judiciais relativos às pessoas presas. Até 31 de dezembro de 2003, o artigo 112, da Lei nº 7.210 previa a obrigatoriedade, por parte da administração prisional, de proceder aos Exames Criminológicos e aos Pareceres Técnicos da Comissão Técnica de Classificação (CTC), instrumentos de avaliação e classificação dos prisioneiros que foram entendidos como mais um dos dispositivos de *patologização do sujeito* (MJ/DEPEN/CFP, 2007, p. 19) à disposição no interior do cárcere, sempre a serviço de uma *sociedade disciplinar*

(FOUCAULT, 1984 [1975]). Com a Lei nº 10.792/03, o artigo 112 da Lei de Execução Penal foi alterado, tornando esses procedimentos facultativos à autoridade judicial de cada jurisdição.

O exercício profissional no interior do cárcere durante esses anos possibilitou contatos pessoais, mais ou menos formais, dependendo da situação, com outros funcionários e, especialmente, com os Agentes de Segurança Penitenciária, fosse na própria instituição, durante o expediente de trabalho, ou em esporádicos encontros com pequenos grupos de colegas em outros locais externos à prisão, quando podíamos, de certa forma, nos distender das pressões ocasionadas por um trabalho exaustivo.

No transcorrer dos dias e dos anos em que exercíamos nossas atividades profissionais no interior do cárcere, fomos percebendo e sentindo, em nós mesmos, as dificuldades inerentes a condições de trabalho tão paradoxais. Três experiências vividas foram decisivas para fomentar o desejo de aprofundar cientificamente as causas de alguns fenômenos que víamos ocorrer e que envolviam, em especial mas não apenas, os ASPs, o que incluía desde alterações comportamentais consideráveis, como o uso compulsivo e persistente do tabaco e de bebidas alcoólicas, os afastamentos prolongados ou definitivos do trabalho decorrentes de doenças crônicas e/ou transtornos mentais graves, além de mortes de colegas, a nosso ver, em idades precoces e por razões que poderiam ser evitadas.

A título de exemplo do que foi dito: em 1999, quando escrevamos uma monografia para um curso de especialização (LOURENÇO, 1999), num espaço de duas semanas, dois dos nossos colegas, Agentes de Segurança Penitenciária, foram assassinados quando realizavam uma atividade paralela à principal. Eram seguranças de duas empresas privadas e supostamente foram mortos em emboscadas. Em um dos casos, em que o ASP transportava tickets e vales-refeição, nada foi roubado do veículo que dirigia, sendo assassinado com vários projéteis de arma de fogo disparados à *queima-roupa*. Noutro caso, o Agente de Segurança Penitenciária foi assassinado quando chegava em sua residência, ao final de um dia de trabalho. Os assassinos não levaram

nenhum objeto, ou valores, que o ASP portava na ocasião. Ambos os assassinados eram pessoas com menos de 50 anos de idade.

A primeira das três experiências fundamentais para que decidíssemos estudar o universo dos Agentes de Segurança Penitenciária foi o convite que recebemos para dirigir um núcleo de trabalho que visava à implantação de uma política de saúde para os servidores das instituições prisionais como um todo e, em especial, para os próprios Agentes de Segurança Penitenciária. Esse núcleo foi denominado, à época, de Núcleo de Acompanhamento e Integração Psicossociológica (NAIPs) e foi criado pelo Decreto Estadual nº 45.177, de 08 de setembro de 2000. Esse decreto é o mesmo que reestruturou, naquela ocasião, a então denominada Academia Penitenciária do Estado (ACADEPEN) que, a partir de então, passou a ser conhecida como Escola da Administração Penitenciária (EAP). Segundo relatos informais acompanhados à época, a alteração na denominação desse órgão visava, principalmente, a uma tentativa de mudar alguns paradigmas: o termo *Academia* era entendido como do universo militar e se desejava desvincular as prisões desse âmbito, enquanto o conceito *Escola* dava-nos um caráter mais civil e, portanto, mais próximo dos discursos nacionais e internacionais sobre o que se pretendia enquanto políticas públicas para o sistema penitenciário.

Os objetivos específicos desse Núcleo (NAIPs), segundo o Decreto que o criou, eram: a) receber as demandas e propor medidas para gerenciamento de conflitos em unidades prisionais; b) desenvolver programas educacionais preventivos na área da saúde, destinados, primordialmente, ao Agente de Segurança Penitenciária e aos demais servidores ligados diretamente aos detentos; c) coordenar grupos multiprofissionais especializados na realização de *anamnese*, visando o encaminhamento do servidor submetido a rebeliões e demais conflitos em unidades prisionais para tratamento adequado; d) captar, previamente e em conjunto com grupos especializados, vagas e parcerias em Universidades, clínicas escolares e hospitais, para triagem dos servidores necessitados de tratamento; e) desenvolver, na Escola Penitenciária e nas unidades prisionais, campanhas educativas e programas sobre segurança

no trabalho e f) Organizar a instalação de CIPAS, ou Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, nas unidades da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo).

Naquele período de pouco mais de um ano em que estivemos à frente do NAIPS, pudemos acompanhar muito de perto as atividades laborais dos diversos grupos que compõem o rol de funcionários das prisões, em especial, o dos Agentes de Segurança Penitenciária, fosse entrevistando-os e orientando-os a partir de suas demandas pessoais, ou organizando e acompanhando o processo de instalação das CIPAs nas unidades penitenciárias do Estado, ou ainda promovendo cursos, palestras, encontros e debates que levassem em conta temas pertinentes e relacionados à saúde física ou mental dos servidores em estabelecimento prisionais, especialmente porque aqueles momentos, como aqueles anos, foram de muita tensão para um considerável número desses funcionários.

Em 18 de fevereiro de 2001 ocorreu no Estado de São Paulo o que se convencionou chamar de *mega-rebelião*, um fenômeno de que até aquele momento não se tinha conhecimento no Estado e no próprio País, quiçá, no próprio planeta, e “que sublevou, simultaneamente, 29 estabelecimentos penitenciários com apoio em aparelhos celulares e centrais telefônicas clandestinas, em uma *sincronia jamais conhecida anteriormente*” (ADORNO e SALLA, 2007, p.11. Itálicos nossos).

Podemos enumerar, em algumas centenas, os casos de funcionários que foram feitos reféns de presos amotinados naquela ocasião. Para atender e encaminhar os ASPs, que haviam sofrido ameaças deliberadas contra sua integridade física e psíquica naqueles momentos de tensão, psicólogos, assistentes sociais, médicos e enfermeiros das unidades prisionais rebeladas foram convocados para atividades emergenciais, de escuta e de orientação desses funcionários, poucos dias após o fim do incidente, que deixou um rastro de destruição do patrimônio público e de morte de presos, especialmente, em muitas das unidades prisionais.

Nos dramáticos relatos obtidos nas entrevistas realizadas com os Agentes de Segurança Penitenciária naqueles dias, tomamos conhecimento de uma parcela significativa do medo e do terror

experimentado por quase todos aqueles funcionários. Alguns desses funcionários passaram muitas horas amarrados a bujões de gás industrial e foram ameaçados de explodir juntamente com o artefato, caso os soldados da tropa de choque da Polícia Militar paulista optassem por invadir as unidades penais rebeladas. Segundo o que ainda ouvimos, alguns dos presos rebelados estavam *dopados*, depois de ingerir medicamentos psicotrópicos roubados das farmácias invadidas das prisões e, *alucinados*, diziam que se explodiriam juntos com os ASPs, se fosse o caso, aumentando o grau de realidade assustadora e de tensão experimentados.

As experiências de trabalho resultantes das atividades do Núcleo de Acompanhamento e Integração Psicossociológica, bem como os relatórios que fomos produzindo e que relatavam, comentavam ou buscavam explicações plausíveis para o que encontrávamos nessa e em outras situações, como também os respectivos indicadores de saúde - morbidade e mortalidade dos servidores - deram início a uma intensa mobilização na Casa das Leis de São Paulo, a Assembléia Legislativa Paulista, acompanhada de perto pelo Sindicato dos Funcionários da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo (SIFUSPESP).

Essa intensa mobilização de entidades profissionais e de pessoas, incluindo não apenas os próprios funcionários, mas também seus familiares e apoiadores do movimento, logo após os acontecimentos de fevereiro de 2001, tinha como finalidade principal, além de ilustrar para a população menos esclarecida, os dissabores e as tensões enfrentados pelas categorias profissionais em atuação no interior do cárcere, também implementar o “Programa de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Penitenciária” ou Projeto de Lei nº 405, de 2001, de autoria do Deputado Estadual Hamilton Pereira, do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse Projeto de Lei do Legislativo Paulista culminou na aprovação e futura sanção governamental da Lei nº 12.622, de 25 de junho de 2007, que “autoriza criação de Programa de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Penitenciária, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado”.

Para justificar a importância da aprovação do mencionado Projeto de Lei pelos Deputados de São Paulo e, posteriormente, a transformação deste Projeto Legislativo em Lei Estadual, seu idealizador utilizou-se de menções qualitativas e de dados estatísticos e quantitativos obtidos pelo NAIPs:

(...) Os Agentes (penitenciários) convivem com uma situação ambivalente, fruto de suas atribuições e do fato de serem os trabalhadores que têm o contato mais próximo com os presos, o que não deixa de gerar alguma intimidade. Esta situação conflituosa pode determinar o aparecimento de doenças e transtornos mentais e emocionais. Estima-se que 10% de todo o efetivo da Secretaria da Administração Penitenciária, afastou-se de suas funções no ano de 1998, em decorrência de distúrbios dessa natureza (PEREIRA, Hamilton. Justificativa ao Projeto de Lei nº 405, de 2001, que institui o Programa de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Penitenciária).

Projeto de Lei semelhante a esse tramita, desde 2008, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. A Deputada Estadual Vera Araújo, também do Partido dos Trabalhadores e apresentadora do projeto, justificou a petição inicial, partindo dos mesmos indicadores de saúde para a categoria profissional dos ASPs encontrados em São Paulo. Para enfatizar a urgência do pedido, a representante do parlamento estadual esclarece que:

(...) os agentes convivem com uma situação ambivalente, fruto de suas atribuições e do fato de serem os trabalhadores que têm o contato mais próximo com os presos, o que não deixa de gerar alguma intimidade. Esta situação conflituosa pode determinar o aparecimento de doenças e transtornos mentais e emocionais².

² Disponível em: http://www.al.mt.gov.br/V2008/ViewConteudo.asp?no_codigo=10183, acesso em 10 de fevereiro de 2010.

Em 2002, o NAIPs deixou a Escola da Administração Penitenciária e foi transferido para o Departamento de Saúde da Secretaria de Administração Penitenciária com nova denominação: Núcleo de Saúde do Servidor, existindo até o presente momento com essa nova nomenclatura e subordinado hoje à Coordenadoria de Saúde da SAP. Com a mudança para outro local e para nova direção hierárquica, optamos em retornar às nossas funções originais, na Penitenciária de Guarulhos. Em 25 de setembro de 2009, visitamos o órgão mencionado e pudemos constatar que as atividades ali realizadas são, basicamente, as mesmas de outrora, em que pese a re-estruturação do Núcleo e a recomposição da equipe de profissionais, bem como da ampliação do serviço oferecido e da melhoria das condições de trabalho. Também enviamos mensagem eletrônica à diretoria do órgão, solicitando dados de morbidade e de mortalidade dos Agentes de Segurança Penitenciária mais atualizados, mensagem que, até a conclusão deste trabalho não nos foi respondida.

Em 05 de novembro de 2009, o Núcleo de Saúde do Servidor promoveu, com o apoio do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual), o *II Simpósio de Saúde do Servidor do Sistema Penitenciário*. Segundo informações obtidas na página eletrônica da Secretaria de Administração Penitenciária, no dia seguinte ao evento, em que “mais de 400 pessoas estiveram presentes”, contou-se com palestras sobre dependência química, motivação profissional e doenças crônicas não transmissíveis (hipertensão, diabetes e dislipidemias), além de debates com os presentes e a exibição de uma peça teatral, focalizando o problema do uso compulsivo de drogas psicotrópicas ilícitas³.

A segunda experiência bastante significativa para nossa decisão de realizar este trabalho foi o convite para lecionarmos na então Academia Penitenciária do Estado, nos idos de 1995, quando completávamos quatro anos de serviço público no interior das prisões. Como já dissemos, a formação profissional dos funcionários em prisões é

³ Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br>, acesso em 06 de novembro de 2009.

atribuição dessa agência, atualmente denominada Escola da Administração Penitenciária “Doutor Luiz Camargo Wolfmann”, em homenagem a um antigo dirigente penitenciário.

Informações buscadas no site oficial da EAP⁴, nos dão conta de que ela é originária da década de 60 do século passado e já foi denominada de Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária (CRHAP), Academia Penitenciária (ACADEPEN) e, depois de setembro de 2000, Escola da Administração Penitenciária (EAP/SP). Possui dois núcleos básicos: o CFAASP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária) é responsável pela formação e pelo aprimoramento técnico e profissional dos ASPs, e o CECAD-RH (Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos), que é responsável pela formação e capacitação dos demais funcionários do sistema penitenciário.

A Escola da Administração Penitenciária da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo tem como objetivo fundamental, dentre as suas prerrogativas:

(...) o aprimoramento do pessoal penitenciário, em todos os níveis de direção, chefia e assessoramento, em função de um perfil sintético e ideal de profissionais que, mais do que serem capazes de exercer funções de segurança e disciplina, como algo assegurador da defesa e da ordem sociais, devem ser aqueles que saibam identificar a problemática da execução da pena privativa de liberdade e que compreendam o homem criminoso como pessoa, estando aptos a descobrir e a preservar tudo o que lhes resta de bom frente aos males da prisão⁵.

Uma das exigências aos aspirantes ao cargo de Agente de Segurança Penitenciária é, além da aprovação inicial em concurso público exclusivamente direcionado a esse fim, a frequência e a aprovação em Curso de Formação Técnico-Profissional previsto pela Lei Complementar nº 959, de 2001, e constituído por diversas disciplinas escolares. Essas disciplinas constituem um conjunto de “ações

⁴ <http://www.eap.sp.gov.br>.

⁵ Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br>, acesso em 03 de dezembro de 2009.

pedagógicas modernas e mais próximas dos padrões internacionais de gestão penitenciária e das Regras Mínimas da ONU (Organização das Nações Unidas), para Tratamento do Preso no Brasil” (6).

Entre as disciplinas previstas para o curso de formação técnico-profissional de ASP, com carga horária mínima de 350 horas/aula estão as de Relações Interpessoais, Epidemiologia em Saúde, Comunicação e Expressão e Defesa Pessoal, Tonfa⁷ e Algemas, constituindo um primeiro bloco de disciplinas denominado *O Agente Penitenciário*. Um segundo bloco, denominado de *O Agente Penitenciário e o Tratamento Penal* traz disciplinas como Direito Penal, Criminologia, Direitos Humanos e outras (*idem, ibidem*).

Foi para uma dessas disciplinas existentes à época, a de Saúde do Trabalhador, que fomos, inicialmente, convidados a lecionar. Como já tínhamos formação superior *lato sensu* em Educação em Saúde e em razão da crescente oferta dessa modalidade de cursos de formação técnico-profissional, que dessem conta da também crescente demanda de novos Agentes de Segurança Penitenciária para as novas unidades penais que foram construídas entre 1995 e 1998, recebemos o convite e o aceitamos.

No decorrer desses e de novos cursos de formação e de aperfeiçoamento que surgiram, em contatos que realizávamos junto aos ASPs recém-ingressantes no sistema prisional, pudemos debater inúmeras questões relativas ao processo de saúde e doenças em geral e, desse processo em particular, quando em pleno exercício das funções de segurança e disciplina no interior do cárcere. Enquanto preceito de formação prática dos ASP, havia uma disciplina denominada de Prática do Serviço Penitenciário, que era, geralmente, lecionada por um dirigente prisional, ainda no período de desenvolvimento do curso de formação e como parte integrante deste. Os recém-admitidos à carreira

⁶ Disponível em <http://www.sap.sp.gov.br>, acesso em 03 de dezembro de 2009.

⁷ A tonfa, também conhecida como *porrete*, *porra*, *clava* ou *bastão* é um tipo de taco ou bastão, mais grosso numa das extremidades e geralmente feito de algum material sólido - podendo ser de madeira, pedra, ou metal - normalmente utilizado para fins de necessária força física ou em batalhas de estilo corpo-a-corpo, em especial pelas forças policiais (Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tonfa#Tonfa>, acesso em 03 de dezembro de 2009).

de ASP costumavam frequentar uma ou outra unidade prisional a fim de se instrumentalizar com a prática do exercício profissional, observando os funcionários mais antigos.

Alguns dos alunos, por ocasião dessas *incursões* pelas prisões, já nos relatavam as impressões não tão agradáveis nem mesmo confortáveis que se apossavam deles; alguns chegavam mesmo a relatar alterações de conduta pessoal a partir dessas visitas pelo interior do cárcere. Lembramo-nos do discurso de um deles que nos disse que, pela primeira vez na vida, teria insultado a própria mãe, depois de uma discussão com ela por motivos fúteis. Verificaremos nos relatos obtidos, quando das observações de campo para este trabalho, que a passagem pelo Curso de Formação Técnico-Profissional costuma ser apontada pelos próprios funcionários como essencial e imprescindível. Entretanto, não foram poucos os que sugeriram mudanças profundas em suas bases científicas e curriculares, como veremos adiante.

A terceira experiência que pedimos licença para mencionar e que, em grande medida, também foi relevante para pensarmos algumas categorias de análise para a formulação de uma hipótese de trabalho, foi a de membro integrante de banca examinadora para concurso de ingresso na carreira de Agentes de Segurança Penitenciária em dois momentos, 1.997 e 1.998. Naqueles anos, viajamos pelo Estado de São Paulo com um grupo bastante numeroso de outros colegas, técnicos e administrativos da área penitenciária, acompanhando o processo de seleção dos candidatos ao cargo.

Durante o processo de seleção de ASPs pudemos perceber com maior nitidez, um dos aspectos que mais à frente retornará neste trabalho e que é corroborado por trabalhos acadêmicos e científicos, a saber o fato de que muitos dos pretendentes à carreira de Agentes de Segurança Penitenciária, especialmente os concorrentes a vagas de trabalho em municípios afastados da capital do Estado de São Paulo, são oriundos do meio rural e de passado profissional mais ligado a tarefas braçais e desvalorizadas socialmente; alguns desses candidatos ao cargo de ASP eram pequenos proprietários de terra ou funcionários de alguma propriedade rural que, em decorrência de dificuldades financeiras,

buscavam um serviço público a fim de complementar seus poucos rendimentos. Esses dados, colhidos informalmente por um observador atento, foram comprovados por alguns pesquisadores, como dissemos, valendo considerar uma recente pesquisa de MORAES (2005):

(...) Se, conforme levantamentos preliminares, os agentes penitenciários têm sido tradicionalmente recrutados entre trabalhadores braçais – lavradores, pintores, pedreiros, motoristas, bem como entre trabalhadores urbanos não qualificados – com baixo nível de escolaridade, em função da falta de oferta de trabalho, se observa a entrada de pessoal com nível de formação superior (p. 209).

Embora não seja o foco principal deste trabalho, esse dado mereceria maiores aprofundamentos em pesquisas futuras, incluindo talvez, os motivos, conscientes ou não, de tal escolha profissional por pessoas oriundas de determinados estratos sociais. Seja como for, a função dos Psicólogos na *Banca Examinadora do Concurso para Provimento de Cargos Públicos de Agentes de Segurança Penitenciária* era a de examinar aspectos psicodinâmicos da estrutura de personalidade dos sujeitos selecionáveis para esses cargos, aprovando aqueles que apresentassem um perfil pessoal mais próximo daquele que discutimos com os coordenadores técnicos da agência responsável pelo concurso, a Fundação VUNESP.

É importante ressaltar que o perfil pessoal e profissional que, naquela ocasião, se delineava para o candidato ao cargo de Agente de Segurança Penitenciária e era objeto de desejo por parte dos membros dirigentes da Secretaria de Administração Penitenciária era inatingível, por mais que críticas fossem dirigidas ao grupo responsável pelo processo de seleção. Esse perfil pessoal e profissional de uma pessoa que aglutine em si inúmeras qualidades e habilidades consideradas essenciais ao trabalho no interior do cárcere já foi citado em outros trabalhos de pesquisa e pode ser, assim, enunciado resumidamente nas seguintes linhas:

(...) O papel prescrito para o agente: o bom *surveillant* é um ser moral por excelência. Entre as qualidades que se espera dele figuram a honestidade, a coragem, a sociabilidade, a paciência, a lealdade, a diplomacia, a tolerância, a disponibilidade, a autoridade natural e o sangue frio... (CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, 1994, p. 101. Tradução livre).

As experiências profissionais mencionadas, permitiram-nos proximidades muito profícuas com esses funcionários de prisões, antes do ingresso deles na prisão, e durante o exercício profissional propriamente dito; ensejou delinear, partindo de nosso desejo inicial, um projeto de pesquisa que revelasse quais são os mecanismos pessoais, grupais e institucionais que permeiam a psicodinâmica de trabalho dessas pessoas que, num período de 12 horas ininterruptas por dia, encontram-se no interior do cárcere e em contato com sujeitos dos quais a sociedade em geral deseja distância: “(...) lidar com o refugo da humanidade não é (seria) uma atividade enobrecedora” (SILVA, *in*: MORAES, 2005, p. 20, parênteses nossos), ao menos no imaginário do homem comum, aquele cuja “(...) existência é atravessada por mecanismos de dominação e alienação que distorcem sua compreensão da História e do próprio destino” (MARTINS, 2008, p. 9). O *homem comum* a que faz referência José de Souza MARTINS somos, no fundo, todos nós, homens e mulheres do mundo moderno:

(...) Grandes segmentos de nossa sociedade prefeririam esquecer o transgressor confinado, não importando o quanto a detenção seja justa ou não; a comunidade livre é relutante em encarar a conclusão de que algumas pessoas precisam ser mantidas em cativeiro para o bem maior. O muro da prisão, então, faz mais do que ajudar a evitar a fuga; ele também esconde os prisioneiros da sociedade (SYKES, 1999 [1958], p. 03. Tradução livre).

Num primeiro momento deste trabalho de pesquisa, apresentaremos o Agente de Segurança Penitenciária, profissional datado histórica e socialmente; sua função é esquadrinhada e limitada por leis, decretos, artigos, normas regulamentadoras, resoluções, manuais e outros dispositivos, que permitem às pessoas que pensam, sentem e se relacionam com outros de sua espécie, a caracterização e a investidura legal e institucional necessária para o exercício de uma função particular e específica do interior dessas instituições peculiares que são as prisões, elas também, produtos elementares e constituintes de uma sociedade que se caracteriza pela disciplina e pelo esquadrinhamento acentuado dos sujeitos (FOUCAULT, 1984 [1975] e 2006 [1975]).

Como outros autores (LOPES, 1998; MORAES, 2005 e CHIES, 2008), pretendemos entender a articulação e a lógica do funcionamento de alguns mecanismos e dispositivos encontrados no interior do cárcere, partindo do olhar e da percepção de alguns de seus principais interlocutores ou protagonistas e que seriam ocasionadores de traços profissionais e comportamentos característicos do mundo dos Agentes de Segurança Penitenciária. Interessa-nos o mundo particular, grupal e institucional desses profissionais quando do exercício de suas funções laborais no interior do cárcere.

A compreensão de seu *espaço vital* ou daquele espaço constituído e consolidado através de celas, pavilhões, galerias, grades, *gaiolas*⁸, *ratoeiras*⁹ e *aquários*¹⁰, como igualmente dos salários recebidos pelos funcionários, de suas famílias feitas ou desfeitas, das expectativas, sonhos e aspirações, dos sentimentos, pensamentos e emoções, dos

⁸ Espaços de trabalho no interior do cárcere que servem de intercomunicação entre um setor da instituição e outros. Geralmente, estão dispostos estrategicamente como acesso aos pavilhões de residência dos presos. Seu formato todo gradeado e trancado boa parte do tempo, de fato, lembra-nos uma gaiola.

⁹ Corredor com, aproximadamente, 15 metros de extensão, localizado logo à entrada de uma das instituições que investigamos e que tem a função de controlar ainda mais a movimentação de pessoas e veículos no interior da prisão. Um Agente de Segurança Penitenciária é responsável pela permissão, ou não, de passagem pelo dispositivo. Na instituição investigada era constituído de grades nas laterais e coberto por laje.

¹⁰ Posto de observação existente nessa mesma penitenciária e que dá, a quem está em seu interior, uma visão panorâmica dos pavilhões em que se encontram os presos. Neste posto de observação e vigilância revezam-se os Agentes de Segurança Penitenciária que estão de plantão nas *gaiolas*, durante a jornada de trabalho.

limites e das barreiras, reais ou imaginárias, será de fundamental importância para a nossa análise. Para isso, faz-se necessária a apresentação inicial de quem é e de como vai se constituindo esse profissional durante o tempo em que labora no interior das prisões.

No percurso e desenvolvimento de um projeto de pesquisa, essencial é também a opção por este ou aquele referencial teórico, bem como pela metodologia adequada aos objetivos propostos pelo trabalho de pesquisa. Aqui optamos pela *Teoria de Campo* de KURT LEWIN (1965 [1951]), entendendo-se por *campo*, “um conjunto de realidades físicas e psicológicas, em mútua interdependência” (p. 55). Esse campo pode ser mais restritivamente denominado de *espaço de vida*, no qual se destacam a pessoa (P) e o ambiente (E), e no qual se podem observar dinâmicas de modificação de uma ou de outra dessas duas categorias analíticas.

Interessou-nos investigar e compreender nos Agentes de Segurança Penitenciária que observamos enquanto exercem profissionalmente as suas funções no interior do cárcere, os elementos constituintes do ambiente, da pessoa e do grupo, o mundo psicofísico e o mundo institucional que compõem seu *espaço de vida*, e que são assinalados pelos movimentos, pelas interrupções ou pelas paralisações das pessoas e dos grupos, em sua dinâmica interação com o ambiente em que vivem ou trabalham.

Após a caracterização de nossos sujeitos de pesquisa, abordaremos os aspectos epistemológicos e metodológicos que nortearam a nossa investigação e que puderam elucidar alguns dos fenômenos descritos neste trabalho, que tornam a carreira dos Agentes de Segurança Penitenciária, segundo pesquisas que trazemos a lume, uma das profissões mais ameaçadoras e insalubres que existem. Para comprovar essa afirmativa, apresentaremos dados qualitativos e quantitativos recolhidos durante a fase de investigação da bibliografia disponível. Assim, como em outras pesquisas que dizem respeito a essa categoria profissional, os dados das observações levadas a cabo em duas instituições de cumprimento de pena serão analisados posteriormente, neste trabalho, orientados por conceitos lewinianos.

Se FOUCAULT (2006 [1975]) disse ter feito a “história monográfica de um hospital” (p. 160), pretendemos realizar, em alguma medida, uma história monográfica dos Agentes de Segurança Penitenciária no interior do cárcere, fazendo surgir aspectos constituintes dessa categoria profissional, como seus discursos e suas práticas, confundidos que estão pela própria constituição histórica e cultural da instituição:

(...) As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis (BERGER e LUCKMANN, 2009 [1966], p. 80).

Para realizar uma *história monográfica dos Agentes de Segurança Penitenciária*, necessário será discutir “alguns discursos pronunciados sobre a prisão” (FOUCAULT, 2006 [1975], p. 160) e sobre aqueles que ali se encontram, sejam presos (internos) ou funcionários, discursos já trazidos à reflexão pelo próprio FOUCAULT (1984 [1975] e 2006 [1975]) e por outros autores considerados clássicos no estudo do fenômeno *prisão*, como CLEMMER (1958); SYKES (1999 [1958]) e GOFFMAN (2008 [1961]):

(...) as decisões, os regulamentos que são elementos constituintes da prisão, o funcionamento mesmo da prisão que tem suas estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que não são, afinal, as de ninguém, mas que são todavia vividas (FOUCAULT, 2006 [1975], p. 160).

Finalmente, depois de discutirmos as regularidades e as singularidades do trabalho e das relações de grupo dos Agentes de Segurança Penitenciária no interior do cárcere, trataremos do alcance e

das limitações de nossa pesquisa, dos movimentos de resistência e solidariedade encontrados nos profissionais, que visam à própria possibilidade de existência tanto no interior dessas instituições austeras e inflexíveis como fora delas. Não nos omitiremos, igualmente, em relação às possibilidades deixadas em aberto para aqueles pesquisadores que desejarem, no futuro, acrescentar algum outro achado relativo a essa categoria profissional:

(...) atentar para a percepção dos agentes penitenciários sobre o sistema prisional pode permitir a identificação de problemas que normalmente sequer são tocados nas eternas reformas de que são alvo as prisões, inclusive porque este grupo profissional, sendo acusado pelo fracasso do encarceramento na regeneração dos indivíduos, torna-se aliado dos processos de mudança. A postura com frequência desiludida e cética dos agentes penitenciários, que por vezes levam ao limite a máxima de que “o homem é o lobo do homem”, talvez nos permita, uma vez que explicita o *inter(-)dito* e o *mal(-)dito* do cárcere, compreender de forma menos parcial e talvez menos hipócrita o papel da prisão nas sociedades modernas (MORAES, 2005, p. 267-268).

II - O Agente de Segurança Penitenciária e sua atividade profissional no interior do cárcere

Quinze de janeiro de 2010:

Presos da Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (PR), iniciaram uma rebelião na noite de quinta-feira (14). O motim continua na manhã desta sexta-feira (15). Na madrugada de hoje, uma mensagem postada no microblog Twitter do governador do Paraná, Roberto Requião, citava a morte de três detentos. A Secretaria de Segurança Pública estadual não confirma número de mortos nem número de reféns, mas informa que um refém foi liberado pelos presos após negociação com os policiais. Agentes penitenciários são feitos reféns e colchões de 14 alas foram incendiados¹¹.

A prisão foi analisada e interpretada de diferentes maneiras pelos autores que se propuseram a investigá-la, inclusive em relação à sua constituição histórica e social: como *instituições totais*, juntamente com manicômios, conventos e outras (GOFFMAN, 2008 [1961]); como *instituições disciplinares da sociedade e de proletarização de uma determinada classe social* (FOUCAULT, 1984 [1975] e 2006 [1975]); enquanto *organizações complexas* (FISCHER, 1989); como *Sociedade de Cativos e de Equilíbrio Precário* (SYKES, 1999 [1958]) ou enquanto *Comunidade Prisional de múltiplas relações* (CLEMMER, 1958), para citar os autores que consideramos os mais importantes.

Nessas instituições vivem dois grupos de pessoas, praticamente obrigados a conviver diariamente em ambientes escuros e úmidos, em espaços ínfimos e precários, a cumprir ordens arbitrárias e a seguir regulamentos autoritários; ali aprendem e se acostumam com a violência, com o isolamento e a distância social, assim como com a barbárie, a opressão e a morte. Agentes de Segurança Penitenciária e presos são esses dois grupos que mantêm entre si relações de sistemática e limítrofe intimidades e conflitos:

¹¹ Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/01/15/ult5772u7064.jhtm>, acesso em 10 de janeiro de 2010.

(...) O agente penitenciário está em íntimo contato com os detentos. Mesmo que o desejo, não pode afastar-se deles durante seu turno de serviço. É constantemente solicitado e procurado. Daí uma saturação de contatos. Mesmo durante o turno da noite e às vezes principalmente neste turno ele deve permanecer atento a qualquer evento que possa ocorrer. (...) Qualquer um que, num dia quente de verão tenha percorrido as galerias estreitas e superlotadas de um presídio poderá fazer uma ideia clara da situação. Neste ambiente opressivo, nestas circunstâncias, é que as coisas começam a acontecer (CENTURIÃO, p. 47).

Nas prisões vivem e se relacionam aquelas pessoas consideradas pela sociedade como *marginais, delinquentes ou bandidos*, a *classe perigosa (dangerous classes)*, ou o *grupo de desviantes* (FOUCAULT, 2006 [1975]), ou ainda o *grupo de internados* (GOFFMAN, 2008 [1961]), juntamente com outros grupos, responsáveis legais pelo primeiro, como os Agentes de Segurança Penitenciária ou *staff* (*idem, ibidem*) que, junto com a *Equipe Dirigente* e o *Grupo Técnico* têm a difícil senão impossível tarefa, porque incongruente na sua essência, de *ressocializar os cativos*, ou *transformar as pessoas*:

A prisão cria e mantém uma sociedade de delinquentes, o meio, com suas regras, sua solidariedade, sua marca moral de infâmia. A existência dessa minoria delincente, longe de ser a medida estrondosa de um fracasso, é muito importante para a estrutura do poder da classe dominante (FOUCAULT, 2006 [1975], p. 156).

O americano Philip ZIMBARDO, num experimento conhecido mundialmente como a *Prisão Experimental de Stanford*, em 1971, simulou o ambiente prisional e as possíveis relações interpessoais entre os dois principais grupos de referência no interior desses ambientes: os prisioneiros e os guardas de prisão. Em situação controlada de laboratório, ZIMBARDO visava, inicialmente, estudar as reações dos dois grupos de sujeitos à singularíssima circunstância de confinamento e reclusão, obrigatória no caso do grupo de prisioneiros e à condição e à condição de controle e vigilância dos primeiros pelo grupo dos guardas

de prisão. Para além desse objetivo principal, acabou-se por investigar as consequências pessoais e grupais, para os sujeitos da pesquisa.

O estudo de ZIMBARDO (1971), que fora planejado para durar duas semanas, teve que ser cancelado apenas seis dias do seu início, quando o próprio idealizador e a equipe de observadores do experimento se viram obrigados a interrompê-lo porque, tanto guardas de prisão quanto prisioneiros acabaram por desenvolver vários e complexos comportamentos considerados desviantes, muitos deles, resultando em atos de vandalismo, violência, rebelião, tortura física e psicológica, exibidos por ambos os grupo. As conclusões dos pesquisadores caminharam no sentido de que pessoas tidas como *normais* na sociedade livre, tendem a modificar, de forma considerável, suas condutas e posturas quando submetidos às condições descritas:

(...) Foi nesta altura que ficou claro que tínhamos que terminar o estudo. Tínhamos criado uma situação espantosamente poderosa, uma situação em que reclusos estavam a retrair-se e a comportarem-se de forma patológica e em que *alguns dos guardas estavam a comportar-se de forma sádica. Mesmo os guardas "bons" sentiam-se impotentes para intervir e nenhum dos guardas desistiu no decurso do estudo. De facto, deve-se salientar que nenhum guarda alguma vez chegou tarde para o seu turno, deu parte de doente, saiu mais cedo ou exigiu um pagamento suplementar por trabalho extra*¹² (ZIMBARDO, 1971. Itálicos nossos).

É interessante destacar que os sujeitos selecionados para o experimento eram oriundos de “uma população predominantemente branca, jovem, de classe média e todos eles, graduandos de universidades americanas ou canadenses” (¹³). Além disso, preocuparam-se o autor e seus assistentes com que todos fossem avaliados através de testes de personalidade. Para os selecionados para o papel de prisioneiros, previu-se ainda, numa parceria com as autoridades policiais do local, que seriam

¹² Disponível em: <http://www.prisonexp.org/portugues/37>, acesso em 03 de dezembro de 2009.

¹³ Disponível em <http://www.prisonexperience.org>, acesso em 03 de dezembro de 2009.

procurados em suas residências pelos próprios policiais, algemados e trazidos para a prisão experimental em viaturas estilizadas. Frederic MUNNÉ (1992), analisando o experimento de ZIMBARDO, explicita-nos como as relações interpessoais entre guardas e presos foram estabelecendo-se durante aqueles dias:

Os guardas sentiram uma necessidade progressiva de controlar os presos, o que provocou uma escalada de poder, o qual era exercido, cada vez mais, de maneira arbitrária. Paralelamente, *emergiu uma dinâmica particular entre o grupo dos guardas e o grupo dos presos*. Aqueles, se mostravam cada vez mais agressivos, e caíam em um visível engrandecimento pessoal e estes, eram mais passivos e se auto-humilhavam. Os primeiros aumentavam seu domínio e controle, enquanto que os segundos, submergiam num estado depressivo com perda, inclusive, de sua esperança (MUNNÉ, 1992, p. 254. Tradução livre. Itálicos nossos).

Esse experimento, que até hoje, além das páginas eletrônicas do pesquisador na Internet¹⁴, ou da Experiência¹⁵, só recentemente recebeu menção em formato de livro (ZIMBARDO, 2007), foi alvo, à época da exposição de suas conclusões e de sua metodologia, de consideráveis críticas, por parte de instituições de ensino e de pesquisadores, incluindo Erich FROMM (1973) que questionava aspectos éticos, técnicos e mesmo metodológicos da pesquisa de ZIMBARDO, como o fato de prever retribuição em dinheiro para os sujeitos selecionados¹⁶.

Acerca da instituição prisão, como já dissemos, muitos pesquisadores de projeção nacional ou internacional se debruçaram a fim de desvendar sua realidade e seu funcionamento: “(...) desde a sua origem, ligada a um projeto de transformação de pessoas” (FOUCAULT, 2006 [1975], p. 161), a prisão é uma daquelas invenções à qual inúmeras críticas são dirigidas

¹⁴ <http://www.zimbardo.com>.

¹⁵ <http://www.prisonexperience.org>.

¹⁶ Pode-se ter uma ideia do ocorrido naqueles dias de *clausura forçada* e de *relações interpessoais limítrofes* num filme originariamente concebido na Alemanha e exibido nos cinemas em 2001. Denominado *A Experiência*, foi dirigido por Oliver HIRSCHBIEGEL

e para a qual nos acostumamos a não ver outro objetivo senão o de mero instrumento de recolhimento de pessoas com o fito especial de penalizá-las e às suas condutas:

(...) O sistema disciplinar por si só normaliza, pois penaliza o tempo (impossibilidade, ausência, interrupção de tarefas), as atividades (no sentido da falta de zelo, negligência, desatenção), as maneiras de ser (grosseria, desobediência), o corpo (gestos não “conformes, atitudes incorretas, sujeira), e a sexualidade (modéstia, indecência). Trata-se de tornar penalizáveis as frações mais tênues de conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo posa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontra preso numa universalidade punível-punidora (CAMARGO, 1984, p. 67).

É nesse local que grupos de funcionários irão empenhar-se profissionalmente boa parte de suas vidas, visando à constituição, ao desenvolvimento e à consolidação de suas carreiras. No interior das prisões, esses funcionários buscarão construir suas próprias vidas enquanto pessoas historicamente constituídas. Na lida diária pela sobrevivência física e psíquica, enfrentarão barreiras, constituídas pelo próprio ato de trabalhar, bem como originadas da instituição prisão:

(...) O paradoxo que envolve o conceito de trabalho é uma expressão dialética do homem enquanto ser, individual e social, sempre genérico, e marca a origem comum entre trabalho e arte, necessidade e transcendência, sujeição e liberdade. (...) Dentre as atividades humanas, a que mais poderia devolver ao homem sua humanidade, seria o trabalho, pois transformando a natureza exterior a si por necessidade de sua natureza interna, transforma-se a si mesmo (CARVALHO, 1990, p. 08).

Diferentemente das pesquisas cujo objeto principal é a prisão e/ou os prisioneiros, o Agente de Segurança Penitenciária não mereceu, até os dias atuais, muita atenção nos estudos acadêmicos, não só no Brasil como em outros países. Considerado como um dos principais

protagonistas na história moderna do cárcere, pelo papel extremamente relevante de mediador da sociedade nas questões de conflito desta com as pessoas que cometeram crimes, esses funcionários acabaram por ser negligenciados:

(...) Como diz G. Hawkins (1976): “um dos aspectos mais curiosos de toda a história moderna das prisões é o fato de que o *surveillant*, o homem sobre o qual descansa todo o edifício do sistema penitenciário, foi ignorado com uma constância surpreendente, ou idealizado, mas nunca considerado seriamente”. (In: CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, 1994, p. 187. Tradução livre).

O ato de trabalhar é um dos fatores constituintes do *espaço de vida* das pessoas. Juntamente com outras áreas ou esferas da vida, como o lazer, a família, o clube, os amigos e a religiosidade, entre outros, será fundamental para a constituição das mesmas. Para muitos de nós, é nessa atividade tipicamente humana que passaremos boa parte de nossas vidas. É no ato de trabalhar, que os homens buscam a realização pessoal e a da coletividade, bem como a satisfação de nossas expectativas e necessidades. Se o *espaço de vida* é compreendido como a interdependência dinâmica entre pessoa e ambiente, podemos compreender a importância do ato de trabalhar na constituição do mundo interno particular de cada membro da espécie.

Admitindo-se o fato de que apresentam características laborais peculiares, não encontradas em outras profissões ou carreiras, os Agentes de Segurança Penitenciária irão construir a sua identidade profissional a partir das indicações legais, burocráticas e institucionais, além dos relatos pessoais e da observação das experiências pessoais de colegas mais antigos na função, segundo uma lógica encontrada em outras profissões e em outras carreiras:

Quando o indivíduo ingressa no sistema penitenciário passando a trabalhar no interior das prisões em contato diário e intenso com os presos, lá constitui ou continua a constituir (considerando se é o primeiro emprego, se mudou de atividade etc.) sua identidade de *trabalhador*. Vê-se diante de inúmeras ambiguidades do sistema penitenciário – que repousam na ideia de que a instituição é ressocializadora, e o agente penitenciário um dos importantes elementos desse processo e o que ele efetivamente vivencia, ou seja, a quase inversão do discurso *oficial* -, fazendo com que se estabeleça um *duplo vínculo*, que a todo instante ameaça seu equilíbrio (MORAES, 2005, p. 95).

Interessou-nos, pois, conhecer as condições de trabalho e de desenvolvimento desses profissionais que, diuturnamente, deixam o lar e a família e se dirigem à instituição prisional. Nessa instituição, ao mesmo tempo em que vigiam, controlam, punem ou premiam outros humanos, os Agentes de Segurança Penitenciária devem “compreender o homem criminoso como pessoa, descobrindo e incentivando o que nele exista de bom” (Cadernos da Escola da Administração Penitenciária de São Paulo, 1998):

(...) O trabalho com pessoas difere de outros tipos de trabalho por causa do conflito de *status* e relações que cada paciente (ou interno) traz para a instituição e por causa dos padrões humanos que precisam ser mantidos com relação a ele (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 74. Parênteses nossos).

Tais conflitos ou contradições inerentes ao trabalho com pessoas, inevitavelmente, concorrem para problemas no exercício profissional que é: “(...) fonte de disfunções organizacionais e tensões que afetam não só a eficiência da instituição, mas sobretudo os grupos nela inseridos e as dinâmicas e as relações que são capazes de estabelecer” (CHIES, 2008, p. 62).

O que podemos entender como a busca daquele “sentido mais profundo” (Cadernos da Escola da Administração Penitenciária de São Paulo, 1998), desejado pelas autoridades políticas e governamentais para aqueles que enfrentam as funções ou os cargos penitenciários,

especialmente o Agente de Segurança Penitenciária, desde sempre o sujeito mais diretamente envolvido com a *massa* de pessoas encarceradas, que lotam as nossas instituições prisionais?

Já falamos dos autores considerados clássicos que mostraram o funcionamento peculiar das prisões, bem como das suas contradições e paradoxos particulares. Outros buscaram medir ou qualificar as consequências do encarceramento ou de reclusão para os internos e os problemas advindos dessas situações limítrofes da existência, tais como saúde física e mental deteriorada; *contaminação*, *violação do eu*, *mortificação* ou *despersonalização* (GOFFMAN, 2008 [1961]). Donald CLEMMER (1958) fala em *despersonalização* enquanto que Gresham SYKES (1999 [1958]) observa, nos prisioneiros, a *destruição da psique* e outras *dores* a que estão expostos.

Embora citem o funcionário das prisões, essas pesquisas diferem daquelas cujo objeto é o próprio Agente de Segurança Penitenciária: SVENSON *et al*, (1995) e TARTAGLINI E SAFRAN (1997), em língua inglesa; LOPES, (1998); VASCONCELOS (2000), SANTOS (2007), FERNANDES e outros autores, (2002); KUROWSKI e MORENO-JIMENEZ, (2002); MORAES, (2006) e CHIES, (2008), em língua portuguesa; CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, (1994), DE CONINCK (2001) e FROMENT (2003), em língua francesa.

Edificações cercadas por muros altíssimos e vigiadas 24 horas por homens armados com armas de grosso calibre, possuem corredores internos ou galerias extensos, geralmente úmidos, frios e só parcialmente iluminados; como se não bastasse, as cercas de arame farpado que existem no interior das prisões, dispostas paralelamente às muralhas e as grades de ferro em praticamente todos os locais, impressionam enquanto local de segregação. A solidão do e no cárcere, o distanciamento e o afastamento, às vezes bastante prolongado, da sociedade dos homens livres, incluindo de familiares e amigos, assim como a violência e, às vezes, a própria destruição física ou psíquica daí decorrentes, manifestas por movimentos de contestação como são as rebeliões, os motins ou as fugas, são acontecimentos que se repetem e, por isso, são previstos pelos

próprios administradores da política penitenciária como *eventos naturais* nessas instituições:

Quando se assume [sic] cargos na Secretaria da Administração Penitenciária – e não só o cargo de Titular da Pasta, aqui incluo Secretário Adjunto, Coordenadores, Diretores, agentes e servidores administrativos – os desafios, as críticas e o perigo passam a fazer parte do cotidiano. Não se trata de um perigo abstrato, mas de um perigo concreto, permanente, diuturno, com muitas vidas ceifadas covardemente em passado recente (Revista SAP. Edição Especial no 1 – novembro/2008. Editorial).

Os perigos e as desventuras a que estarão submetidos os ASPs, no interior das prisões, cujas tarefas laborais demandam, claramente, relações de proximidade com a população interna e reclusa, ou “uma combinação de policial e feitor, de juiz muçulmano, conselheiro e chefe, tudo resumido em um” (SYKES, 1999 [1958], p. 31. Tradução livre), são múltiplas:

(...) Na prisão as situações difíceis às quais os *surveillants* devem fazer frente são, com efeito, múltiplas e particularmente pesadas: agressões verbais, mais raramente agressões físicas mas geralmente imprevisíveis, *zaragatas* (bagunças) entre prisioneiros, acertos de contas, depressões, automutilações, tentativa de suicídio, doenças, suicídios, crises de loucura, movimentos coletivos de prisioneiros, greves, motins, tentativa de evasão, de incêndios voluntários, e também a miséria social, moral, intelectual e mental que acompanha o aprisionamento e por último o peso do próprio imaginário do crime e da criminalidade (CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, 1994, p. 102-103).

A investigação do mundo profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária, de *seu espaço de vida no interior do cárcere*, não pode prescindir do levantamento e da identificação dos perigos e das contradições encontradas na constituição e no desenvolvimento da carreira funcional e inerentes a ela, bem como no próprio exercício

diário das atividades laborais. Como diz SELIGMANN-SILVA (1994) a ambiguidade existente nas relações de trabalho como um todo, assim como no próprio ato de trabalhar, pode se manifestar de duas formas:

(...) pode significar satisfação, desenvolvimento de potenciais pessoais e coletivos, (e) em tais situações, se constitui em fonte de bem-estar e vitalidade, favorecendo, assim, a harmonia psicossomática. Mas o trabalho também pode estar estritamente ligado ao desenvolvimento de transtornos que se expressam em termos psicossociais, psicossomáticos ou psiquiátricos (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 609).

Para a pesquisadora, algumas atividades humanas tipicamente reconhecidas como de trabalho, pela própria natureza destas, trazem ou ensejam *cargas psíquicas* extremamente elevadas para os sujeitos que as executam. Essas *cargas psíquicas*, em muito superior à capacidade particular de quem trabalha em suportá-las, contribuem para a desorganização ou desajuste internos das pessoas. Após um período determinado de exercício profissional em alguns ambientes precarizados, perigosos e insalubres, os funcionários sucumbem à nocividade presente nas tarefas e no ambiente profissional:

Existem tarefas que por sua natureza e conteúdo envolvem a esfera psicoafetiva. Os exemplos poderiam ser numerosos. Lembremos as situações que envolvem riscos para a própria vida ou integridade física; as que exigem permanente e intenso autocontrole emocional; as que implicam em elevadas responsabilidades com vidas humanas, com valores vultuosos ou com a própria continuidade da produção (SELIGMANN-SILVA, 1993, p. 613).

A atividade profissional em instituições prisionais envolveria quase todas as situações descritas por SELIGMANN-SILVA (1993): risco para a própria vida e/ou integridade física dos sujeitos; permanente e intenso autocontrole emocional e elevada responsabilidade com vidas humanas, além das características já apontadas no início deste estudo,

tais como a realização da tarefa em situações de confinamento e de tensas relações grupais, situações de controle e disciplina rigidamente hierarquizadas e situações de intensa ambiguidade ou de dilemas inconciliáveis: cuidar, tratar, regenerar e reeducar em oposição a punir, vigiar, castigar, controlar e disciplinar outros seres humanos.

Para Christophe DEJOURS (1992), estudioso das relações de trabalho e das consequências dessas relações para a vida física e psíquica dos trabalhadores, determinadas formas de organização do trabalho acarretam problemas emocionais específicos, especialmente “o sentimento de esclerose mental, de paralisia da imaginação, de regressão intelectual. De certo modo, de despersonalização” (DEJOURS, 1992, p. 78):

O agente de segurança relata que a vivência cotidiana nas prisões, o fato de estar também atrás das grades resulta, após certo período de trabalho, na impressão de que ele também está cumprindo pena. Consequentemente, seu comportamento sofre uma alteração. Essa mudança foi denominada por um agente como *síndrome de emparedamento* e se manifestaria por uma série de comportamentos similares aos dos sentenciados – linguagem e gestos – que o agente passaria a expressar (LOPES, 1998, p. 134).

Interessante é que os próprios funcionários, vítimas de dores e de dissabores que não conseguem controlar, encontram formas de nomear o sofrimento, como a citada *síndrome do emparedamento*. Essas denominações populares, mas plenas de significado acerca de sentimentos e emoções vão sendo definidas cientificamente. MORAES (2005) vai perceber que os Agentes de Segurança Penitenciária, quando do exercício profissional, estarão sujeitos ao que se convencionou chamar de *prisionização*, ou seja:

(...) a necessidade de vigiar e manter a ordem em uma *instituição total* com as características das prisões coloca os agentes penitenciários sempre em uma posição ambígua posicionando os indivíduos deste grupo entre dois mundos: o da lei/ordem e o do crime/desordem. Um efeito imediato desta disposição seria um estresse contínuo produzido por um diferente e, por vezes, estranho tipo de *familiarização* (MORAES, 2005, p. 221-222).

Essa *familiarização* pode levar a uma fantasia de *contágio* com a população reclusa ou ao *contágio*, propriamente dito, a que estariam sujeitos os funcionários das instituições totais:

(...) Nos hospitais para doente mentais, as equipes dirigentes acreditam que os pacientes podem bater “sem razão” e ferir um funcionário; alguns auxiliares acreditam que a exposição contínua a doentes mentais pode ter um efeito contagioso. Em sanatórios para tuberculosos, e em leprosários, a equipe dirigente pode pensar que está exposta a doenças perigosas (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 71).

Nas prisões, o *contágio* com o grupo de internos pode se manifestar por meio das agressões físicas, do suborno e da corrupção:

(...) O agente penitenciário muito violento não é necessariamente o corrupto. Nem o agente corrupto é necessariamente o violento. Neste último caso, muito ao contrário, uma vez que este se vê e calcula sua relação com o preso como um negócio e usa a violência, mais sob a forma de ameaças verbais do que com agressão física. O agente penitenciário que se torna sádico, que bate “porque gosta”, até onde pode aferir, é um caso não muito comum (MORAES, 2005, p. 46).

Reiterando os paradoxos que permeiam as atividades profissionais no interior do cárcere, de agentes de reeducação *versus* agentes de vigilância e controle, LOPES (1998) nos adverte de que, apesar de todas as mudanças ocorridas na tentativa de suavizar ou humanizar a vida dos detentos no interior das instituições prisionais:

(...) o agente (de segurança penitenciária) continua sendo aquele que vigia os excluídos, que atua na ponta do sistema ordenador, aplicando punições e corrigindo as inadequações dos insubmissos e que se utiliza de todos os mecanismos possíveis para manter a disciplina (p.52).

A contradição no exercício das tarefas profissionais a que estão submetidos os Agentes de Segurança Penitenciária e outros funcionários no interior do cárcere, já esteve apontada como intrínseca ao próprio contexto social, político e cultural em que a prisão se insere, constituindo-se, inclusive, como fundamental para a perpetuação da instituição na sociedade:

Esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 70).

Podemos dizer que os dispositivos de controle e de vigilância disciplinar da população encarcerada utilizados pelos profissionais que trabalham com ela, geralmente se voltam contra eles próprios, que acabam por se tornarem *cativos*, também eles, de verdadeiras armadilhas existentes no sistema penitenciário como um todo, esplendidamente burocratizado e incongruente em si mesmo e que, desde sua origem esteve, exclusivamente, “ligado a um projeto de transformação dos indivíduos” (FOUCAULT, 2006 [1975], p. 161):

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal. (...) Em nossas sociedades são estufas para mudar pessoas; cada uma delas é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 22).

A falta de controle no resultado das tarefas profissionais (até porque, já vimos, é impossível de se realizar da maneira como idealizam os que pensam a *forma* prisão!) ou a pretensa possibilidade de reeducar o prisioneiro, mantendo o pleno controle sobre suas formas de agir e de comportar-se em sociedade, torna o trabalho do Agente de Segurança Penitenciária extremamente contraditório. Resultado disso são os processos psicossociais e psicodinâmicos que deterioram física e psiquicamente o ASP: “(...) os Agentes Penitenciários se sentem substancialmente e profissionalmente não valorizados, afetados, por todos os lados e em todos os níveis, nos seus sentimentos de estima” (CHIES, 2008, p. 99):

(...) O guarda de prisão, como representante da sociedade, é quem deve (trazer) exercer o poder maciço do estado carregando contra o indivíduo preso em termos concretos. Infelizmente, o retrato do papel estratégico do oficial correccional foi alterado. O estereótipo comum da interação social com a prisão de segurança máxima apresenta um guarda brutal e sádico que exerce um máximo do controle social sobre criminosos trancados sozinhos em suas células (celas) (SYKES, 1999 [1958], p. 258. Tradução livre).

No ambiente incerto e hostil da prisão, portanto, laboram diariamente os ASPs, ambivalentes entre a satisfação pelo emprego estável, o reconhecimento pessoal, social e familiar, a possibilidade de desenvolvimento financeiro de um lado, e, de outro, a angústia, o medo, a solidão, a ansiedade, a tensão física e emocional e o receio de não se desenvolver como pessoa da forma como imaginava, antes do ingresso na função. Perguntado por MORAES (2005), sobre o que fazia profissionalmente, antes do se tornar agente penitenciário, um deles disse:

(...) Eu não vou mentir, o principal motivo foi o salário, na época que eu conheci... É engraçado, eu passei de uma situação de *simples cidadão* a um agente penitenciário, mas eu acho engraçado é que na época eu não tinha conhecimento do que era agente penitenciário, qual era a posição ou a importância que tinha. Daí quando eu tomei conhecimento disso eu... por intermédio de um amigo meu que trabalha na Prisão Provisória (...). Entrevistador – Ele já era agente? Agente Penitenciário – Já, daí eu conversando com ele, e tal, daí ele foi me contando a situação, como é que funcionava e tal, e eu fiquei meio curioso, eu já era meio aventureiro, daí ele me mostrou o contracheque. Eu falei bom... ta razoável trabalha um dia folga dois, tinha estabilidade também, aquela coisa toda, mas eu não *tinha ideia da encrenca que eu estava me metendo* (itálicos do autor). Daí prestei o concurso, passei... *e to aqui até hoje* (MORAES, 2005, p. 211-212. Itálicos nossos, quando não apontados no próprio texto).

Apesar de longa, também vale a pena transcrever a fala de outro *surveillant*, recolhida em pesquisa realizada com funcionários de instituições similares na França:

(...) O que um supervisor deve possuir é um espírito de compaixão. Estamos cansados de ver tantos prisioneiros que, em situação irregular, fugiram à miséria de seu país. Cruza-se com um preto (negro) que nos sorri, e durante esse curto tempo, aprendemos que os massacres e as mortes continuam perpetuando-se no seu país. Faz mal restringi-lo e à seu movimento, apenas para estar em harmonia com o regulamento. É para isso que é necessário o destaque; não se tem o direito de ser ele mesmo. Impossível! De qualquer modo está-se em perigo permanente. Frequentemente esticam-me a mão. Se digo não, faz-se uma celeuma. Os colegas acusam-me. Digo-lhes: “Deixa estar”. Nunca falo do meu ofício. Falo o que faço e o que fazem os prisioneiros, somente. Não se pode falar desse ofício; aquilo não tem conteúdo. (...) Do vazio emerge a forma, da forma emerge o vazio. É necessário ser equilibrista, possuir o dom do ilusionismo, ser artista, que se tenha tanto de ator de comédia como de ator dramático. Vivemos em um jogo de falsas aparências. Por seis horas brinca-se de ser outro. Fingindo-se ser este outro surpreendemo-nos a enganar a nós mesmos. É verdade! Acontece! Há ainda o dualismo, a contradição. Eu falava das complexidades da abissal penitenciária; seria necessária uma lâmpada para ver claramente! Permanece-se sem ver, no escuro. É assim em todos os lugares, mas aqui isso lhe penetra. Se permanecer (no trabalho), verá; este dualismo vai florescer! Esse dualismo na penitenciária é como plantas de feijão, que asfixiam as outras plantas ao redor. É necessário

dizer branco quando se é preto. Gera-se a si mesmo. Somos, ao mesmo tempo, atores e espectadores desse dualismo. Aqui é o seu terreno predileto. Eu sempre percebi. Por quê? Não sei; é um elemento solicitado; vive-se assim. Não há nada a compreender aqui. É necessário viver (CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, 1994, p. 207-208. Tradução livre).

Outro Agente de Segurança Penitenciária, também entrevistado na pesquisa de MORAES (2005), depois de 30 anos de trabalhos prestados à administração penitenciária, considerava sua auto-imagem bastante negativa, só melhorando-a quando “associava o que lhe aconteceu – converteu-se a um grupo evangélico pentecostal – ao “destino” e a “obra de Deus”, pois isso faz com que veja o seu trabalho como uma “missão” de um “verdadeiro herói” (p. 214).

Prisões são, pois, instituições causadoras de sofrimento, desconforto e instabilidade pessoal – física e psicológica, para os diversos grupos de pessoas que lá se encontram, vivem e trabalham, especialmente para os Agentes de Segurança Penitenciária. Esse sofrimento de homens e mulheres, mais típico da experiência dos prisioneiros que se encontram sob condições absurdas de confinamento e exclusão social, mas não só, também já foi convenientemente declamado por escritores:

(...) Tempo virá. Uma vacina preventiva de erros e acertos se fará. As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens, imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro, estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado. (CORALINA, 1983)

Homens e mulheres que sentiram no próprio corpo, como no próprio espírito as amarguras, o terror, o tédio, a solidão e o sofrimento da prisão, descreveram em verso e prosa o que viram, sentiram e viveram, Seus relatos, muitas vezes extraordinários e surpreendentes,

ingressaram para a história das letras ou da literatura brasileira e internacional¹⁷:

(...) Acompanhei muitos serem destruídos, quais folhas ao vento. A maioria, a dor estupidificou, desumanizou, e os fez piores do que já eram. A mim, sinceramente, não sei por que, tornou mais sensível, mais humano, mais compreensivo e capaz de perceber o sofrimento alheio. A dor dos outros já não me é indiferente, já me preocupa e faz sofrer também, se nada posso fazer para minorá-la (MENDES, 2001, p. 476).

Nessa atmosfera institucional opressiva, os ASPs se veem, não poucas vezes, pisando em terreno pantanoso:

(...) Os guardas invariavelmente sentem-se numa posição desconfortável. É difícil coordenar ações de naturezas diversas: coação de presos à obediência e impressão de estar-lhes dando um tratamento humanitário; autoritarismo da custódia e princípios de tratamento individual. Esse antagonismo permanente se dá pela dupla visão que se tem do preso. Se esse, por um lado, é uma pessoa em tratamento, por outro é um violador da lei e necessita, pois, de controle (LOPES, 1998, p. 71).

Essa ambiguidade ou imprecisão típica das ações ou tarefas profissionais no interior do cárcere, assim como das decisões que esses funcionários devem tomar de forma rápida e, às vezes, emergencial, se reflete quase invariavelmente, em situações de vida profissional (individual e coletiva) nada confortáveis para esses trabalhadores: “(...) esta falta de clareza da situação, esta incerteza quanto ao terreno que

¹⁷ RAMOS (1992) e MENDES (2001), trarão relatos da própria situação vivida como prisioneiros, embora por motivos bem diferentes. Nas narrativas de ambos veremos, ao mesmo tempo, a despersonalização de prisioneiros como dos guardas, bem como a solidariedade entre os vários grupos: guardas e prisioneiros e os dois grupos com os seus iguais. Tanto a despersonalização quanto a solidariedade coexistem no interior do cárcere. Já DOSTOIÉVSKI (2006) relatará as ambivalências existenciais que ele próprio sentiu quando de um período preso e submetido a trabalhos forçados num campo de prisioneiros na Sibéria.

(se) está pisando leva geralmente à incerteza no comportamento” (LEWIN, 1978 [1948], p. 161):

(...) Quero falar não apenas dos agentes vivos, más também pelos mortos, uma vez que em 1982, por ocasião de uma rebelião, eu perdi um irmão friamente assassinado por um detento no pavilhão 5. O trabalho na casa de detenção, como o senhor disse, *a sucursal do inferno*¹⁸, e eu digo, é o próprio inferno, é penoso, árduo. Nós lutamos contra tudo e contra todos. Somos uma peça importante da engrenagem da máquina do governo que é esquecida, jogada. Nós queremos resgatar a dignidade do agente penitenciário. Nós temos companheiros internados como loucos, temos companheiros que se embrenham pelo vício da embriaguez, companheiros morando em favelas que não tem condições de pagar um aluguel, dar educação aos filhos e, mesmo andar bem trajado com condições de comprar um sapato (Depoimento de um Agente de Segurança Penitenciária da hoje extinta Casa de Detenção de São Paulo, colhido em 13 de dezembro de 1995, e registrado no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, de 1996, p.12-13. Itálicos nossos).

Além dessa incerteza em relação ao espaço físico onde está pisando, o ASP se depara com outras incertezas, dentre elas, a temporal. As rebeliões e os motins, bem como as fugas e outros eventos relacionados, ocorridos no interior do cárcere são geralmente definidos por esses funcionários como fenômenos que acontecem inesperada e abruptamente, apanhando-os, quase sempre, de surpresa:

(...) em uma situação em que haveria uma rebelião, um agente penitenciário foi avisado por um preso: “era mais ou menos uma hora da tarde e um preso me chamou e falou assim pra mim, ‘ó seu J. o senhor..., aconteça o que acontecer o senhor não desça pro fundo da cadeia na hora de fechar’. Eu digo: ‘pô, mais por quê?, ele falou: ‘tem faca lá embaixo e é faca

¹⁸ Lembramos outra obra clássica da literatura mundial: *A Divina Comédia*, de Dante ALIGHIERI. Escrita entre 1304 e 1321, é o relato fantástico do mundo subterrâneo (inferno), em formato circular onde, quanto mais se aprofunda, mais escuro, lúgubre e tenebroso se torna. Os castigos e os sofrimentos impingidos aos que eram “merecedores” vão se tornando cada vez mais terríveis, na medida em que se desce aos vários níveis que compõem esse mundo subterrâneo imaginado por ALIGHIERI.

pra guarda”. O que no correr do dia mostrou-se um aviso real, houve uma rebelião (MORAES, 2005, p. 251).

Em maio de 2006, uma sucessão de acontecimentos violentos em São Paulo, resultou no assassinato de muitos agentes responsáveis pela manutenção da ordem e da disciplina social no maior estado do Brasil, como também, de uns tantos suspeitos de crimes e outras pessoas aparentemente sem qualquer vinculação entre esses dois grupos. Alguns dos mortos eram policiais militares, outros policiais civis, e outros ainda, Agentes de Segurança Penitenciária¹⁹:

Entre 12 e 20 de maio de 2006, 439 pessoas foram mortas por armas de fogo, no Estado de São Paulo, conforme laudos necroscópios elaborados por 23 Institutos Médicos-Legais, os quais foram examinados pelo Conselho Regional de Medicina. Comparativamente a igual período em anos anteriores, bem como às semanas anteriores e posteriores a esse período, o volume de mortes é bastante elevado, sugerindo um cenário de excepcionalidade. Essas mortes foram acompanhadas de ondas de violência, como rebeliões em 73 presídios do Estado, agressões e ataques contra agentes públicos, sobretudo policiais e agentes penitenciários; contra civis, contra prédios privados, como bancos, e públicos, como postos policiais; além de incêndios de veículos de transporte público como ônibus (ADORNO e SALLA, 2007, p. 07).

Assim sendo, como são possíveis quaisquer projetos de vida pessoal, familiar ou profissional, quando se sabe que a qualquer instante, no trabalho ou fora dele, pode-se ter a própria vida ameaçada, controlada, dominada e sujeitada ao outro em situações limites, como são especialmente os movimentos de levante e rebelião dos presos?: “(...) No

¹⁹ Documento do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (SIFUSPESP), intitulado *Os 100 Dias de Fúria do Sistema Prisional – ocorrências registradas em 2006*, menciona que 385 servidores foram mantidos reféns em 2006 até o dia 10 de abril e, portanto, antes dos eventos de maio do mesmo ano; 44 unidades prisionais tiveram movimentos rebeldes até então e 85 funcionários foram feridos nessas ocasiões. Complementa a nota, a informação de que “praticamente 95% das ocorrências foram geradas em tentativas frustradas de fuga”. Esses dados de 2006 são muito maiores do que aqueles do ano anterior, quando “foram 27 (as) ocorrências que somaram aproximadamente 400 servidores penitenciários reféns, onde se incluem os dois agentes assassinados na rebelião ocorrida no CDP I (Centro de Detenção Provisória) de Pinheiros, em março de 2005”.

ambiente carcerário o tempo assume especiais aspectos de temporalização, influenciando em dimensões psíquicas e sociais das pessoas e dos grupos que ali se encontram” (CHIES, 2008, p. 51):

(...) A percepção do tempo e do espaço como categorias também sociais, e não como dimensões meramente físicas e naturais de um mundo diverso do social e que seriam, se assim o fossem, apenas categorias a serem conhecidas (e imutáveis), permite-nos, além da admissão da aceleração no tempo, também reconhecer que o tempo de prisão (mensurado pelos critérios físicos) reveste-se de uma feição de *contratempo*, de *estagnação do tempo social*, ainda que não estagnado o tempo físico (CHIES, 2008, p. 230).

No próximo capítulo, apresentaremos os resultados de pesquisas com ou sobre os Agentes de Segurança Penitenciária, que serviram como impulsionadores deste trabalho. Essas pesquisas irão demonstrar que as condições físicas e psicológicas desses funcionários, como a própria possibilidade de sua existência e sobrevivência, estão subordinadas às condições de trabalho no interior do cárcere e ao próprio caráter constitutivo da profissão:

(...) Certamente, o despreparo e a formação direta no mundo da violência, baixos salários, péssimas condições de trabalho, inexistência de carreiras que permitam ascensão na escala funcional, número insuficiente de pessoal comparativamente ao tamanho da população prisional, regime de trabalho estafante e estimulante do descontrole emocional, contribuem para perpetuar e recrudesce esse círculo de violência que faz do guarda de presídio agente destacado (ADORNO, 1998, p. 1023).

III – As pesquisas sobre o processo Saúde-Doença do ASP no interior do cárcere

O guarda no pavilhão (cellblock) pode forçar rigidamente a obediência a todas as regras pela razão que uma violação trivial de regulamentos da prisão pode ser o primeiro sintoma de uma violação séria na defesa da instituição; ou – e isto é provavelmente o caso mais freqüente – ele pode ser condicionado a esquecer os perigos possíveis desta situação. Como muitos papéis sociais organizados ao redor do tema crises potenciais, a posição do guarda exige uma margem perfeita de prontidão que é difícil de manter. O correctional officer é convidado a tomar decisões no fluxo diário de assuntos humanos nos quais ele deve pesar as consequências de tratar uma ofensa possivelmente séria como, de fato, menor, contra as consequências de tratar uma ofensa possivelmente menor como de fato séria e, em tais decisões, (embora isto contenha, possivelmente, pressão demasiado grande para considerar a reação dos homens), ele controla tão bem quanto possa, as exigências para a segurança da instituição (SYKES, 1999 [1958], p. 258-259. Tradução livre).

A bibliografia dos estudos que dizem respeito aos problemas físicos e psíquicos dos ASPs tem-nos mostrado o que já podemos constatar em nossa prática cotidiana como profissional no interior destas. Muito diversas e singulares ao mesmo tempo, as situações de desordem pessoal, grupal e institucional, de relações interpessoais entre grupos frequentemente considerados rivais - ASPs e presos - trazem consigo riscos iminentes à saúde física e mental, assim como à própria vida das pessoas envolvidas:

Agora, o uso da força na cadeia, nosso problema é o seguinte, como nós não temos outros meios é... pra estabelecer a disciplina muitas vezes a necessidade de... como a gente chama aqui na gíria da cadeia, de ‘chegar o bambu’. Que que é isso? O cara vai lá, cerra uma grade e tenta fuga no muro aí logicamente ele vai ser preso, (...) e vai ser colocado em isolamento disciplinar, pra responder a uma comissão disciplinar, pra pegar uma, uma sanção disciplinar que vai dar pra ele uns dias isolados, que seja na 5ª galeria, quer seja na ala de segurança máxima, depois responder o que ele quiser responder. Se eu coloco, pego esse preso e coloco direto ele

na tranca e não ponho a mão nele, no dia seguinte tem mais três ou quatro no muro, eu vou prender esses três, vou jogar na máxima, não vou por as mãos nos caras, no dia seguinte tem mais seis no muro no dia seguinte. Então esse tipo de coisa é o seguinte, o cara leva um cacete pra servir de exemplo pros outros. Eu acho horrível isso, mas não tem outra atitude pra tomar, eu não tenho outro subterfúgio pra usar, entendeu? (MORAES, 2005, p. 259).

Também não são raras as informações, eventualmente transformadas em manchetes jornalísticas, que dão conta de outras condutas profissionais socialmente inaceitáveis e oriundas da categoria profissional aqui investigada, tais como corrupção, suborno, facilitação de fugas, negligências de vários tipos, maus tratos e torturas²⁰:

(...) a proximidade constante dos funcionários com os apenados, tanto como favorecedor do estabelecimento de relações informais, como de atos de corrupção, ou ainda, vulnerabilizando ambos os lados para possíveis arbitrariedades, ataques e vinganças (inclusive vitimando agentes Penitenciários em situações de rebeliões e motins) (CHIES, 2008, p, 65).

Seja como for, o pequeno número de pesquisas que discutem a atividade profissional do ASP no interior do cárcere, bem como a relação existente entre as condições de trabalho e de vida desse funcionário e as condições de saúde ou sofrimento físico e mental, é apresentado aqui, num primeiro momento, a partir de abordagens quantitativas que apontam, nesse universo funcional, para indicadores de saúde mais precários que os encontrados na população em geral.

²⁰ Uma novela recentemente transmitida pela TV Globo do Brasil – *A Favorita*, mostrou esse universo mais subliminar e ilegal no interior das prisões e das relações que ali se estabelecem. Tais imagens e cenas televisivas de uma Agente de Segurança Penitenciária sendo subornada por mulheres presas, embora fictícias, foram insistentemente questionadas por entidades representativas dessa categoria profissional, que alegavam serem as práticas mostradas, representativas de apenas uma parcela muito diminuta do universo desses profissionais. Disponível em: http://www.estadao.com.br/geral/not_ger231544,0.htm, acesso em 02 de abril de 2009.

Uma Pesquisa realizada pelo Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade de Manchester em 1987, na Inglaterra, e publicada em 1992²¹, levantou questão sobre as profissões mais vulneráveis ao *estresse*. Os pesquisadores da Universidade elaboraram uma tabela relacionando, numa escala de 0 a 10 pontos para níveis de estresse. Embora não chegassem a ser os campeões de níveis de *estresse laboral*, os funcionários de penitenciárias obtiveram escore 7,5, superados apenas pelos funcionários de minas de carvão, com 8,3 e os policiais, com 7,7 e permaneceram no mesmo nível dos operários da construção civil, pilotos de avião e jornalistas. Foram, portanto, identificados como a terceira categoria profissional mais sujeita ao estresse, em decorrência das próprias condições de trabalho.

FERNANDES e colaboradores (2002) investigaram, em estudo transversal realizado com 311 sujeitos, de uma primeira amostra de 628 Agentes de Segurança Penitenciária da região metropolitana de Salvador, Bahia, “possíveis associações entre condições de trabalho e saúde de agentes penitenciários” (p. 808). Identificaram inicialmente que “estes trabalhadores estão frequentemente expostos a diversas situações geradoras de estresse, tais como intimidações, agressões e ameaças, possibilidade de rebeliões nas quais, entre outros, correm o risco de serem mortos ou se tornarem reféns” (*idem, ibidem*). Utilizando-se de um questionário para levantamento de informações pessoais dos trabalhadores responsáveis pela segurança das prisões, os autores desejavam saber das “condições sócio-demográficas, aspectos ocupacionais, hábitos de vida, morbidade geral e ocupacional, presença de distúrbios psíquicos menores (DPM), consumo excessivo de bebidas alcoólicas e existência de estresse” (FERNANDES, 2002, p. 808). Ao cabo da pesquisa, constataram que “o número de Agentes Penitenciários

²¹ Conditions of Work Digest (vol. 11, 2/1992). INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, Genebra. Em 1997, dez anos, portanto, depois da pesquisa referida, os resultados encontrados foram ainda mais dramáticos. Estudando as condições de estresse nas profissões inglesas, o pesquisador Gary COOPER descobriu que a mais estressante dentre todas as outras, era, justamente, a de *prison officer*, ou Agente Penitenciário (disponível em http://www.channel4.com/health/microsites/0-9/4health/stress/saw_work.html, acesso em 12 de dezembro de 2009).

(APs) com pelo menos um problema ou sintoma de doença foi muito elevado, e o número deles com mais de cinco dessas queixas (realização de longas jornadas de trabalho e jornadas de trabalho extenuantes, desenvolvimento de atividades atípicas para a função de AP, consumo de álcool, presença de estresse passageiro, intermediário ou persistente, queixas de doenças, entre outras) foi também bastante alto” (FERNANDES, 2002, p. 813):

(...) a prevalência de DPM encontrada (30,7%) foi mais elevada do que aquelas encontradas por Araújo et al. (1988) de 20,1%, Borges (1990) de 19,0%, Fernandes (1993) de 19 a 24%, Pitta (1990) de 20,8%, em amostras de professores da rede particular de ensino de Salvador, metalúrgicos, trabalhadores de processamentos de dados e de hospitais, respectivamente (FERNANDES et al, 2002, p. 813).

Para os autores citados, os resultados obtidos na pesquisa corroboraram outros estudos realizados em países da Europa e da América do Norte, especialmente, que também apontavam “forte associação entre as cargas relacionadas com as relações interpessoais, relações hierárquicas, estrutura de poder na organização, intranquilidade e o sofrimento psíquico dos trabalhadores” (FERNANDES, 2002, p. 813). Segundo eles, os resultados encontrados na pesquisa em Salvador seriam decorrentes, principalmente, do enfrentamento habitual das condições de insegurança no interior das prisões e da atitude negativa dos presos em relação aos Agentes Penitenciários. Além disso, esses funcionários enfrentariam, durante toda a jornada de trabalho, incertezas quanto à eficiência da segurança na Unidade onde trabalham: “(...) A possibilidade de rebelião, fuga em massa, resistência armada de presos em decorrência de falhas na segurança são preocupações diárias” (*idem, ibidem*).

Em outro estudo em língua portuguesa, KUROWSKI e MORENO-JIMENEZ (2002), em pesquisa sobre a Síndrome de Burnout²² em funcionários de instituições penitenciárias do Estado do Paraná, observaram que, no exercício das funções e tarefas profissionais no interior das instituições prisionais, problemas específicos de ordem física ou mental acabavam por acometer esses funcionários:

(...) as frustrações que sofrem os funcionários penitenciários em realizar funções antagônicas, como agente reabilitador e agente de segurança. (...) Estas, entre outras dificuldades, como também o contato diário com atendidos problemáticos, a massificação dos centros penitenciários, o afrontamento de situações com grandes tensões diárias, o estilo de mando inadequado, o clima laboral, a insegurança derivada do próprio trabalho, os conflitos na motivação ocupacional e a escassez de meios humanos e materiais são as razões pelas quais estes funcionários estão enquadrados no grupo de risco do *Burnout* (p. 214).

Discorrendo sobre a complexidade das relações interpessoais existentes no interior das instituições prisionais, em contraposição àquelas desenvolvidas no mundo externo ao cárcere, disseram que as primeiras “induzem seus partícipes a estado de pânico, sem que possam contar com medidas profiláticas ou regeneradoras” (KUROWSKI e MORENO-JIMENEZ, 2002, p. 215). Nesse trabalho, os pesquisadores constataram, num grupo de 105 profissionais de diversas áreas do interior das penitenciárias, “alto nível de *Frustração Profissional* (FP), alta *Insatisfação nas Tarefas* (IT) e baixo nível de *Clima Social* (CS), em relação a outros 104 sujeitos do grupo de controle da pesquisa, segundo os resultados obtidos através do CBB (Cuestionario Breve Del Burnout)”, instrumento de avaliação das condições gerais para o *burnout* (*idem, ibidem*).

²² BENEVIDES-PEREIRA (2002) caracteriza o Burnout como uma “resposta a um estado prolongado de estresse, ocorrendo pela cronificação deste, quando os métodos de enfrentamento falharam ou foram insuficientes”. A autora distingue a Síndrome do Burnout do Estresse, reiterando que “enquanto o estresse pode apresentar aspectos positivos ou negativos, o Burnout tem sempre um caráter negativo” (p. 45).

Para os funcionários de estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná foram encontrados índices mais elevados de *cansaço emocional* e *despersonalização*, além de índices mais baixos na categoria *realização profissional*, quando comparados aos sujeitos do grupo controle, que eram profissionais de outras áreas de atuação. Os dados obtidos comprovaram que os Agentes de Segurança Penitenciária, no exercício de sua atividade profissional, estão expostos a riscos físicos e psíquicos mais acentuados quando comparados a outras categorias funcionais.

Um estudo norte-americano de TARTAGLINI e SAFRAN (1997) criticou, de certa forma, os estudos que buscavam investigar, unicamente com os conceitos de *estresse* e *burnout*, as condições de trabalho dos ASPs no interior do cárcere, funcionários denominados no estudo desses autores como *correctional officers*, bem como as conclusões genéricas a que muitas dessas pesquisas acabavam chegando. Segundo esses autores:

(...) o uso extenso e global de termos como “stress” e “burnout” trazia dificuldades aos pesquisadores por fazer predições apriorísticas acerca da natureza, da amplitude e do impacto das relações de trabalho em relação às desordens psiquiátricas específicas entre trabalhadores em instituições correcionais (TARTAGLINI e SAFRAN, 1997, p. 569 – tradução livre).

Para TARTAGLINI e SAFRAN, “os policiais e os trabalhadores em instituições correcionais apresentavam maior auto-risco para doenças incapacitantes relacionadas ao stress do que a população em geral” (1997, p. 569). Utilizando-se de uma auto-intitulada *topografia das desordens psiquiátricas*, os autores analisaram, num universo de 1029 *Correctional Officers*, número que representava, aproximadamente, 10% de todos os trabalhadores empregados em departamento específico dos EUA, o “impacto de desordens especificadas no DSM III entre os trabalhadores de um *setting* de uma grande prisão urbana” (*idem, ibidem*, p. 570). Encontraram nesses trabalhadores, quando comparados com

outros sujeitos não institucionalizados, maiores índices de transtornos de humor (18,56% *versus* 11,3%), uso abusivo de álcool (4,47% *versus* 2,5%) e desordens de ansiedade não fóbica (7,9% *versus* 5,4%). Por outro lado, descobriram nessa população taxas menores de desordens psiquiátricas (0,58% *versus* 0,8%) e distúrbios de personalidade (3,5% *versus* 5,9%). Após a análise dos dados concluíram que:

(...) o trabalho correcional é estressante e perigoso. Adicionalmente ao desvio de função, ao imperativo de horas extras, aos papéis contraditórios, à estrutura de poder quase militar e a ameaça constante de violência por parte dos internos, os *oficiais correcionais* devem lidar com outras pessoas; fatores que tornam as condições de trabalho mais difíceis (TARTAGLINI e SAFRAN, 1997, p. 572).

No Canadá, dados de uma pesquisa de tipo *survey*, realizada em 1995 com uma amostra de 77 *correctional officers* de duas penitenciárias de segurança média daquele país (SVENSON *et al*, 1995), indicaram consumo de drogas ilícitas, especialmente maconha e cocaína, mais elevado nesses trabalhadores do que na população do país investigado. Comparativamente, o percentual de uso e consumo dessas drogas ilícitas entre os sujeitos pesquisados, foi de 58%, ou 45 trabalhadores, enquanto que na população canadense o índice atingia apenas 20%. Para surpresa dos pesquisadores, os índices percentuais de consumo de substâncias psicoativas ilícitas encontrados na população de funcionários das penitenciárias, eram muito similares àqueles encontrados entre os próprios internos das prisões. O artigo trazia já em sua introdução uma afirmação contundente: “os *correctional officers* apresentavam alto risco para problemas relacionados ao estresse, tais como pressão alta, dores de cabeça, indigestão e insônia” (SVENSON *et al*, 1995, p. 977).

Outra pesquisa, desta vez com uma categoria profissional bastante similar àquela que estudamos dado que, igualmente, no ramo da segurança pública e, no exercício da função, submetida à condições de insegurança e tensão muito parecidas, foi realizada por PATROCÍNIO e

SOUZA (2004), com os policiais militares no Estado de Minas Gerais. O objetivo principal da investigação foi o de estabelecer possíveis relações entre as condições de trabalho e as condutas violentas de policiais militares no Estado. Dentre outras evidências surgidas e referenciadas no estudo, estava a percepção da exposição, dos sujeitos da pesquisa, a quantidades maiores do que os pesquisadores chamaram de *situações atípicas*, quando os policiais militares são comparados a outros profissionais de categorias diferentes. As *situações atípicas* apontadas, no estudo em questão, são bastante similares às aquelas encontradas nas pesquisas com os funcionários de prisões, especialmente os Agentes de Segurança Penitenciária, a saber:

(...) O policial militar no exercício de sua função está exposto ao convívio com todo tipo de violência, como de transgressões da moral, da ordem e da lei, o que pode obrigá-lo a tomar atitudes enérgicas, isto é, uso de força física e de armas, enquanto houver resistência do opositor, e que podem ser consideradas ações legítimas da atividade policial (PATROCÍNIO e SOUZA, 2004, p. 302).

Por meio de questionários, contendo 25 perguntas dirigidas aos policiais militares, buscaram compreender as nuances das situações de sua vida pessoal, familiar e profissional dessa categoria funcional, tais como renda salarial, carga-horária de trabalho, satisfação pessoal e profissional, condições de moradia, além de número de dependentes e condições de saúde da família. Ao término do estudo, PATROCÍNIO e SOUZA concluíram que:

(...) os problemas sócio-econômicos (vividos por essa categoria profissional) terminam por refletir-se na atividade operacional dos cabos e soldados, contribuindo para o aparecimento do fator agressivo. Portanto, existe estreita relação entre condições sócio-econômicas desfavoráveis e agressividade nos policiais militares (2004, p. 340).

Encontramos matérias de jornais que se referem, de certa forma, a essas pesquisas. O caderno *Empregos* do jornal “FOLHA de S. PAULO” em 30 de agosto de 1998 classificou o trabalho em instituições penitenciárias como “de alto risco e ocasionador de diversos distúrbios psicossomáticos”. A reportagem mencionou naquela ocasião, que “as ameaças de morte, a falta de segurança e o clima pouco saudável, prejudicam o desempenho da função (de Agente de Segurança Penitenciária)”. Juntamente com os profissionais médicos, motoristas, bancários e radialistas, os funcionários das instituições prisionais sofriam, segundo a reportagem, de numerosos problemas físicos e emocionais.

Em 29 de novembro do mesmo ano, outra pesquisa publicada no jornal mencionado, desta vez, citando dados obtidos pela Academia Penitenciária de São Paulo, anterior denominação da Escola da Administração Penitenciária de São Paulo, mostrou que, “aproximadamente, trinta por cento dos trabalhadores em presídios apresentam sinais de consumo elevado de bebidas alcoólicas”. Complementando a reportagem, o jornal ressaltava que “de cada dez trabalhadores (das prisões), um sofre de distúrbios psicológicos” (FOLHA de S. PAULO. Caderno 3, fl. 17).

Outra reportagem, agora do órgão informativo do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (SIFUSPESP), de março de 1998²³, identificava os diferentes riscos à saúde a que estavam expostos os funcionários da hoje extinta, Casa de Detenção de São Paulo, a partir de uma investigação realizada por médico do trabalho e funcionário daquela instituição. Os achados permitiam dizer que:

²³ Jornal “União Prisional”. Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo – SIFUSPESP, número 6, ano IV, março de 1998.

(...) além dos riscos de contaminação por doenças infecto-contagiosas, mais prevalente em populações reclusas e confinadas, os funcionários daquela instituição sofriam, dentre outras enfermidades, de alexitimia, ou incapacidade de discriminar e manifestar emoções, de estresse, com todas as suas repercussões somáticas, de disfunção pós-traumática (PTSP) e até da Síndrome da Fadiga Crônica (JORNAL “UNIÃO PRISIONAL”. Informativo do SIFUSPESP, março de 1998).

De maneira distinta dos trabalhos acadêmicos e das matérias jornalísticas apresentados até o momento, especialmente por seu caráter de pesquisa qualitativa, LOPES (1998) investigou o Agente de Segurança Penitenciária a partir de seus discursos sobre a moral e a moralidade; sobre o que pensam da pena de prisão e, finalmente, sobre como veem a instituição em que trabalham, assim como suas opiniões sobre aquele que é o destinatário final de seu trabalho, o prisioneiro. Já à época dessa pesquisa, a autora reconhecia a escassez de trabalhos que levassem em conta as singularidades existentes nessa profissão, afirmando que:

(...) as atividades do agente (de segurança penitenciária) são essenciais para o funcionamento da instituição, no entanto, pouco se tem estudado sobre suas características e implicações, assim como quase não se conhece o funcionário que a desempenha (LOPES, 1998, p. 6).

Sabemos que Rosalice LOPES exerceu por muitos anos, assim como nós, atividades profissionais diversas nas prisões de São Paulo, principalmente na função de Psicóloga. Por essa razão, ou seja, a partir da própria vivência pessoal e funcional, a pesquisadora reconhecia níveis elevados de tensão e ansiedade a que estavam expostos todos aqueles que desenvolviam seu trabalho no interior do cárcere, em especial, o Agente de Segurança Penitenciária:

(...) Se incontestável que as prisões são atualmente depósitos humanos, verdadeiras escolas de criminalidade e violência, estando, portanto, muito distantes do ‘sonho’ dos cientistas penitenciários do início do século XX, não é menos verdade que as pessoas que lá trabalham também estão expostas a uma série de tensões e riscos. Todos os funcionários que trabalham em penitenciárias vivem em um permanente clima de tensão, e quanto maior é a convivência direta com os sentenciados, maior é a exposição a riscos nos momentos críticos. *Nas unidades prisionais, a categoria funcional que tem o contato mais freqüente com os sentenciados é o de agente de segurança penitenciária* (LOPES, 1998, p. 6. Itálicos nossos).

Dados semelhantes aos que estamos mencionando foram encontrados em duas pesquisas acadêmicas realizadas em estados diferentes da federação: o primeiro é uma Monografia de José Roberto Rodrigues SANTOS (2007), apresentada à Universidade Federal do Paraná, em que o pesquisador debate o efeito do fenômeno da *prisionização* nos Agentes de Segurança Penitenciária. Quando o autor da pesquisa pensa sobre as relações interpessoais estabelecidas no interior do cárcere entre os dois principais grupos constituídos, dos presos e dos ASPs, esclarece-nos o seguinte:

(...) Embora estejam os demais profissionais no espaço de trabalho, a convivência por parte dos Agentes Penitenciários com os presos e internados é muito intensa, próxima. Assim, por mais que exista um distanciamento técnico e constante monitoramento para que sentimentos de piedade, de comoção ou mescla de envolvimento diversos não interfiram e desviem das atribuições e das intervenções necessárias ao Agente Penitenciário, há uma mimetização nas relações sociais do preso e do profissional. O que pode ser mais alarmante é quando o profissional, neste caso, o Agente Penitenciário, não consegue estabelecer um limite consciente da linha que delimita os espaços a serem ocupados e neles se envolver, formando assim possíveis vínculos sociais de caráter comprometedor a ele e às rígidas normas institucionais. É tênue a linha que separa o preso do Agente Penitenciário quando não há marcadores conscientes e eficientes sobre o papel de controle exercido pelo profissional (SANTOS, 2007, p. 24).

A outra pesquisa é uma Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, por Ana Sílvia Furtado VASCONCELOS (2000), realizada com Agentes de Segurança Penitenciária daquele Estado em que a autora conclui que:

(...) o melhor a ser feito quando analisamos os malefícios à saúde decorrentes da atividade de ASP, é considerarmos que os dois fatores descritos: a longa permanência em um ambiente marcado pela tensão, não permitindo que, mesmo nas horas de descanso seja possível “desligar”; e a percepção de que determinados postos são mais exigidos que outros, aumentando a carga do trabalho, que já é bastante acentuada, imprimem um sentido ainda mais grave às dificuldades que os trabalhadores enfrentam no desenvolvimento das tarefas (VASCONCELOS, 2000, p. 57).

Nas considerações finais desse estudo, a autora, que desenvolvia atividades profissionais como Assistente Social em ambiente carcerário no Rio de Janeiro, asseverava que “(...) a violência ocupa espaços diferenciados na vida desse trabalhador, e deixa de ser excepcional para tornar-se uma marca do cotidiano” (VASCONCELOS, 2000, p. 62), antevendo válvulas de escape muito frágeis por parte dos funcionários na tentativa de manutenção da saúde física e psicológica. Para ela, se fazia urgente e necessário:

(...) o acompanhamento e apoio aos serviços especializados dos setores de segurança pública, assim como o incentivo à realização de pesquisas empenhadas em nos fornecer dados mais aprofundados sobre a questão. Qualquer esforço de mudança qualitativa das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores de segurança do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro precisa contar com uma ampla rede de apoio social, composta não só pelo DESIPE (órgão administrativo similar à Coordenadoria de Presídios em São Paulo), mas também os diversos setores como saúde, educação, justiça e segurança. Reunindo esforços em todas essas áreas, conseguiremos amenizar este quadro e, talvez, contribuir para libertar essa saúde que se encontra sob custódia (VASCONCELOS, 2000, p. 63).

Destacamos dois outros trabalhos acadêmicos. Primeiramente, o de Luiz Antonio Bogo CHIES (2008), que se interessou, primordialmente, pela variável *tempo* no interior das prisões. Com o subtítulo *a remição*²⁴ *no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade*, desejou o autor investigar a percepção dos prisioneiros a essa variável ou o que o autor denominou de *Capitalização do Tempo Social na Prisão*, em especial: *o tempo de condenação, o tempo restante para o cumprimento da pena, o tempo trabalhado, o tempo ocioso, o tempo vivido e o tempo não vivido no interior do cárcere*. Apesar de investigar objeto de pesquisa diverso do Agente de Segurança Penitenciária, esses funcionários frequentemente comparecem ao estudo de CHIES.

Considerando que as experiências pessoais e profissionais de um autor aportam e dão consistência à pesquisa, CHIES (2008) relata que por um período de 14 anos, atuou como advogado da área criminal e penal no Estado do Paraná. Essa experiência de trabalho, somadas à experiência como docente no ensino superior nos anos recentes, lecionando disciplinas concernentes, permitiria:

(...) contribuir para o desvelamento da complexidade das configurações sociais que produzem as questões que se apresentam como demandas judiciais, bem como dos limites e possibilidades das instituições e dos procedimentos que intervêm na conflitualidade, além da própria percepção das estratégias e dos interesses que permeiam as práticas dos agentes sociais envolvidos (CHIES, 2008, p. 27).

Utilizando-se do que ele próprio denominou de “arcabouço teórico-sociológico de Pierre Bourdieu” (*idem, ibidem*, p. 32), o autor fez uma análise do campo social da prisão, onde as relações ou dinâmicas interpessoais e interinstitucionais vão se produzindo e

²⁴ A *remição de pena* é um dispositivo de redução das penas privativas de liberdade, previsto na Lei de Execução Penal, de 1984. Para cada três dias trabalhados, o recluso tem direito a descontar um dia do tempo previsto de condenação; isso tudo depois de formalidades burocráticas que incluem pedido formal por um advogado e deferimento do pedido pelo Juiz da Comarca de Execuções Criminais responsável.

desenvolvendo no interior de certas lógicas, anteriormente reveladas em estudos clássicos de autores como FOUCAULT, GOFFMAN e SYKES, principalmente. Suas principais categorias de análise são o *tempo* vivido e percebido pelos sujeitos, especialmente os presos, além do *espaço da prisão*. O capítulo dois de sua obra versa sobre os *Grupos na Sociedade Carcerária* e um dos subcapítulos traz, em destaque, os *Agentes Penitenciários* (CHIES, 2008, p. 89 e 95), especialmente na sua interrelação com o grupo de presos.

Interessaram-nos, especialmente, os dados resultantes de uma pesquisa realizada por CHIES e por colaboradores, em 2001 (CHIES *et al*), apontados na publicação aqui referenciada e que corroboram o que vimos apontando até este momento. Segundo os autores, os Agentes de Segurança Penitenciária sofriam:

(...) sobrecargas e acumulações que tendem a provocar desajustamento e afetação da sociabilidade, o desenvolvimento de doenças psicossomáticas, numa dimensão abrangente do estresse, entre outras situações que foram verificadas no universo pesquisado. Nesse sentido, após ingressarem no Serviço Penitenciário: a) 86,67% dos pesquisados declararam que passaram a desconfiar mais das pessoas; b) 43,33% manifestaram que passaram a ter mais dificuldades para estabelecer novas relações de amizade; c) 36,67% registraram que passaram a ter problemas no relacionamento com o cônjuge ou companheiro (a). Também 50% dos pesquisados manifestaram que após ingressar na carreira desenvolveram alguma doença e em igual percentual foram as respostas no sentido de dores físicas (CHIES, 2008, p. 100).

Pedro Rodolfo Bodê de MORAES (2005), utilizando-se de referenciais teóricos e metodológicos das ciências sociais, desejou conhecer como se constrói e como se desenvolve a identidade profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária. Segundo o autor, que desejava acrescentar outras e novas linhas ao debate sobre “o papel das prisões nas sociedades modernas” (MORAES, 2005, p. 268), o entendimento dessa construção e desse desenvolvimento pode ajudar a responder à questão do porquê da insistência punitiva através das

prisões, apesar de se saber que essas instituições não cumprem com o papel que, supostamente, seria o seu.

Segundo o pesquisador, a identidade profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária vai se transformando e se conformando ao sabor das inúmeras *reformas penais* que, ao longo da história, retornam ao arcabouço legal/punitivo das sociedades contemporâneas. Utilizando-se de análises estatísticas das condições globais de saúde dos Agentes de Segurança Penitenciária e de análises qualitativas da prisão e das funções de guarda no interior destas, MORAES (2005) nos ajuda a compreender, inclusive, algumas das mudanças que ocorreram na nomenclatura dessa função laboral ao longo da história das instituições punitivas e em decorrência do próprio desenvolvimento da pena de reclusão: dos antigos carrascos, passando pelos carcereiros e guardas de prisão, até chegar à nomenclatura atualmente mais utilizada: Agentes Penitenciários ou Agentes de Segurança Penitenciária.

No Estado do Paraná, local das pesquisas de MORAES (2005) e CHIES (2008), a Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2000, criou o cargo de Agente Penitenciário; no Rio Grande do Sul, a Lei nº 6.502, de 22 de dezembro de 1972, “criou o quadro de funcionários penitenciários, composto pelas carreiras de Agente de Segurança Penitenciária, Monitor Penitenciário e Técnico Penitenciário” (MJ/DEPEN, maio de 2008). Posteriormente, a lei nº 9.228, de 1º de fevereiro de 1991, retira o termo *Segurança* do cargo e Agente Penitenciário passa a ser a designação corrente (CHIES, 2008, p. 62). No Estado de São Paulo, local de nossa pesquisa e onde o termo *Segurança* é adotado e mantido até o momento, na nomenclatura do cargo:

A Lei Complementar nº 959, de 13 de setembro de 2004 reestruturou a carreira de Agente de Segurança Penitenciária, do Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária, instituída pela Lei Complementar nº 498, de 29 de dezembro de 1986, que passou a ser composta de 08 (oito) classes (MJ/DEPEN, maio de 2008).

Análise do documento citado, denominado de *Relatório da Situação Atual do Sistema Penitenciário – Agentes, Técnicos e Pessoal Administrativo*²⁵, nos mostra algumas nuances encontradas e que dizem respeito à nomenclatura desses funcionários nos *vários sistemas penitenciários* espalhados pelo Brasil: “(...) é muito difícil falar num Sistema (penitenciário) propriamente dito. A ideia de sistema não me parece muito própria para dar conta dessa realidade” (ADORNO, 1991a, p. 25). Realizamos uma análise mais minuciosa da relatividade da noção de sistema penitenciário em nossa dissertação de Mestrado (LOURENÇO, 2005).

Vale mencionar que no Estado de Goiás a designação para esse profissional é Agente de Segurança *Prisional* (MJ/DEPEN, maio de 2008, p. 12); no Maranhão, além do Agente Penitenciário, encontramos o *Inspetor Penitenciário* (*idem, ibidem*, p. 13); em Mato Grosso encontraremos o *Agente Prisional* (*idem, ibidem*, p. 14) mesma denominação existente no Pará (*idem, ibidem*, p. 18); no Estado do Piauí, além do Agente Penitenciário, temos o *Monitor Penitenciário* (*idem, ibidem*, p. 20); no Rio de Janeiro, a nomenclatura difere do restante do país e teremos o *Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária* (*idem, ibidem*, p. 21) e finalmente, o Estado de Roraima mantém, para o profissional de segurança das prisões, uma denominação relativamente arcaica, de *Agente Carcerário* (*idem, ibidem*, p. 26).

As diferentes pesquisas trazidas para discussão até o momento apontam para intenso sofrimento e profunda desorganização ou desorientação psíquica numa parcela considerável desses funcionários que lidam mais diretamente com os presos, sejam denominados *Agentes de Segurança Penitenciária* ou simplesmente *Carcereiros*. Assim exposto, nossas intenções se concentrarão em buscar compreender como se organizam psicologicamente esses profissionais, durante o tempo significativo de sua atividade laboral, seja vigiando, fiscalizando, controlando ou cuidando de comportamentos de presos no interior do

²⁵ Ministério da Justiça (MJ) / Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), maio de 2008.

cárcere, seja estabelecendo relações pessoais, grupais, intergrupais e institucionais nesse intervalo de tempo.

Continuamos a indagar quais seriam as razões, individuais, grupais ou institucionais, que tornam a atividade profissional desses funcionários, desgastante física e psicologicamente e, ao mesmo tempo, insalubre e perigosa, dentre o conjunto das profissões existentes e conhecidas. Uma resposta possível a essas questões seria encontrada nas próprias relações estabelecidas no cotidiano desses funcionários, no espaço psicofísico das organizações de cumprimento de pena privativa de liberdade. Parece-nos inclusive, que alguns Agentes de Segurança Penitenciária conseguem chegar, igualmente, a essa percepção, especialmente quando refletem sobre a sua tarefa profissional:

Entrevistador – A prisão mudou você? Agente Penitenciário – Eu não, eu sempre sou o mesmo, não inteligente... mas meio inteligente, porque inteligente inteiro ninguém é. Esforçado. É não me mudou em nada, pra mim continua a mesma rotina normal. Mas têm muitos aí que passaram por rebelião, que mudou, tem cara que ficou rouco, tem pessoas que se voltaram pra bebida, viraram alcoólatras, até hoje tem companheiro que é alcoólatra em decorrência de trabalhar na cadeia. Medo de entrar na cadeia, depois dessas rebeliões e tudo. Mudou muita gente, muita gente, o Estado tinha que rever esse quadro (MORAES, 2005, p. 228).

Quando o profissional entrevistado por MORAES (2005) afirma, na última linha acima citada, que o *Estado tinha que rever esse quadro*, reconhece que nessa relação de dupla via, o Estado como empregador e patrão e os funcionários como empregados e subalternos, uma das partes não cumpre a contento o que, neste caso, seria sua atribuição fundamental: oferecer condições de trabalho e de formação profissional compatíveis com a complexidade das tarefas exigidas.

Munido desse ponto de vista, o funcionário entrevistado consegue ir além de uma perspectiva doentia do trabalho, no sentido de que percebe o quanto o empregador estatal, ao produzir e manter

políticas públicas rudimentares e precarizadas para o setor penitenciário, acaba por alimentar o círculo vicioso dos problemas infundáveis decorrentes, tanto da reclusão e do isolamento de sujeitos sociais, para os quais não há solução possível dentro do cárcere, quanto do próprio exercício profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária:

(...) A política pública se reduz à sucessão de expedientes, a ofertas de proteção, cuja lógica é a do resultado feliz mais próximo. Faz-se cada vez mais grandiloquência, buscando segurança na imprecisão do que se propõe a fazer e, oportunista, apostando na exploração de sucessos eventuais ou na resposta salvacionista a desastres. Tem-se um ambiente que pode confinar esforços de governabilidade a ações esquizofrênicas e pontuais. Compreende-se, assim, a adesão ao que quer que seja a “moda” do momento. O vácuo da política pública favorece uma realidade em que a “politicagem” prospera, em que padrões e clientelas empreendem monopólios dos recursos públicos de polícia (e, porque não da administração penitenciária!) para redistribuí-los como mercadorias, gentilezas ou generosidades privadas (MUNIZ e JÚNIOR, 2007, p. 169. O complemento, entre parênteses, é nosso).

A Organização Mundial de Saúde calculou, para o ano de 1998, uma expectativa de vida para a população brasileira em torno dos 67 anos²⁶. Um levantamento de 1995, do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade da Prefeitura de São Paulo – PROAIM, revelou que a expectativa média de vida do trabalhador braçal no Brasil era menor do que nas demais profissões:

(...) comparando os grupos ocupacionais quanto à faixa etária, verifica-se que, em relação aos óbitos masculinos no grupo II (gerentes/ diretores/ membros dos Três Poderes), 67% tinham entre 45 e 64 anos, já no grupo VIII (trabalhadores braçais), apenas 19,7% ocorreram nesta faixa etária²⁷.

²⁶ Disponível em: http://veja.abril.com.br/270598/p_106.html, acesso em 26 de janeiro de 2010.

²⁷ Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/publicacoes/0006/cadern_o_textos.pdf. Boletim nº 24, 2º trimestre de 2006, acesso em 26 de janeiro de 2010.

A pesquisa do PROAIM, cuja descrição envolve achados de pesquisa para a população brasileira, corrobora outros estudos realizados no país, em âmbito mais local. HELENA, PEIXOTO e BLANCK (1995), em estudo realizado em Santa Catarina (²⁸), encontraram idade média de morte, para os trabalhadores braçais, de 37,6 anos, atrás de industriários, com 41 anos; trabalhadores no setor de serviços, 41,8 anos; trabalhadores na agricultura e na pesca, 46,7 anos e intelectuais, com 42,6 anos (p. 5). Na França, um trabalhador da indústria química, exposto a toda espécie de gases e vapores tóxicos, teve expectativa média de vida em torno dos 57 anos, segundo DEJOURS (1992, p. 65).

Levantamentos epidemiológicos realizados, enquanto trabalhávamos no Núcleo de Acompanhamento e Integração Psicossociológica (NAIPS), da Escola da Administração Penitenciária de São Paulo, entre os anos de 2000 e 2002, nos indicaram que os Agentes de Segurança Penitenciária, especialmente quando no exercício de suas funções nas prisões eram, além de lesionados física e psicologicamente, tornados incapazes de viver uma existência digna e decente. Alguns tinham, inclusive, suas vidas ceifadas em idade precoce, mortos quando em exercício profissional nas prisões ou quando fora delas: “(...) não há independência entre *trabalho* e *fora do trabalho*. Do ponto de vista psicológico, não é possível fazer uma distinção entre esses dois setores da existência” (DEJOURS, 1999, p. 35).

No estudo que realizamos com os dados obtidos dos órgãos oficiais da Secretaria de Administração Penitenciária, entre os anos de 2000 a 2002, obtivemos expectativas de vida diminuídas para a população de funcionários em prisões, quando os comparávamos a funcionários de outras profissões, especialmente os da indústria química, citado em pesquisa de DEJOURS (1992), os trabalhadores da construção civil, da pesquisa do PROAIM, da Prefeitura de São Paulo (1997) e os trabalhadores braçais, da pesquisa de HELENA, PEIXOTO e BLANCK

²⁸ Disponível em:

http://www.saude.sc.gov.br/gestores/sala_de_leitura/artigos/Mortalidade/Mortalidade%20por%20categorias%20ocupacionais,%20SC95.pdf, acesso em 12 de fevereiro de 2010.

(1995). Nossos dados eram confirmados em encontros científicos promovidos por organizações com histórico de estudos e pesquisas na área de saúde do trabalhador, como o *Seminário Nacional: estatísticas sobre doenças e acidentes do trabalho no Brasil: situação e perspectivas*, realizado no ano de 2000, em São Paulo:

Quando olhamos as profissões mais expostas e as consideramos de uma forma mais detalhada, vemos que, tanto na capital, como no interior, os maiores números de casos (de morte) correspondiam aos condutores de automóveis, de ônibus e de caminhões e também aos *guardas de segurança e assemelhados*, o que seria esperado, uma vez que *exercem profissões de muito risco*. Aparecem depois os trabalhadores braçais, os da construção civil, maquinistas e eletricitistas²⁹ (FUNDACENTRO, 2000, p. 91).

Levantamento realizado nos atestados de óbito de funcionários das instituições prisionais no ano de 1998³⁰, no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (DRH-SAP/SP), apontou que ao menos trinta e um deles faleceram naquele ano. A média aritmética simples obtida por ocasião do falecimento desses funcionários foi de 43,6 anos (1998), muito próxima à média de vida ao morrer, obtida no ano de 1.999, quando 29 funcionários faleceram: 44,17 anos de idade (1999), e acima da média aritmética simples obtida em 2.000, quando 36 funcionários morreram. A média obtida para o ano foi de 40,25 anos de vida ao morrer (2000).

Em 1998, o período de vida compreendido entre 36 e 55 anos, representava 73% dos casos de falecimento de funcionários de estabelecimentos prisionais no Estado de São Paulo. No ano seguinte

²⁹ Disponível em:

http://www.fundacentro.gov.br/dominios/BIB/bib_pesquisa_facil.asp?tipo=1, acesso em 12 de fevereiro de 2010.

³⁰ Por ocasião das pesquisas que fazíamos no NAIPS, entre os anos de 2000 e 2002, o armazenamento e o controle de informações dos funcionários em instituições prisionais, pelo setor competente na SAP, era ainda bastante precário. Fichas e dados dos funcionários eram encerrados em armários de ferro ou, simplesmente, deixados em envelopes que ficavam largados em algum espaço da sala onde funcionava o Departamento de Recursos Humanos. Praticamente toda consulta a essas informações tinha que ser realizada manualmente. Foi por essa razão que, nos dois anos em que estivemos à frente do NAIPS, tivemos acesso, apenas, aos dados de anos anteriores, de 1998 até 2000 precisamente.

esse índice passou para 78,5% do número total de mortes na mesma faixa etária. Esses dados comprovaram, à época de seu levantamento que, em média, um número significativo de funcionários de prisões morria nos anos iniciais do que socialmente se convencionou chamar de meia-idade.

Outro fator que também nos impressionou, à época do levantamento desses dados estatísticos, foi a causa da morte desses funcionários. Os traumatismos e poli-traumatismos, os infartos agudos do miocárdio e as hemorragias causadas por ferimentos de diversas naturezas (acidentes de trânsito ou perfurações corporais ocasionadas por projéteis de armas de fogo ou por agressões sofridas de *armas brancas*, tais como facas ou canivetes) ocupavam quase 70% dos casos investigados.

Os funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado também foram os maiores responsáveis pelos atendimentos à saúde no ambulatório de Medicina Social do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual, o IAMSPE/SP. Num curto período de tempo, de abril a junho de 2000, a incidência de atendimentos a servidores da SAP pelo ambulatório foi de 1,95, enquanto que a incidência de atendimentos a servidores da Universidade de São Paulo, USP/SP, foi de meros 0,06. A faixa etária compreendida entre 30 e 59 anos representou 95,1% do total dos atendimentos, enquanto que os transtornos mentais e comportamentais foram responsáveis por quase 21% da procura dos servidores pelo serviço de saúde (Fonte: Serviço de Medicina Social do IAMSPE/SP, abril-junho de 2000).

Ainda em 1998, tivemos, segundo dados da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, PRODESP/SP, 1797 servidores públicos estaduais afastados do trabalho por algum problema de saúde incapacitante. Desse total, quase 50% dos afastamentos foram decorrentes dos transtornos neuróticos, ou 813 funcionários. As Síndromes de Dependência Alcoólica vinham logo a seguir com 283 pessoas e as psicoses não orgânicas eram responsáveis pelo afastamento de 189 funcionários, em terceiro lugar. Não temos o número de funcionários em serviço naquele ano, mas, em 2000, tínhamos 17.867 servidores na SAP. Supondo que o número de funcionários tenha

crescido de 1998 a 2000, tínhamos em 1998, mais de 10% de servidores afastados do serviço. Os dados acima, estarrecedores a princípio, corroboram estudos de pesquisadores como FOUCAULT (2006 [1975]), quando escrevera que “(...) 73% das licenças médicas de longa duração obtidas pelos guardas de prisão o são a título de doenças mentais” (p. 12), ou DEJOURS (1992) quando esclareceu-nos que:

(...) as más condições de trabalho colocam o corpo em perigo de duas maneiras: risco de acidente de caráter súbito e de grave amplitude (queimaduras, ferimentos, fraturas, morte), doenças profissionais ou de caráter profissional, aumento do índice de morbilidade, diminuição do período de vida, doenças “psicossomáticas” (p. 78).

Nildo VIANNA (2001), à semelhança de outros pesquisadores, incluindo o próprio DEJOURS, nos diz que:

Os problemas psíquicos gerados pelo processo de trabalho são os mais variados – stress, doença coronariana, doenças psicossomáticas. (...) Tais problemas psíquicos são oriundos das relações de trabalho marcadas pela ansiedade, pelo conflito, pela grande intensidade de trabalho, pelo impedimento de manifestação de atividade onírica etc, constituindo o que Dejours denominou “o sofrimento invisível” (p. 136).

Lembramo-nos de Leny SATO (1995) quando diz que “não podemos esquecer que o que ocorre no local de trabalho se expressa no tempo fora do trabalho, simplesmente porque as pessoas não podem ser divididas entre o tempo de trabalho e o tempo fora do trabalho” (p. 170), e, igualmente, de Wanderley CODO (2006) para quem:

(...) o trabalho é o modo de ser do homem, e como tal invade e se permeia em todos os níveis de sua atividade, seus afetos, sua consciência, tornando o problema difícil de pesquisar, porque permite que os sintomas se escondam por todos os lugares (p. 186).

No trabalho de CODO (2006), o pesquisador prossegue com seu argumento em direção ao que ele denomina de uma “(...) formulação, ao mesmo tempo óbvia e reveladora: a forma como os homens vivem (o nosso trabalho), determina a forma como os homens são (a nossa identidade)” (p. 123), referindo-se às pesquisas realizadas sobre a relação entre trabalho e saúde ou doença por pesquisadores de diversas correntes e vertentes. Segundo ele,

(...) são parcas e poucas as estatísticas disponíveis em saúde mental. As que existem foram construídas apesar do trabalho e, em geral, com objetivos epidemiológicos e ou ligados à problemática de saúde pública, nas quais pouca ou nenhuma atenção se dá à situação do trabalhador (CODO, 2006, p. 124).

Sugere o pesquisador que conheçamos sobre quem falamos, que é o próprio sujeito que trabalha, partindo, justamente, do seu discurso. A ideia geral, por trás deste método de investigação, é a de que “(...) o próprio método se transforma em intervenção” (*idem, ibidem*, p. 124). De nada adiantaria produzir uma pesquisa que demonstrasse, como outras, as múltiplas relações entre saúde e doença mental e exercício profissional no interior do cárcere, que não possibilitasse ao próprio funcionário rever sua própria história de prazer, sofrimento, dor, alegria e também, de *vida plena* ou de *vida pela metade*.

Assim, acreditamos que a sobrecarga de atividades decorrentes do exercício profissional em prisões, bem como de tensionamentos relacionados à complexidade e à ambivalência dessas atividades, gera um grande número de alterações e perturbações físicas e psicossociológicas importantes, que serão utilizadas em nossa pesquisa com o intuito de esclarecer nossos questionamentos:

(...) a gente entra aqui até bem e sai como se tivesse um elefante em cima. Isto porque a maldade aqui é muito grande. Não é por causa desse ou daquele preso, deste ou daquele agente. É que nem uma nuvem que fica em cima de todo mundo, que desce na gente, que abafa a gente (MORAES, 2005, p. 41).

O pesquisador mencionado, também ingressou no cárcere para investigar a atividade profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária. Como tal, percebeu que o ambiente carcerário conta com “instalações precárias quando não completamente sucateadas, além da superpopulação prisional” (MORAES, 2005, p. 207). Para ele, a percepção a que se aludiu acima não é, de fato, inverídica ou fruto da fantasia de um ou outro funcionário, mas um dado de realidade extremamente importante e relevante. Para exemplificar o quanto de realidade traz consigo o simbolismo dessas *nuvens* mencionadas pelo funcionário entrevistado, lembrou-se o pesquisador da formação de forte neblina que costumeiramente encobria algumas instituições de cumprimento de pena no Paraná, Estado onde realizou a pesquisa e que, eventualmente, constituiu a própria realidade do ambiente circundante da prisão, enquanto realizava o seu trabalho de campo.

Essas impressões de espaços institucionais *carregados*, simbolicamente e de fato, também são encontradas na pesquisa dos sociólogos franceses CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI (1994). No estudo realizado no interior das prisões daquele país, seguindo referenciais teóricos da *sociologia do trabalho*, tinham como principal objetivo, mostrar a singularidade do mundo do trabalho dos *surveillants* no interior do cárcere. Depois do procedimento metodológico de observação do ambiente carcerário e da realização de entrevistas com alguns funcionários, notaram os pesquisadores, dentre outros aspectos que “(...) vários entre eles (os *surveillants*) têm evocado essa impressão de *pesos que caem sobre os ombros* quando de seu ingresso na função” (p. 15. Tradução livre. Itálicos e parênteses nossos). Os próprios pesquisadores tiveram essa mesma impressão, que traduziram como uma

sensação de “estar sempre em falta de alguma coisa” (CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, 1994, p. 15).

Enquanto escrevíamos algumas linhas deste trabalho, mais precisamente em novembro de 2009, tivemos a desagradável notícia de que um colega de trabalho da Penitenciária em que trabalhamos suicidou-se, na sua residência e na presença de familiares próximos, por motivos ainda desconhecidos, que para alguns dos colegas com quem conversamos “não teriam relação direta com o trabalho exercido, já que era funcionário antigo e sempre motivado” (sic). Com arma de fogo de sua propriedade, disparou contra a têmpora, falecendo instantaneamente, segundo os mesmos relatos que ouvimos na ocasião. Essa arma de fogo, cujo porte e utilização são proibidos no interior das prisões, era utilizada pelo funcionário em outras atividades profissionais que exercia; era também utilizada como *instrumento de proteção contra certos perigos, reais ou imaginários*. A idade do colega de trabalho à altura do falecimento não ultrapassava os 45 anos de vida, e deixou esposa e filha.

Embora façamos uso de estudos e pesquisas realizadas em outros países, especialmente da América do Norte e da Europa e, apesar dos dados apresentados que mostram índices maiores de vulnerabilidade na população de Agentes de Segurança Penitenciária quando comparados à população do país em questão, aceitamos a ideia geral de que:

(...) comparando as condições de vida e de trabalho dos Agentes penitenciários franceses ou americanos com as dos brasileiros, percebe-se uma enorme diferença, sendo a situação daqueles muito melhor, desde os salários até o estado geral do sistema penitenciário (MORAES, 2005, p. 52).

Os estudos realizados outrora nos Estados Unidos parecem mais próximos da realidade brasileira do século XXI:

(...) Com homens demais para poucos trabalhos (na realidade dos presídios de São Paulo, faltam homens), incapacitados por maquinário gasto e obsoleto, falta de um orçamento adequado, sob pressão de interesses econômicos na comunidade livre e impedidos pelo seu próprio compromisso de lutar por objetivos, os funcionários da prisão do Estado de New Jersey

estão numa posição não invejável (SYKES, 1999 [1958], p 30-31. O detalhe entre parênteses é nosso. Tradução livre).

Temos a clareza de que não esgotaremos, neste trabalho, a amplitude das características muito particulares da categoria profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária, ainda mais porque nosso tempo de investigação e os locais escolhidos para a análise deram-se de forma limitada e circunscrita. Entretanto, é nosso alvo, bem como nossa obrigação como pesquisador, orientar rumos possíveis de investigação futura dos fenômenos da realidade objetiva e da esfera da subjetividade dos sujeitos investigados. Se conseguirmos iluminar o terreno no qual se dão as relações profissionais dos ASPs e compreender de que forma se constroem, se constituem e se consolidam as relações de grupo dessa categoria profissional, temos a esperança de que abriremos novas possibilidades de pesquisas:

Quem são os profissionais que lidam diariamente com esse cotidiano (da prisão)? De onde eles vêm? Por que escolheram esse trabalho, em detrimento de tantos outros que há por aí? Talvez essas perguntas fizessem mais sentido se o assunto fosse abordado considerando-se a premissa que, quem ingressa em uma das inúmeras funções que compõem os quadros da SAP são pessoas comuns, que têm família, dívidas, amores, tristezas e alegrias e enfrentam dificuldades inerentes ao cargo, como qualquer outro profissional, de qualquer outra área. Porém, o que difere os cidadãos comuns dos profissionais penitenciários – além do rigoroso concurso público para ingressar na carreira – é o treinamento que recebem na Escola de Administração Penitenciária (REVISTA SAP, nº 1, p. 13).

IV - O Espaço de Vida dos Agentes de Segurança Penitenciária

(...) Ainda mais que o sofrimento, a persistência depende da perspectiva de tempo do indivíduo. Enquanto exista esperança de superar as dificuldades ao preço do esforço e dor que o indivíduo está pronto a pagar, ele continua a tentar. Na verdade, se o objetivo valer a pena, o esforço nem sequer será sentido como um “sacrifício”. A persistência, portanto, depende de dois fatores: o valor do objetivo e a perspectiva de futuro. Isto vale tanto para a criança como para o adulto, para o militar como para o civil (LEWIN, Kurt, 1978 [1948]).

Os numerosos estudos e as descobertas fundamentais de KURT LEWIN encontram-se razoavelmente distantes no tempo, datando da primeira metade do século XX. O conjunto de sua obra foi colocado à prova durante os anos subsequentes e alguns de seus conceitos mais importantes foram, posteriormente à sua morte, re-elaborados e re-dimensionados por discípulos e seguidores, tais como Leon FESTINGER, Morton DEUTSCH, Fritz HEIDER, Ronald LIPPITT, Dorwin CARTWRIGHT, Alfred MARROW, Alex BAVELAS, Edward C. TOLMAN, Bluma Wulfovna ZEIGARNIK, Maria Arsenjvena RICKERS-OVSIANKINA, Pierre KAUFMANN e mais recentemente, no Brasil, por Luiz Alfredo GARCIA-ROZA.

A fim de compreender a importância do homem, como do grande pesquisador que foi LEWIN (1890-1947), em especial para as pesquisas em Psicologia Social, cabe citar uma nota de TOLMAN, escrita por ocasião da morte prematura do mestre, e transcrita na Nota Biográfica com que GARCIA-ROZA inicia o seu livro *Psicologia Estrutural em Kurt Lewin* (1974):

(...) Na futura história da Psicologia do nosso tempo, dois nomes destacar-se-ão dentre todos dos outros: os de Freud e de Lewin. Freud será reverenciado como o primeiro a desvendar as complexidades da história dos indivíduos e Lewin como aquele que apreendeu as leis dinâmicas segundo as quais os indivíduos se comportam em relação ao meio. Freud o clínico e Lewin o experimentalista, dois homens dos quais nos lembraremos sempre, porque suas explorações divergentes mas complementares fizeram da Psicologia uma ciência aplicável tanto aos indivíduos reais como à sociedade real (TOLMAN, *The Psychological Review*, 1948, 1-4. In: GARCIA-ROZA, 1974, p. X).

A genialidade de LEWIN consiste, justamente, em analisar e conceituar a natureza de alguns fenômenos psicológicos, individuais ou de grupo que, antes dele, continham expressões ou rótulos baseados apenas no senso comum. A mera popularidade com que eram explicados e tratados esses fenômenos, tais como, frustração, angústia, medo, democracia, autoritarismo e aprendizagem, não satisfazia o espírito criativo desse pesquisador que, assim, decidiu submeter essas expressões idiomáticas populares a análises conceituais que consistiam em “averiguar seus elementos de construção” (CARTWRIGHT, in LEWIN, 1965 [1951], p. XIII).

Os *elementos de construção* de um dado fenômeno psicológico estariam contidos no interior do próprio fenômeno, quando investigado num determinado campo de relações possíveis entre pessoa e ambiente. Ao método de investigação das construções elementares aos fenômenos psicológicos, LEWIN denominou *Teoria de Campo*:

(...) A construção fundamental para Lewin é, naturalmente, a de “campo”. Todo o comportamento (incluindo ação, pensamento, desejo, busca, valorização, realização, etc) é concebido como uma mudança de algum estado de um campo numa determinada unidade de tempo. Na Psicologia individual, o campo que o cientista deve considerar é o “espaço de vida” do indivíduo (CARTWRIGHT, in LEWIN, 1965 [1951], p. XIII).

Da leitura de algumas das obras de Kurt LEWIN (1965 [1951]; 1973 [1936]; 1975 [1935] e 1978 [1948]), assim como de alguns trabalhos de seus seguidores, especialmente GARCIA-ROZA (1974), no desenvolvimento da *teoria de campo*, a noção de *espaço de vida* (*life space*) é fundamental para a compreensão do comportamento da pessoa ou da interrelação dos sujeitos nos diversos agrupamentos dos quais fazem parte em determinados momentos de suas vidas. Em LEWIN (1975 [1935]), o *espaço de vida* é compreendido como:

(...) a totalidade dos fatos que determinam o comportamento de um indivíduo num determinado momento. O espaço de vida representa a totalidade dos eventos possíveis. O espaço de vida inclui a pessoa (P) e o ambiente, de modo que o comportamento é função da pessoa e do ambiente. Isso pode ser representado por uma estrutura espacial finita (p. 216).

A noção de *espaço de vida*, originariamente concebida para o estudo do comportamento individual, foi pelo próprio LEWIN estendido para o campo social dos grupos. O *grupo* foi entendido como um lugar onde as pessoas se encontram em mútua dependência e que tem, como característica essencial, “não a semelhança entre seus membros, mas a interdependência dinâmica entre eles” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 62). Como escreve CARTWRIGHT na Introdução da *Teoria de Campo em Ciência Social*:

(...) o espaço de vida se constitui da pessoa e do meio psicológico como ele existe para a pessoa. Para a psicologia de grupo ou sociologia, é proposta uma formulação semelhante. Pode-se falar de campo no qual existe um grupo ou instituição com precisamente o mesmo significado que se empresta ao espaço de vida do indivíduo na psicologia individual. O espaço de vida de um grupo, portanto, consiste de um grupo e do meio tal como existe para o grupo (CARTWRIGHT, in LEWIN, 1975 [1935], p. XIV).

Embora a noção de *espaço de vida* admita um componente estático enquanto descrição de um *movimento quase-estacionário* da pessoa no ambiente, graças à *hodologia* ou a uma “geometria capaz de representar adequadamente o campo” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 99), LEWIN considerou a dinâmica psicológica da pessoa nesse campo como resultados daquilo que se pode observar num determinado período de tempo, pois a dimensão temporal está incrustada nesse campo, apesar do curto momento. Podemos exemplificar isso através da ideia do *instantâneo* de uma fotografia; ou seja, quando fotografamos alguém, o que temos dessa pessoa é uma imagem que, embora congelada, pode nos dar muitas indicações acerca da mesma, seja pela expressão do rosto, da pose realizada ou mesmo pelos traços físicos existentes e cristalizados no momento, resultantes de sua história.

Dentre os principais conceitos que se articulam no interior da noção de *espaço de vida*, seja pessoal ou *campo psicológico*, seja grupal, definido como *campo social*, e que servirão de referência para a análise de nosso objeto, o *Espaço de Vida do Agente de Segurança no Interior do Cárcere*, enumeram-se os seguintes: pessoa, ambiente, necessidade, regiões, limites de regiões, movimento e locomoção, forças das regiões (impulsoras ou frenadoras), forças pessoais e ambientais, barreiras entre regiões, caminho de uma região para outra, valências, conflito, tensão, equilíbrio, além do fundamental conceito de tempo com a consequente dimensão realidade-irrealidade: “(...) no espaço de vida é fundamental a consideração da pessoa em relação às demais regiões do campo. A pessoa mesma é uma região, devendo sua complexidade, na medida do possível, ser aí representada” (CARVALHO, 1990, p. 30).

O Agente de Segurança Penitenciária está inserido, durante o período em que desenvolve suas atividades profissionais, no campo psicossocial da prisão, no qual dinâmicas individuais e/ou de grupo vão se constituindo e se desenvolvendo e, dessa forma, estabelecendo as características singulares da própria existência do funcionário. Consequentemente, demarcar o alcance do *espaço de vida* dos ASPs é essencial para o nosso estudo. Dimensionar, no todo ou em parte, os

eventos de quaisquer naturezas que incidem nesse ambiente organizacional, pode ser ilustrativo das razões de determinados comportamentos pessoais ou de grupo ou de procedimentos funcionais dos Agentes, ou mesmo de sintomas pessoais ou de grupo:

(...) Uma completa descrição do ambiente psicológico sempre deve observar a estrutura, não apenas no nível de realidade, mas também nos níveis de irrealidade. Se as condições no plano da realidade tornam-se tão desagregadoras por qualquer razão, por exemplo, como o resultado de uma grande tensão, aumentará a tendência de sair do nível de realidade para um de irrealidade (viajar em um sonho, em uma fantasia, ou em uma doença). (LEWIN, 1973 [1936], p. 103-4).

Pensar num *campo* específico, implica, segundo o próprio LEWIN (1965 [1951]), considerar as pessoas como um todo dinâmico em relação contínua com o ambiente que as cerca, independentemente de uma suposta ausência de movimento que possamos inferir. Pressupõe também, considerar que homens e mulheres convivem com outros de sua espécie por um tempo considerável e expressivo de suas vidas, relacionando-se mutuamente por intermédio de um movimento contínuo que possibilitará, ou impossibilitará, trocas cognitivas ou afetivas de maneira recíproca, sempre num espaço físico circunstanciado (*Environment-E*), no qual essas relações se estabelecerão numa determinada dimensão temporal (*Time-T*).

Nessas idas e vindas das pessoas, nessa movimentação no interior dos agrupamentos humanos - família, escola, amigos, trabalho, religião, clube e organizações, os sujeitos vão-se constituindo e reconstituindo, compondo-se e recompondo-se, avançando ou recuando, acertando e errando. *Campo*, portanto, deve ser compreendido como sendo o conjunto de forças interdependentes que constituem as possibilidades existenciais para as pessoas, ou seja, a totalidade da realidade percebida das motivações, estímulos, necessidades, pensamentos, humores, conflitos, objetivos, sonhos e ideais, num

determinado momento das existências de pessoas e de grupos e que se caracterizam por mudanças:

(...) a metodologia lewiniana pressupõe no estudo do caso concreto a abrangência e a atuação do geral, pois sua teoria se volta para os aspectos qualitativos e não quantitativos do real. A realidade é tomada em seu aspecto psicológico, mas registra ela, de modo peculiar, os determinantes sociais, históricos, estruturais ou intervenientes (CARVALHO, 1990, p. 29).

Representar cientificamente o campo físico e psicossocial no momento em que as atividades humanas acontecem demandaria, segundo LEWIN, um primeiro pré-requisito, ou seja, o de “encontrar um meio de determinar o caráter da *situação num determinado momento*” (LEWIN, 1965 [1951], p. 55. *Itálicos nossos*), devendo-se caracterizar devidamente o campo a fim de tratar satisfatoriamente a *interdependência de suas partes*, especificando a sua *localização* e sua *profundidade de tempo*. Segundo o pesquisador mencionado, essa determinação envolveria várias questões importantes, *tanto psicológica quanto filosoficamente*, ou seja:

(...) Para determinar as propriedades de uma situação presente ou – para usar uma terminologia médica – fazer um diagnóstico, pode-se obedecer a dois procedimentos diferentes: basear a afirmação em conclusões da história (*anamnese*), ou usar testes diagnósticos do presente (LEWIN, 1965 [1951], p. 55).

Uma situação psicológica qualquer deve, de acordo com LEWIN (1965 [1951]), ser entendida como *uma situação num dado momento* que, embora ocorrendo no presente, leve em consideração tanto as ocorrências passadas dos sujeitos, como as perspectivas que se apresentam como razoáveis para os mesmos e apontam para o futuro. Significa considerar a situação de vida das pessoas como um todo, em suas perspectivas temporais. Para exemplificar, podemos dizer sobre um Agente de

Segurança Penitenciária: é um servidor que foi aprovado em concurso público e agora é um funcionário com estabilidade na carreira; ademais, desempenha suas atividades laborais no interior da prisão num posto de trabalho x ou y por 12 horas diárias, relacionando-se durante esse período com outros colegas e uns tantos prisioneiros.

Além disso, o ASP de nosso exemplo pode ser o primogênito de uma prole de três filhos de um casal que, por algum motivo, convive numa situação de grande conflito. Para suportar, ou melhor, abandonar essa condição de tensão existencial em sua casa, resolve, depois de um período relativamente curto de namoro com uma pessoa de quem nem gosta tanto assim, casar-se e mudar de residência. Seu relacionamento conjugal, passados alguns poucos anos, repete a tensão e a dificuldade encontradas no convívio dos pais. A fim de aliviar-se desses diferentes incômodos, no lar desajustado e no trabalho insalubre e perigoso, decide encontrar-se com os amigos para conversas informais após o expediente, o que, de alguma forma, por contrariar o desejo da esposa, só faz alimentar ainda mais a tensão existente na família, que retroalimenta a tensão no trabalho, e assim, sucessivamente.

Quando ingressou no sistema prisional, esse ASP imaginava para si uma carreira sem muitos sobressaltos, com a transposição dos níveis de acesso de forma gradual, ascendente e linear. Poderia sonhar com um curso superior e com uma casa de campo ou praia, comprados com sobras do ordenado recebido no serviço público. Casar-se com uma boa esposa e ter filhos saudáveis também era parte de suas perspectivas. Enfim, razoavelmente orientado.

Para LEWIN, o nível de realidade das pessoas convive, *pari passu*, com o de irrealidade (1965 [1951]). O Agente de Segurança Penitenciária do nosso exemplo pode ter sua necessidade de promoção pessoal e social não atendida, no sentido de que se sente sujeito de um grupo de funcionários “absolutamente antipatizado e visto como composto por indivíduos maus, torturadores, corruptos, enfim, piores do que aqueles que eles guardam e vigiam” (MORAES, 2005, p. 43). Assim

sendo, omite de seus familiares e colegas sua função profissional ou, simplesmente, deixa de contar detalhes de sua vida profissional diária para a esposa e para os filhos, que acredita, preocupam-se em demasia com o que faz ou deixa de fazer; esses familiares acabam não participando desse aspecto essencial da vida das pessoas, contrariando-se e aumentando a tensão do lar.

Esclarecemos anteriormente, com base na literatura e em nossa experiência pessoal, o quanto a atividade profissional dos ASPs no interior das prisões, pode trazer consequências adversas para sua existência pessoal, profissional ou coletiva. Esses funcionários permanecem em estado de alerta e tensão por um considerável período de tempo, em sua atividade profissional no interior do cárcere. Sua preocupação diuturna é evitar ou intervir em fatos que possam ocasionar alterações drásticas naquele ambiente de precário equilíbrio. De outro lado, organizações características, complexas, singulares e paradoxais como as prisões parecem envolver os funcionários em encadeamentos de relações pessoais e de grupo que resultam em comportamentos também bastante específicos:

(...) É impossível, a despeito de todos os riscos, físicos, morais ou psíquicos, bem como das proibições da instituição, não se “misturar”, porque as fronteiras entre presos e agentes penitenciários são frágeis ou *movediças*, seja para controlar os presos, seja porque simplesmente são partes dos processos de interação presentes em toda e qualquer instituição ou espaço social (MORAES, 2005, p. 96).

É de pessoas e de suas relações funcionais que trataremos, portanto. Pessoas que se relacionam com outras pessoas desde o momento em que são geradas, mesmo quando ainda se encontram no ventre materno. As relações interpessoais que acontecem no interior dos agrupamentos humanos, bem como as relações recíprocas das pessoas com o ambiente em que vivem, serão fundamentais para o

desenvolvimento das pessoas enquanto membros da espécie, bem como para a diferenciação entre elas. Segundo LEWIN,

(...) cada pessoa possui um tipo de estrutura característica. A diferença entre elas depende não somente do grau de diferenciação que a pessoa como um todo apresenta, mas também da maneira pela qual as diferentes sub-regiões estão distribuídas, da intensidade das conexões existentes entre elas e da função que cada uma desempenha na vida das pessoas (LEWIN, *in*: GARCIA-ROZA, 1974, p. 187).

O *espaço de vida*, como dissemos, constitui-se de duas grandes *regiões* interdependentes: a pessoa e o ambiente. Essas regiões não podem ser tratadas isoladamente, pois “constituem ambas, uma única realidade que é o espaço de vida, do qual pessoa e meio são partes constituintes e não elementos formando um conjunto aditivo” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 59). Em cada pessoa, essas regiões comportarão outras sub-regiões, como outras pessoas ou grupos, com seus limites e possibilidade de movimentação ou de retração. É o próprio LEWIN que nos oferece exemplos “de caracterização qualitativa de regiões” (In: GARCIA-ROZA, 1974):

(...) terreno no qual é fácil ou difícil de andar; região de uma floresta; região de certa cor; a esfera de influência de uma pessoa; um grupo social; uma ocupação; uma região em que certas ações são permitidas (p. 71).

A estruturação das capacidades, potencialidades e limitações humanas se dará, assim, a partir dessa relação simbiótica, da pessoa com o ambiente. Tudo o que passamos, assim como nossas necessidades satisfeitas ou não, serão estruturadas psicodinamicamente, permitindo avanços e retrocessos em nossas existências, estados físicos e psíquicos mais saudáveis e outros mais adoecidos. Os vários instantes que vão constituindo nossas vidas, felizes ou tristes, leves ou tensos, devem ser

observados numa análise como a que pretendemos, aconteçam onde for: em casa ou no lazer, na relação amorosa ou na dificuldade de relacionamento com o cônjuge, no trabalho como no desemprego.

Neste momento, podemos dizer que o conjunto de todas as nossas situações existenciais se integra dinamicamente para formar a pessoa em que nos transformamos, num processo que é fisiológico, social e psicológico, nunca pré-determinado e jamais concluído. Importa reconhecer que a vida como um todo é mais estável do que a situação vivida num determinado momento, já que esta última implica “circunstâncias que muitas vezes são únicas, formando um quadro de referências em relação às quais os aspectos circundantes do momento podem tomar significados diversos” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 61).

As instituições são um *campo* possível no qual múltiplos e variados tipos de relações surgem, se desenvolvem e são estabelecidos, caracterizando-se como basilares, portanto, para a constituição e para o desenvolvimento psicológico das pessoas em geral e dos Agentes de Segurança Penitenciária, em particular, sujeitos deste trabalho:

(...) o grupo de que a pessoa faz parte, e a cultura em que vive, determinam em grande parte seu comportamento e caráter. Esses fatores sociais determinam o espaço de movimento livre de que dispõe, e até que ponto pode ela prever, com alguma clareza, seu próprio futuro. Em outras palavras, determinam em grande parte o estilo pessoal da vida da pessoa e a direção e produtividade de seu planejamento (LEWIN, 1975 [1935], p. 98).

No interior de uma prisão, o *espaço de movimento livre* ou uma “região de conexão múltipla” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 73), é limitado pelos dispositivos legais, administrativos e tecnológicos, já enunciados anteriormente; por relações interpessoais e institucionais que se dão em situações peculiares que levam em conta a própria característica da *instituição total complexa*, além dos limites físicos estabelecidos pelos muros, muralhas, portões e grades. Prevendo-se, como complemento ao

conceito, a noção de *limites de livre circulação*, há que se definir quais são esses ambientes, mais ou menos limitadores de movimentos de pessoas e grupos, no interior do cárcere:

(...) A instituição é pouco tolerante a críticas; todos, e cada um em particular, desconfiam da própria sombra; não há solidariedade que resista à lógica de um mundo cuja lei predominante é a do mais forte. Logo, vive-se sob o domínio do medo e da incerteza, pisando-se em terreno movediço cujo abismo é logo ali em frente. O próprio pesquisador acaba um pouco contaminado pelo ambiente na medida em que precisa se cercar de precauções quando conversa com presos, com guardas, com funcionários administrativos, com técnicos e com dirigentes (ADORNO, 1991, p. 24).

Os dispositivos institucionais constituem-se como delimitações do espaço físico, verdadeiros pontos que permitem ou não às pessoas caminharem no interior das prisões, interpondo-se como *barreiras* menos ou mais permeáveis, menos ou mais passíveis de serem atravessados, tais como “zonas de fronteira que oferecem resistência à locomoção” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 76). Considerando-se as pessoas e os grupos como suscetíveis de encontrarem, por si mesmos, os caminhos possíveis à locomoção, é justamente essa ação particular que representará a possibilidade de enfrentamentos mais equilibrados das tensões do ambiente externo e interno.

Quando um funcionário qualquer não consegue, durante o exercício de suas funções laborais, em decorrência das ordens recebidas ou dos dispositivos institucionais estabelecidos, conduzir-se para outro espaço ou posto de trabalho mais agradável e menos entediante ou tenso, pode transportar-se, em pensamento e fantasia, para junto de colegas ou das pessoas queridas, num ambiente externo à prisão: “É possível realizar uma locomoção sem que dela o corpo participe. Da mesma forma, uma locomoção corporal não implica numa participação de todo o corpo” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 183). Se, por um lado, essa atividade representa uma possibilidade de arejamento mental e laboral, também é

certo, por outro, que isso não é possível em algumas situações em que a atenção deve estar maximizada:

(...) As ações intencionais colocam a pessoa em contato com outras regiões de seu espaço de vida, e expressam conteúdos íntimos intrapessoais, às vezes bastante profundos. Para haver locomoções em direção a objetivos, sejam estas situações, coisas ou outras pessoas, é necessário que a pessoa se perceba relacionalmente no campo, que tenha uma diferenciação interna, um núcleo, e que abra as fronteiras de zonas de seu “eu”, permitindo, assim, o movimento. (...) Na vivência emocional pode ocorrer um apagamento ou indiferenciação do “eu” (despersonalização), como na “explosão” de raiva ou de alegria, mas há expressividade, isto é, áreas que são mais ou menos socializadas e corpóreas da consciência expressam o conteúdo interno numa extroversão, numa relação com o que cerca a pessoa, objetos, situações, pessoas (CARVALHO, 1990, p. 31-32).

No caso particular dos Agentes de Segurança Penitenciária, as muralhas e grades, os imensos portões, os cadeados, as chaves e as algemas, os regulamentos e a austera hierarquia, como os próprios presos, demarcam por si sós, importantes restrições físicas, psicológicas e institucionais que, quando resistentes, física ou simbolicamente, podem: “(...) impedir ou tornar extremamente difícil a locomoção e, conseqüentemente, uma mudança na estrutura do campo” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 140). Daí, talvez, o fato de as prisões serem consideradas instituições arcaicas e onde até mesmo a transformação das pessoas só pode se dar de maneira negativa; as fronteiras físicas, que se cristalizam psicologicamente, como os locais de locomoção em seu interior deixam pouca margem a mudanças, compelindo os funcionários a comportamentos mais embrutecidos. Como a maioria de nós não tem consciência dessa questão, tratamos de acusar os funcionários pelas agruras da prisão, levando-nos a um:

(...) julgamento desaprovador sobre as condições laborais dos *surveillants*, que serão qualificados de rígidos, repressivos e mal adaptados, sob uma estrutura paramilitar do sistema hierárquico da prisão. É necessário antes, diz o autor (J.-E. THOMAS, 1972), fazer certo número de perguntas: porque o sistema de trabalho na prisão tem essa estrutura e não outra? Porque essa estrutura persiste? Para qual objetivo a prisão existe realmente? (CHAUVENET, ORLIC E BENGUIGUI, 1994, p. 11).

Para LEWIN, “a estrutura do espaço de vida determina que locomoções são possíveis num determinado momento” (1965 [1951], p. 287). Para se averiguar quais são as mudanças que, de fato, ocorrem com as pessoas ao longo de certos períodos de tempo em suas vidas, devemos recorrer ao conceito de *força* que tem o caráter de *força psicológica* e está “diretamente ligado à causa do comportamento” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 100). O constructo *força* implica considerarmos que, para cada ponto no espaço de vida (*vetor*), há que se determinar a intensidade e a direção à mudança. Quando uma pessoa ou um grupo altera sua disposição, em direção a um objeto qualquer, podemos dizer que existem forças que impelem as pessoas ou o grupo àquele movimento.

Como *causa de comportamento*, as *forças* presentes no ambiente, acabam por produzir, desenvolver e definir alguns modelos de comportamentos ou de reações comportamentais, nem sempre contidos no interior da norma ou do normal: “(...) a atuação de forças opostas cria um clima de tensão individual e grupal, não raro acompanhado de agressividade” (CARVALHO, 1990, p. 38). Imaginemos um funcionário que, entediado, deseja retirar-se para outro ponto qualquer do espaço institucional, mas não o pode fazer sem correr o risco de ser punido administrativamente, ou, numa situação extrema, um Agente de Segurança Penitenciária que, amarrado a um bujão de gás e ameaçado de morte, fantasia a liberdade mas está impossibilitado fisicamente de escapar da situação. Podemos explicar por meio desses conceitos as rebeliões, os movimentos de rebeldia e selvageria, assim como os comportamentos que os antecedem ou procedem.

O conceito de *força* é, portanto, quando compreendida como energia direcionada, um conceito básico da *teoria de campo* de Kurt LEWIN e causa de mudança: “(...) uma situação é tanto mais fluida quanto menor for a força necessária para produzir uma mudança” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 140). Nos casos de rebeliões ou outros movimentos de agressividade manifesta, podemos imaginar o *quantum* de energia que estava, de certa forma, represada nas pessoas e nos grupos e que é, de uma hora para outra, colocada em uso, às vezes contra outras pessoas e outros grupos. Essa mesma energia represada nos sujeitos reclusos é, possivelmente, represada nos sujeitos de nossa pesquisa e manifestada em sintomas físicos e psíquicos aqui relatados.

Campo de forças pode ser definido como “a esfera de influência de uma pessoa, assim como a esfera de influência sobre ela” (LEWIN, 1973 [1936], p. 218). O *campo de forças* é causa de comportamento e está diretamente relacionado com as necessidades humanas. Segundo GARCIA-ROZA (1974), quando tivermos ou presenciarmos “um estado em que as forças sejam distribuídas de tal modo que a força resultante desaparece” (p. 120), teremos o equilíbrio do campo como um todo. Por tudo o que já dissemos sobre a prisão e sobre os seus objetivos e, ainda, sobre as condições de trabalho no interior delas, podemos imaginar o quão difícil será atingir esse estado de *equilíbrio*.

Para se ter uma ideia da concretude desses conceitos, imaginemos um funcionário de prisão cujos familiares residam em município distante daquele em que trabalha, situação encontrada com muita frequência nos sujeitos que investigamos. Quando uma folga prevista nos regulamentos se aproxima, esse funcionário pode desempenhar as suas atribuições com muito mais qualidade e determinação do que quando essa situação é mais distante no tempo físico. Ao mesmo tempo, seu nível de ansiedade pode aumentar, assim como o cuidado consigo e com os outros. Outro funcionário pode fazer o possível para evitar situações ou postos de trabalho mais tensos. Isso acontece porque, segundo LEWIN, a *intensidade da força impulsora* –

rever os familiares queridos e afastar-se da instituição, é muito grande, e a *distância psicológica* ou o tempo restante para aquele acontecimento – a folga que lhe permitirá rever os familiares, muito pequena. Seja como for, o comportamento que resulta das forças atuantes no ambiente nunca é pré-determinado:

(...) Quando existe uma força atuando sobre alguém, ela se movimenta naquela direção; quando existem muitas forças, sua locomoção (seu modo de ser e estar) será determinada pela relação destas forças no meio. A pessoa precisa saber e sentir que direção tem determinado sentimento, com que tipo de energia ela pode contar, onde exatamente começar ou o que fazer exatamente. A reestruturação do espaço de vida, do campo existencial, supõe, portanto, esse tríptico movimento que a pessoa tem que descobrir ou no qual ela deve ser ensinada a trabalhar (RIBEIRO, 1985, p. 106).

Cabe retornar ao conceito e dizer que para LEWIN, além das *forças impulsoras* ou aquelas que “provocam a locomoção” (1965 [1951], p. 291) existirão também obstáculos, físicos, psicológicos e sociais, que impedirão a locomoção. Esses obstáculos ou *barreiras*, existentes no ambiente externo à pessoa ou interno a ela, corresponderão às *forças frenadoras*. Ambas as forças,

(...) resultam da relação entre duas regiões no espaço de vida, isto é, a natureza da região barreira e a “habilidade” do indivíduo. O mesmo obstáculo social ou físico corresponde, portanto, a diferentes forças frenadoras para indivíduos diferentes (LEWIN, 1961 [1951], p. 291).

A *habilidade* do indivíduo em suportar ou contornar situações de tensão, que é aprendida durante a vida e não está contida, *ipsis verbis*, nos manuais dos cursos de formação ou aperfeiçoamento profissional, explicaria porque há indivíduos mais ou menos saudáveis pessoal e profissionalmente. Essa habilidade em conduzir-se em ambientes inóspitos como são as prisões nem sempre é garantia, entretanto, de

sucesso ao longo prazo. Em 30 anos de trabalho no interior do cárcere, os Agentes de Segurança Penitenciária passarão, invariavelmente, por situações limítrofes da existência. Esses momentos profissionais críticos ocasionarão às pessoas a eles submetidos, *situações de conflito*.

Tanto o conceito lewiniano de *equilíbrio* quanto o de *conflito*, são importantes para explicar a influência de determinadas forças existentes no ambiente da prisão, responsáveis por alterações comportamentais ou mudanças de atitudes funcionais imprevistas e inesperadas, que vão ocorrendo ao longo do tempo de vida funcional dos Agentes de Segurança Penitenciária. Uma vez rompido o estado dinâmico de equilíbrio entre a pessoa e o ambiente, teremos a formação de uma tensão, física e também psicológica. Esta, por sua vez, tenderá a provocar um movimento, uma locomoção, bem ou mal sucedida, na direção do restabelecimento do equilíbrio rompido. Já dissemos do Agente de Segurança Penitenciária que, vítima de presos num movimento rebelde, permanece sem qualquer possibilidade de ação, imobilizado e, portanto, sem possibilidade de locomoção física. Como restabelecerá o equilíbrio necessário para a existência, após a experiência pessoal num momento como esse?

Segundo LEWIN, teremos o conflito, individual ou de grupo, quando tivermos a superposição ou oposição de, pelo menos, duas forças de igual intensidade:

(...) quanto às forças impulsoras três casos são possíveis: uma pessoa pode se localizar entre duas valências positivas, entre duas valências negativas, ou uma valência positiva e negativa podem estar na mesma direção. Podem existir conflitos também entre forças impulsoras e frenadoras. Finalmente, podem existir conflitos entre forças do indivíduo e várias combinações de forças induzidas e impessoais. O efeito e o desenvolvimento de conflitos varia com essas constelações diferentes embora todos os conflitos tenham certas propriedades comuns (LEWIN, 1973 [1936], p. 292).

No contexto do *conflito* é importante e necessário ressaltar que *valência* não é *força*, propriamente dito, mas a “propriedade que uma região possui de atrair ou repelir o indivíduo” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 116). As forças, impulsoras ou frenadoras, ou ainda, as forças que fazem com que as pessoas avancem rumo a outras posições e aquelas que impedem o movimento, muito embora possam não ser, em sua essência, psicológicas, são filtradas pela subjetividade própria de cada uma das pessoas e destas em sua interdependência no grupo, transformando-se, assim, em forças produtoras de sentimentos, comportamentos ou posturas funcionais.

Cada um de nós percebe e processa essas forças, e a elas responde de uma forma, até certa medida, muito particular e característica, dependendo das condições pessoais e ambientais presentes no instante, e do alcance cognitivo e psicodinâmico conseguidos no decorrer de nosso desenvolvimento. Para LEWIN, o que importa psicologicamente é o presente. Por isso, a experiência adquirida no passado não se distingue da forma de enfrentar as condições ambientais.

O resultado das interações da pessoa com o ambiente, incluindo os diversos grupos de que faz parte, ou das relações com o conjunto de forças propulsoras ou restritivas existentes num determinado momento, determinarão o grau de *locomoção* possível que “ocorre quando duas regiões estão intimamente ligadas e são acessíveis uma à outra, influenciando-se mutuamente (RIBEIRO, 1985, p. 102). Como diz LEWIN:

Para determinar não apenas quais locomoções são possíveis, mas que locomoção possível ocorrerá num certo momento devemos usar o conceito de *força*. A *força* é definida a partir de três propriedades: 1) direção; 2) intensidade ou potência e 3) ponto de aplicação. As duas primeiras propriedades podem ser representadas mediante o conceito matemático de vetor ($\rightarrow$). O ponto de aplicação é indicado nas figuras (como é costume na física) pela região tocada pela ponta da flecha ou seta. (...) A verdadeira locomoção deve ocorrer, em todo e qualquer caso, de acordo com a direção e com a intensidade da resultante das forças num dado momento (LEWIN, 1975 [1935], p. 80-1).

É de LEWIN também a afirmação de que “após pequenas mudanças, a tendência a voltar ao nível anterior de equilíbrio seja maior do que após grandes mudanças” (1978 [1948], p. 67). Uma discussão com colegas de trabalho, normalmente, tende a ser uma situação em que o estado de equilíbrio retorna a seu nível normal em tempo mais curto do que nos momentos de grandes tensões, como os eventos de explosão de energias represadas. Entretanto, cada uma dessas situações trará consequências particulares a cada um dos envolvidos. No grupo de operários da indústria automobilística estudado por CARVALHO (1990), por exemplo:

(...) as forças para “produzir mais” (incentivo econômico, desejo de ficar dentro do ritmo do grupo, etc.) se defrontam com as forças para o “menor rendimento” (fadiga e resistência a um trabalho árduo e rápido, baixo valor de recompensa do dinheiro, entre outras) (p. 37).

Há momentos também, em que as energias represadas podem ser exteriorizadas sem outras consequências que não a própria manutenção dos vínculos entre os diversos grupos de relacionamento mútuo no interior das prisões, como é o caso de Agentes de Segurança Penitenciária e prisioneiros, e do próprio *equilíbrio precário* da instituição. Podemos dizer que esses momentos, alguns deles com forte conotação lúdica, são imprescindíveis para o equilíbrio das forças existentes e atuantes no interior do cárcere e atuam como escoadores da tensão própria do ambiente prisional:

(...) uma sociedade perigosamente dividida entre internados e equipe dirigente pode, através de cerimônias institucionais³¹, ser reunida. (...) a exteriorização de conflitos, diretamente,

³¹ Cerimônias institucionais é o nome dado por GOFFMAN 2008 [1961], aos procedimentos institucionais que buscam dar um aspecto de sociedade livre à prisão e aos grupos que lá vivem e se relacionam, como por exemplo, os jornais produzidos pelos internos que trazem notícias do cárcere, bem como atualidades; as festas em que os familiares e amigos dos presos se confraternizam, junto com os funcionários; dramatizações, peças teatrais, eventos de catarse coletiva, entre outros.

por inversão ou outras formas simbólicas, acentua a coesão social dentro da qual existe o conflito. Expressar a rebeldia diante de autoridades, num momento em que é adequado fazê-lo, é trocar a conspiração pela expressão (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 97).

No grupo de funcionários que estudamos, encontraremos características funcionais cujos objetivos são bastante diversos dos objetivos de funcionários de outras áreas ou setores de atuação. Senão vejamos: os Agentes de Segurança Penitenciária lidam com outras pessoas e não com máquinas ou números; a finalidade última da instituição não é a obtenção de lucro, como na maioria das empresas, e sim, a *transformação* dos internos, seja acomodando-os às normas, seja alienando-os dessas. Ademais, lidam e se defrontam com leis, normas, regulamentos, manuais e autoridades burocráticas durante todo o período de trabalho (como fora dele), e estão subordinados a um esquema de chefias e diretorias hierárquicas muito rígidas. Para conseguir a coesão grupal e o encadeamento de atividades que levem à consecução dos objetivos institucionais, mormente serão utilizados pelos superiores padrões de liderança mais autoritários, sempre amparados por eles nesses, regulamentos ou nas leis e normas.

Podemos dizer que a frustração, um sentimento encontrado no grupo de Agentes de Segurança Penitenciária e já mencionado neste trabalho, por exemplo, resulta da relação de forças, pessoais e ambientais, num determinado campo. Está vinculada ao que LEWIN denominou de *presente psicológico*. Para LEWIN é possível qualificar esse fenômeno, especialmente, por meio de:

(...) uma grande variedade de tópicos e divergentes, como os de: esperança e perspectiva de tempo, tipo de atividade e organização do grupo, segurança e timidez, produtividade, tensão emocional, amizade e briga, cooperação e agressão, desenvolvimento e regressão, recompensa e punição, instrumentos e obstáculos, liderança, grau de aceitação dos objetivos das outras pessoas (LEWIN, 1961 [1936], p. 38).

Outros fenômenos, como o medo, a esperança e a expectativa estão voltados ao *futuro psicológico*: o receio de uma rebelião, de brigas entre prisioneiros, a esperança de conseguir um aumento salarial ou uma promoção na carreira. Já a culpa está investida de forças que nos remetem ao *passado psicológico*: porque não ouvimos certa pessoa que nos orientou sobre determinada escolha que fazíamos, ou por que nosso casamento está em constante crise, por exemplo. Presente, passado e futuro constituem as três dimensões de tempo essenciais à nossa análise dos Agentes de Segurança Penitenciária. Do tempo em que ingressam na carreira, às vezes bem jovens e cheios de esperança, ao período em que aguardam ansiosamente pela aposentadoria, depois de ter passado anos e anos nas prisões, realizando atividades repetidas e vivenciando situações de extrema tensão, o mundo interno desses funcionários se constituirá. Apesar da tensão do ambiente prisional e do medo ocasionado por ela, o sofrimento de uma pessoa pode estar relacionado, mais diretamente à dimensão temporal, ou seja o tempo de trabalho que resta para a aposentadoria, do que pelas situações desagradáveis decorrentes da atividade funcional.

O número de regiões na pessoa depende do número de fatos relacionados com ela: o setor de trabalho; os companheiros de grupo; os equipamentos e o mobiliário existente e disponível; as condições físicas do local de trabalho, tais como a luminosidade, a umidade, o frio, o calor ou a chuva; uma ideia, um sonho ou uma fantasia; a fome, a sede ou o sono:

(...) uma pessoa, portanto, em um dado momento, em uma situação psicológica concreta, poderá assumir tantos comportamentos quantas forem as possibilidades de combinações entre as sub-regiões do meio e as células da esfera intrapessoal (RIBEIRO, 1985, p. 99).

Maria do Carmo de CARVALHO (1981) percebeu de que forma a estrutura psicodinâmica dos trabalhadores na linha de montagem se conformava aos *ritmos* das máquinas e do próprio *espaço de vida* que compartilhavam entre si por um período de suas vidas; suas relações de grupo, assim como as implicações subjetivas nem sempre tão óbvias da tarefa laboral que realizavam, para cada um deles em particular.

Um dos méritos de CARVALHO foi, justamente, transpor para a fábrica e, mais precisamente, para as relações de grupo que aconteciam entre os operários daquela linha de montagem, alguns dos principais conceitos lewinianos, testando, além da sua significância e validade naquele ambiente de trabalho, sua relação com as variáveis de estudo e de como estas se relacionavam com os pressupostos teóricos selecionados. Esclareceu-nos a autora que:

A estrutura e o ambiente ecológico do grupo expressam as possibilidades básicas de locomoção dentro do campo social. Ambos são decorrentes das posições relativas ocupadas por entidades sociais existentes (grupos, subgrupos, membros, barreiras, canais de comunicação etc.), as quais têm força e direção (CARVALHO, 1981, p. 105).

Finalmente, CARVALHO (1981), indicou quais eram as forças ou “entidades no sentido da manutenção da taxa e ritmo de produção pedidos” (p. 105), quais eram as “forças contrárias à manutenção da estabilidade produtiva” (*idem, ibidem*, p. 106), no ambiente de trabalho daqueles metalúrgicos, bem como quais eram os resultantes dessas forças de direção opostas, oferecendo-nos uma descrição pormenorizada de cada uma delas (*idem, ibidem*, p. 105-7), sintetizada na afirmação seguinte:

(...) A extrema atenção que requer o trabalho faz com que os níveis de sonhos e aspirações sejam depositados para fora do horário do trabalho. (...) O que experienciam (os trabalhadores na linha de montagem) no ato de trabalho, se não é a atenção extremada, é o sofrimento e a desesperança (CARVALHO, 1981, p. 107).

A pesquisadora nos antecedeu numa análise das condições apresentadas pelo *espaço de vida* de determinado grupo de trabalhadores. Como ela, imbuídos de uma *Teoria de Campo*, desejamos *capturar*, em instantâneos no interior do cárcere, os movimentos, livres ou interditos, de pessoas de um determinado grupo de funcionários, os Agentes de Segurança Penitenciária, numa determinada situação de existência social que é, o trabalho no interior do cárcere, num particular tempo que é, justamente, enquanto essas relações pessoais, profissionais e institucionais vão ocorrendo.

Para nós, a *Teoria de Campo* de LEWIN oferece uma possibilidade ímpar de localizar, no próprio ambiente onde as atividades laborais dos ASPs acontecem, o seu *espaço de vida*, as possibilidades e as limitações existenciais e psicodinâmicas que tanto lhes causa mudanças em sua constituição interna. As categorias de análise, ou os conceitos lewinianos aqui apresentados servirão de referência para, no movimento da pessoa no grupo e do próprio grupo, perceber os fundamentos ou, quiçá, a própria essência da atividade profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária no interior das instituições de privação da liberdade, que tornam tão particular e característica essa atividade funcional no universo das profissões existentes:

(...) Se a descrição de uma situação for abordada de uma perspectiva dinâmica (vale dizer, de uma perspectiva que permita, finalmente, uma predição), será mister compreender a situação como uma totalidade de fatos ou ações possíveis (LEWIN, 1978 [1948], p. 23).

V – Procedimentos Metodológicos

(...) Assim como os familiares dos alunos que orientamos no estudo prisão opõem-se de alguma maneira ao contágio que seus filhos possam sofrer ao entrar na prisão, as reações, verbais, faciais de vários de nossos colegas da academia refletiam o modo do contágio por intermédio dos agentes penitenciários. À medida que refletíamos sobre tais questões, ao mesmo tempo em que entrávamos (e saíamos) na cadeia, nos períodos de espera, na busca por autorização, tendo que nos relacionarmos com os agentes penitenciários, começamos a interagir e descobrimos que eles eram, como nós, humanos (MORAES, 2005, p. 31).

Como já dissemos, tínhamos o interesse de examinar, da maneira mais pormenorizada que conseguíssemos, um determinado número de circunstâncias de trabalho da categoria profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária, levado a cabo naqueles locais anteriormente definidos como tensos, ameaçadores e insalubres. Interessava-nos esmiuçar as relações individuais e grupais dos ASPs no ambiente de trabalho no interior do cárcere. Não se trata aqui de realizar observações generalizáveis e sim, de relacionar variáveis concretas com certas funcionalidades – físicas, individuais e grupais, profissionais e organizacionais. Desejávamos estudar, enfim, relações que se apresentavam numa determinada, peculiar e específica situação de trabalho profissional.

Para atingirmos os objetivos propostos e apreender, fenomenológica e qualitativamente, o comportamento prevalente ou não, dos sujeitos estudados na situação grupal, bem como do próprio grupo de ASPs no interior da prisão, pensamos em realizar um estudo de campo e no próprio *campo* onde esses funcionários realizam as suas atividades profissionais, à maneira das pesquisas etnográficas. Desejávamos, portanto, que a pesquisa fosse “conduzida num ambiente determinado no qual ocorre o fenômeno psicossocial cujo estudo constitui o objeto de pesquisa”, o *Espaço de Vida* dos Agentes de Segurança Penitenciária,

(RODRIGUES, ASSMAR & JABLONSKI, 2000, p. 40) nos moldes de uma *observação participante*.

Passamos parte considerável de nossas vidas em situações de vida coletiva, nos diversos grupos dos quais fazemos parte desde os primeiros momentos de nossa existência, com a família de origem, com o grupo de familiares, de amigos, de colegas de escola, de trabalho, no clube, nas férias ou na igreja. Segundo CHARON (2002):

A maioria de nós faz parte de uma grande variedade de grupos. Nascemos em um grupo familiar, formamos grupos de amigos, aprendemos em uma sala de aula que se compõe de um grupo, ou com frequência, de vários. Trabalhamos em grupos, jogamos em grupos e somos socializados em grupos. Discutimos nossas preocupações em grupos, e é em grupos que testamos nossas idéias a respeito do mundo e passamos a compartilhar perspectivas sobre ele (p. 53).

Para LEWIN (1965 [1951]), os grupos dos quais fazemos e somos parte, são justamente o *meio* ou parte considerável de nosso *espaço de vida*, em que nos movimentamos e nos reconhecemos como seres humanos:

(...) o grupo é o solo em que a pessoa se sustenta. A rapidez e a determinação com que avança, sua disposição para lutar ou se submeter, e outras importantes características do seu comportamento, dependem da firmeza do solo em que pisa e de sua segurança geral. O grupo ao qual pertence a pessoa é um dos elementos mais importantes desse solo. Se a pessoa não está certa de sua participação nele, e se não está bem estabelecida em seu grupo, seu espaço de vida apresentará as características de uma base instável (ZEIGARNIK, 1927, in: GARCIA-ROZA, 1974, p. 86).

Tal método de abordagem da realidade psicossocial dos ASPs e dos grupos constituídos por esses funcionários, realizada em alguns locais de trabalho pré-delimitados, incluem, inclusive, em alguns

momentos, observações das relações entre funcionários e prisioneiros. Ingressar nas prisões e verificar como se dão as relações pessoais e grupais ali desenvolvidas foi o método de pesquisa e análise escolhido por autores aqui mencionados, como CLEMMER (1958), SYKES (1999 [1958]), GOFFMAN (2008 [1961]) e CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, além de ADORNO (1991) e MORAES (2005).

Inicialmente, nossa opção foi por observar, sem a pretensão de neutralidade absoluta, alguns dos ambientes de trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária, e suas condutas no interior do cárcere, mais especificamente, no interior de uma Penitenciária de Segurança Máxima localizada na Grande São Paulo, local de trabalho do pesquisador. Buscamos assegurar uma distância objetiva dos fenômenos ocorridos com a finalidade de garantir a fiel apresentação dos resultados, tais como outros antes de nós:

(...) O trabalho de campo na prisão e com agentes penitenciários nos parece um destes casos em que o pesquisador está sempre muito próximo de ser atingido, objetiva e subjetivamente, pelo “aumento das tensões”, criando, por vezes, sérios obstáculos para “recuar e olhar calmamente” o que está se passando, condição que seria fundamental para construção de um conhecimento objetivo menos eivado por nossas questões subjetivas, uma vez que “a objetividade científica só é possível se abstrairmos primeiro do objeto imediato (MORAES, 2005, p. 40).

Em que pese adentrarmos profunda, intensa e intimamente um especificado ambiente organizacional, a prisão, e focarmos crítica e analiticamente nossa atenção nos comportamentos e nas condutas profissionais bastante peculiares dos Agentes de Segurança Penitenciária no interior do cárcere, não temos, inicialmente, a intenção de generalizar as observações, assim como as conclusões desta pesquisa para todo o universo desses funcionários, pois as práticas e os comportamentos levantados, com certeza, não perfazem a totalidade de todas as tarefas

profissionais e, quanto mais, existenciais, desses homens e mulheres. Pretendemos,

(...) esmiuçar ao máximo as características de um fenômeno psicossocial tal como ele ocorre em determinado ambiente, sem a preocupação de generalizar os achados para além daquele ambiente específico (RODRIGUES, ASSMAR & JABLONSKI, 2000, p. 40)

Podemos dizer que, uma vez conhecido e desvendado o *espaço de vida* do Agente de Segurança Penitenciária, no interior do cárcere, o conhecimento obtido nos dará numerosas pistas relativamente ao funcionamento psicológico desses funcionários, a suas condutas e a seus relacionamentos, bem como relativamente às consequências pessoais e organizacionais dessa função profissional, auxiliando-nos a compreender o todo psicológico do universo desses funcionários de prisões.

Pretendemos num certo sentido, como fez CARVALHO (1981) ao estudar os procedimentos de operários em uma linha de montagem numa grande indústria automobilística em São Paulo, reconstruir o mundo físico e psicológico, ou o *espaço de vida* no ambiente de trabalho, no nosso caso, dos Agentes de Segurança Penitenciária e, ao fazer isso imergindo naquele ambiente, compreender o mundo das relações de grupo, bem como o mundo pessoal e a própria constituição da subjetividade de homens³² que laboram e relacionam-se no interior da organização prisional.

Nossa atenção, em primeiro lugar, se direcionará para o comportamento dos Agentes de Segurança Penitenciária em sua relação com os colegas de trabalho no particular ambiente físico das prisões,

³² Em presídios masculinos como estes em que investigamos as relações de trabalho, a maioria dos funcionários é composta por homens. Na nossa pesquisa, portanto, a ampla maioria dos sujeitos pesquisados será do sexo masculino. Quando surgir a presença da mulher em nossa pesquisa, contextualizaremos sua função e gênero, levando em consideração o papel da Agente de Segurança Penitenciária em presídios masculinos, se for o caso.

onde diversas forças, socialmente, incluindo a própria organização, e psicologicamente estabelecidas, os envolvem contínua e sistematicamente. Embora tivéssemos outra intenção, ou seja, investigar a vida pessoal dos Agentes de Segurança Penitenciária para além dos muros da prisão, não foi possível concretizá-la neste trabalho, até porque entendemos posteriormente que, na análise dos dados recolhidos pela observação participante, muito do que poderiam nos dizer em entrevistas pessoais, acabou apontado em relatos transcritos pelo observador.

Para alcançar nossa finalidade, precisávamos escolher um *presídio* onde pudéssemos ingressar com relativa facilidade e devidamente autorizado, que providenciásemos, levando em consideração o lugar em que exercemos profissionalmente nossas funções técnicas, uma Penitenciária. Quando acima falamos em *presídio*, pretendemos fazer menção a uma instituição que, no Estado de São Paulo, recebe diversas nomenclaturas, utilizadas para qualificá-las a partir de suas características e finalidades.

Antes do ano de 2001, quando foram criadas as Coordenadorias Regionais de Presídios em São Paulo³³, tínhamos apenas sete tipos de estabelecimentos destinados a abrigar prisioneiros, cada um deles com uma função e características específicas. São eles: as Penitenciárias, as Casas de Detenção, os Manicômios Judiciários, atualmente designados de Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, os Institutos Penais Agrícolas, o Centro de Observação Criminológica, as Delegacias de Polícia e as Cadeias Públicas. Todos os estabelecimentos mencionados estiveram subordinados à Secretaria de Estado da Segurança Pública até a criação da Secretaria de Administração Penitenciária, em 1993, quando

³³ Segundo o endereço eletrônico da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado na internet, visitado em 13 de janeiro de 2010, temos hoje no Estado cinco Coordenadorias de Presídios (Região Noroeste, Capital e Grande São Paulo, Vale do Paraíba e Litoral, Região Oeste e Região Central), que são instâncias decisórias subordinadas diretamente à Secretaria de Administração Penitenciária e hierarquicamente superior às administrações de presídios na região compreendida por ela, além da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário e da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (Disponível em <http://www.sap.sp.gov.br>).

apenas as Delegacias de Polícia e as Cadeias Públicas permaneceram como organismos da Segurança Pública.

As Penitenciárias são locais de cumprimento de pena para homens ou mulheres já julgados e condenados pela justiça; frequentemente são constituídas de muralhas que as cercam em toda a sua extensão e de homens armados, que vigiam do alto desses muros o movimento interno da prisão e externo a ela; as Casas de Detenção eram locais de cumprimento provisório de pena para as pessoas que ainda não tinham seus crimes julgados; não existem mais com essa nomenclatura desde a implosão da Casa de Detenção de São Paulo, em 08 de dezembro de 2002. Esse presídio, conhecido popularmente como *Presídio do Carandiru*, em referência ao bairro de São Paulo em que foi construída em 1956, foi palco do maior massacre de presos de que se tem história no Brasil: em 02 de outubro de 1992, uma rebelião na instituição resultou na entrada da Tropa de Choque da Polícia Militar e na morte de 111 prisioneiros, sendo 103 os executados pela PM e oito em decorrência de conflitos entre os próprios prisioneiros (ADORNO e SALLA, 2007, p. 26). Esse acontecimento, que foi responsável, inclusive, pela criação da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, por meio da Lei Estadual nº 8.209, de 04 de janeiro de 1993 (SALLA, 2007)³⁴, ficou mundialmente conhecido como o *Massacre do Carandiru*.

Os Manicômios Judiciários, atualmente denominados de Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, são locais destinados ao recolhimento das pessoas consideradas inimputáveis, ou seja, pessoas não passíveis de pena em decorrência de *doenças ou transtornos mentais*, mas que cometeram crimes. Para essas pessoas, a legislação brasileira, especialmente os artigos 26 a 28, do Código Penal Brasileiro, estabelece internações nos HCTPs por *medida de segurança*, ao invés de sentenças de prisão³⁵. Os Institutos Penais Agrícolas (IPAs) são locais para

³⁴ No artigo referido, o pesquisador mencionará algumas mortes de funcionários de prisões em decorrência de rebeliões ocorridas em São Paulo nos últimos anos.

³⁵ Para um grande número de pessoas, as internações por *medida de segurança* acabam por ser piores do que as sentenças de prisão, dado o caráter altamente segregador da mesma. Essas internações são contestadas por várias organizações de

cumprimento de pena em regime semiaberto; nesses estabelecimentos, os prisioneiros podem trabalhar ou estudar em locais externos à instituição durante o dia, devendo retornar e recolher-se à mesma no período noturno. Geralmente são estabelecimentos que não possuem muralhas nem guardas armados vigiando os prisioneiros; em toda a sua extensão, são as cercas de arame farpado que separam a instituição do resto do *mundo dos libertos*.

O Centro de Observação Criminológica (COC), atualmente transformado em Centro Hospitalar da Secretaria de Administração Penitenciária, é um local antes destinado à observação, avaliação e classificação das pessoas que cometeram crimes; esses dispositivos, observação, avaliação e classificação de prisioneiros, eram levados à cabo por equipes técnicas multiprofissionais, constituídas por psicólogo, psiquiatra, assistente social e advogado e estava previsto na Lei de Execução Penal de 1983. Além desses estabelecimentos prisionais, tínhamos as Delegacias de Polícia (DPs) e as Cadeias Públicas (CPs) que, teoricamente, não deveriam abrigar prisioneiros por um período de tempo mais longo, pois elas, também, serviam de abrigo provisório para as pessoas que cometeram crimes e ainda não haviam sido julgadas pela justiça.

Atualmente, temos uma classificação muito mais ampla e variada dos estabelecimentos prisionais localizados no Estado de São Paulo. São eles: os anexos semiabertos, os Centros de Progressão Penitenciária (CPP) e os Institutos Penais Agrícolas (IPA), destinados aos presos que cumprem pena em regime semiaberto; os Centros de Detenção Provisória (CDP), que substituíram às Casas de Detenção, que abrigam presos provisórios, ainda sem condenação pela justiça e os

direitos humanos e personalidades do mundo jurídico e da academia, ligadas à área. Em 2000, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia lançou a campanha “Medida de Segurança não Pode ser Prisão Perpetua”. Contra a Existência de Manicômios Judiciários: o Pior do Pior. (Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/debates/direitos_humanos/direitos_humanos_0112_15_0037.html, acesso em 02 de fevereiro de 2010). Atualmente pode-se ter uma ideia da difícil trajetória de alguns internos nessa instituição assistindo ao documentário brasileiro *A Casa dos Mortos*, de Débora DINIZ, 2009.

Centros de Ressocialização (CR), que são estabelecimentos de dimensões menores que as das Penitenciárias e afins e construídos para abrigar até 240 prisioneiros, que foram, quando de suas atividades iniciais em São Paulo, administrados por ONGs (Organizações Não Governamentais). As Penitenciárias Compactas, como a própria denominação sugere, são estabelecimentos penais para cumprimento de sentenças em regime fechado, de modelo arquitetônico similar às Penitenciárias, porém menores em termos de dimensão física e dos espaços internos; os Centros de Readaptação Penitenciária (CRP), que são locais destinados ao cumprimento de pena aos prisioneiros que tenham cometido infrações disciplinares em outros presídios e que devem, pela gravidade de seu *ato de desobediência ou desacato*, ser afastados do convívio dos demais prisioneiros; os Hospitais Penitenciários, que são locais de tratamento aos prisioneiros adoecidos e que necessitam de cuidados especiais, em locais externos à instituição de origem; os Hospitais de Custódia e Tratamento Penitenciário, denominação recente dos antigos Manicômios Judiciários, de que falamos; finalmente, o Hospital Central Penitenciário, antigo Centro de Observação Criminológica, atualmente administrado por instituição privada de saúde.

O Estado de São Paulo possui mais da metade dos 1.094 estabelecimentos prisionais existentes no Brasil, no ano de 2.007, e quase a metade de todos os presos do País, que eram 422.590, no mesmo ano³⁶. Segundo informações obtidas no endereço eletrônico da SAP³⁷, o Estado de São Paulo possui, atualmente, 147 estabelecimentos prisionais distribuídos por cinco regiões administrativas, sendo uma unidade de segurança máxima, o CRP, localizada em Presidente Bernardes, região oeste do Estado; 74 Penitenciárias, sendo sete estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena de reclusão para mulheres; 36 Centros de Detenção Provisória; 22 Centros de Ressocialização; sete Centros de Progressão Penitenciária; dois Institutos Penais Agrícolas

³⁶ Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/Ministério da Justiça, no documento *Dados Consolidados*. Brasília, 2008. Disponível no site: <http://www.mj.gov.br/depen>, acesso em 13 de janeiro de 2010.

³⁷ <http://www.sap.sp.gov.br>.

(IPAs) e seis Hospitais, incluindo três Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Como dissemos acima, optamos, inicialmente, por observar e registrar em caderno de campo, para posterior análise, as condutas e as relações individuais e de grupo dos ASPs, numa Penitenciária localizada em município da Grande São Paulo. No decorrer do trabalho de observação de campo nessa instituição, fomos instruídos, por alguns dos funcionários com quem convivíamos, da conveniência de realização dos mesmos procedimentos de pesquisa num outro estabelecimento prisional, o que, de pronto se mostrou significativo e plausível, já que havia uma suspeita, por parte dos funcionários, de que a sua atividade profissional sofreria variação em decorrência das características arquitetônicas e das finalidades a que se destinavam cada um desses estabelecimentos.

Com a mega-rebelião de fevereiro de 2002, ficou claro aos dirigentes da SAP, apesar das negativas governamentais anteriores, da existência de grupos de prisioneiros organizados em facções criminosas no interior das prisões de São Paulo. Junto com o PCC (Primeiro Comando da Capital), outras organizações criminosas³⁸, principalmente o CDL (Comando Democrático da Liberdade) e o CRBC (Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade) lutavam para obter o controle da instituição prisional e, quiçá, da grande *massa carcerária* que habitava os presídios paulistas. Depois de um evento ocorrido numa Penitenciária localizada em Guarulhos, na Grande São Paulo, em 2.005 quando, uma disputa pelo poder entre duas facções rivais, resultou em sete mortes violentas (ADORNO e SALLA, 2007, p. 19), uma decisão dos dirigentes da Secretaria de Estado recomendava aos órgãos subordinados a distribuição de prisioneiros segundo sua vinculação ou afiliação a uma ou outra facção criminosa, em estabelecimentos diversos. Com essa ação, estabelecimentos prisionais específicos receberam prisioneiros

³⁸ Flávio Oliveira LUCAS (2007) diferencia organizações criminosas *ideológicas*, das organizações criminosas *empresarias*. As primeiras exerceriam “suas atividades ilegais com vistas a alcançar fins políticos/ideológicos”, enquanto as segundas, “tal qual uma empresa, realizariam ações ilícitas com o objetivo de obter lucro” (p. 108).

identificados ou associados com uma das organizações criminosas existentes.

Por essa razão, era componente importante do universo psicológico dos funcionários com quem conversávamos durante a nossa pesquisa de campo, a *crença* de que as tarefas profissionais bem como as condutas e os procedimentos funcionais dos ASPs variariam em decorrência daquela decisão governamental, que acabou por se consolidar nos estabelecimentos prisionais do Estado. Isso quer dizer que, para os funcionários das prisões, trabalhar com esse ou aquele grupo de prisioneiros identificados com determinada facção criminosa, poderia resultar em comportamentos e posturas funcionais bastante diversas. No primeiro estabelecimento que visitávamos, a facção criminosa preponderante era o CRBC e os funcionários acreditavam que o trabalho em presídios identificados com o PCC, seria mais perigoso e insalubre.

No Estado de São Paulo, a mais famosa facção criminosa é considerada o PCC. Segundo dados oficiais e da imprensa, foram suas lideranças, do interior das prisões, quem coordenou tanto a *mega-rebelião* de fevereiro de 2001, quanto os eventos de maio de 2006 e que, de certa forma, abalou as estruturas de poder estatal nas áreas da Segurança Pública e da Administração Penitenciária. Alvo do que PAIXÃO (1987) identificou como *modernização da criminalidade metropolitana* e ZALUAR (2007), como a *nova criminalidade*, essa modalidade de crime organizado, personificado nas facções criminosas existentes no interior das prisões, se manifestaria, segundo comentários dos próprios funcionários, em graus de dificuldade, risco e insalubridade para o exercício profissional, ou mais desgaste, pessoal e profissional.

Assim que terminamos o trabalho de campo na primeira das instituições de cumprimento de pena, em julho de 2008, procuramos obter autorização para o mesmo trabalho na segunda instituição, localizada a pouca distância da primeira e prontamente fomos atendidos em nossa solicitação. O trabalho de campo na segunda Penitenciária deu-

se em janeiro de 2009. Ambas as instituições prisionais, portanto, destinam-se ao cumprimento de pena em regime fechado e se localizam em município da Grande São Paulo, distantes, aproximadamente, vinte quilômetros do centro da capital paulista; dissemos da vinculação dos prisioneiros à facções criminosas rivais (PCC e CRBC), em cada um dos estabelecimentos investigados. É possível obter e consultar, pela internet, os Estatutos de fundação dessas duas organizações criminosas³⁹.

A transcrição do depoimento de Marcos Willians Herbas Camacho, de cognome *Marcola*, suposto líder maior do PCC, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados, em 2006, também pode ser acessada e traz informações importantes⁴⁰. Para outras informações relativas ao crime organizado e às facções criminosas, sugerimos a leitura dos diversos artigos publicados na revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, o *Dossiê Crime Organizado*, de 2007, utilizada em alguns momentos neste trabalho.

A autorização para o trabalho de campo, nas duas instituições de cumprimento de pena, nos foi concedida sem maiores problemas ou ressalvas. Inicialmente, fizemos contato com o diretor da primeira Penitenciária. Esse diretor solicitou-nos contatar os dirigentes responsáveis pela Coordenadoria de Presídios da Capital e da Grande São Paulo. Esse procedimento mais burocrático, visando a autorização formal para a pesquisa pelos órgãos competentes, transcorreu em pouco mais de um mês, quando obtivemos, da Coordenadoria mencionada documento avalizando-nos para os procedimentos necessários à pesquisa.

Sugerimos, por meio de correspondência escrita enviada para o diretor da Penitenciária, datas para as observações de campo, que não sofreram nenhuma objeção. Quando no interior do estabelecimento, nos locais de trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária, fomos,

³⁹ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/05/353333.shtml>, para o PCC, e <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u59331.shtml>, para o CRBC.

⁴⁰ Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf.

gradativamente, explicitando nossa intenção e solicitando dos funcionários, anuência para a observação de campo e para a coleta de dados. Nesse momento da pesquisa, em contato mais direto com os ASPs, percebemos algum estranhamento, que detalharemos a seguir. O mesmo procedimento para obter autorização para a pesquisa de campo foi realizado na outra Penitenciária. Nessa outra, enquanto conversávamos sobre as intenções que tínhamos, ouvimos do diretor o mesmo que anteriormente tinham nos dito os funcionários: o cuidado deveria ser redobrado.

As Penitenciárias paulistas dispõem de terrenos muito amplos e de área construída bastante extensa. Para se ter uma noção dessas dimensões, um documento da ACADEPEN (Academia Penitenciária de São Paulo), de 1998⁴¹, descreve que as unidades modelo *Espinha*, como a primeira unidade penal por nós investigada (ANEXO A), possuem uma área construída de 14.368 metros quadrados, enquanto que no segundo estabelecimento investigado ou unidade modelo *Cruz*, mencionado como *Casa de Detenção* no documento citado (ANEXO B), uma área construída de 18.638,82 metros quadrados. São, portanto, áreas muito amplas, com setores de trabalho bastante afastados um do outro.

Particularmente, pela própria impossibilidade de investigar os vários postos de trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária num tempo exíguo e, pelo fato de conhecermos, embora superficialmente, a partir de nossa experiência como funcionário de instituição prisional, as atividades realizadas nesses locais, selecionamos, dentre os locais de exercício profissional no interior do cárcere, três setores de trabalho dos Agentes: um primeiro setor é aquele conhecido como *portaria* (ANEXOS C e D), onde esses funcionários são encarregados de:

⁴¹ SÃO PAULO. *Treinamento Introdutório. Módulo Básico*. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Administração Penitenciária. Academia Penitenciária, 1998.

(...) atender ao público em geral e, quando for o caso, encaminhar aos respectivos setores; realizar revista na portaria quando da entrada e saída de presos, veículos e volumes, bem como servidores e visitas; anotar as ocorrências de entrada e saída do estabelecimento; receber e encaminhar correspondências e objetos de presos à equipe de controle e entregar as correspondências dos funcionários; manter registro de identificação de servidores do estabelecimento e das pessoas autorizadas a visitar os presos (Manual de Rotinas e Procedimentos do Agente de Segurança Penitenciária. Procedimento Operacional Padrão - POP, Secretaria da Administração Penitenciária. São Paulo, 2005, p. 15).

Para nós, a *portaria* é um local de exercício profissional estratégico na prisão: é por esse local que tudo e todos cruzam ao ingressar na prisão e, portanto, o cuidado e a vigilância por parte dos Agentes têm que ser redobrados. Ao mesmo tempo, esse posto de trabalho já foi, na história das prisões, alvo de atentados diversos, efetuados por pessoas que buscavam, por exemplo, o resgate de colegas presos. Daí, o grande risco para os funcionários que exercem suas atividades na *portaria*. Armas de fogo ou armas brancas, além de outros objetos e substâncias proibidos no interior do cárcere, ingressam, eventualmente, a partir dela. As recomendações dos órgãos dirigentes da Secretaria de Administração Penitenciária para os funcionários que exercerão suas atividades laborais nesse setor buscam, de alguma forma, garantir o mínimo de segurança e de ordem:

Registrar, em livro próprio, os recebimentos e passagem de serviço, bem como todas as ocorrências do plantão; não permitir a entrada e saída de funcionários da unidade com qualquer tipo de objeto estranho às suas atividades e não autorizado; conferir a “ordem de saída” de presos que deixarem a unidade, registrando em livro próprio, as devidas anotações; toda e qualquer entrada ou saída de presos deverá ser precedida de autorização por autoridade competente; zelar pela higiene e limpeza do local de trabalho; fiscalizar, com rigor, a documentação, senha ou autorização de familiares de presos, quando da entrada e da saída dos mesmos no estabelecimento; manter postura correta (falar com tom de voz adequado, manter a camisa abotoada e dentro da calça, não debruçar na porta do veículo, não usar óculos de sol, boné ou gorro durante o expediente, evitar gestos bruscos etc) e agir

dentro das normas estatutárias, bem como se apresentar asseado, barbeado e devidamente trajado (*Manual de Rotinas e Procedimentos do Agente de Segurança Penitenciária*. Procedimento Operacional Padrão - POP, Secretaria da Administração Penitenciária. São Paulo, 2005, p. 15).

Precisávamos selecionar outros setores de trabalho para a investigação, além do setor *portaria*. Nesse setor de trabalho, a movimentação maior é, justamente, de funcionários e de visitantes da prisão, além da entrada de materiais, equipamentos e gêneros de uso e consumo pela população interna. O risco de ser feito refém nesse local é menor do que em outros setores de trabalho localizados no interior da Penitenciária, a não ser que a tentativa ocorra de fora para dentro do estabelecimento penal. A preocupação, o zelo e o cuidado que deve ter todo funcionário que exerce suas funções laborais na *portaria* dizem respeito, assim, à fiscalização e ao controle rigoroso de pessoas e objetos que entram e saem da prisão.

Pensamos, então, em outros setores de trabalho em que o contato dos Agentes de Segurança Penitenciária com os presos fosse maior e mais constante. Além disso, tínhamos para nós que, quanto mais adentrássemos à instituição, maior seria o risco físico e maiores as restrições à mobilidade de pessoas e grupos, em decorrência da própria acentuação do risco. Concordávamos com outros autores que, antes de nós, já haviam percorrido os longos corredores de uma prisão e comentavam que:

(...) quanto mais no *fundo* maior o perigo de *contágio moral*. Adentrar a prisão cruzando os muitos limites que a constituem e demarcam significa também percorrer um terreno moral no qual quanto mais fundo se vai mais perigo corre-se (MORAES, 2005, p. 244).

Assim posto, decidimos por investigar a rotina de trabalho e as implicações do exercício profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária em dois outros locais de trabalho, conhecidos na linguagem característica do universo prisional como *gaiolas*⁴² e localizadas próximas aos pavilhões de moradia dos prisioneiros (ANEXOS E, F e G):

(...) O guarda, na tarefa do pavilhão, deve executar um número de tarefas de rotina durante o seu cumprimento do dever que têm como o seu maior apontamento a função de custódia e ordem interna da prisão (SYKES, 1999 [1958], p. 259. Tradução livre).

Geralmente localizadas ao longo dos corredores da instituição prisional, as *gaiolas* permitem acesso de funcionários e presos aos outros setores da prisão e dos presos às suas celas, no interior dos pavilhões de habitação destes. São, por essa razão, igualmente estratégicos na prisão e locais de grande movimentação e circulação de pessoas. Os funcionários costumam aceitar o fato de que nesses setores de trabalho os cuidados devem ser maiores: “(...) quem trabalha no fundo da cadeia corre o risco de vida de 100%, que trabalha na *portaria* interna ele tem 50% de risco de vida” (relato de Agente Penitenciário, *in*: MORAES, 2005, p. 244).

As *gaiolas*, que no dicionário da língua portuguesa são definidas como “casinholas formadas por um engradado de arame ou construídas com ripas finas que guardam entre si um espaço vazio e que se destinam a aprisionar pequenos pássaros” (HOUAISS, 2004), são locais de trabalho que também exigirão muita atenção, concentração e responsabilidade dos funcionários que nelas exercem suas atividades,

⁴² *Gaiola* é a denominação corrente em prisões para espaços existentes no seu interior, cercadas por dois portões, e que, geralmente, permitem o acesso aos pavilhões de moradia dos prisioneiros. Nessas *gaiolas*, geralmente dois ou três funcionários são responsáveis pela revista manual de prisioneiros que deixam seus pavilhões e seguem para algum outro setor da instituição, tais como oficinas de trabalho, salas de aula, enfermaria, convocação por algum membro da equipe técnica ou da própria equipe dirigente, visitas de familiares ou advogados. No interior destas *gaiolas*, outro portão localizado lateralmente em relação aos portões da gaiola, permite acesso aos pavilhões de habitação dos presos.

pelos motivos a seguir apresentados. Segundo o Procedimento Operacional Padrão (POP, 2005), elaborado a partir “das ideias advindas do Projeto de Melhoria na Gestão Penitenciária” (*ibidem*, p. 05), projeto realizado em São Paulo com a parceria e o apoio de organizações nacionais e internacionais, especialmente a Embaixada britânica no Brasil, as atribuições para funcionários que exercem suas atividades funcionais nas *gaiolas* são:

(...) manter a ordem, segurança e disciplina; zelar pelo regime disciplinar; zelar pela higiene pessoal dos presos; fiscalizar as visitas e executar a movimentação dos presos e comunicar à equipe de controle as alterações ocorridas (Manual de Rotinas e Procedimentos do Agente de Segurança Penitenciária. Procedimento Operacional Padrão - POP, Secretaria da Administração Penitenciária. São Paulo, p. 18).

Os organizadores do Manual Operacional Padrão que, segundo o próprio documento, eram também “servidores que, em tempo recorde, elaboraram o POP (e) colocaram no papel anos de atitudes solitárias” (*ibidem*, p. 04), recomendam para os Agentes de Segurança Penitenciária que trabalharão nas *gaiolas* os seguintes procedimentos:

Conferir todo o material e equipamento do local, tais como: chaves, lanternas, cadeados, telefone, HT etc ao assumir o posto de trabalho; controlar o fluxo de presos e demais pessoas que transitem pelo local; receber e atender requisições encaminhadas pelos diversos setores da Unidade; manter as portas das gaiolas trancadas, abrindo-as somente quando necessário; atender, prontamente, ao telefone; manter os portões trancados, em caso de qualquer alteração de comportamento dos presos; proibir a permanência injustificada de presos e pessoas estranhas ao local; não abrir um dos portões da gaiola se o outro estiver aberto; conferir a requisição do preso, quando de sua passagem pelo setor; comunicar aos setores requisitantes a eventual impossibilidade de atendimento do preso e relatar qualquer anormalidade; certificar-se de que a contagem de presos nos pavilhões, ou raios (sic), confere com os dados existentes no setor e transmitir o resultado aos seus superiores; dar acesso ao pavilhão somente a presos devidamente escoltados e

autorizados por quem de direito; manter sempre atualizado o Livro de Ocorrências (sic) e zelar pela sua conservação (Manual de Rotinas e Procedimentos do Agente de Segurança Penitenciária. Procedimento Operacional Padrão - POP, Secretaria da Administração Penitenciária. São Paulo, p. 18).

Como dissemos, as *gaiolas* permitem o acesso aos pavilhões de moradia dos presos, denominados simplesmente de *pavilhões*. Embora o Manual Operacional da Secretaria de Administração Penitenciária preveja outras recomendações para os funcionários que exercem suas atividades no *Setor de Pavilhão Habitacional*, normalmente são os funcionários, em exercício nas *gaiolas*, aqueles que também deverão controlar o acesso e a permanência dos presos em seus respectivos pavilhões, acumulando funções e tornando o trabalho nesses setores mais desgastante:

Proceder à contagem dos presos, identificando-os nominalmente em suas respectivas celas, com base nas fichas ou listas de contagem e comunicar qualquer anormalidade à Chefia de Vigilância. Coincidindo a contagem, render (sic) o companheiro; atender prontamente as diversas requisições (médico, diretoria, advogado etc); providenciar para que estejam cumpridas as normas da Unidade (presos uniformizados, barbeados, rigorosamente revistados e escoltados) quando do atendimento às requisições; observar, no decorrer do plantão e através dos visores (sic), a conservação e higiene das respectivas celas, não permitindo que seja estendido varal, pano, cortina ou qualquer obstáculo que dificulte a visão de seu interior; providenciar para que todas as celas permaneçam trancadas após soltura dos presos; comunicar ao superior toda e qualquer anormalidade observada no pavilhão ou em celas, mesmo que isoladamente, para que sejam tomadas as devidas providências; não permitir que os presos mudem de cela sem a devida autorização; fiscalizar a utilização, pelos presos, de materiais fornecidos pelo Estado; manter-se atento à manutenção da ordem, segurança e disciplina da unidade durante todo o turno; não permitir a entrada, nem a permanência de presos em cela que não seja a sua; verificar se os presos estão devidamente asseados, barbeados, cabelos cortados etc; bater grades e portões⁴³ (sic),

⁴³ *Bater grade ou bater portões* são expressões utilizadas no interior das prisões e que significam o procedimento de verificar se há objetos, materiais ou substâncias proibidos pela instituição escondidos ou camuflados pelos presos em diversos locais das celas habitacionais ou mesmo fora delas. Pode ser entendido popularmente pelo verbo *revistar*.

periodicamente, sempre acompanhado por outro agente (*ibidem*, p. 19).

Convém dizer que no Manual Operacional mencionado, há a previsão de atividades para o *Setor de Pavilhão Habitacional* diurno e noturno. Entretanto, como decidimos investigar as tarefas e condutas dos Agentes de Segurança Penitenciária durante o período matutino e vespertino por questões expostas logo adiante, deixamos de citar as recomendações do Manual para os funcionários do período da noite, que podem ser consultadas à página 20 do referido documento e são em número menor e supostamente menos rigorosas do que aquelas exigidas para os funcionários que exercem suas atividades durante o dia, principalmente porque à noite, depois de determinado horário, os prisioneiros estarão trancados em suas celas.

Em ambas as Penitenciárias investigadas, encontramos duas *gaiolas*. Na primeira delas, uma *gaiola* localizada no meio da galeria, permite o acesso ao primeiro pavilhão, como a outros setores da prisão, tais como enfermaria, chefia do plantão, escola, biblioteca e salas de aula, capela e oficinas de trabalho dos prisioneiros (ANEXO E); na outra, mais ao *fundo da prisão*, teremos acesso ao segundo e ao terceiro pavilhões da penitenciária, além de acesso às *celas disciplinares* e às de *seguro*⁴⁴ (ANEXO F). Na segunda Penitenciária, ambas as *gaiolas* permitem o acesso, apenas, para dois pavilhões cada, localizando-se ambas também ao *fundo da prisão* (ANEXO G). Nesse estabelecimento, as *celas disciplinares* e as *celas de seguro* estão localizadas atrás da sala do chefe de plantão; cada um dos pavilhões contém a sua *cela de aula* e a

⁴⁴ As *celas disciplinares* são espaços de moradia provisória dos prisioneiros que cometem alguma infração disciplinar, contrariando, portanto, o estabelecido nos regulamentos do estabelecimento e nas normas de conduta preconizadas pelos órgãos dirigentes superiores. Segundo a legislação vigente são espaços de habitação cujo período de moradia não pode ultrapassar 30 dias. As *celas de seguro*, normalmente localizadas próximo às disciplinares, abrigam os prisioneiros que, por alguma razão, não podem permanecer junto com os demais, nos pavilhões. Normalmente, permanecem nessas celas por um período determinado de tempo enquanto aguardam autorização das instâncias dirigentes para uma transferência de estabelecimento penal.

cela que será utilizada pelos grupos religiosos existentes, para os cultos respectivos.

Fizemos outra opção pela investigação de um dos plantões de trabalho apenas em cada Penitenciária, de um total de quatro plantões, com funcionários que se revezam nas 24 horas do dia, e estivemos, em cada instituição, por cinco dias em que esses plantões ocorreram. Os Agentes de Segurança Penitenciária exercem as suas atividades de trabalho em dias alternados, por 12 horas seguidas, descansando outras 36 horas. Foram essas 12 horas de trabalho num plantão previamente selecionado, que procuramos observar.

A escolha por um dos plantões não obedeceu a uma regra mais estrita, e sim à disponibilidade do entrevistador e do próprio estabelecimento prisional. Mas, entendemos, como ouvimos durante nosso período de observação nas unidades de cumprimento de pena, que existem algumas diferenças entre os procedimentos dos funcionários em plantões diferentes, que procuraremos detalhar nas análises das informações e dos dados recolhidos no trabalho de campo.

A pesquisa se deu em período matutino e vespertino, das 07h00 às 19h00, por entendermos, previamente, a diferença de atitudes e práticas existentes entre o plantão diurno e o plantão noturno, que acontece das 19h00 às 07h00 da manhã seguinte, especialmente porque durante o dia, os presos encontram-se soltos e a movimentação interna na prisão é, se podemos dizer, *mais livre e intensa*, enquanto que no período noturno os presos encontram-se trancados em suas celas e a movimentação interna é quase inexistente. Foram mais de 120 horas de observação, computando-se aqueles momentos em que o olhar do observador se iniciava quando chegávamos às unidades prisionais, logo no início da manhã e terminava com os últimos funcionários, deixando os locais de trabalho.

Delimitamos um roteiro preliminar de comportamentos e posturas a observar, que foi acrescido ou modificado, gradualmente, a

partir da indicação que as próprias observações apontavam, conforme aconteciam: a chegada dos ASPs às Penitenciárias e depois o seu encaminhamento aos setores de trabalho respectivos; suas primeiras relações interpessoais, com outros colegas ou com presos; os primeiros passos ao assumirem seus postos; o procedimento ao soltar os primeiros presos de suas celas ou a revistá-los, principalmente, nas *gaiolas*.

Somados a esses procedimentos a observar, desejávamos conhecer a rotina dos setores de trabalho que selecionamos para a pesquisa; a observância e a obediência às normas internas da organização; a postura, profissional e pessoal frente a outros colegas, ao superior hierárquico, aos presos e às visitas à prisão; o manejo da burocracia, no caso daqueles que exerciam atividades de trabalho na *portaria*, principalmente, mas também nas *gaiolas* que, como citamos, comportam, igualmente, muitas atividades e obrigações burocráticas e de controle; possíveis mudanças de comportamento e de humor no decorrer do dia; comentários gerais durante o expediente laboral; as posturas e considerações diante das tarefas a ser realizadas; a expressão, mais ou menos manifesta, das sensações ou sentimentos ao longo do plantão; o manejo de uma intercorrência qualquer, caso surgisse; o uso do mobiliário e das ferramentas de trabalho, possíveis improvisações e outros arranjos no exercício da função.

Além dessas posturas pessoais e de grupo e desses procedimentos funcionais dos Agentes de Segurança Penitenciária, fizeram parte de nossa observação a arquitetura da instituição e seus símbolos, com suas muralhas, celas, grades, portões, chaves, cadeados e algemas ou grilhões; os ambientes de trabalho, mais ou menos restritivos, mais ou menos proibitivos, mais ou menos seguros, com suas singularidades e particularidades, incluindo as alusivas denominações, assim como o sentimento que acompanhava os funcionários que desempenhavam suas funções nesses setores, tais como as *gaiolas*, as

*ratoeiras*⁴⁵, os *aquários*⁴⁶, a *portaria*, as *radiais*⁴⁷. Observamos, além disso, as instalações físicas, que incluíram o mobiliário existente, os equipamentos e as ferramentas disponíveis; e demos atenção às intempéries climáticas e de temperatura, tais como o frio, o calor, a chuva e o vento excessivos a que, eventualmente, estariam submetidos os sujeitos investigados.

Atento às condições impostas pela legislação brasileira aos pesquisadores cujos trabalhos envolvam seres humanos, providenciamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE⁴⁸), a ser proposto aos funcionários em exercício nos setores de trabalho selecionados, e nos conduzimos ao campo de pesquisa, munido de um caderno para as anotações que deveríamos realizar:

(...) O fundamento ético do consentimento livre e esclarecido é o princípio moral do respeito à autonomia do participante, ou seja, à capacidade das pessoas de tomarem decisões apropriadas referentes aos procedimentos envolvidos em uma intervenção clínica (especialmente). Esse princípio é derivado da crença difundida e amplamente aceita da propriedade moral do respeito à autonomia dos participantes em todas as circunstâncias (ANDANDA, 2008, p. 49. Os parentes são nossos).

⁴⁵ Estrutura presente apenas na segunda penitenciária investigada. Planejada e construída para coibir eventuais fugas de presos e localizada logo depois da portaria da prisão. É um espaço retangular, totalmente coberto e cercado por grades, com um enorme portão de ferro em cada lado.

⁴⁶ Outra estrutura presente apenas na segunda penitenciária investigada. Trata-se de um espaço existente no interior das gaiolas que serve como posto de observação de toda a movimentação de presos no interior dos pavilhões, daí o nome de “aquário”, pois lembra esse objeto.

⁴⁷ Os corredores no interior das prisões.

⁴⁸ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento exigido pela Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), para as pesquisas envolvendo seres humanos. Por meio dele, o autor da pesquisa esclarece quais são os objetivos desta bem como os sujeitos da pesquisa dão (ou não) o seu aceite voluntário à sua realização nas condições previstas e previamente comunicadas pelo documento.

VI – A entrada na prisão enquanto pesquisador: as primeiras (ou segundas) impressões

A entrada nesses organismos policiais não é, como se sabe, agradável. Constitui verdadeiro “ritual de passagem”. Os caminhos são trôpegos e labirínticos, escuros e estreitos, por onde cruzam pessoas estranhas que lançam olhares de suspeição e intimidação. Aos poucos, somos tentados a imaginar o quão difícil seria abandonar tudo de súbito e sair correndo por aqueles corredores. Uma reflexão posterior sugeriu que o medo é componente essencial desse espaço institucional. O claro-escuro do ambiente, as paredes cinzentas, os olhares de azedume, as esparrelas que parecem surpreender o visitante a cada passo, a amontoado caótico de objetos espalhados por diferentes cantos tornando absurdamente irregular a geografia local – tudo na mais perfeita harmonia contribui para intimidar os olhares externos, mantê-los distante como se fosse cegá-los. Nada ver, nada ouvir, nada dizer, eis a lei de ferro que habita tais instituições (ADORNO, Sérgio. 1991, p. 20).

Dissemos, neste trabalho, que exercemos por muitos anos e continuamos a exercer atividades funcionais como psicólogo numa das instituições selecionadas para a investigação do *espaço de vida* dos Agentes de Segurança Penitenciária. Também não nos é de todo alheio, o ambiente prisional da segunda instituição que escolhemos para a análise. Estivemos em visita à suas instalações em ocasiões anteriores, fosse a convite da equipe dirigente ou como professor convidado pela Escola da Administração Penitenciária de São Paulo nos cursos de formação e aperfeiçoamento de ASPs. Apesar disso, em todos esses anos, apenas uma única vez permanecemos tantas horas em contato mais próximo com os funcionários durante o expediente normal de trabalho e em locais específicos da prisão, como agora nos propomos.

Por ocasião de nossa pesquisa de Mestrado, em 2004, permanecemos no interior de duas instituições penitenciárias de São Paulo por uma semana, investigando as políticas da instituição para a educação de jovens e adultos presos, levadas a cabo pelo grupo dirigente e pelo corpo funcional. Antes da observação de campo nessas duas

instituições, realizamos uma pré-sondagem em outros seis estabelecimentos prisionais. Embora mais centrado num setor específico da prisão, a escola, e em suas salas (ou *celas*) de aula, em seus corredores, com os alunos e com os professores, estivemos atento ao que ocorria, os processos educacionais, ou se deixava de fazer nas instituições de cumprimento de pena. Desse trabalho, também de perfil etnográfico, resultaram várias análises e considerações contidas na Dissertação que apresentamos em 2005 na Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP (LOURENÇO, 2005).

Naquele momento, já apontávamos as diferenças que íamos encontrando quando essas duas funções bastante específicas são sobrepostas: a do funcionário e a do pesquisador. Sabíamos que desta última, é exigido um nível de objetividade e distanciamento muito maior, como sabíamos das dificuldades que encontraríamos em manter alertas essas duas exigências, uma vez que nosso grau de proximidade com os Agentes de Segurança Penitenciária era intenso já naquela ocasião, como era, também, com alguns prisioneiros. Essa dicotomia, proximidade e distanciamento do objeto ou do fenômeno, não nos impediu o aprofundamento das análises exigidas para o êxito de nossa pesquisa. Lembrávamos de quando em quando de um texto de Sérgio ADORNO (1991), no qual o pesquisador expressava sua preocupação em não se deixar contaminar com o objeto de estudo, naquele caso, *os prisioneiros e sua ótica particular a respeito da prisão*, como protagonistas que eram na instituição. Para esse pesquisador:

(...) O ato de investigar – que diz respeito a uma certa relação que o sujeito de conhecimento estabelece com o que se possa convencionar de verdade – é ato de descoberta contínua e permanente, é dinâmico e interativo. Em seu vagar metódico e desinteressado em busca da “verdade”, a investigação envereda por labirintos imprevistos, acabando em terrenos desconhecidos, movediços até, os quais todavia iluminam áreas de pouca visibilidade, atribuindo sentido àquilo que se afigura, à primeira vista marginal, secundário, irrelevante (ADORNO, 1991, p. 15).

Uma parcela considerável dos pesquisadores cujo objeto de estudo é a prisão, relata as dificuldades em se manter a ortodoxia exigida pelas ciências em relação à objetividade do observador. Segundo os pesquisadores, o ambiente prisional, pela singularidade característica do mesmo, captura-os de uma maneira espetacular. Ora pode-se tomar o ponto de vista referencial dos prisioneiros e seu sofrimento no interior do cárcere (SYKES, 1999 [1958]; GOFFMAN, 2008 [1961] e FOUCAULT, 1984 [1975]), ora tomar-se-à o ponto de vista das *relações comunitárias* que acontecem nessas instituições (CLEMMER, 1958), ora corre-se o risco de supervalorizar o referencial dos funcionários, também submetidos a condições de tensão e sofrimento na prisão, especialmente dos *correctional officers* ou Agentes de Segurança Penitenciária (CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, 1994; LOPES, 1998 e MORAES, 2005):

Essa é uma questão-chave no processo de construção da identidade e do desgaste no trabalho (a assimilação do comportamento), uma vez que a necessidade de vigiar e manter a ordem em uma *instituição total* com as características das prisões coloca os agentes penitenciários sempre em uma posição ambígua posicionando os indivíduos deste grupo entre dois mundos: o da lei/ordem e o do crime/desordem. Um efeito imediato desta disposição seria um estresse contínuo produzido por um diferente e, por vezes, estranho tipo de *familiarização* (MORAES, 2005, p. 222).

Com a efervescência destas ideias em nossa mente, seguimos para a pesquisa de campo nas duas penitenciárias selecionadas para o estudo. Como estratégia de aproximação aos Agentes de Segurança Penitenciária, e como a *portaria* é o primeiro dos postos de trabalho numa instituição prisional, foi lá que resolvemos permanecer no primeiro dia de nossa investigação. Como também já mencionamos, nossas atenções estavam voltadas para tudo aquilo que pudesse ser observado e anotado, mesmo antes de os funcionários assumirem seus plantões e postos respectivos. Assim, logo quando chegávamos ao estacionamento

dos funcionários, podíamos apreender suas feições e expressões corporais ao chegarem para outro dia de trabalho.

À chegada dos funcionários para o plantão diurno se misturam outros que deixam o expediente, depois de uma noite inteira a postos. O estacionamento de uma Penitenciária, pela manhã, é arena de cenas de simpatia mútua, quando os Agentes se abraçam felizes e falam em tom de voz elevado. Muitos deles, solidários, chegam trazendo colegas a quem deram carona depois de apanhá-los em suas residências ou, simplesmente, no caminho, próximos ao local de trabalho. Como não têm nenhuma cobertura, os estacionamentos de ambas as unidades penais deixam os automóveis ao relento e, portanto, vulneráveis ao sol ou à chuva. Os automóveis que observamos, eram utilizados pelos funcionários, tinham, na sua maioria, dimensões médias, geralmente populares, alguns mais novos e outros já muito usados.

O caminho até a *portaria* é precedido, em algumas ocasiões, de uma ida ao vestuário para a troca de roupa, da civil para o uniforme, composto de calça azul-marinho e camisa branca. Em Piraquara, no Estado do Paraná, local da pesquisa de MORAES (2005), os funcionários são chamados de *smurfs* em alusão aos duendes azuis de um célebre desenho animado (p. 208), numa correlação desses personagens com uniforme azul utilizado pelos ASPs. Em ambas as unidades penais, os vestuários estavam bastante precarizados e pauperizados, com pintura envelhecida e paredes descascadas, além de goteiras expressivas que minam do teto. Encontramos muita água estagnada e empoçada no chão do vestuário, especialmente na segunda penitenciária. Esse estado físico deteriorado do ambiente, parece não importar aos funcionários, que realizam suas trocas de roupa com rapidez e destreza quase militar. Alguns dos banheiros existentes não tinham portas e uns poucos vasos sanitários não continham tampa.

Os armários de uso dos funcionários são de aço. Alguns boxes desses armários estão muito amassados e outros exibem sinais visíveis de arrombamento. Alguns deles possuem cadeados, outros, simplesmente

são mantidos abertos e parecem não ter qualquer utilidade. Algumas luminárias existentes no vestuário não possuem lâmpadas e outras se encontram queimadas, proporcionando ao local uma iluminação deficitária. Vimos, por fim, fios de eletricidade expostos em alguns locais do recinto, como também seus conduítes; também não havia proteção em alguns quadros de força.

Não é raro que os Agentes de Segurança Penitenciária executem outra função profissional paralela à desenvolvida na prisão. Uma grande parte deles mantém tarefas secundárias, ou o *segundo emprego*⁴⁹, na função de seguranças em empresas, indústrias e outras organizações privadas. Por essa razão, portam consigo, quase sempre, armas de fogo que, por questões óbvias de segurança, optam por deixar na *portaria*, ao invés de nos armários do vestuário, aos cuidados dos funcionários de plantão naquele setor.

À entrada dos funcionários para mais um dia de trabalho, o clima na *portaria* da prisão é festivo, com cumprimentos efusivos daqueles que deixam o plantão noturno e dos colegas que entram para o trabalho. Às perguntas de praxe de como sucedeu o plantão incidem expressões de alegria pela ausência de alterações ou, melhor dizendo, pela ausência de fugas e tentativas de fuga pelos prisioneiros, pela ausência de brigas, no interior das celas, e pela ausência de eventuais procedimentos de emergência, como por exemplo, o transporte de um prisioneiro ao pronto-socorro porque teve algum problema de saúde à noite, entre outros. Apesar do alarido inicial, os cumprimentos e a troca de impressões são feitos muito rapidamente, pois os funcionários que deixam o plantão têm pressa em deixar o estabelecimento, e os colegas que chegam para o plantão, pressa em assumirem seus postos de trabalho. Esses gestos todos são intercalados com o registro formal, em relógio de ponto, da saída e da entrada na unidade penal.

⁴⁹ Conhecido como *bico*, normalmente é uma atividade profissional em que os ASPs complementam seus rendimentos financeiros, possibilitando uma relativa e, por vezes falsa autonomia econômica e financeira aos funcionários de prisões e aos policiais em geral. O artigo de MUNIZ e JÚNIOR, publicado na Revista do Instituto de Estudos Avançados, de 2007 (p. 159-172), traz informações importantes sobre essa modalidade de atividade profissional, especialmente à página 164.

Como um corpo estranho ao setor, especialmente na segunda instituição penal, éramos observados pelos Agentes de Segurança Penitenciária no início de nossa pesquisa, com certa desconfiança e distanciamento: “uma prisão é fundada, em parte, pelo sigilo e o observador de uma comunidade livre é inevitavelmente definido como um intruso, pelo menos inicialmente” (SYKES, 1999 [1958], p. XX). Aliás, é interessante observar que, apesar de mais próximos, pessoal e profissionalmente, dos funcionários da primeira instituição investigada, essa sensação de que éramos intrusos naquele ambiente nos acompanhou boa parte do período em que estivemos imersos para o levantamento de dados para a pesquisa, em ambas as penitenciárias.

Buscamos nos acomodar em algum local da *portaria* onde pudéssemos ter uma visão privilegiada das posturas e dos gestos, além das falas dos Agentes de Segurança Penitenciária. Na primeira delas não foi necessário nos apresentar, apesar do assombro e da curiosidade inicial dos colegas ASPs que perguntavam, apressadamente, o que fazia tão cedo na instituição. Entretanto, no outro estabelecimento, tivemos que nos apresentar tão logo conseguimos autorização do funcionário responsável pela abertura do portão, para ingressar no setor. Para isso, apresentamos a correspondência formal, assinada pelo Diretor da Instituição e pelo Coordenador de Presídios de São Paulo e Grande São Paulo. De início, não nos foi dada grande atenção, e os funcionários entravam e saíam da unidade penal apressadamente; em pouco tempo, dentro de dez a quinze minutos, estávamos apenas nós e os funcionários de serviço na *portaria*.

A *portaria* das prisões investigadas é um local amplo, medindo, aproximadamente, 20 metros de comprimento, por seis metros de largura e cinco metros de altura, excluindo espaços contíguos ao setor e que se destinam a outras atividades no estabelecimento. Essas dimensões são necessárias, pois, por ali entrarão ou sairão, além de pessoas, veículos às vezes bem grandes, como caminhões de transporte de peças, ferramentas ou produtos alimentícios, como também os

*bondes*⁵⁰. É um local de grande movimentação de pessoas em alguns momentos do dia, especialmente à entrada e a saída dos funcionários, como também à hora do intervalo para o almoço, quando os diaristas⁵¹ registram o ponto, independentemente de deixarem ou não a unidade penal para essa pausa no meio do expediente. Afora esses momentos, a movimentação de pessoas e veículos por esse setor é bem diminuta, especialmente de veículos nos finais de semana e, não raro, essa falta de atividade arrasta os funcionários para pequenos e intermitentes cochilos.

Não há mobiliário, cadeiras ou bancos, que preveja a possibilidade de que alguém em visita a instituição, ou que tenha de aguardar até que um procedimento burocrático ou administrativo qualquer seja concluído, possa sentar-se, em nenhuma das unidades visitadas. Após nos familiarizarmos com a rotina e com os Agentes de Segurança Penitenciária em serviço na *portaria*, foi-nos concedido um móvel para sentar, móvel que era utilizado pelos próprios funcionários do setor. Na primeira delas, foi-nos disponibilizado um banquinho de madeira cilíndrico e de produção artesanal, já muito desgastado pelos anos e pelo excesso de uso, nos revezávamos com outros funcionários para nesse assento descansar. Na segunda, foi-nos disponibilizada uma carteira escolar para as anotações que fazíamos. Aliás, a escolha do funcionário por esse móvel deu-se, segundo aquele que nos ofereceu, justamente para que estivéssemos mais à vontade para realizar as anotações. Estava em melhor estado de conservação do que o banquinho de madeira oferecido na primeira das instituições.

⁵⁰ *Bonde* é a denominação do veículo de transporte de prisioneiros quando deixam a unidade prisional para uma audiência no Fórum ou uma visita à profissionais de saúde em locais externos à prisão, por exemplo, ou quando são encaminhados para a Penitenciária. São carros oficiais que, dependendo do tamanho recebem denominação de *bonde* ou *bondão* para os maiores, que chegam a transportar até 30 prisioneiros.

⁵¹ Diferentemente dos funcionários plantonistas, os diaristas cumprem jornada de trabalho de oito horas por dia, com uma hora para o intervalo do almoço. Normalmente são oficiais administrativos ou outros com funções mais burocráticas, muito embora encontremos Agentes de Segurança Penitenciária que cumprem essa jornada de trabalho. Independente do regime de trabalho, todos os funcionários podem almoçar na própria unidade penal.

Ambas as *portarias* eram locais de poucos móveis. Fundamentalmente, continham, cada uma delas, uma mesa para anotações e atendimento da burocracia institucional e algumas cadeiras utilizadas em regime de revezamento pelos funcionários do setor, a maioria delas localizadas atrás de um balcão de alvenaria no qual, geralmente, permanecia um dos funcionários, anotando os acontecimentos do dia. Havia também um grande mural, de cortiça, localizado lateralmente em relação a quem ingressa na instituição onde se fixavam, dispersos, comunicados de origens diferentes: alguns, de outros setores da unidade penal com orientações sobre procedimentos, cartazes com informações de saúde ou com outras informações de interesse dos funcionários, incluindo notícias sindicais, e até cartazes contendo características, preços, modelos e condições de pagamento de armas de fogo.

Dois grandes portões de ferro separam as *portarias* do restante dos outros setores de trabalho. Podem ser abertos de par em par e, assim, permitem a entrada de caminhões e outros veículos na unidade. O primeiro dos portões, maciço, impede, quase que completamente a visão de fora da instituição para o seu interior. Possuem um visor de dimensões diminutas, de aproximadamente 30 centímetros de altura, por 20 centímetros de largura, para que os funcionários possam recepcionar quem deseja alguma informação ou mesmo para quem deseja ingressar no estabelecimento. O segundo portão, todo gradeado, permite a visualização de outras partes da instituição penal. Incrustado em ambos os portões, um portão menor permite o ingresso de pessoas. Seguindo fielmente as normas regulamentares, foram raros os eventos em que um dos portões permaneceu aberto no mesmo tempo que o outro.

Por terem o *pé direito* alto, as *portarias* são locais onde a circulação do ar é intensa e a sensação térmica igualmente. Isso quer dizer que nos dias quentes, a sensação térmica para quem se encontra no setor, é de muito calor; conseqüentemente, nos dias frios, a sensação de muito frio é uma constante. Na primeira das unidades investigadas, em julho de 2008, quando estávamos no inverno em São Paulo, apesar de bem agasalhados sentimos muito frio. Àquela ocasião, havia na capital e

imediações muita neblina. O interior da prisão, para quem o observa da *portaria*, estava envolto por essa névoa. Já na segunda das instituições, em janeiro de 2009, sentimos um frio intenso e muito desconfortável, mas somente quando estávamos observando as atividades funcionais dos Agentes nas *gaiolas*, num dia de muita chuva em São Paulo e proximidades.

Apesar da precariedade das instalações físicas, da ausência de mobiliário ou da presença de mobiliário pauperizado, a *portaria* das prisões investigadas era o local cujas condições arquitetônicas eram melhores que nos demais setores, especialmente as *gaiolas*. A iluminação, natural ou por lâmpadas era suficiente e o ar, apesar de gélido em alguns momentos, era menos rarefeito do que aquele encontrado mais ao fundo da prisão. Como tal, e pela própria especificidade das funções a que se destina, a *portaria* pode ser considerada como uma *sala de visitas* da instituição prisional:

(...) A sala de visitas de algumas instituições totais é muito importante. Nesse recinto, tanto a decoração quanto o comportamento geralmente estão mais próximos dos padrões externos do que dos predominantes nos locais em que o paciente efetivamente vive. O que os estranhos veem ajuda a reduzir a pressão que poderiam fazer contra a instituição (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 91).

O número de Agentes de Segurança Penitenciária observados e analisados variou, dependendo do número de funcionários presentes nos setores de trabalho investigados, nos momentos em que realizávamos as observações de campo. Entretanto, pode-se falar de certo padrão, no número de funcionários por setor quando de nossa pesquisa. Na primeira penitenciária, tínhamos de três a quatro funcionários na *portaria*; quatro funcionários na *gaiola* do pavilhão 2 e dois na *gaiola* do pavilhão 1, totalizando nove ou dez funcionários. Na segunda penitenciária, tínhamos entre quatro e cinco funcionários na *portaria*; de cinco a seis funcionários no corredor da chefia do plantão, que se revezavam com os

funcionários das *gaiolas*, e mais quatro funcionários para cada uma das duas *gaiolas* observadas, totalizando, de 17 a 19 funcionários. Somando-se o total de sujeitos observados nas duas penitenciárias, tivemos entre 27 e 29 Agentes de Segurança Penitenciária.

Geralmente, encontramos um Agente de Segurança Penitenciária do sexo feminino na *portaria* das prisões, responsável pelo registro do ingresso de pessoas ou veículos em livros próprios, ou ainda, por revistar as mulheres que desejam ingressar na prisão. Como foram apenas duas funcionárias aquelas presentes quando de nossa pesquisa, sendo uma em cada unidade prisional, não fazemos neste trabalho maiores referências às mulheres que trabalham em presídio masculino, entendendo que um trabalho idêntico poderia se desenvolver em presídios femininos com essa personagem.

Apesar das autorizações formais que tínhamos para o ingresso como pesquisador nas duas penitenciárias, e apesar de agendarmos previamente com a direção das unidades, os dias em que estaríamos no estabelecimento para a observação de campo, um número considerável dos funcionários com quem convivemos não sabia de antemão de nossa visita e, muito menos, de nossos propósitos, o que nos pareceu posteriormente óbvio, principalmente porque já sabíamos, de antemão, dessa deficiência de comunicação entre os dois grupos funcionais.

Tivemos que repetir à exaustão, à medida que chegávamos aos setores de trabalho dos ASPs, ou encontrávamos funcionários nos corredores percorridos, os objetivos de nossa pesquisa. O comportamento dos Agentes de Segurança Penitenciária, quando desses comentários, variou de alguma preocupação, desconfiança ou irrelevância para atitudes de contentamento e de apoio explícito e incondicional à pesquisa. Assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 13 funcionários, dos 27 com quem mantivemos maior contato, visando o princípio ético de que “a concordância dos participantes humanos se dê antes de sua inclusão em uma pesquisa (ANDANDA, 2008, p. 50). Apesar disso, não podemos dizer, em hipótese alguma, que

sentimos ou vivenciamos atitudes de hostilidade ou de antipatia por parte deles. Apesar da recusa em assinar o TCLE, nenhum dos funcionários mais receosos, impediu-nos de levar a efeito nossa pesquisa. Em apenas um caso, na segunda penitenciária, um funcionário retirava-se do setor de trabalho quando chegávamos para a pesquisa.

O sentimento de desconfiança, principalmente, foi de quando em quando explicitado por um ou outro funcionário. Primeiro, alegavam ser estranho que alguém se interessasse em investigá-los e não aos presos ou a própria prisão: “(...) mesmo que exista uma tradição de pesquisa sobre o sistema penitenciário, ela não se interessa pelo agente penitenciário” (CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, 1994, p. 9). MORAES (2005) também mencionará sentimentos de “(...) antipatia, rudeza e extrema desconfiança” (p. 51), quando da realização de sua pesquisa, como também nos reproduzirá o que disseram os autores franceses quando da,

(...) crença na existência de uma cultura entre os agentes penitenciários, antidetento, anti-reinserção que, por sua vez, domina as representações formadas sobre os agentes penitenciários e integra aquelas que os agentes penitenciários têm sobre eles mesmos (CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI 1994, p. 187, *in*: MORAES, 2005, p. 51).

Um segundo ponto a considerar é o fato de que paira, ainda, sobre a cultura prisional, pesando sobre as *cabeças* dos funcionários das prisões, o que foi costumeiramente designado por *bonde*, ou seja, as transferências aleatórias de funcionários em decorrência de algum ato de rebeldia ou resistência às normas, ou decorrentes de alterações funcionais e administrativas. Essas transferências acontecem de um município para outro, às vezes para locais bastante distantes do local de origem, interferindo nos projetos pessoais, profissionais e familiares do funcionário. Na história recente, os Agentes de Segurança Penitenciária foram, dentre os funcionários das prisões, alvos preferenciais dessa política autoritária, geralmente exercida por dirigentes inescrupulosos.

Numa das unidades prisionais investigadas por nós, uma colega Assistente Social nos alertou de que haveria, por parte dos ASPs, uma fantasia, permeando a nossa permanência na unidade, de que seríamos enviados pela própria Secretaria de Administração Penitenciária para investigar o desempenho dos funcionários, verificando e anotando possíveis alterações funcionais.

A simples ameaça verbal dessas transferências era sistematicamente ventilada pelos superiores hierárquicos quando desejavam condicionar o comportamento e/ou as práticas dos Agentes de Segurança Penitenciária, assim como de outros funcionários das prisões, às normas e regras, escritas ou orais, formais ou informais. Um município do oeste paulista, distante mais de 600 quilômetros da capital, teve sua denominação utilizada como símbolo dessa política de transferências aleatórias: a cidade de Presidente Venceslau era conhecida, nos meios prisionais, como *Venceslonge* e era com pavor que se considerava a possibilidade de transferência para aquele município.

Em terceiro lugar, devemos considerar que éramos funcionário de uma das unidades prisionais investigadas. Deveríamos, durante os momentos da pesquisa de campo, percorrer espaços de trânsito e de trabalho quase que exclusivos dos ASPs, observando atividades e comportamentos nem sempre permitidos oficialmente pela equipe dirigente ou pelos manuais normativos das condutas funcionais. Uma das alegações para a falta de mobiliário como cadeiras nos setores, por exemplo, era a de que não era permitido aos Agentes de Segurança Penitenciária, sentar-se durante as atividades funcionais. Também não poderiam lanchar, como faziam de forma escamoteada, em alguns momentos do dia. Podemos imaginar o quão mais desgastante seria a tarefa profissional se esses funcionários exercessem as suas atividades laborais por 12 horas ininterruptas na posição ereta e sentindo fome.

No que diz respeito às *gaiolas*, ambas as penitenciárias investigadas têm, em cada uma, duas delas. A diferença entre ambas as penitenciárias é que na primeira, uma primeira *gaiola* permite o acesso

ao pavilhão onde habitam os presos geralmente considerados de melhor e mais adequado comportamento na instituição, denominado “primeiro pavilhão”. A segunda *gaiola*, por conseguinte, permite o acesso ao segundo e ao terceiro pavilhões. Nesses dois pavilhões do *fundo da prisão* residem os internos recentemente admitidos na instituição, além daqueles que não exercem atividades comuns à rotina dos presos, como trabalhar e estudar.

Ainda no terceiro pavilhão ou quarto, no caso da segunda penitenciária, geralmente encontramos concentrados os presos considerados pelo grupo dirigente e pela equipe funcional como *ociosos* ou *problemáticos* e ainda aqueles cuja sentença de reclusão é, geralmente, mais elevada. Essa segunda *gaiola* é considerada um posto de trabalho conhecido como *fundo da cadeia*, por localizar-se no mais recôndito dessas instituições. Em ambas as *gaiolas*, três ou quatro Agentes de Segurança Penitenciária cumpriam, diariamente, as funções pertinentes ao setor. Cumpre salientar que no período noturno, quando os presos estão recolhidos em suas celas, o número de profissionais nesse setor é significativamente menor⁵².

Na segunda penitenciária, cuja construção foi concluída em 1998, com uma arquitetura diversa da primeira, construída em 1991, cada uma das duas *gaiolas* existentes ao *fundo* do estabelecimento permite passagem a dois pavilhões de residência dos prisioneiros. As atividades profissionais dos ASPs, nesses setores, em ambas as penitenciárias, não mudam significativamente quando comparadas as instituições. Envolvem situações de extrema atenção e de controle da população reclusa, dos funcionários e, eventualmente, dos visitantes que as cruzam todos os dias, como atividades mais burocráticas e administrativas, como anotações diversas em livros encontrados em cima de mesas muito parecidas com as existentes na *portaria* da instituição.

⁵² Consideramos conveniente citar o fato de que, em instituições como as que queremos investigar, a circulação de prisioneiros é bastante intensa e se dá em praticamente, todos os setores, como já salientamos pormenorizadamente em trabalho anterior (LOURENÇO, 2005).

Entrar nas prisões e ouvir os grandes portões fechando-se às nossas costas significa ingressar num ambiente em que, gradualmente, sentimentos de opressão, angústia, solidão e temor nos vão envolvendo, como que se apoderando de nossa alma e de nossos pensamentos. Em alguns momentos, um frio na espinha percorria-nos, apesar de nossa experiência profissional nessas instituições. A atmosfera sombria e lúgubre, a luminosidade decrescente, a umidade das muralhas e das enormes paredes de concreto, o frio, as grades, cercas e arames farpados por todos os lados e em todos os setores de trabalho, os imensos, pesados e barulhentos portões, o mobiliário decadente e pauperizado, os gestos, mecânicos e rituais, de abrir ou fechar portas com enormes chaves, vai aos poucos, conscientizando-nos de que adentramos um local bastante singular:

(...) enquanto passava pelos corredores, rumo à sala de aula, os agentes iam abrindo e fechando portas, umas quinze! Sentia-me preso entre corredores frios e portas de aço. Naquele dia, o caminho que me levou à sala de aula foi outro. Passei por dentro da prisão, por um corredor em frente à enfermaria, onde estava um grande número de detentos esperando atendimento. Passei no meio deles. Com muito medo, é claro! (LEITE, 1997, p. 18).

Apesar disso, prosseguimos, depois de sermos cuidadosamente revistado nas *portarias* de ambas as instituições, onde, além de investigado pelas máquinas detectoras de metais e de RX, devemos ser apalpados pelos Agentes de Segurança Penitenciária à procura de objetos e substâncias proibidos no interior do cárcere. Na segunda penitenciária tivemos que, num determinado dia, tirar os sapatos para que fossem analisados pela máquina de RX, pois o detector de metais que transpusemos apontava algum objeto estranho. Não foi raro, aliás, presenciarmos pequenas rusgas entre os próprios funcionários quando desejavam ingressar na instituição, indignados com a desconfiança dos colegas de serviço na *portaria*.

Em relação a esse item *revista*, o Manual de Rotinas e Procedimentos do Agente de Segurança Penitenciária (SAP/SP, 2005) dedica, precisamente, 20 páginas das 57 destinadas a regular os procedimentos desses funcionários, ou mais de um terço de todos aqueles ali contidos. Estão assim elencados: Procedimento de Revista; Detector de Metais; Revista – Procedimentos (sic); Revista com as Mãos Deslizando (ambos os sexos); Revista em Pessoa Despida (sexo masculino); Revista com Apalpadas de Mãos (ambos os sexos); Revista em Pessoa Despida (sexo feminino); Revista de Servidores e Revista dos itens destinados aos presos (*idem, ibidem*, p. 27-46). Pelo que conseguimos observar, apesar de uma ligeira acentuação e rigidez, as *Revista com as Mãos Deslizando* e a com *Apalpadas de Mãos* realizada em funcionários não diferia da realizada nos prisioneiros.

Antes de chegarmos às *gaiolas* das duas unidades investigadas, percorremos imensos corredores, especialmente na primeira Penitenciária que, como dissemos, tem *layout* diferente. Logo pela manhã, presenciávamos a ligeireza de alguns funcionários para chegar aos respectivos setores de trabalho, cruzando conosco aqueles corredores, denominados na linguagem da instituição de *radiais*. Outros funcionários aproveitavam os minutos que faltavam para assumir seus postos e achegavam ao refeitório do estabelecimento para um primeiro lanche, constituído de café com leite e pão com manteiga.

Seja como for, no início do dia de trabalho, quando os prisioneiros ainda não foram liberados de suas celas, os portões que atravessamos encontravam-se, em sua maioria, abertos e, praticamente, sem funcionários. Aos poucos, o estabelecimento prisional adquire aspecto diferente daquele das primeiras horas de trabalho. O silêncio do local e a movimentação quase inexistente de pessoas cedem espaço para uma multiplicidade de barulhos e de movimentações de pessoas os mais variados, que irão compor, com outros aspectos, o clima institucional até as primeiras horas da noite, quando a rotina de trancafiar os prisioneiros nas celas dos pavilhões habitacionais se repetirá, sempre após o soar de uma campainha.

Os corredores longos ou o percurso para se chegar às *gaiolas* vão exibindo um visual físico e arquitetônico empobrecido do ponto de vista estético. Quase não são observados móveis, como na *portaria*. A pintura das instituições é decadente e as paredes estão descascadas pelos efeitos do clima mais úmido. As grades dos numerosos portões de ferro exibem sinais de ferrugem e marcas de tinta repassadas uma após outra. A impressão que temos da luminosidade é que vai decrescendo à medida que avançamos rumo ao *fundo da prisão*. Sentimos que o calor também deixa de ser tão forte e, em alguns dias, em que pese o fato de termos temperaturas agradáveis em São Paulo, tivemos que vestir grossos agasalhos e com eles permanecer durante todo o dia de atividades de pesquisa, visto a sensação de frio ser muito intensa.

Num dos dias em que visitamos a segunda instituição, em janeiro de 2009, período de verão brasileiro, estivemos exposto a resquícios de chuviscos muito intensos enquanto observávamos os funcionários em serviço nas *gaiolas* da instituição. Desprovido de agasalho naquele dia, sofremos com as contínuas e intermitentes sensações desagradáveis que nos ocorriam. Diferentemente da primeira penitenciária investigada, as galerias dessa instituição, que permitem acesso às *gaiolas*, são abertas lateralmente, protegidas apenas por um muro baixo e por grades que vão da base desse muro até o teto. Foi nesse local que um dos funcionários com quem conversamos, sofreu um atentado em decorrência de disparos de projéteis de arma de fogo advindos do Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, depois de uma tentativa de fuga de prisioneiros frustrada por este último. Por muito pouco, o disparo dos projéteis não atingiu o Agente de Segurança Penitenciária que, rapidamente, se lançou ao chão visando proteger-se.

É nesta segunda Penitenciária que encontramos postos de trabalho existentes apenas nela: a *ratoeira* e o *aquário*, termos que nomeiam e referenciam a nossa pesquisa, junto com as *gaiolas*. A *ratoeira* é acessada logo depois da *portaria* e, segundo relatos dos funcionários que ouvimos, foi construída posteriormente à inauguração do estabelecimento, visando impedir ou dificultar a fuga de prisioneiros.

Um único funcionário permanece de serviço nesse setor durante o dia, sendo *rendido* por outro colega nos momentos de pausa para o almoço ou lanche ou, a seu pedido, quando necessita ir ao bebedouro ou mesmo ao banheiro, por exemplo. Podemos dizer que a *ratoeira* que, no dicionário da língua portuguesa significa, além de armadilhas para ratos, “estratagem para fazer alguém cair em logro; artifício enganador; cilada; esparrela; ardil” (HOUAISS, 2004) é uma grande *gaiola*, como são também os *aquários* existentes nessa unidade penal. GOFFMAN (2008 [1961]), cita o pesquisador Richard McCLEERY (1953), dizendo que ele faz “uma descrição muito interessante do conceito de *rato*, criado pelos prisioneiros” (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 80).

A diferença entre a *ratoeira* e o *aquário* é que, enquanto a primeira busca impedir a fuga de prisioneiros e a visão que se tem dele e do funcionário em seu interior é ampla e integral, o outro, localizado no interior das duas *gaiolas* da segunda penitenciária, permite a visualização apenas do interior para o exterior, no caso dos pavilhões habitacionais dos prisioneiros. De formato semi-oval, os *aquários* foram pensados também, como possibilidade de fuga dos Agentes de Segurança Penitenciária em caso de distúrbios que coloquem em risco as vidas ou a integridade física. Admitem acesso a outros locais da Penitenciária que tornam possível a evacuação do estabelecimento em situações críticas. Como as *gaiolas* e a *ratoeira*, imprimem variadas sensações de frio, medo, angústia, tédio e insegurança. Com exceção da *ratoeira*, que apresenta corredores laterais gradeados, os outros dois setores, as *gaiolas* e os *aquários*, são mais selados, exibindo baixa luminosidade, maior umidade e mais gelados, especialmente em dias de temperaturas mais baixas.

O procedimento de observação de campo demandou que estivéssemos em cada uma das Penitenciárias durante cinco plantões e acompanhássemos os ASPs em seus respectivos setores de trabalho ou em outros locais por onde circulavam durante, praticamente, as 12 horas destinadas ao exercício da profissão. Desde que chegávamos às unidades prisionais, estávamos atentos para quaisquer movimentos que nos

oferecessem indicativos preciosos para uma análise das condições do campo físico, psicológico e existencial e das variáveis selecionadas para a pesquisa.

Como dissemos anteriormente, tivemos que repetir à exaustão para os ASPs, nossa intenção de pesquisa. Apesar da receptividade de boa parte deles, houve alguns que se negavam a permanecer no setor enquanto estivéssemos presentes e outros que, ao tomar ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), se recusavam a assiná-lo considerando que, assim o fazendo, “se comprometeriam de forma negativa com as instâncias de decisão superiores”, no caso a própria direção da unidade ou, quiçá, a Secretaria de Administração Penitenciária.

Para alguns desses funcionários, o entendimento, ou a fantasia, que tinham do nosso trabalho e de nossa intenção, era de que se tratava de “uma investigação das falhas ou problemas no exercício profissional a ser encaminhada para a própria Secretaria da Administração Penitenciária ou, ao menos, para a direção do estabelecimento”. De imediato, quando chegamos pela primeira vez nas *gaiolas* da segunda penitenciária, nos defrontamos com um considerável sentimento de persecutoriedade que assaltava e comprometia alguns desses profissionais; ao menos um deles, soube-se depois, já contava com mais de trinta anos de trabalho em prisões.

Pareceu-nos, imediatamente, que a repetição de atividades e de gestos mecânicos: o abrir e fechar as portas, o caminhar de um lado ao outro do setor ou o acompanhamento de presos a outros locais da prisão era, quase sempre, acompanhada de uma sensação de aborrecimento, solidão ou inalterabilidade, especialmente nos momentos de maior tranquilidade e de menor movimentação nas *gaiolas* ou nas galerias. Quando não tinha o que fazer ou com quem se distrair, o funcionário cochilava ou lia, a nosso ver despreocupadamente, o que estivesse ao alcance: um jornal do dia anterior ou simplesmente uma página deste, uma revista em quadrinhos, uma informação do setor de Recursos

Humanos da unidade penal ou um folheto de supermercado com as ofertas do dia e da semana.

Outros funcionários pareciam olhar para muito longe, no horizonte: caminhavam de um lugar para outro, às vezes mais calmamente e outras vezes mais nervosos; exercitavam habilidades manuais e culinárias, construindo ou consertando uma ferramenta que seria, depois, improvisada em alguma atividade; consertando um equipamento qualquer ou o próprio mobiliário que lhes serviam de uso diário e contínuo; fazendo café ou esquentando leite, fritando doces ou bifes; ou ainda, exercitando-se fisicamente, como quando vimos um funcionário levantando pesos de metal num equipamento improvisado, que simulava a barra de um haltere. Uma conversa com colegas de função ou mesmo com algum preso ou grupo de presos, também auxiliava na passagem do tempo e, ao que parece, a aliviar a solidão do cárcere nos momentos de pouca movimentação ou contato mais próximo.

Constatamos que prisões são instituições estrepitosas: portas, portões e grades são abertos e fechados, às vezes, abrupta e violentamente, como quando presenciamos uma situação mais rígida, envolvendo dois funcionários que discutiram rispidamente em razão do que um deles nomeou de desrespeito. Era um sábado, o movimento no setor era pouco e, na *gaiola*, assistia-se à TV, quando o incidente irrompeu e interrompeu o silêncio e a relativa paz existente.

Funcionários e presos trocam e confidenciais informações entre si durante todo o expediente; carrinhos que transportam todo tipo de coisas, desde mantimentos até objetos os mais variados como baldes, contendo água para lavar as galerias, ferramentas que serão utilizadas pelos presos, galões com restos de comida, são transportados daqui para acolá; por vezes, vimos que os pneus desses carrinhos estavam murchos e tinham juntas de metal que necessitavam de lubrificação, aumentando o esforço de quem o empurrava; mesas e cadeiras são arrastadas no chão sem qualquer cuidado; há o barulho das máquinas e das ferramentas nas oficinas de trabalho dos presos, e do jogo de futebol dos internos nas

quadras dos pavilhões; há ainda a *contagem*, realizada sistematicamente todas as manhãs, tardes e noites pelos funcionários das *gaiolas* e precedidas, ritualisticamente, de campainhas que avisam a todos, do procedimento que se aproxima. Quando essas contagens de presos não coincidem, como aconteceu durante nossa pesquisa de campo, os funcionários ficam estarelecidos e retomam-nas, entrando novamente nos pavilhões e anotando a quantidade de presos em cada cela, até que identifiquem o erro. Existem ainda, os cultos, as orações e as músicas religiosas entoadas nas capelas dos estabelecimentos ou de outros ambientes internos da prisão, como as salas de aula.

Somente antes das sete horas da manhã, quando os presos ainda estão trancados nas suas celas e os funcionários chegam à prisão, e depois das quatro horas da tarde, quando o barulho e a movimentação por corredores, *gaiolas*, galerias e pátios diminuem acentuadamente, percebemos o quanto o ritmo, o barulho e a circulação na prisão são intensos e ininterruptos praticamente durante as nove horas de atividades laborais. Em que pese a acentuada diminuição de movimentos e falatórios de presos oriundos no interior da prisão depois das quatro horas da tarde e o fato de que, nesse momento inicia-se o trancafiamento dos mesmos em suas celas, as conversas em tom de voz muito elevado, por parte dos funcionários ou dos presos, persistem nas próprias habitações dos presos até o momento estabelecido para o apagar das luzes e o recolhimento definitivo, às nove horas da noite. Apenas depois desse horário, a instituição prisional ingressa num período de letargia e silêncio, que igualmente assusta e incomoda.

Os Agentes de Segurança Penitenciária permanecem muitas horas em pé no transcorrer de um dia de trabalho, geralmente, caminhando de um lado para outro e de um setor da prisão para outro, conferindo condutas e revistando prisioneiros. Estes, identicamente, caminham bastante durante o dia, seja no interior dos pavilhões seja pelos corredores da penitenciária. Ambos os grupos compõem a denominada *Prison Community* de CLEMMER (1958). Ambos os grupos permanecem, boa parte do tempo, em contínua relação. Às vezes, os

funcionários entram nos pavilhões e dissolvem um ou mais grupos de presos que se posicionam num certo canto, discutindo um assunto qualquer, pois grupos de presos reunidos em algum canto dos pavilhões são considerados em atitude suspeita e, portanto, a dissolução desses grupos pelos Agentes de Segurança Penitenciária visa a manutenção da ordem institucional: (...) eles são poucos e os reclusos são muitos. Um momento de distração da vigilância dá ao prisioneiro uma oportunidade de efetuar uma variedade de atos ilegais sérios (SYKES, 1999 [1958], p. 24. Tradução livre).

Outras vezes, os Agentes de Segurança Penitenciária ingressam nos pavilhões repletos de presos, procurando por algum deles, apesar da restrição a esse procedimento que, segundo ouvimos, deveria existir na segunda penitenciária: relatos dos próprios funcionários, em conversas ocasionais, nos diziam que os líderes do PCC na penitenciária, proibiam o ingresso de funcionários nos pavilhões sem ordem expressa dessas lideranças. Embora extenuados depois de um dia de trabalho, os funcionários quase não conseguiam sentar-se nas cadeiras e bancos improvisados, já que só era possível apenas em alguns momentos do dia, especialmente no horário de almoço dos presos, quando a maioria está recolhida às suas celas. Quando isso acontecia, a permanência nessa posição sentada era muito efêmera; logo eram requisitados para resolver alguma outra questão ou pendência num canto qualquer da prisão.

Outra impressão que tivemos foi de que quanto mais adentrávamos a prisão, mais lúgubre e melancólico se tornava o local, menos iluminação encontrávamos e mais frio sentíamos. As *gaiolas*, particularmente, são locais de trabalho muito escuros: o sol não chega até elas e as lâmpadas, quando existem, ou estão queimadas ou em vias disso, pois piscam intermitentemente. Apenas na *portaria* esse aspecto diferenciou-se. Por ser um local mais amplo e aberto e se localizar à entrada da prisão, os raios solares iluminavam o setor. A *portaria* também é o setor de trabalho mais bem conservado, comparativamente aos outros que investigamos; suas instalações e seu mobiliário encontravam-se em melhores condições de uso do que aquelas

encontradas nas *gaiolas* e nas galerias. A explicação para isso, talvez seja o fato de que é por ali que se adentra a prisão; todos são obrigados a passar pela *portaria* para chegar a outros cantos e setores da prisão, sejam funcionários, visitantes ou mesmo autoridades. A *portaria* é a *sala de visitas da instituição*, nas palavras de GOFFMAN (2008 [1961], p. 91).

No que se refere ao mobiliário disponível, o que vimos durante nossas observações lembra precariedade, aviltamento, pauperização, menosprezo e desvalorização. Quando existiam, as cadeiras encontravam-se, em grande parte, em péssimo estado de conservação e, mesmo assim, ainda serviam, em algumas oportunidades, de assento para os funcionários, que pareciam não se importar com esse aviltamento. Impressionou-nos verificar que os funcionários sentavam-se em cadeiras sem estofamento ou nas próprias ferragens daquilo que foi, um dia, um assento de cadeira. As mesas de trabalho, identicamente, apresentavam-se em estado precário: eram velhas, estavam riscadas ou descascadas e faltavam gavetas e, às vezes, uma das pernas.

Essa pouca importância em relação ao instrumental de uso ou em relação aos equipamentos, móveis e ambiente interno, foi uma constante em ambos os estabelecimentos. Muitas vezes essa situação gerou ações de improviso, por parte dos Agentes. O que já sabíamos ocorrer entre o grupo de internos e imaginávamos, fosse um traço característico e exclusivo dos presos, ocorria também com o grupo de Agentes de Segurança Penitenciária. Na segunda penitenciária, por exemplo, os funcionários faziam o café e esquentavam o leite em dispositivos que improvisavam: fabricavam resistências elétricas que possuíam fins específicos. A falta de vidros na janela do banheiro do posto de trabalho conhecido como *chefia* da segunda penitenciária foi solucionada, improvisando-se pedaços de jornal, papelão e chapas de ferro que, precariamente arranjados no local, podiam proporcionar uma relativa sensação de privacidade.

Não só os equipamentos e o mobiliário existentes nos deram uma imagem de instituição desvalorizada, preterida, desprezada e

pauperizada pelo poder público estatal. Os funcionários sentiam-se preteridos às vezes, e não apenas pela escassez de recursos ou pelo comprometimento físico dos materiais e equipamentos de trabalho; é o que pudemos ouvir deles mesmos em algumas ocasiões em que se dispuseram a falar livremente. Naqueles dez dias de observação em que realizamos nossa pesquisa, nas duas instituições, não presenciamos o comparecimento dos respectivos diretores em nenhum dos setores observados. Diretores gerais, conhecidos como diretores de departamento⁵³ adentram a prisão e, particularmente, o fundo desta, em momentos muito raros:

(...) Mesmo trabalhando em antagonismo com suas próprias opiniões e tentando corresponder à expectativa social, os Agentes Penitenciários e sentem substancialmente e profissionalmente (sic) não valorizados, afetados, por todos os lados e em todos os níveis, nos seus sentimentos de estima (CHIES, 2008, p. 99).

Abandonados no interior da prisão, os funcionários sentem-se desamparados e veem seus superiores hierárquicos a uma distância muito grande. A fim de suprir o que para nós pareceu ser esse um sentimento de abandono e desamparo, os funcionários criam e desenvolvem um *espírito de corpo* ou de *equipe*, já anteriormente percebido por GOFFMAN (2008 [1961]) e SYKES (1999 [1958]), quando se ajudam mútua e solidariamente, principalmente em momentos de grande tensão como ao trancar os presos nas celas, no final de um dia de trabalho. Os Agentes de Segurança Penitenciária são ágeis e ligeiros, chegam e se retiram de seus setores com muita rapidez e, quase sempre, imperceptivelmente. Não raro, percebíamos que um funcionário, que não vimos chegar, encontrava-se no recinto. O grupo de funcionários é

⁵³ As prisões de São Paulo são administradas por um diretor geral, que, no quadro de cargos da Secretaria de Administração Penitenciária recebeu, até 2009, a denominação de Diretor de Departamento. Atualmente é denominado de Diretor Técnico III. Temos ainda nas prisões, diretores de Divisão e Diretores de Serviço, subordinados ao primeiro e, atualmente designados como Diretores Técnicos II.

constantemente modificado, aumentando ou diminuindo o número de seus membros conforme a exigência da situação de trabalho ou o período do dia.

Praticamente, passam-se muitos dias, talvez semanas ou, quiçá meses, até que os ASPs, do *fundo da prisão*, se encontrem com os respectivos superiores hierárquicos, especialmente os de mais alto escalão. Num desses dois locais investigados, soubemos que num certo dia, anterior àquele em que estivemos realizando a observação de campo, o diretor geral esteve no setor das *gaiolas* e *aproveitou* para criticar o trabalho desenvolvido, a disposição e o moral dos ASPs. GOFFMAN (2008 [1961]) também já havia chamado a atenção para essa característica das *instituições totais*:

(...) Como todos os tios, as pessoas do nível mais elevado não têm a tarefa de disciplinar os internados, e seus contatos com estes são tão pouco numerosos que essa delicadeza não perturba a disciplina geral (p. 100).

Advêm daí que, ao imiscuir-se pouco nos assuntos mais comezinhos da unidade penal, ingressando só raras vezes no interior do cárcere e, em especial, no *fundo da cadeia*, o corpo dirigente também se afasta dos funcionários de níveis hierárquicos inferiores, deixando-os com um sentimento de abandono e desamparo. Mesmo FOUCAULT, bastante crítico das prisões e dos funcionários destas, admite, concordando com um magistrado numa certa passagem de *Ditos e Escritos*, que “os guardas (como os presos) também são vítimas” (2006 [1994], p. 11). Como os prisioneiros, sofrem, também eles, processos de *infantilização*, no sentido de que sua autonomia é bastante restrita e dependente de códigos, regulamentos, leis e ordens superiores. Estas últimas, geralmente são repassadas por meio de um sistema de *autoridade escalonada* (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 45), dos níveis mais elevados para os mais baixos da hierarquia institucional.

O diretor de segurança e disciplina, pela própria característica e responsabilidade do cargo, ingressa com mais frequência no interior da instituição, assim como o diretor de produção e escola, responsável pela organização e manutenção das oficinas de trabalho dos presos bem como da escola no interior do cárcere⁵⁴. Enquanto há, nas *Informações para Inclusão do Preso*, referências à Diretoria do Centro de Segurança e Disciplina, o Manual de Rotinas e Procedimentos do Agente de Segurança Penitenciária omite qualquer referência à diretoria geral (POP, 2005, p. 63-65). Com exceção destes dois dirigentes do estabelecimento penal, nenhum outro diretor desce para o *fundo da prisão*; naquele recôndito encontraremos costumeiramente, apenas dois grupos de pessoas, em contínua e constante inter-relação: Agentes de Segurança Penitenciária e presos:

(...) O guarda de pavilhão mantém um posto intermediário numa estrutura burocrática entre os funcionários de escalão superior na prisão - os seus capitães, tenentes e sargentos - e os prisioneiros sob sua responsabilidade. Como muitos "azarões", sempre no meio, o guarda é capturado em um conflito de lealdades. Ele se ressentido de muitas das ações dos seus superiores - a repreensão, a falta de apreciação pronta, a ordem incompreensível - e nos internos ele encontra simpatizantes dispostos: eles também afirmam sofrer de capricho excessivo de energia (SYKES, 1956, p. 260. Tradução livre).

Cabe salientar que, embora o primeiro contato com os Agentes de Segurança Penitenciária tenha sido revestido dos sentimentos de desconfiança e persecutoriedade apontados anteriormente, o percurso de nossa pesquisa de campo no interior das instituições prisionais transcorreu sem intercorrências. Em todos os setores em que estivemos (*portaria e gaiolas*, especialmente), depois de um primeiro momento de explicações sobre os objetivos da pesquisa, fomos, praticamente, incluído no grupo em exercício no setor correspondente. Houve mesmo

⁵⁴ Em relação a esse assunto, recomenda-se a leitura de Elenice Maria Cammarosano ONOFRE (Org.), 2007.

algumas ocasiões em que ao pesquisador fora solicitado que auxiliasse na condução das tarefas laborais do setor. Numa ocasião, quando poucos funcionários estavam de plantão na *gaiola* de uma das penitenciárias e era necessário realizar a contagem dos presos nos pavilhões, ao final do expediente, foi-nos solicitado que ficássemos como responsável pelos portões. Enquanto permanecíamos na *gaiola*, todos os ASPs do setor entraram nos pavilhões para a tarefa de praxe.

Interessa-nos apontar o sentimento e as sensações que ocorriam conosco à medida que o tempo de permanência dos ASPs no pavilhão transcorria e realizavam a tarefa de trancar os prisioneiros. Já tínhamos notado que, durante essa tarefa nas *gaiolas*, enquanto alguns deles realizavam a contagem e a tranca dos prisioneiros em suas celas, o colega remanescente na *gaiola* observava, atento, o movimento no interior dos pavilhões através de um visor de vidro localizado lateralmente e medindo, aproximadamente, um metro de comprimento por 20 ou 25 centímetros de altura, incrustado na parede. Como já dito, são três ou quatro funcionários que ingressam nos pavilhões para trancar 300 ou mais prisioneiros que, até aquele momento, estavam soltos nos mesmos.

Quando nos foi solicitado que ficássemos na *gaiola* à espera dos colegas que trancavam os prisioneiros, imediatamente nos posicionamos diante desse dispositivo de vigilância, preocupados que ficamos com os funcionários que ingressavam no pavilhão, e a espera pelo seu retorno, apesar de curta, menos de cinco minutos, pareceu-nos extremamente longa. Víamos os Agentes Penitenciários ordenando a entrada dos prisioneiros em suas celas e estes, passivamente, acatando as ordens. Tínhamos o receio de que algum incidente poderia ocorrer. Quando retornaram, sem nenhuma alteração, agradeceram o auxílio e brincaram conosco, dizendo que “agora éramos um deles”. Encontramos muita solidariedade entre os Agentes de Segurança Penitenciária e analisaremos esse item em outro capítulo. Por enquanto, queremos falar da questão da mudança ou confusão de identidade, que já foi apontada por GOFFMAN (2008 [1961]):

(...) Nas instituições totais, muitas vezes, ouvimos anedotas de identidade. Os internados falam das vezes em que foram confundidos com membros da equipe dirigente e, durante algum tempo, permitiram que continuasse a haver o erro de identificação, ou das vezes em que consideraram pessoa da equipe dirigente como se fosse um internado; as pessoas da administração também contam como foram confundidas com internados (p. 99).

A carência de recursos humanos nas prisões é elevada e, pelo que soubemos de relatos dos próprios funcionários, é raro encontrar o quadro de pessoal, especialmente da Segurança, devidamente preenchido. Elencamos os seguintes motivos: a aposentadoria de alguns Agentes de Segurança Penitenciária; a transferência, a pedido, de alguns e, com o falecimento de outros, fazem com que essa precariedade apenas aumente. Ainda temos as férias, os abonos e os afastamentos de várias ordens, como aqueles por problemas de saúde, licenças-prêmio e licenças sem vencimentos⁵⁵. Numa das penitenciárias em que estivemos, dos 203 ASPs que, teoricamente, deveriam prestar serviço à época de nossas observações, apenas 124 encontravam-se, de fato, trabalhando no estabelecimento penal.

Alguns dias depois de termos concluído a observação de campo na segunda penitenciária, conseguimos os dados referentes ao número de funcionários em efetivo exercício profissional: o Quadro de Lotação de Pessoal (QLP) previsto em Lei nessa outra instituição era de 268 Agentes de Segurança Penitenciária. O número de ASPs efetivamente classificados (contratados) era de 232, sendo 214 homens e 18 mulheres. Estavam assim divididos: 76 realizando suas funções no turno 1 (diurno); 21 no turno 2 (noturno); 66 no turno 3 (também diurno) e finalmente, 28 no turno ou plantão 4 (também noturno). No mês de janeiro de 2009, quando realizávamos a observação de campo, tínhamos 44 trabalhadores

⁵⁵ Licença-prêmio é um benefício previsto em Lei Estadual a qual tem direito todo servidor público estável depois de cinco anos de efetivo exercício da atividade funcional. É de 90 dias e pode ser gozado integralmente ou escalonado. A licença sem vencimentos é outro benefício a que tem direito os mesmos servidores quando desejam afastar-se das atividades funcionais por algum motivo particular. Pode ser de até dois anos e, como o próprio nome sugere, não dá direito a receber os vencimentos habituais pelo período de afastamento.

em férias; outros 12 licenciados e mais 32 em *desvio de função*⁵⁶, incluindo aqueles em cargos de chefia ou diretoria. Somados, eram 144 os funcionários efetivamente em exercício naquele momento, havendo, pois, um déficit de 88 ASPs. A proporção número de funcionários por prisioneiros é diminuta, segundo outros pesquisadores:

(...) Em São Paulo, no sistema penitenciário, em 1994, a proporção era de um funcionário para 2,17 presos (14.702 funcionários para 31.842 presos). Em 2006, a proporção conheceu queda: um funcionário para 4,99 presos (25.172 funcionários para 125.523 presos). Ou seja, a população presa quase que havia quadruplicado, enquanto a de funcionários (cerca de 80% deles são agentes de segurança) nem mesmo havia duplicado (ADORNO e SALLA, 2007, p. 22).

Visando suprir essa precariedade são tomadas algumas medidas, seja pela direção da unidade penal, seja pelos próprios funcionários. Os postos da *portaria* e das *gaiolas* são considerados essenciais e, portanto, devem apresentar um número mínimo de Agentes em serviço. Já foi dito que o número deles nesses postos de trabalho variou pouco, às vezes aumentando o número de funcionários à disposição. Nos horários de maior movimento, especialmente no período da manhã, quando as celas são abertas e os prisioneiros saem para a rotina diária, e à tarde, quando a situação se inverte e se realiza a tranca dos prisioneiros em suas celas para a janta e o descanso noturno, notávamos, chegando aos setores da *portaria* ou das *gaiolas*, funcionários oriundos de outros lugares da instituição, a fim de auxiliar os colegas na realização das tarefas. Esse procedimento pode ser repetido no horário do almoço da população reclusa.

⁵⁶ *Desvio de função* é o termo que se usa para nomear aqueles funcionários que se encontram realizando atividades em áreas e setores ou funções diversas daquela para a qual foram contratados efetivamente. Assim, um número expressivo de ASPs desempenha, nas unidades penais, atividades administrativas em vez de atividades relacionadas à segurança. Essa prática se perpetua, segundo ouvimos, porque o Poder Público Estadual não contrata funcionários para essas funções administrativas e burocráticas.

Em outros momentos do dia e, principalmente durante o período do meio do expediente, entre 11 e 13 horas, e a partir das 16 horas em diante, as atividades profissionais diminuem e há pouco o que fazer a não ser o preenchimento de papéis e livros com a contagem dos prisioneiros ou com a conferência de quem entrou ou saiu na instituição prisional. Neste momento, tanto os setores da *portaria* quanto os das *gaiolas* apresentavam um ou dois funcionários apenas. Os demais percorriam outros locais da instituição, ou substituíam colegas em outros setores.

Os Agentes de Segurança Penitenciária, quando não estão tensos em decorrência da tarefa a ser executada, brincam bastante entre si. Contam piadas, falam de suas famílias e lares, lembram-se de episódios engraçados que vivenciaram ou presenciaram ou mesmo, falam de aspectos às vezes indesejados dos colegas. Foram capazes de brincar com o fato de que o pesquisador escrevia quase compulsivamente, enquanto trabalhavam. Alguns deles quiseram ler o que escrevíamos em nosso caderno de campo. Ao final, concordavam com o que liam e diziam que “era isso mesmo o que acontecia”. Também não foi incomum presenciarmos conversas animadas entre os Agentes de Segurança Penitenciária e os prisioneiros, como quando um prisioneiro debochou do fato de um funcionário estar engordando, dizendo que “a comida da instituição está muito boa”:

(...) As representações anuais que satirizam as pessoas da equipe dirigente constituem uma fonte dessas brincadeiras (de identidade); os momentos de brincadeira pesada, durante o dia, apresentam a mesma coisa. E também encontramos os escândalos de identidade, casos em que uma pessoa começou como membro da equipe dirigente, de alguma forma caiu em desgraça, e se tornou membro do grupo de internados na mesma instituição (ou em instituição semelhante) (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 99).

Enquanto estivemos em processo de observação de campo, ouvimos comentários dos funcionários a respeito de um episódio acontecido com um colega de uma instituição localizada em São Paulo, que havia sido detido enquanto tentava ingressar no estabelecimento em que trabalhava, transportando armas de fogo que, supostamente, seriam negociadas com algum prisioneiro. Os ASPs que discutiam o ocorrido demonstravam muita indignação e revolta, pleiteando uma pena exemplar para o “bandido”. Soubemos de outro caso semelhante ocorrido numa das penitenciárias investigadas, mas tempos depois que realizamos a nossa pesquisa. Um *novato*⁵⁷ foi flagrado, tentando ingressar com alguns aparelhos de telefonia celular e mais alguns carregadores de bateria para esses aparelhos. Segundo constou para nós, esse funcionário teria sido humilhado pelos colegas, deixado em cela da própria instituição por algumas horas e depois levado à delegacia de polícia próxima para os procedimentos legais de praxe. Os comentários dos funcionários a esses eventos, quando ocorrem, duram vários dias e tornam muito tensa a vida no interior do cárcere já que:

(...) O papel prescrito para o agente: o bom supervisor é um ser moral por excelência. Entre as qualidades que se espera dele figuram a honestidade, a coragem, a sociabilidade, a paciência, a lealdade, a diplomacia, a tolerância, a disponibilidade, a autoridade natural e o sangue frio (CHAUVENET, ORLIC e BENGUIGUI, 1994, p. 101. Tradução livre).

Os ASPs também conhecem e utilizam uma linguagem mais vulgar, praticada com certa frequência nas unidades penais, como as gírias e outras expressões do mundo interno do cárcere. Resistências elétricas são denominadas de *pererecas*; as camas de dormir dos presos são conhecidas como *jegas*; as celas são conhecidas simplesmente como *x* e assim, sucessivamente. Alguns presos são chamados pelos apelidos

⁵⁷ Termo utilizado para designar os funcionários recém admitidos na função de Agente de Segurança Penitenciária.

ou alcunhas ou, ainda, a partir de um problema físico ou de saúde qualquer, como o “diálise”, em referência a um prisioneiro portador de mal crônico dos rins, que se submetia, diariamente, a sessões de hemodiálise em equipamento de saúde externo ao presídio. Alguns funcionários também trazem para a prisão seus apelidos pré-existentes ou os recebem no estabelecimento, como o ASP que é chamado pelo nome de um objeto de uso diário, por uma marca de nascença, ou mesmo por uma característica física:

(...) A equipe dirigente, principalmente em seus níveis inferiores, conhece também essa linguagem (as gírias e outras expressões do mundo interno das instituições totais), e pode usá-la ao falar com os internados, embora passe a linguagem mais padronizada quando fala com superiores e estranhos (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 53).

Alguns dos Agentes de Segurança Penitenciária observados durante nossa pesquisa e que, no decorrer desta, diziam algo de si ou de aspectos gerais de sua atividade profissional, ou mesmo de seu mundo particular, não acreditavam em mudança de comportamento ou postura dos presos, considerando a sua atividade profissional meramente voltada à segurança e disciplina no interior da prisão. Acabavam por se acostumar com o que eles mesmos denominavam de *engodos* e *chavões* normalmente declamados pelos superiores hierárquicos, tais como *reabilitação*, *ressocialização* ou *reintegração social* dos presos. Tinham para si, em que pesem as tentativas manifestas das autoridades de inculcar-lhes objetivos institucionais mais *progressistas* e *atualizados*, a real característica e finalidade da instituição penal:

(...) Quando você chega na cadeia você descobre que o único princípio de ressocialização que existe é a disciplina. Você não pode fazer mais nada além disso. Então daí já foi o primeiro... (longo silêncio) a primeira desilusão, vamos dizer assim. Preparam para nós uma coisa que não existia (alusão ao curso de formação profissional dos ASPs), quer dizer uma utopia. Falava em ressocializar e o sistema não favorece em

nada a ressocialização. (...) Quando eu cheguei na Penitenciária eu descobri que eu tinha que ser um segurança. Ou seja, nós temos que tá lá pra manter a disciplina e manter a ordem na cadeia, manter as coisas funcionando. Então, se consome muito tempo nisso e sobra pouco tempo prá você ressocializar, mesmo porque o sistema (penitenciário) não favorece, não tem como ressocializar (Trecho de entrevista de Agente Penitenciário. In: MORAES, 2005, p. 240).

Apesar disso, não desanimavam e, sempre que podiam, os Agentes de Segurança Penitenciária travavam algum discurso com os prisioneiros na tentativa de demover nestes a vingança contra a sociedade que os prendeu ou mesmo a ideia de continuação na vida criminal, após a liberdade. Os mais religiosos discutiam dogmas e ensinamentos bíblicos ou espíritas com os prisioneiros ou com as visitas destes, nos dias destinados a isto: “(...) pelo menos recuperar quem é passível de recuperação, porque existem casos que não há como recuperar” (*idem, ibidem*, p. 241).

Geralmente, eram os ASPs mais antigos aqueles que resistiam mais à ideia de transformação dos prisioneiros. Pela longa permanência no interior do cárcere e pelo fato de, nesse longo percurso funcional, terem vivido e presenciado toda sorte de acontecimentos, incluindo várias rebeliões, fugas, motins e idas e vindas repetidas de vários prisioneiros, era destes que presenciávamos os discursos mais negativos acerca da possibilidade de recuperação dos prisioneiros, muito embora esse dado não fosse unanimidade entre os funcionários mais antigos. O fato é que, muitos deles, depois de vinte, vinte e cinco ou trinta anos de atividade funcionais nas prisões, aguardavam ansiosamente o momento da aposentadoria. Perguntados sobre o que pensavam em fazer quando esse momento chegasse, alguns deles não sabiam o que responder. O hábito, que, segundo BERGER e LUCKMANN (2009 [1966]), forneceria “a direção e a especialização da atividade que faltam no equipamento biológico do homem, aliviando assim o acúmulo de tensões resultantes dos impulsos não dirigidos” (p. 78), não lhes possibilita a “deliberação e a inovação” (*idem, ibidem*) em suas vidas.

Pelo menos metade dos Agentes de Segurança Penitenciária também não acreditava em mudanças significativas na condução das políticas públicas para as prisões, levadas a cabo pelo Estado. Pareciam acostumados com a precariedade das instalações e do mobiliário e da própria atividade profissional, assim como com muita desorganização e distanciamento de seus superiores hierárquicos. Numa das penitenciárias investigadas, um pedaço de papel branco deixado no chão por algum dos funcionários presentes permaneceu boa parte do dia naquela posição, contrastando com o corredor limpo. O vaso sanitário do banheiro de uso pelos funcionários de uma das penitenciárias não possuía tampa, e a torneira da pia deixava vazar água ininterruptamente. Não vimos movimentação alguma dos funcionários para alterar esse estado de coisas.

Alguns desses funcionários chegavam a questionar, inclusive, o próprio processo seletivo que os contratou, incluindo etapas posteriores às avaliações escritas e as entrevistas realizadas quando do período inicial do concurso público que realizaram, como o curso de formação profissional que foram obrigados a fazer como pré-requisito para o exercício da função de ASP. Segundo um desses funcionários, por conta de um processo seletivo falho e omissos e em decorrência de um curso de formação técnico-profissional mais teórico, muitos colegas chegam às unidades penais sem preparo suficiente para o exercício de atividades funcionais tão específicas:

(...) Nesse momento entende-se a valorização dos *ensinamentos* do agente penitenciário “da ativa” que ensinou para eles, (...) como a cadeia funciona... o preso, o gato só pensa em fugir e você tem que fazer assim, assado, e não fazer isso, não fazer aquilo e tudo mais (MORAES, 2005, p. 240).

Porque sabiam que o pesquisador era psicólogo ou porque sabiam de seu percurso profissional na Secretaria de Administração Penitenciária (professor, diretor de núcleo, conselheiro penitenciário),

alguns Agentes de Segurança Penitenciária contavam-nos, nos momentos mais tranquilos da vida institucional, seus problemas e suas angústias. Eram questões voltadas às suas vidas pessoais, como a solidão que sentiam, distantes de suas casas e de suas famílias (alguns funcionários residiam em outros municípios do Estado, muito distantes, e lá deixaram esposa, filhos ou pais); a dificuldade em dar conta das tarefas profissionais; mudanças comportamentais e de saúde que tiveram após o ingresso e a permanência como Agentes de Segurança Penitenciária. Um deles tinha dificuldades graves para respirar que, disse, agravaram-se depois de sua contratação; outros passavam por dificuldades no relacionamento conjugal ou com filhos; outros, ainda, apresentavam dificuldades em controlar o impulso por bebidas ou cigarros. Na medida em que conseguíamos, orientamos esses funcionários na busca por auxílio. Esses comentários que clamavam por escuta e por orientações corroboravam resultados de pesquisa realizada por CHIES *et al* (2001).

Importante é o que esse autor apontou, reforçando considerações de SYKES que, já na década de 1950, acreditava que “os defeitos do sistema penitenciário são mais de caráter estrutural do que de inadequações individuais” (CHIES, 2008, p. 100). Ao menos um dos funcionários com quem travamos contato nos dias em que realizamos a pesquisa de campo, residia em edificação externa a uma das prisões investigadas e que fora local de moradia dos operários quando da construção da unidade penal. Soubemos, tempos depois, de outros funcionários que dividiam espaços residenciais apertados, em construções de madeira e, às vezes, com suas famílias: “(...) e o que dizer dos que moram “amontoados” em beliches de quartos de pensão?” (CARVALHO, 1990, p. 111).

Os dirigentes da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo reconhecem as dificuldades, para os funcionários, apontadas acima:

(...) Os concursos da SAP são feitos na esfera estadual, o que muitas vezes se traduz aos aprovados em distância da família, pois um candidato que mora em determinada cidade tem de se deslocar para outra, onde escolheu uma das vagas disponíveis. Isso, ao longo do tempo, gera despesas de transporte e até de moradia para os que optam em residir próximo ao trabalho (REVISTA SAP, nº 1, p. 7).

Sem muitas esperanças de um futuro diverso do presente, alguns dos funcionários se culpavam pela precariedade que encontrávamos e que, de alguma forma, era constituinte de sua própria realidade existencial. Segundo CARVALHO (1981): “(...) esperança e culpa situam-se na relação entre essas duas dimensões, tempo psicológico e graus de fantasia, ambos dimensões do espaço de vida” (p. 57):

(...) Observamos como não há nenhum momento em que o peso do trabalho não se faça sentir, tão fundamente se inscreve no corpo como memória carnal, na percepção do mundo como essência e não acidente. Qualquer propósito de considerar o trabalho como um instante isolado revela-se infactível (MELLO, Sylvia Leser de, 1988, *in*: CARVALHO, 1990, p. 112).

VII – Análise e discussão das observações

(...) Um grupo como o dos agentes penitenciários, que teoricamente daria o modelo contrastivo à sociedade dos reclusos, e que exerce em princípio o controle direto sobre estes, encerra características ambíguas. Situa-se em uma condição de liminaridade. Por um lado, utiliza os estereótipos da sociedade civil, e mantém o distanciamento cultural em relação ao recluso, enquanto representante dos valores, ou princípios, atacados por este. Por outro lado, ocorre o contrário. Ou seja, compartilha da visão de mundo e das práticas do apenado. Assim, as conotações de distanciamento cultural que seriam cabíveis pela oposição delinqüente/não delinqüente são anuladas, na medida em que o agente penitenciário atua como participante da subcultura carcerária e como informado, no sentido de ser alguém que tem um conhecimento do mundo do crime que não é compartilhado pelo público leigo (CENTURIÃO, 2001. In: CHIES, 2008, p. 96).

Enunciamos, no capítulo IV deste trabalho, os conceitos lewinianos que acreditávamos, seriam fundamentais para a análise do *espaço de vida* dos Agentes de Segurança Penitenciária no interior do cárcere. Cabe recordá-los, no momento em que iniciamos a análise de nossos resultados: pessoa, ambiente, necessidade, regiões, limites de regiões, movimento e locomoção, forças das regiões (impulsoras ou frenadoras), forças pessoais e ambientais, barreiras entre regiões, caminho de uma região para outra, valências, conflito, tensão, equilíbrio, além do fundamental conceito de tempo com a consequente dimensão realidade-irrealidade.

Iniciamos a análise dos dados referindo-nos à pessoa investida do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, ao grupo de funcionários do qual faz parte e ao ambiente profissional em que realizam suas funções laborais. Como dissemos, pessoa e ambiente são instâncias constituintes do que a psicologia estrutural de Kurt LEWIN denominou *campo psicológico* (1965 [1951]). Pessoa e ambiente devem ser tomados como variáveis mutuamente dependentes quando se deseja compreender o comportamento humano, pessoal ou grupal. O dinamismo de pessoas e

grupos na relação com o ambiente é, portanto, fundamental para a compreensão das instâncias psicológicas.

Muito embora o *espaço de vida* lewiniano leve em consideração a “totalidade dos eventos possíveis” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 45), devemos nos preocupar em determinar quais eventos são, necessariamente, importantes para um diagnóstico dos comportamentos das pessoas, ou “quais os fatos que podem determinar o comportamento do indivíduo num certo momento e qual o critério a ser utilizado na determinação desses fatos (*idem, ibidem*). O meio físico ou social é considerado, na *Teoria de Campo*, como um *evento* ou *fato psicológico*, de acordo com o que as pessoas que nele vivem ou atuam, o veem. Isso quer dizer que devemos analisar os fatos ocorridos no ambiente, a partir da consideração que deles fazem as pessoas envolvidas.

LEWIN pondera que os eventos passados são importantes na constituição das pessoas; entretanto, esses acontecimentos só podem ser analisados a partir da condição atual de vida das mesmas, ou seja, na perspectiva psicológica singular que cada um desses eventos passados possa constituir com o presente existencialmente vivido: “(...) qualquer comportamento ou qualquer outra mudança no campo psicológico depende somente do campo psicológico naquele momento” (LEWIN, 1965 [1951], p. 52). Essa introdução se faz necessária porque apresentaremos aspectos característicos do Agente de Segurança Penitenciária e do grupo do qual este faz parte no interior do cárcere que, de uma forma ou de outra, são fundamentais na produção, manutenção ou transformação de determinados comportamentos; comportamentos esses que encontramos ao longo de nossa pesquisa de campo, ou que foram mencionados por outros pesquisadores, ao longo deste trabalho.

Historicamente, o Agente de Segurança Penitenciária é compreendido como uma pessoa cujas origens remontam às próprias origens dos prisioneiros: “(...) Se a instituição é consideravelmente permeável à comunidade mais ampla, essas pessoas podem ter a mesma

origem social que os internados, e até uma origem inferior” (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 106).

Na introdução de *Ditos e Escritos* (FOUCAULT, 2006 [1975]), Manoel Barros da MOTTA, menciona a visita que o pesquisador francês realizou à prisão de *Attica*⁵⁸, nos Estados Unidos da América, em abril de 1972. Dentre outros aspectos da prisão, FOUCAULT teria constatado que “o staff era composto principalmente de brancos e de origem rural” (p. LIV). Embora verdadeiras, as constatações de GOFFMAN e FOUCAULT são realizadas numa época na qual o mercado de oferta de mão de obra se constituía diferentemente da que temos atualmente. Hoje, percebemos que, com a reduzida oferta de postos de trabalho para algumas carreiras de nível superior, e a consequente especialização exigida dos trabalhadores no mundo contemporâneo, temos assistido ao ingresso, nas prisões, de funcionários com escolaridade diversa e oriundos de diferentes ambientes. Apesar disso, tendemos a aceitar a tese de que, na sua maioria, os funcionários de prisões, especialmente os ASPs,

(...) têm sido recrutados entre trabalhadores braçais – lavradores, pintores, pedreiros, motoristas, bem como entre trabalhadores urbanos não qualificados – com baixo nível de escolaridade (MORAES, 2005, p. 209).

Não foram poucos os Agentes de Segurança Penitenciária com quem convivemos em nossa observação de campo, que eram originários de municípios do Estado distantes muitos quilômetros do local de trabalho. Um procedimento adotado pelos órgãos de recrutamento e seleção de Agentes para a SAP é o de, ao organizar concursos públicos para essa função, definir um número determinado de vagas para todo o Estado de São Paulo. Embora determinam, no Edital de Concurso,

⁵⁸ Em *Attica*, prisão localizada no Estado de Nova York, aconteceu, em setembro de 1971, uma das mais sangrentas rebeliões em solo americano de que se tem notícia, resultando na morte de 39 prisioneiros e 10 reféns. O evento está imortalizado no filme *Attica, a solução final*, de John FRANKENHEIMER, produzido nos Estados Unidos em 1994 para exibição na TV, com o título, em inglês, de *Against the wall*.

igualmente, o número de vagas de trabalho por unidade, a lista de classificação final dos candidatos é única, ou seja, os melhores colocados, quando convocados pelo órgão para a escolha da vaga, com grande probabilidade, o farão para uma prisão localizada próxima ao local de residência. Aos demais classificados, em posições intermediárias ou inferiores na listagem geral, restará escolher uma vaga de trabalho em município distante de seu local de origem.

Quando assumem vagas em prisões distantes de seus lares, os aprovados normalmente deixam para trás familiares, amigos e conhecidos, mas “(...) nem todos que são nomeados permanecem ou chegam a exercer o cargo” (REVISTA SAP, nº 1, p. 7). Lembremo-nos de que, antes do ingresso propriamente dito na função, os recém-contratados farão um curso de formação técnico-profissional na EAP. Serão mais de 45 dias em que entrarão em contato com teorias e práticas da área penal, e iniciarão uma fase de ajustes e mudanças, pessoais e de grupo, para a região da vaga de trabalho escolhida: “(...) alguns (ASPs) não assumem as funções, por não se adaptarem ao trabalho ou mesmo por serem reprovados no curso técnico de formação da EAP (*idem, ibidem*). Nessa fase do processo de admissão, normalmente passam 30 dias ou mais sem que retornem para casa. Já na prisão, alguns dos ASPs que têm seus familiares distantes, utilizam um dispositivo informal: assumem vários plantões sucessivos, substituindo outro colega na função, às vezes por quinze dias ininterruptos na penitenciária. Depois disso, viajam para junto dos seus familiares e permanecem com eles os mesmos quinze dias. Nos relatos colhidos informalmente, alguns ASPs expuseram que sonhavam em retornar, definitivamente, para mais próximo do lar. Os olhares vazios e ao longe, que muitas vezes presenciemos, podem apontar para essa fantasia, numa perspectiva de futuro.

Como se expressavam livremente, alguns Agentes de Segurança Penitenciária nos falavam de sua trajetória pessoal e profissional até aquele momento. De fato, alguns deles acabaram *expulsos* das tarefas do meio rural; ao menos um deles foi um pequeno produtor rural antes de assumir a função de ASP. Outros eram funcionários braçais, em

supermercados, bares, restaurantes, em pequenos comércios e, por vezes, eram também prestadores de serviço. Do bucolismo do meio rural, “(...) a referência ao campo é, pois, memória e nostalgia, lembrança e metáfora da liberdade” (CARVALHO, 1990, p. 81); das pequenas tarefas do comércio e da prestação de serviços para as atividades profissionais nas prisões, há uma distancia considerável. No entanto, entre a incerteza da produção e do ordenado no meio rural e a certeza da função pública, não é difícil reconhecer por que acabam por *escolher* esta última. Poderíamos nos perguntar por que não escolhem outra função pública, mas, com o número crescente de prisões construídas, ou em construção nos últimos anos em São Paulo, o número de vagas de trabalho oferecidas nessa área, eventualmente, superou o número de candidatos, tornando relativamente fácil a aprovação em concurso público⁵⁹.

Há verdadeiros *rituais de passagem* para os recém-admitidos à função de Agente de Segurança Penitenciária, nos quais esses novatos serão colocados à prova. Os Agentes de Segurança Penitenciária mais antigos, alguns com mais de trinta anos de trabalho em diversas unidades prisionais, misturam-se com os mais novos, com alguns meses ou anos de trabalho. Esses ASPs mais antigos transmitem aos mais novos os hábitos, as técnicas e o *jeito* do trabalho, moldado no percurso profissional de muitos anos, e na convivência com os prisioneiros e com o grupo dirigente. Alguns procedimentos acabam, ao longo do tempo, por aproximar, especialmente, os ASPs e os presos, pois o corpo dirigente, como falamos, raramente se mostrará. Ao longo do tempo, um novo linguajar, característico do ambiente institucional, e um tratamento peculiar dispensado aos prisioneiros serão internalizados:

⁵⁹ Quando participamos como membro da banca examinadora para o concurso de ASPs, em 1998, por exemplo, essa foi a realidade que encontramos em Franco da Rocha, município da Grande São Paulo.

(...) A experiência dos guardas mais antigos é fundamental neste processo de aprendizagem. De fato, o novato raramente arrisca-se a decidir uma situação contando com os seus próprios recursos. Nos primeiros tempos o que ele mais faz é observar o comportamento dos mais experientes e nele se apoiar (COELHO, 1987, p. 78, *in*: MORAES, 2005, p. 237).

Ainda no curso de formação técnico-profissional, os alunos vão fazendo novos amigos, quando não vêm juntos de suas localidades. Começam a procurar um local de residência na nova cidade. Muitos deles se organizam e encontram residências coletivas para o grupo de amigos. Nessas moradias, organizam-se, igualmente, no sentido de cotizar as despesas e as tarefas da moradia. Também é com o grupo de amigos que realizarão diversas atividades de lazer e é com esse grupo que estabelecerão relações mais estáveis no interior do próprio cárcere. Outros, por questões que desconhecemos, residirão em barracões muito simples, próximos ao estabelecimento em que trabalham. Esses barracões foram utilizados por operários da construção civil, responsáveis pela obra da penitenciária. Entramos na esfera do ambiente, ou meio, como preferia LEWIN, constituído pelo próprio estabelecimento prisional e, eventualmente, pelo entorno do mesmo.

LEWIN (1965 [1951]), concordava com os autores dos primórdios da *Gestalt* ⁶⁰, entre eles, Kurt KOFFKA, quando distinguiam dois meios bastante distintos entre si: o *meio geográfico* e o *meio comportamental*. O primeiro seria considerado o próprio espaço geográfico, aquele em que as pessoas vivem e se relacionam. Já o *meio comportamental* teria relação com a forma internalizada desse espaço geográfico, ou melhor, seria compreendido como “realidade percebida (psicológica)” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 46), ou como a “(...) interpretação desse meio (geográfico), através das forças que regem a percepção (equilíbrio, simetria, estabilidade e simplicidade)” (BOCK,

⁶⁰ *Gestalt* é um termo alemão, que habitualmente é traduzido para o português como forma, ou configuração.

FURTADO e TEIXEIRA, 2002, p. 63). Consequentemente, para a *Teoria de Campo*, importa considerar e compreender ambos os meios:

(...) Assim, há todo um mundo físico, social e conceitual que têm que ser levados em consideração. Isto, no entanto, não significa que temos que considerá-los com suas características “objetivas”, em termos físicos, mas apenas na medida em que afetam o indivíduo num determinado momento (GARCIA-ROZA, 1974, p. 47).

Altíssimos muros, centenas ou milhares de grades, um sem-número de celas distribuídas pelos pavilhões, pesados portões, diversos e intrincados mecanismos de contenção da locomoção ou movimentação pelo interior da prisão; guardas armados vigiando as muralhas e, às vezes, atirando contra os próprios colegas; vigilância constante e sistemática, rígida hierarquização das funções e das atividades laborais; tentativas ou fugas de presos, brigas no interior dos pavilhões, motins e rebeliões; jornadas de trabalho longas e extenuantes; degradação e pauperização do mobiliário e dos equipamentos de trabalho, iluminação precária, revelando ambientes lúgubres, vazamentos de água em diversos locais, banheiros, vestiários e setores mal conservados, que geram improvisações generalizadas; distância acentuada de familiares e entes queridos e consequente sentimento de solidão e embotamento; presos com transtornos mentais e alterações comportamentais difíceis de diagnosticar e de lidar; gestos rituais ao abrir ou fechar portas e portões ou ao revistar pessoas; *radiais*, *galerias*, *gaiolas*, *ratoeiras* e *aquários*, compõem a estrutura e o *ambiente ecológico* dessas instituições em que encontramos os Agentes de Segurança Penitenciária. Não só esse ambiente ecológico, mas também a estrutura que o compõe expressariam:

(...) as possibilidades básicas de locomoção dentro do campo social. Ambos (estrutura e ambiente ecológicos) são decorrentes das posições relativas ocupadas por entidades sociais existentes (grupos, subgrupos, membros, barreiras, canais de comunicação etc.), as quais têm sua força e direção (CARVALHO, 1981, p. 105).

A temperatura dos ambientes prisionais, nos locais investigados, produzia sensações desagradáveis, e era, geralmente, mais baixa do que no *mundo livre*. Quanto mais se adentravam as instituições, mais úmidos e frios se tornavam os locais. Essa diferença de temperatura era facilmente constatada quando deixávamos os pavilhões e saíamos para outros locais, ao sol. Apesar do verão, sentíamos intenso frio. Os funcionários, acostumados, levavam seus agasalhos de frio para os estabelecimentos penais, independentemente do clima. Alguns setores estavam mais expostos ao frio, ao vento, à chuva e à umidade constantes, como as *portarias*, as *gaiolas* e as *ratoeiras*. No *aquário*, um ambiente fechado, a temperatura era sempre mais amena, apesar das paredes de concreto.

Não há máquinas que dirigem ou determinam o trabalho dos ASPs, como aconteceria, por exemplo, numa linha de montagem; no entanto, há outros dispositivos de controle, como as chaves, o relógio, os portões, as campainhas, as requisições de presos que devem ser cumpridas em dia e horário determinados, especialmente as ordens judiciais de apresentação de presos em fóruns, para audiências, a observação atenta e sistemática da movimentação e da circulação dos internos, além deles próprios, que fazem o possível para conseguir alguns minutos de atenção dos Agentes de Segurança Penitenciária. Além desses dispositivos, as normas e as regras rígidas, impossibilitam, muitas vezes, uma maior flexibilização e humanização das condutas. Diariamente, entram e saem da prisão muitas pessoas; são funcionários das oficinas de trabalho internas que, muitas vezes, confundimos com os internos, os religiosos, os oficiais de cartório e outras autoridades e estudantes.

A rotina do trabalho do Agente de Segurança Penitenciária no interior do cárcere, diferentemente do apertar e do afrouxar de parafusos em uma linha de montagem que, não negamos, também é estressante, é o trancar e destrancar prisioneiros de suas celas, controlar seus passos e movimentos, olhar no relógio e contar os minutos até que nova tranca se realize e, finalmente, que as longas doze horas do plantão findem. Uma forte impressão, que temos quando estamos no interior da prisão, especialmente no *fundo* desta, é a de que somos vigiados, olhados e observados, todo o tempo em que ali nos encontramos, especialmente pelos presos, que parecem buscar, com relativa frequência, ocasiões propícias para burlar as regras institucionais. Para Donald CLEMER (1958), “(...) a altura e a espessura das paredes, a grandeza da construção, os contatos impessoais com oficiais e prisioneiros, tudo contribui para este sentimento de ser “consumido” ou “engolido” (p. 102. Tradução livre). Percebemos que os presos observam atentamente os passos dos ASPs e sabem que, às vezes, os funcionários não têm tarefas a realizar. Para isso, conhecem bem os funcionários, incluindo seus gostos e suas necessidades pessoais, pois com frequência os vimos conversando sobre temas comuns.

A repetição de atividades ou de gestos é, eventualmente, confrontada com o tédio, especialmente nas horas em que há menos movimento nas *gaiolas* ou na *galeria*; quando não têm uma atividade específica para fazer, os funcionários cochilam, observam o que tiver ao alcance, uma revista em quadrinhos, um jornal ou parte dele, um folheto de supermercado, olham ao longe, caminham de um lugar para outro, inventam um dispositivo qualquer, ou ainda, levantam pesos, com halteres improvisados. Uma conversa sobre assuntos corriqueiros do dia-a-dia, ou sobre o clima da instituição, com os prisioneiros, é visto como importante, auxiliando na passagem do tempo no interior do cárcere. Ouvimos de um funcionário que “o cigarro o ajudava na passagem do tempo”, ainda quando no interior da prisão. Também presenciamos uma animada e descontraída conversa em grupo de Agentes, que se referiam a

um colega que costumeiramente se embriaga e acaba por “*aprontar alguma*” !

Se à época de nossa pesquisa de campo, *fumar cigarros na prisão era uma forma de passar o tempo*, para o funcionário, com a publicação da Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009, conhecida como *Lei Antifumo*, é proibido fumar cigarros, cachimbos, cigarrilhas ou outros *produtos fumígenos* em ambientes coletivos, públicos ou privados. Segundo o portal eletrônico que traz informações sobre a Lei⁶¹, ela “não valerá em estádios e prisões de São Paulo” e que, “caberá à Secretaria de Administração Penitenciária fixar regras de restrições ao fumo em presídios, se considerar conveniente”. Regulamentação posterior da SAP isenta presos, mas proíbe funcionários de fumar no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado⁶². A alegação dos dirigentes da Secretaria para a permissão do fumo entre os presos é a de que os mesmos se encontram privados de liberdade na prisão, sendo essa sua moradia temporária. Mesmo assim, vemos ressentimento por parte dos ASPs atualmente que se percebem, outra vez, preteridos em relação aos internos.

Nos comentários informais ouvidos durante a pesquisa de campo, um número relativamente considerável de funcionários mais novos apontava para o fato de ter engordado vários quilos no espaço de um ou dois anos de trabalho na prisão. Conhecemos um ASP dos mais antigos que, nessas conversas no *fundo da prisão*, confidenciou-nos que “engordou sessenta quilos em 18 anos de trabalho” “(...) cada tipo de trabalho deixa uma deformação física”, segundo CARVALHO (1981, p. 112). Um colega desse Agente, também com mais de 15 anos de trabalho na função, diagnosticou “o engordar dos ASPs” da seguinte forma: “os plantões de trabalho são longos; o ambiente prisional é, constantemente, tenso e estressante; os funcionários ficam famintos e, por isso, são *compelidos* a se alimentar várias vezes ao dia”. Embora a presença de

⁶¹ <http://www.leiantifumo.sp.gov.br>, acesso em 24 de fevereiro de 2010.

⁶² <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1257778-5605,00-GOVERNO+DE+SP+ISENTA+PRESOS+MAS+PROIBE+FUNCIONARIO+DE+FUMAR+NO+PRESIDIO.html>, acesso em 24 de fevereiro de 2010.

alimentos, frutas, pães ou carnes, fosse uma constante nos setores investigados das duas prisões, na primeira delas, justamente onde estavam os funcionários mencionados acima, essa questão era mais *alarmante*. Também nós, algumas vezes, compartilhamos dos alimentos disponíveis no setor. Lembramo-nos ainda do comentário de um prisioneiro ao chefe de plantão de uma das penitenciárias, quando disse que o ASP estaria engordando porque “a comida da prisão era muito boa”.

A prisão parece pensada para limitar os movimentos e as ações de pessoas e de grupos. Disso, são indícios as celas, os pavilhões, as *gaiolas*, *ratoeiras* ou *aquários*; o frio, o calor e a umidade de alguns locais de trabalho; os barulhos em excesso; alguns dispositivos característicos, como aquele instalado no portão de acesso aos pavilhões da primeira penitenciária, que, quando acionado, impede a abertura total do portão, fazendo com que as pessoas que entram ou saem dos pavilhões, o façam de lado; as condições inadequadas de trabalho, com o mobiliário velho e desgastado, com banheiros e outros recintos sem nenhuma condição de uso; a pouca ventilação e a circulação de ar rarefeita; o *panoptismo* ou a disposição de tudo acompanhar, além das algemas e dos grilhões, utilizados para presos indisciplinados ou para presos que deixam a instituição penal rumo a locais externos.

Claro está que algumas pessoas se adaptam melhor que outras a um ambiente profundamente controlador como é esse em que trabalham os Agentes de Segurança Penitenciária. Também sabemos que as pessoas reagem ao mesmo fenômeno, de maneiras diferentes. Explica-se, assim, o porquê de alguns comportamentos e não outros. Não à toa, a Escola da Administração Penitenciária incluiu, no último curso de aperfeiçoamento profissional para ASPs, em 2009, a disciplina *resiliência*. Considerando a dificuldade de transformação do ambiente prisional, pensou, o órgão formador, em promover o que podemos aceitar que seja, como INFANTE (2005), “a adaptação positiva em contextos de grande adversidade” (p. 26), ou o porquê de alguns ASPs, ou de grupos desses funcionários, reagirem às adversidades inerentes ao trabalho no cárcere com relativo

maior equilíbrio. Pelo que soubemos depois, em conversas com os alunos e com os responsáveis pela disciplina, já que também fomos convidados a lecioná-la, foi a que melhor aceitação teve pelo conjunto dos alunos, dentre as três disciplinas oferecidas no curso.

A estabilidade ou a instabilidade do comportamento de uma pessoa depende da sua relação com o grupo do qual faz parte (GARCIA-ROZA, 1974). Quando a participação da pessoa está bem estabelecida e o grupo formado é coeso e tranquilo, o *espaço de vida* se configurará como positivo, ou com maior estabilidade do que se ocorresse o inverso, a saber, uma participação da pessoa não plenamente definida, num grupo tenso e desunido. Da mesma forma, uma alteração qualquer na formação ou na situação do grupo, trará mudanças também no nível das pessoas que o compõem. Com certa frequência, presenciamos situações em que o estado de tensão ocasionado por mudanças na constituição do grupo de ASPs, acarretou maior ansiedade e tensão. Talvez a cena mais representativa desse desequilíbrio foi quando um funcionário recém-chegado de suas férias interferiu de tal forma no andamento dos trabalhos no setor que, por muito pouco, não ocasionou graves problemas, discutindo arbitrariamente com presos que andavam pelo local. Antevendo o conflito, um dos componentes do grupo, transferiu-se, por conta própria, para outro setor de trabalho. O medo e a tensão ficaram evidentes na feição e nos gestos mais abruptos dos Agentes, com a gritaria exagerada. Esse *novo membro* no grupo quase arruinou algumas semanas de relativa calma, ao menos no tempo em que lá estivemos observando os funcionários.

Apesar de constituírem grupos de trabalho durante os plantões, os ASPs viam-nos desfeitos com frequência. Uma boa parte do dia de trabalho, o Agente de Segurança Penitenciária se vê mais solitário, especialmente nas *gaiolas*. Acontece que, nos horários de menor movimento no interior do cárcere, é comum que os funcionários circulem de um lugar para outro no estabelecimento prisional. Também não é incomum que os funcionários de plantão troquem de postos, rodiziando-se entre os grupos. Como trabalham em número reduzido praticamente

todos os plantões, onde deveriam estar quatro funcionários encontram-se apenas dois. Normalmente, é o superior hierárquico quem decide para qual posto de trabalho um ASP irá, apesar de presenciarmos uma relativa autonomia, para alguns, em estabelecer onde trabalhariam.

Na maioria das ocasiões, em especial nos momentos mais críticos e nevrálgicos do dia-a-dia prisional, como a soltura dos presos pela manhã e a tranca à tarde, vários funcionários realizavam juntos suas tarefas profissionais, apesar da carência de recursos humanos, que já citamos. Entretanto, em outros momentos, um único funcionário encontrava-se no setor de trabalho, especialmente naqueles que se sabem menos tensos. A circulação de funcionários, pela prisão, é intensa durante boa parte do expediente diário. O grupo do qual fazem parte é, continuamente, modificado, aumentando ou diminuindo o número de membros. Há, ainda, o *rodízio* entre os ASPs da *gaiola do fundo* da primeira penitenciária, estabelecido informalmente e aceito pelos membros, de comum acordo. Se um grupo é um todo dinâmico, e qualquer mudança em uma subparte modifica o estado de todas as outras, as numerosas mudanças na composição do grupo de ASP estabilizam e desestabilizam continuamente o grupo. Um funcionário que não fazia parte do grupo com quem, rotineiramente, conversávamos em nossa pesquisa, mas que aparecia na gaiola eventualmente, acompanhando presos responsáveis pelo transporte de restos de comida que seriam jogados ao lixo, comentou, certa vez que “o enlouquecedor na cadeia não eram os prisioneiros, e sim, os próprios funcionários”. Na outra penitenciária, um ASP disse-nos que, em algumas ocasiões, os colegas se exaltam e discutem, em decorrência da grande tensão ocasionada pelo trabalho: “(...) o mundo do trabalho não é apenas e nem principalmente um mundo de carências materiais. Ele é sobretudo um mundo de carência de sentido” (MARTINS, 2008, p. 119).

Apesar da relativa autonomia nas ações, algumas ordens recebidas pelos funcionários eram autoritárias e discrepantes, interferindo, igualmente, na condição e na constituição do grupo de ASPs. Presenciamos a transferência de um funcionário, do setor de

origem, exigida pelo diretor de segurança e disciplina, porque aquele teria se recusado a servir de testemunha de um acontecimento que não havia presenciado, a saber, uma infração disciplinar cometida por um preso. Indignado, inicialmente, e resignado logo depois, o funcionário transferiu-se para o setor indicado pelo superior hierárquico e lá permaneceu durante o restante do dia de trabalho. Só o tornamos a encontrar no final do expediente, e nos pareceu extremamente contrariado com o que compreendia ser “uma punição em decorrência de seu ato de insubordinação”. CARVALHO (1990) já havia mencionado esses dispositivos autoritários, utilizados pelos superiores hierárquicos:

(...) A chefia trata o operário que “não se dispõe a ajudar” de modo punitivo, desrespeita-o na comunicação, trata-o como “irresponsável”, pois a cota de trabalho deve ser cumprida pelo grupo (p. 120).

O deslocamento dos funcionários para os pavilhões, para a soltura ou a tranca dos presos, é realizado ritualisticamente, em horários pré-definidos e precedido por uma campainha, que se ouve em outros locais, distantes das *gaiolas*. A entrada dos funcionários nos pavilhões coincide com a entrada dos presos em suas celas, condicionados pelo ritual. Em que pese o fato de ouvirmos, dos próprios ASPs da segunda penitenciária, que a entrada desses nos pavilhões era limitada pelas lideranças dos presos, esta sempre acontecia, geralmente precedida de gritaria por parte dos internos, que alertavam os colegas de cárcere do procedimento corriqueiro na prisão com o grito: “funcionário no pavilhão”.

Com alguma frequência, os funcionários *fugiam* dos seus respectivos setores de trabalho, circulando por outros, geralmente localizados mais à frente da prisão. Na *gaiola* do pavilhão dois da primeira penitenciária, um único funcionário, *preso* ao setor, é o

chamado *funcionário da hora*⁶³; os demais *desapareciam* por alguns momentos do dia, reaparecendo nos momentos mais nevrálgicos da instituição; as normas rígidas estabelecidas e que, eventualmente, são negociadas entre os ASPs ou entre eles e os presos, assim como as atividades burocráticas e, ainda, a arbitrariedade dos superiores, ou a pressão dos colegas que se incomodam com alguns procedimentos regulamentares, como a exigência de revista de apalpação ao ingressar na unidade penal, também limitam, ou controlam, o movimento grupal. Para LEWIN (1978 [1948]), “o que quer que uma pessoa faça ou deseje fazer, deve ter um “terreno” em que situar-se” (p. 159).

Podemos considerar o estabelecimento prisional em sua totalidade como uma região fechada, pois “inclui todo o seu contorno ou pontos limites” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 68). Entretanto, no interior da instituição, veremos existir várias sub-regiões, mais ou menos abertas ou acessíveis. O limite físico do estabelecimento prisional é o contorno constituído por suas muralhas, assim como o limite das várias sub-regiões contidas na prisão se dá pelos portões, grades ou celas. O limite ambiental constituído pelas muralhas, portões, grades e celas, apesar de pouco permeável, pode ser ultrapassado, por exemplo, quando os presos obtêm êxito em planos de fuga da instituição. Para os funcionários, uma falta ao trabalho, ou uma retirada do setor, sem consentimento de superiores hierárquicos, é a contrapartida do exemplo acima. Podemos compreender melhor o porquê de tanta movimentação de pessoas no interior do cárcere, a partir desse conceito de região, de LEWIN. Como os humanos não conseguem permanecer *engaiolados*, usam de diversos ardis para conseguir momentos de *pretensa liberdade*. Uma ida do funcionário à cozinha ou uma conversa com um preso através das grades, por exemplo, permite, inclusive, momentos de maior informalidade, tornando menos rígido e controlador o ambiente.

⁶³ Falamos que as atribuições na *gaiola* do fundo da primeira penitenciária eram distribuídas depois de sorteio realizado entre os ASPs de plantão no setor, de forma que, para cada hora transcorrida do dia, um deles ficasse responsável pelas atividades da *gaiola*. Enquanto isso, os colegas realizavam outras atividades, incluindo uma visita à cozinha, às celas disciplinares ou a outros setores da instituição.

Para GOFFMAN (2008 [1961]), esses comportamentos informais, tão presentes nas instituições totais, são denominados de *ajustes secundários*, extremamente necessários à sobrevivência pessoal, dos grupos e da própria instituição. Os *ajustes secundários* seriam imprescindíveis aos homens, como qualquer outro ajuste necessário à adaptação de um organismo ao ambiente em que vive ou trabalha, especialmente em situações-limites da própria existência, como é o caso do trabalho no interior das prisões:

(...) Um dos tipos de ajustamento secundário é formado pelas “atividades de evasão” (ou “viagens”), isto é, atividades que dão algo que permite ao indivíduo esquecer-se de si mesmo, que temporariamente apagam todo sentido que tenha do ambiente no qual e para o qual deve viver (ou trabalhar) (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 249-250. Os últimos parênteses são nossos).

Concomitantemente às regiões físicas encontradas no estabelecimento prisional – muralhas, grades, celas, portões, *gaiolas*, *ratoeiras* e *aquários* - existem regiões psicológicas que ajudam a compor a totalidade do *espaço de vida*. Pessoas compõem o espaço de vida de outros semelhantes, especialmente nos grupos e nas instituições. Podemos ilustrar esse conceito, quando observamos os Agentes de Segurança Penitenciária interagindo diariamente com colegas de função, com superiores hierárquicos e com os presos.

Já dissemos que a movimentação de pessoas no interior do cárcere é intensa, especialmente em alguns momentos do dia. São dezenas ou centenas de pessoas que se encontram, trocam impressões, cumprimentam-se ou são contrariadas no ambiente da prisão. Trazem consigo sentimentos e afetos. A locomoção possível das pessoas dependerá, basicamente, da qualidade dessas relações no ambiente. Não por acaso, os ASPs da segunda penitenciária nos reiteraram a limitação do ingresso nos pavilhões, apesar de o fazerem, diariamente. Os limites, já bastante tênues, do ambiente físico, se misturam aos limites, também

bastante frágeis, dos presos, que querem impedir esse ou aquele movimento. Também não é por acaso que consideramos o ingresso nos pavilhões, para a tranca ou a soltura dos presos, como das situações mais tensas e preocupantes, para o conjunto dos Agentes de Segurança Penitenciária. Uma forma de enfrentar o perigo representado por uma região mais fechada como essa, é o ritual de benzer-se ao ingressar no cárcere ou ao entrar nos pavilhões.

Na prisão, teremos regiões mais acessíveis e outras menos acessíveis aos ASPs. Embora consigam, esporadicamente, movimentar-se para outros setores da instituição, normalmente esses funcionários encontram limitações estabelecidas por ordens superiores, por regulamentos internos e pelo próprio setor no qual realizarão suas atividades. Numa *gaiola* ou numa *portaria*, por exemplo, o *espaço de movimento livre* é definido pelo próprio dimensionamento do setor e dos portões que o compõe. Além disso, a circulação de presos e de funcionários pelos setores será, igualmente, determinante desses espaços de movimentação possível do ASP. Nesse sentido, os muros da prisão, bem como as grades e os portões, funcionarão como *barreiras físicas* ou como *forças ambientais*, causadoras de alteração na condição interna das pessoas. Tanto é verdadeiro que, uma vez no *fundão* da penitenciária, maior o risco de ser feito refém e maior a chance de não conseguir sair a tempo da instituição, quando da ocorrência de um evento como as rebeliões. Ao mesmo tempo, nesses setores mais ao fundo do estabelecimento, todos os ASPs sabem que um simples erro será fundamental para o aumento do risco.

A eficácia e a eficiência do trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária são pensadas e medidas nos seguintes termos: quantidade de fugas, motins ou rebeliões; quantidade e intensidade das brigas entre os internos, como o número de presos feridos ou mortos nessas brigas; qualidade do atendimento aos presos e criatividade na superação de obstáculos que, teoricamente, colocariam em risco o já bastante precário ambiente institucional. Os ASPs exaltam e supervalorizam as ações profissionais que evitaram fugas ou motins; o ingresso em túneis cavados

precariamente pelos presos; o flagrante em presos, portando objetos proibidos no cárcere, ou o flagrante em outra pessoa que desejava ingressar no estabelecimento de forma ilegal. Essas ações, de indivíduos ou de grupos de ASPs, tendem a ser valorizadas como uma forma de se contraporem à desvalorização social da função, conforme CHIES (2008, p. 99).

Segundo LEWIN (1978 [1948]), “(...) um dos elementos mais importantes do terreno em que o indivíduo atua é o grupo social a que pertence” (p. 160). Apesar da força de repulsão representada pelas regiões, física e psicológica, os ASPs avançam sempre, mesmo quando em menor número. A tensão e a fadiga ocasionada pelo esforço desmedido provavelmente trará consequências físicas e psicológicas importantes, em alguns desses funcionários.

Em troca de um ordenado, muitas vezes reconhecido pelos próprios Agentes como insatisfatório, quando pensado, principalmente, a partir do risco que a tarefa profissional envolve, pessoas controlam, comandam e coagem outras pessoas. A tarefa de vigiar e disciplinar os internos não tem fim e dura 24 horas do dia, sete dias da semana. Assim fazendo, o ASP torna-se poderoso, porém vulnerável. Ele tem, em suas mãos e sob seu poder, outras pessoas, seja controlando o surto epilético de um preso, seja salvando de morte iminente outro deles. Usam armas de fogo, visando sua proteção pessoal e dos seus familiares, quando não estão no interior do cárcere. Entram com altivez nos pavilhões apinhados de presos, e enfrentam situações conflitantes e perigosas como se fossem situações corriqueiras da vida cotidiana. Um ASP, com poucos dias de trabalho na penitenciária, presenciou uma discussão muito violenta entre presos, que resultou na morte brutal de um deles. Naquela ocasião, o funcionário recém-admitido e outro colega mais antigo, entraram no pavilhão onde a discussão ocorreu e convenceram o preso agressor a entregar a arma. Foi, segundo ele mesmo mencionou, um momento de muito medo. Afinal, o conflito, o perigo e a tensão são, de fato, cotidianos no trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária.

O último evento grave ocorrido na primeira penitenciária foi em 2005, quando três presos foram assassinados pelos próprios colegas. Sete Agentes de Segurança Penitenciária, incluindo o diretor de segurança e disciplina, ficaram reféns dos amotinados por várias horas, reclusos nas próprias celas existentes nos pavilhões. Essa distância temporal dada pelo último grande conflito na instituição fez com que os funcionários se acostumassem com uma *relativa calma* que sabiam, era só aparente, pois qualquer evento muito simples e pequeno pode se transformar num outro, mais complexo e de dimensões, muitas vezes, incontrolável pelos funcionários.

Como na maioria das profissões conhecidas, também os ASPs se sentem desunidos, às vezes, e preteridos, outras vezes. Reclamam dos colegas que desempenham com má qualidade a profissão defendendo, inclusive, punições severas para esses. O SIFUSPESP, entidade que defende os interesses da classe, em que pesem mudanças significativas já ocorridas no âmbito da profissão, tendo como protagonistas o próprio Sindicato e seus sindicalizados, não alcança mudanças estruturais, até porque essas mudanças extrapolam o âmbito da luta sindical. Reivindicam, há tempo, aposentadoria especial, que possibilitaria aos ASPs trabalhar por menos tempo na prisão; fim da superpopulação prisional e contratação de novos agentes; além de reposição salarial de acordo com índices de reajuste oficiais. Não se discute a redução da jornada de trabalho. Voltaremos a esse item importante, em nossas considerações finais.

A liderança do grupo de ASPs na *gaiola* do fundo da prisão na primeira penitenciária se dá através de rodízio entre os membros. O funcionário com mais tempo na função era também o mais respeitado e quem orientava os colegas. Conhecido como “velho”, apresentava atitudes comedidas e controladas; também procurava ser democrático nas decisões, solicitando aos colegas que participassem da programação de atividades previstas para o dia de trabalho. Outro colega, também com muitos anos na função, era a antítese do primeiro: conversava em tom de voz elevado e gesticulava demais, provocando os prisioneiros com sua

postura ríspida e alterando a tranquilidade do grupo de ASPs. Por muito pouco, sua presença no setor não levou a uma desordem maior. Temendo o desfecho da situação, um dos funcionários presentes à *gaiola*, logo se desvencilhou. Deixando o recinto, foi procurar pelo chefe de plantão e solicitou um novo setor de trabalho. Desvencilhar-se também é uma constante nas prisões: ao menos um ASP apresentou esse comportamento ao observar que o pesquisador encontrava-se na *gaiola*, e foi trabalhar em outro setor.

Também temos *velhos* ASPs na outra penitenciária. Entretanto, nesse estabelecimento, os ASPs mais novos pareciam exercer o controle sobre os colegas mais antigos, que aceitavam passivamente a subordinação. Alguns dos mais antigos eram, inclusive, alvo de brincadeiras e zombarias, como um que esteve na enfermaria para apanhar um comprimido para dor de cabeça e ouviu dos colegas, que se fingiam admirados, que em tantos anos de trabalho naquela unidade penal, ele jamais havia descido para o *fundo da cadeia*: “(...) a força nas normas disciplinares se faz sentir nas brincadeiras; aí surge a ambiguidade do humor que denuncia o “sentir-se desvalorizado”, mas também partícipe de um grupo” (CARVALHO, 1990, p. 124). Outros funcionários mais antigos simplesmente pareciam ocultar-se por detrás dos colegas mais novos, que estariam mais motivados. Depois de muitos anos de serviço na função, os ASPs aguardavam a aposentadoria e diziam não ter mais nenhuma ilusão sobre o trabalho que executavam. Segundo eles, as mudanças governamentais para a área penal, que ocorreram ao longo dos anos, não os privilegiaram; ao contrário, trouxeram ao sistema como um todo, “maior liberdade aos prisioneiros” e, conseqüentemente, “mais indisciplina e menos controle, pelo ASP, das numerosas situações e eventos do interior do cárcere”. FOUCAULT (2006 [1975]), questionava as numerosas tentativas governamentais visando a reforma do sistema penal:

(...) a noção de reforma (do sistema penitenciário) é tão boba e hipócrita. Ou bem a reforma é elaborada por pessoas que se pretendem representativas e que professam falar pelos outros, em nome dos outros, e isso é um arranjo do poder, uma distribuição do poder que se duplica por uma repressão aumentada; ou bem é uma reforma reclamada, exigida por aqueles a quem ela concerne, e ela cessa de ser uma reforma; é uma ação revolucionária que, do fundo de seu caráter parcial, está determinada a por em questão a totalidade do poder e sua hierarquia (p. 40).

Na crítica às muitas reformas do sistema penal, que acabam por prejudicá-los, ao retirar-lhes, gradualmente, poderes constituídos ao longo dos anos, os funcionários pareciam, quase unânimes, concordar. Os ASPs observados também falavam do modelo de prisão que idealizavam como “a melhor e a mais perfeita” e que era, justamente, “aquela em que o contato com os prisioneiros se daria o mínimo possível”. Parece que os funcionários não percebiam as contradições existentes nessa ideologização, pois o que vimos, e pesquisamos, permite dizer que ambos os grupos, funcionários e prisioneiros, que convivem na prisão, dependem uns dos outros para suportar experiências desagradáveis, seja da sentença de prisão, no caso dos presos, seja do trabalho desgastante, no caso dos Agentes de Segurança Penitenciária:

(...) Como compartilham a cultura do mundo original do internado, podem servir como um canal natural de comunicação entre o grupo mais alto da administração e os internados (*embora exista um canal frequentemente bloqueado para a comunicação de baixo para cima*). Mas pela própria razão, *terão dificuldades para manter distância social com relação aos internados que precisam fiscalizar* (GOFFMAN, 2006 [1951], p. 107. Itálicos nossos).

Além das representações que faziam acerca de “como seria a prisão ideal”, os funcionários também costumavam imaginar “presos ideais” que, muito provavelmente, caso fossem *reais*, não poderiam estar reclusos, dadas as características essenciais de honestidade e integridade

em relação às normas sociais que essas pessoas comportariam. Seja como for, essas representações mentais compunham verdadeiras teorias acerca da natureza humana:

(...) Como uma parte implícita da perspectiva institucional, essa teoria racionaliza a atividade, dá meios sutis para manter a distância social com relação aos internados e uma interpretação estereotipada deles, bem como para justificar o tratamento que lhes é imposto (GOFFMAN, 2006 [1961], p. 80).

Essas teorias não impediam tonalidades preconceituosas presentes em algumas falas e atitudes dos Agentes: o tratamento dispensado a um preso, apelidado de “insulina”, em razão da medicação prescrita para a enfermidade que apresentava; o tom jocoso do funcionário em relação à senhora que visitava o marido e trazia para a visita as filhas do preso com outra mulher; a demora em permitir à mesma senhora entrar na instituição, permissão essa concedida apenas depois que ela deixou as crianças na *portaria*, pois não portava documentação legal das crianças; o comentário do ASP em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de que a lei “dá muita liberdade para as crianças e para os adolescentes”; outro ASP irritou-se com duas crianças que jogavam futebol com latas de refrigerante enquanto aguardavam para ingressar na penitenciária num domingo – não entendia “porque essas crianças perdiam o seu tempo vindo à cadeia, quando podiam estar em suas casas”; o tratamento dispensado à mulher de um preso que, na *revista de praxe* para ingressar no estabelecimento penal, confessou estar portando, dentro do próprio corpo, uma quantidade de maconha e que, apesar de grávida já há alguns meses, permaneceu sob olhares severos de vários Agentes e foi submetida a vários interrogatórios, antes de ser enviada à Delegacia Policial, para os procedimentos regulamentares. A realidade cotidiana do trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária, apesar dos ensinamentos

transmitidos pelos cursos de formação e aperfeiçoamento, tem muito de senso comum, e é tomada como verdade, do ponto de vista dos funcionários:

(...) O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real para eles (BERGER e LUCKMANN, 2009 [1966], p. 36).

Os funcionários obedecem à chefia imediata e, até certo ponto, também às normas estabelecidas. Não foram poucas as vezes em que os vimos sozinhos, impelidos a negociar com os prisioneiros para que o ambiente não se tornasse mais tenso. Os prisioneiros, detidos nos pavilhões, chamam constantemente pelos funcionários que, através do visor do portão de acesso ao pavilhão, os atendem, enquanto possível. Como alguns funcionários têm que atender às solicitações de presos de dois pavilhões, além de abrir e fechar as portas das gaiolas para outros presos ou funcionários, as tarefas nesse setor tornam-se extenuantes, em alguns momentos do dia. Alguns funcionários se permitiam *fingir* que não escutavam as solicitações dos presos nos pavilhões e, assim, conseguiam alguns segundos para descansar. Enquanto na *fábrica*, estudada por CARVALHO (1990), os parafusos e outras ferramentas eram dotados de intenção, nas prisões, é como se os portões assim também o fossem, enquanto extensão do braço do ASP.

As forças psicológicas em atuação, no interior da prisão, nem sempre correspondem às reais necessidades dos funcionários. LEWIN (1965 [1951]) distinguia três tipos básicos de forças psicológicas: as que corresponderiam às *necessidades das pessoas*, as *induzidas* e as *impessoais* (p. 291). Em alguns postos de trabalho no interior do cárcere, necessidades primárias, como a de saciar a sede ou ir ao banheiro, podem deixar de ser atendidas, especialmente nos momentos em que o ASP está

só. O atendimento dessas necessidades, quando acontece, pode ser deficitário, com um banheiro em manutenção ou um bebedouro fora de uso, como observamos. A refeição, ao almoço ou à janta, deve ser rápida e nem sempre reúne condições mínimas de higiene. Os funcionários reclamavam muito do fato de as refeições serem preparadas pelos prisioneiros: algumas vezes ouvimos dizer que haveria pó de vidro nas refeições. Em outras ocasiões, reclamavam de ter encontrado insetos, misturados à comida. Alguns funcionários, por essas razões, levam de casa sua alimentação e esquentam-na na prisão.

Além das forças correspondentes às necessidades das pessoas, encontramos outras, que não obedecem aos seus desejos. Quando um ASP é obrigado a abrir um portão para um interno passar, mesmo contrariando o seu desejo momentâneo, dizemos que a força operante diz respeito ao outro e, eventualmente, contraria o primeiro. Na *portaria*, em dias de visita de familiares aos presos, ASPs femininas se mostravam deveras contrariadas com a revista por apalpação que eram obrigadas a realizar. Em cubículos pequenos e apertados destinados à revista mencionada, as visitas de presas, nuas, tinham as vestes e o corpo revistados. Pelo que sabemos, a unidade penal não fornece luvas de borracha para esse procedimento; assim, as próprias funcionárias se cotizam para comprar essa peça fundamental para o trabalho.

LEWIN (1965 [1951]) observou que outras forças também influenciavam o comportamento das pessoas. Às forças presentes na instituição, ou determinadas por um contexto social qualquer, designou-as por *impessoais*. Não tornaremos a repetir o *quantum* dessas forças operam durante o trabalho dos ASPs, mas daremos como exemplo a ocasião revelada por um funcionário que, de serviço na galeria do pavilhão e sem que o esperasse, sofreu um atentado à bala disparado pelo colega AEVP, quando da suposta tentativa de fuga de presos da segunda penitenciária. As rebeliões ou os motins, inesperados, são exemplos valiosos da operação das *forças impessoais*.

Nos exemplos mencionados, vemos que, concomitante a uma força, *pessoal, induzida ou impessoal*, em operação no *espaço de vida* do ASP ou do grupo como um todo, existirá uma *situação de conflito*, que será tanto melhor resolvida quanto melhor estiver a pessoa ou o grupo do qual faz parte, na interrelação com o ambiente. Segundo GARCIA-ROZA (1974), “um conflito é uma situação caracterizada pela oposição de forças de igual intensidade” (p. 128) e pode ser, conforme LEWIN, de três tipos:

(...) quando uma pessoa se encontra entre duas valências positivas e tem que escolher uma delas; quando a pessoa se encontra entre uma valência positiva e uma negativa e quando a pessoa se encontra entre duas valências negativas (*idem, ibidem*).

Como valências positivas, no trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária, podemos identificar o salário, que para alguns é maior do que aquele que recebiam em empregos anteriores; a estabilidade funcional, adquirida depois de três anos de trabalho, ou estágio probatório, e a possibilidade de ascensão, em decorrência do plano de carreira, frequentemente modificado pelas instâncias superiores. Alguns dos funcionários identificavam, no trabalho em turnos, a possibilidade de um *tempo livre* maior, mesmo utilizando esse período de descanso para outra ocupação, no caso dos *bicos*. Normalmente, as valências das forças em atuação na prisão são negativas: sanções, ambiente de trabalho desagradável, tensão, medo, ordens absurdas, jornada de trabalho extensa e cansativa, isolamento, solidão, distância do *mundo livre*, rebeliões, motins, fugas, conflitos, *gaiolas, ratoeiras e aquários*.

Para LEWIN, segundo GARCIA-ROZA (1974), “uma necessidade corresponde a um sistema de tensão da região interna da pessoa, de tal modo que sua satisfação corresponde à diminuição da tensão desse

sistema” (p. 146). Da mesma forma, “a satisfação de uma necessidade pode ser realizada tanto alcançando o objetivo original, como um objetivo substituto” (*idem, ibidem*, p. 148). Se considerarmos a necessidade de proteção como uma necessidade fundamental e primária nos humanos, e aceitarmos a tese de que ninguém está seguro no interior do cárcere, teremos aqui a presença de uma grande tensão nas pessoas. Essa tensão, produzida pela não satisfação da necessidade de proteção,

(...) afeta fundamentalmente a estrutura cognitiva do espaço de vida, tanto a do presente, como as do passado e futuro psicológicos e seu efeito depende da intensidade da necessidade e da fluidez das áreas correlatas do espaço de vida (*idem, ibidem*, p. 147).

Isso permite dizer que as prisões são espaços de fluidez mais limitada, em termos do *espaço de vida*, já que as necessidades primárias, ou são atendidas precariamente, ou não são atendidas. Não é possível, entretanto, permanecer em estado de tensão permanente e a não satisfação física de uma necessidade implica buscar satisfazê-la no nível da irre realidade e da fantasia. O estado de letargia, que presenciamos ao observar um grupo de ASPs que, mesmo juntos na *gaiola*, pareciam mais como *bonecos de cera*, de imóveis que estavam; a fantasia sempre presente da aposentadoria, especialmente para os funcionários mais antigos; o alívio das férias ou de uma licença qualquer; ou, no extremo, o suicídio do colega que citamos no início do trabalho, pode representar a satisfação de necessidades fundamentais não atendidas pela instituição.

Dentro de certos limites, diz LEWIN (1965 [1951]), a agressividade criada pelo clima de tensão pode ser controlada. Como nas prisões brasileiras as tarefas de abrir e fechar portas, portões ou grades são realizadas manualmente⁶⁴, o contato de funcionários com presos se

⁶⁴ CARVALHO (1990), chama a atenção para as *estereotipias de movimento* (p. 42), encontradas nos operários que investigou. No caso dos ASPs, chegamos a vê-los, sentados, abrindo e fechando os portões com movimentos dos pés.

configura muito intenso e, às vezes, prolongado, marcado por muitos anos de convivência mútua. Isso explicaria os instantes de condutas humanizadoras que presenciamos no interior das prisões, até hoje, pouco comentadas nos trabalhos científicos; os momentos de contatos físicos mais intensos, como cumprimentos com apertos de mãos recíprocos ou um *tapinha nas costas*, ou contatos verbais, marcados pelo diálogo carinhoso, respeitoso e solidário com a dor do outro.

Foi um preso, justamente, quem mostrou conhecimento dessa condição de insalubridade do trabalho dos ASPs. Enquanto realizávamos a coleta de dados na segunda penitenciária, presenciamos uma cena no mínimo curiosa: os funcionários encontravam-se na *galeria*, próximos à sala do chefe de plantão e conversavam animadamente; estávamos perto do final do expediente, quando os ASPs já se preparavam para trancar os presos em suas celas, quando um desses presos, aparentando insatisfação, alegou ter assistido, na noite anterior, a uma reportagem na TV em que eram elencadas as profissões mais perigosas. Para a surpresa e espanto desse preso, a função do Agente de Segurança Penitenciária não havia sido citada, entre essas profissões. Esse preso manifestava uma atitude de solidariedade com os ASPs, no sentido de que compreendia perfeitamente, dizia ele, “o grau de risco a que estavam expostos os funcionários da prisão, aguentando presos como ele e outros”.

(...) toda instituição total parece criar um conjunto de práticas institucionalizadas – seja espontaneamente, seja por imitação – através das quais os internados e a equipe dirigente chegam a ficar suficientemente perto para ter uma imagem um pouco mais favorável do outro, e a identificar-se com a situação do outro. *Tais práticas exprimem solidariedade, unidade e compromisso conjunto com relação à instituição, e não diferenças entre os dois níveis* (GOFFMAN, 2006 [1961], p. 85. Itálicos nossos).

Nas instituições prisionais, a solidariedade é condição básica para a existência das pessoas e dos grupos. O *equilíbrio* institucional, mesmo que *precário*, parece depender dessa condição. Logo nos

primeiros dias de nossa observação de campo, quando explicávamos, na *portaria* de um dos estabelecimentos, nossos propósitos, e pedíamos para que os funcionários lessem e assinassem o TCLE, um deles nos disse que não poderia fazê-lo, pois se encontrava sem os óculos. Muito rapidamente, um ASP presente ao setor, tomou de nossas mãos o Termo e o leu em voz alta para o colega. Observamos a solidariedade entre funcionários e presos quando, em certa ocasião, na segunda penitenciária e logo pela manhã, vários Agentes de Segurança Penitenciária correram para o interior da enfermaria. Apressados e assustados, atendiam à solicitação de um preso que, gritando, procurava por socorro. Quando chegaram ao recinto tiveram que socorrer um preso, colega daquele que gritava, e que estava em surto de epilepsia. Os ASPs realizaram os procedimentos de praxe, aprendidos em cursos de primeiros socorros, e quando o preso surtado recuperou-se, retornaram felizes para os setores de origem, comentando entre si e com outros colegas o ocorrido. Na medida do possível, todas as solicitações dos presos eram atendidas pelos Agentes de Segurança Penitenciária e foi muito comum observarmos Agentes e presos em conversas bastante animadas.

Os funcionários aprendem, através da própria experiência na função, quando podem *afrouxar* as normas e *ceder* a um pedido dos presos, em especial de alguns dentre a massa carcerária, privilegiados em decorrência do *status* ou do poder estabelecido. Esses privilegiados, que ganham relativa liberdade de locomoção pelo interior da prisão e podem, eventualmente, travar conversas com os colegas detidos nas celas disciplinares, negociam, todo o tempo, com os ASPs, ou com o grupo dirigente. Aos outros presos, menos conhecidos e privilegiados, sobram as normas e as sanções, caso desobedeçam às primeiras. Com certa frequência, observamos Agentes de Segurança Penitenciária que atendiam à solicitação de dois presos, de maneira muito distinta uma da outra: enquanto um preso, supostamente mal barbeado, era impedido de transitar, outro na mesma condição tinha seu pedido atendido. Enquanto um preso é liberado do pavilhão sem revista manual, outro só é liberado depois de devidamente revistado. Na *portaria*, veículos são revistados

num momento, e em outro não. Numa das unidades penais investigadas, houve uma fuga de presos há pouco mais de um ano. Na fuga, os presos deixaram o estabelecimento escondidos no interior de um caminhão, que trazia materiais de consumo para o interior do cárcere.

CARVALHO (1981) dizia que “a extrema atenção que requer o trabalho faz com que os níveis de sonhos e aspirações sejam depositados para fora do horário do trabalho” (p. 107). Ouvimos de alguns dos Agentes de Segurança Penitenciária, principalmente dos mais antigos na função, que tinham, quando ingressaram no serviço público, muitas fantasias e muitos planos pessoais. Um desejava frequentar um curso superior, outro aspirava ascender profissionalmente na carreira prisional e outro, ainda, ser aprovado em concurso público numa outra área, menos estressante. Com o passar dos anos, o que se vê, na maioria desses casos, é que aqueles sonhos, fantasias e aspirações de uma vida melhor desmoronaram, gradualmente. Dessa forma, para esses funcionários, somada à tensão e ao medo decorrentes da atividade profissional na prisão, tivemos a frustração de carreiras e fantasias que não se cumpriram.

Os Agentes de Segurança Penitenciária mais antigos, principalmente, não acreditam mais em mudanças de comportamento dos presos, até porque, refletem, “o mundo moderno está cada vez mais complexo e difícil para todos”; também se acostumaram com a precariedade e o empobrecimento da instituição. A estabilidade funcional da carreira pública se junta à instabilidade organizacional e à própria instabilidade contidas nas muitas mudanças nas formas de gestão e condução das políticas penitenciárias, preconizadas por governos que se substituem a cada período de tempo:

(...) Sabe-se que a expectativa de mudanças na gestão administrativa das prisões é sempre percebida com inquietação. Em um ambiente em que as relações sociais são arranjos precários, carentes de reciprocidade, marcados por relações desiguais e hierárquicas, sujeitas a rupturas inesperadas, quaisquer mudanças nos postos administrativos acentuam esses sentimentos. As reações estão sempre de prontidão (ADORNO e SALLA, 2007, p. 24).

A relação existente entre os dados quantitativos que apontam para uma precarização dos aspectos de saúde desses trabalhadores e a própria atividade profissional, parece comprovada quando se descrevem, etnograficamente, as condições de trabalho a que estão submetidos os ASPs. A relação entre a pessoa e o ambiente em que vive e trabalha é de influência recíproca, modificadora e transformadora. Parece-nos, justamente, amparado por outros pesquisadores, que para os ASPs, as transformações possíveis não são as mais adequadas. Para RIBEIRO (1985) “as pessoas que apresentam os chamados problemas existenciais são aquelas que estão lidando difusamente com seus limites dentro dessa concepção de espaço de vida” (p. 97). Nada do que acontece num campo psicológico qualquer pode ser entendido em seu valor avulso: “é o campo que é saudável, que é harmonioso, ou não, e não as suas partes” (*idem*, *ibidem*, p. 103).

Os ASPs sabem, intuitivamente, que algumas das barreiras presentes na instituição são “barreiras intransponíveis”, ou barreiras que os impedem de realizar-se plenamente como sujeitos ou como profissionais, como diz GARCIA-ROZA (1974), “caminhos impossíveis de ser percorridos nas circunstâncias atuais” (p. 118). O cerceamento ou o impedimento da plena realização das pessoas afeta consideravelmente a estrutura cognitiva do espaço de vida, tornando-o, muitas vezes, um *espaço sem vida* ou um *espaço de vida limitada, cerceada, castrada*. Na segunda penitenciária, observamos um grupo de ASPs numa das *gaiolas*, num momento de pouca atividade no interior do cárcere. Estavam quase completamente imóveis, apesar de comporem um grupo, como se formassem um grupo de *figuras construídas de cera* “confundido e

misturado com a matéria que carrega, consumido por ela, resíduo dela” (MARTINS, 2008, p. 24). Um dos funcionários, cabisbaixo e sentado, escrevia alguma coisa; outro, em pé, olhava por sobre as muralhas; outro, ainda, olhava para o interior do pavilhão: “(...) o cerco penetra e envolve; não deixa visível uma saída; apenas, cruamente, uma pergunta: como sair dele?” (CARVALHO, 1990, p. 90).

A *imobilidade* presente no *instantâneo capturado*, nos levou a pensar no descaso e no abandono tão característico das instituições prisionais. A *imobilidade desse instante* poderia nos dizer muito sobre a própria *imobilidade subjetiva* numa perspectiva temporal, que alguns dos funcionários nos mostravam, a ponto de “aguardarem a aposentadoria, apenas isso e nada mais”; “(..) o tempo da prisão (mensurado pelos critérios físicos) reveste-se de uma feição de *contratempo*, de *estagnação* do tempo social, ainda que não estagnado o tempo físico (CHIES, 2008, p. 230. Itálicos nossos). Para BERGER e LUCKMANN,

(...) o conhecimento de minha morte inevitável torna este tempo finito para mim. Só disponho de certa quantidade de tempo para a realização de meus projetos e o conhecimento deste fato afeta minha atitude com relação a estes projetos (BERGER e LUCKMANN, 2009 [1966], p. 45).

Funcionários ouvidos durante o período da pesquisa diziam-nos que “o trabalho dos ASPs é muito mais psicológico do que físico”, para dizer que não se requer, nessa atividade profissional, esforço físico, mas sim, mental. Apesar da exigência institucional por uma vigilância constante e pela disciplinarização das condutas dos presos, o dia-a-dia na instituição prisional não se faz sem negociações ou intervenções não físicas entre o grupo de ASPs e o grupo de presos. Consciente ou inconscientemente, os funcionários sabem que não podem errar ou hesitar durante a longa jornada de trabalho. Assim, negociam com os presos a possibilidade de movimentar-se por setores da unidade prisional, em especial, a enfermaria; permitem que circulem pelas

galerias da instituição; fazem *vistas grossas* a um ou outro preso com a barba por fazer, dependendo do clima interno da organização. Essas negociações permitiriam um grau maior de movimento nessas instituições, para ambos os grupos.

Os dois grupos, de funcionários e de presos, também trocam informações sobre questões mais gerais ou mais pessoais, contribuindo para que “as fronteiras e conexões entre as regiões internas” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 86) de cada uma das pessoas envolvidas, sejam menos impermeáveis e inflexíveis. Podemos dizer que os Agentes de Segurança Penitenciária são *funcionários* ou *agentes de fronteira*. Por transitarem entre dois mundos, o dos *libertos* e o dos *cativos*, são eles que representarão a possibilidade, para os presos, de aproximações entre os dois mundos, tão necessária à saúde psíquica dos internos. Por outro lado, quando ingressam nas prisões e entram em contato com o *universo do crime*, os ASPs têm condição de se confrontar com aspectos mais indesejáveis e ocultos de seu *eu*. Por maior distância dos presos que possam desejar, seja pessoal ou formal, o contato interpessoal entre os dois grupos se dará de alguma forma, alterando os limites das regiões no *espaço de vida*.

Apesar do desejo manifesto pelos ASPs, por prisões totalmente automatizadas e por um contato físico e verbal cada vez menor com os presos, um pequeno gesto, uma saudação, uma conversa menos tensa e descompromissada, acabam por aliviar a solidão, o tédio e o devaneio a que muitos funcionários estão sujeitos nos plantões. Para o único funcionário presente num determinado setor, a conversa com um preso pode ser de grande ajuda:

(...) a unidade dinâmica da totalidade da pessoa depende não somente da relação que as partes do todo mantêm entre si, mas também da relação do todo com o seu meio (GARCIA-ROZA, 1974, p. 91).

Analisar a dinâmica do trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária no interior do cárcere implicou, como vimos em vários momentos, além da observação sistemática do próprio grupo de funcionários, considerar também o grupo de presos que, embora não fosse parte determinante da pesquisa, foram trazidos à análise em virtude de sua interrelação dinâmica com os ASPs. Ambos os grupos parecem depender um do outro para a sobrevivência psicológica, e também física, no interior das prisões, apesar de dizerem o contrário. As regiões psicológicas de ambos os grupos são tão ou mais permeáveis quanto o clima organizacional o permitir ou quanto as características individuais de cada um dos grupos assim o suportar.

Isso quer dizer que, em ambientes onde o clima organizacional é mais democrático, a possibilidade de que as pessoas estabeleçam relações mais amistosas e menos tensas é maior. Em nosso estudo, presenciamos uma situação em que, de um instante para outro, o clima prevalente no ambiente alterou-se de tal forma, que, por muito pouco, não resultou num evento de proporções mais drásticas. Alterando-se o clima organizacional do ambiente, alterou-se, inclusive a probabilidade de as pessoas se comportarem de maneira mais ordeira e dentro das regras estabelecidas: (...) Lewin repete, por várias vezes, que a vida de um grupo nunca para de mudar; o que existe são meras diferenças na quantidade e tipo de mudança (GARCIA-ROZA, 1974, p. 164). Os pesquisadores ADORNO e SALLA (2007), refletindo sobre o surgimento do PCC nos auxiliam na análise:

(...) Tudo indica que essa organização foi constituída em 1993, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (SP), conhecida por longa história de maus-tratos impingidos aos presos. Tudo indica que a organização nasceu de uma resistência aos maus-tratos, como uma forma de proteção contra as arbitrariedades cometidas por agentes penitenciários e mesmo contra a dureza do regime disciplinar imposto pela direção do estabelecimento penitenciário (ADORNO e SALLA, 2007, p. 25).

Prisões são instituições ameaçadoras, repulsivas e violentas, porém não contínua e infinitamente. Não negamos sua função punitiva, corretiva, cerceadora, repressora e, eventualmente, caótica. Entretanto, no dia-a-dia da prisão, funcionários e presos tentam fazer com que o *equilíbrio precário* (COELHO, 1987) seja mantido; afinal, a desordem total parece não beneficiar nenhum dos dois grupos:

(...) Segundo advogados, membros da pastoral carcerária e mesmo guardas penitenciários, quando o PCC assumiu o controle (de alguns estabelecimentos prisionais), o número de mortes diminuiu, assim como o número de presos vítimas de qualquer tipo de atentado, incluindo sexuais (MINGARDI, 2007, p. 60).

O dia-a-dia de uma prisão não é, necessariamente, violento. Pudemos constatar isso em nossa pesquisa de campo. Entretanto, temos, no interior dessas instituições, dois grupos de pessoas que, teoricamente, não gostariam de ali se encontrar: os membros de um primeiro grupo, os presos, foram *sequestrados* do mundo livre e depois, *enjaulados* nessas instituições, enquanto que os membros do outro grupo, os ASPs, buscarão controlar as ações e os movimentos dos primeiros. Ambos os grupos lidarão diária e continuamente, no sentido de possibilitar as melhores condições de vida possíveis, mesmo que pauperizadas em decorrência do próprio ambiente em que se encontram. Teremos, então, o conflito entre os grupos, ou “uma situação caracterizada pela oposição de forças de igual intensidade” (GARCIA-ROZA, 1974, p. 128).

Outro aspecto que nos interessa quando falamos de movimento ou locomoção de pessoas é, justamente, a relação do ASP com tudo aquilo que compõe o ambiente de trabalho, incluindo mobiliário, equipamentos, a condição física do setor e a própria preparação para o exercício da função. Dissemos que o número de regiões para a pessoa depende do número de fatos relacionados com ela e que seu comportamento dependerá do número total de combinações que poderá

estabelecer com esses fatos relacionados. Isso explicaria por que o trabalho dos ASPs se torna tão entediante em alguns momentos do dia. Os setores de trabalho, as *gaiolas* especialmente, são precarizados, às vezes úmidos e gelados e dispõem de poucos móveis e equipamentos. Excetuando-se os momentos do expediente em que os presos compartilham com os ASPs alguma conversação, e aqueles em que os colegas estão presentes ao setor, sobra pouco ou nada para fazer, boa parte do dia. Daí que o pensamento deixa os muros da prisão e se eleva para outros horizontes.

Quando um Agente de Segurança Penitenciária reconhece, como que intuitivamente, que a Secretaria de Administração Penitenciária deveria, como parte de uma política governamental maior, melhorar ou aperfeiçoar os processos de seleção de trabalhadores para essa função e ainda, melhorar e aperfeiçoar os cursos preparatórios para o efetivo ingresso desses funcionários na prisão, reconhece, justamente, que a precarização do trabalho dos ASPs está presente já no início do processo de ingresso na função, ou cargo. Quantas vezes lecionamos em cursos de formação profissional, em locais impróprios para o aprendizado: em Franco da Rocha, município da Grande São Paulo, lecionamos para os ASPs quando a Penitenciária ainda se encontrava em construção. Havia restos de madeira, arames e fios de eletricidade espalhados pelos corredores e salas. Alguns espaços de locomoção estavam encharcados, da água que, misturada com o cimento, era utilizada para rebocar as paredes. Outros espaços de aula eram excessivamente quentes ou o contrário, muito frios.

Os ASPs apontaram a grande distância existente entre o conteúdo teórico proposto pelas disciplinas do curso de Formação Técnico-Profissional pela EAP, e a prática penitenciária. Segundo os funcionários, seria necessário mais tempo de aulas e de discussão de algumas disciplinas consideradas fundamentais para eles, tais como a própria “Prática do Serviço Penitenciário”, mas também “Saúde do Trabalhador”, “Criminologia” e “Defesa Pessoal”:

(...) Os recentemente contratados, porém, tiveram treinamento, como nos relataram, mas a visão sobre a eficácia que esses *cursos de formação* possam ter é muito ambígua e varia de um agente penitenciário para outro. A maioria deles, com quem conversamos, acha esses cursos fundamentais, mas que deveriam ser adequados à realidade deles (MORAES, 2005, p. 238).

Quando um funcionário reconhece, na precarização e pauperização do mobiliário e das ferramentas, quiçá da própria desorganização da atividade como um todo, um componente essencial da precarização de seus próprios processos psicológicos internos, aponta para a ausência típica, o desconhecimento e o descaso que os governantes ou os administradores de prisão costumam manter: “(...) tudo se mostra, portanto, banalizado” (MARTINS, 2008, p. 43). Segundo o Padre Valdir João SILVEIRA, da Pastoral Carcerária de São Paulo⁶⁵,

(...) O Estado abandonou o presídio, também a sociedade como um todo, e o Estado aqui é o administrativo, o Jurídico, o Ministério Público e também o Legislativo, que viraram as cotas para os presos (e para os funcionários de prisões) (SILVEIRA, 2007, p. 210. Os parênteses são nossos).

Apesar disso, os funcionários improvisavam, como podiam. Criavam e transformavam objetos desgastados e sem uso em outros, de uso pessoal e coletivo, visando, eventualmente, a própria diferenciação e a sobrevivência psíquica nas prisões. Um funcionário comentou que teria produzido, a partir de peças de maquinários e veículos inutilizados, uma máquina que servia como trator na penitenciária. Esse funcionário era conhecido pelos demais colegas pela verdadeira *proeza* que realizara, e isso o alegrava: “(...) mesmo na rotina alienadora da fábrica e da produção há momentos de iluminação e criação, de invasão do cotidiano

⁶⁵ Movimento de origem católica, cujos membros visitam instituições carcerárias e penitenciárias, visando, além da orientação religiosa dos presos, a fiscalização das condições de aplicabilidade das políticas para o setor.

e do senso comum pela realidade e pelo conhecimento que revolucionam o cotidiano” (MARTINS, 2008, p. 56).

As barreiras à locomoção, no interior das prisões, parecem estar colocadas pela própria instituição, demarcadas justamente pela extensão do seu perímetro ou área construída. Pouco tempo depois de ingressar na prisão, os novos funcionários já aprendem que contarão muito mais com um ou outro colega mais solidário, e com os próprios presos, do que com o superior hierárquico ou com as autoridades administrativas e governamentais. Embora *livres*, por alguns momentos do dia, para transitarem por outros setores e conversarem com outros colegas, os funcionários têm consciência da importância de seus gestos e condutas e logo retornam ao setor de origem a fim de certificarem-se se o clima de tranquilidade persiste. Na prisão, não são só os presos que cumprem penas ou sentenças; os funcionários também se sentem como que cumprindo, junto com os presos, sentenças de reclusão. Afinal, estão sujeitos, eventualmente, aos mesmos dispositivos disciplinadores e às mesmas sanções, se for o caso. Como estão sujeitos ao mesmo ambiente escuro, úmido, lúgubre, precarizado e aviltado.

As designações dos dispositivos de fiscalização e de controle da movimentação de presos no interior do cárcere mencionados neste trabalho, especialmente as *gaiolas*, os *aquários* e as *ratoeiras*, mais do que cumprir com suas funções manifestas, também limitam a ação e os movimentos dos Agentes de Segurança Penitenciária, a tal ponto que podemos perguntar quem é, de fato, o rato, capturado pela armadilha; ou quem é o pombo, contido por uma *gaiola*, ou ainda, quem é o peixe, cujos horizontes são estabelecidos pelo *aquário*. Alguns relatos de funcionários tentam responder a essas perguntas. Dizem que, muitas vezes, “se sentem cumprindo uma sentença num semiaberto invertido”, em alusão ao fato de que, naquele regime de cumprimento de pena, os presos são libertados durante o dia para atividades extramuros e recolhem-se à instituição à noite. Para os Agentes de Segurança Penitenciária, a pena de prisão a que estão submetidos é cumprida

durante o dia, quando trabalham, e sua liberdade se dá no final do expediente, quando se recolhem a seus lares ou a outros afazeres.

De valor fundamental nas pesquisas de outros autores, como CHIES (2008), BERGER e LUCKMANN (2009 [1966]) e o próprio LEWIN (1978 [1948]), a *perspectiva temporal*, enquanto questão existencial importante para as pessoas, era sentida pelos funcionários na prisão, de maneira bastante peculiar: “(...) a realidade da vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” de meu corpo e do “agora” do meu presente” (BERGER e LUCKMANN, 2009 [1966], p. 39). LEWIN considerava que a *perspectiva de tempo* era fundamental, na estruturação e no desenvolvimento psicossocial das pessoas. Particularmente, pensou nessa variável, a partir da maneira como ela deveria fazer algum sentido em prisioneiros, ou seja, de modo doloroso:

(...) Em prisão celular, também, *uma das experiências mais dolorosas*, freqüentes vezes relatada, é a incerteza quanto ao tempo decorrido. Mais uma vez, não é a provação presente que torna angustiante a situação, mas certas características da perspectiva temporal (LEWIN, 1978 [1948], p. 123. Itálicos nossos).

Para BERGER e LUCKMANN (2009 [1966]), experimentamos a vida cotidiana “(...) em diferentes graus de aproximação e distância, *espacial e temporalmente*” (p. 39. Itálicos nossos). Para os funcionários parece-lhes ocorrer da mesma forma: o tempo decorrido é compreendido de maneira muito subjetiva: “(...) a temporalidade é uma propriedade intrínseca da consciência. A corrente de consciência é sempre ordenada temporalmente” (*idem, ibidem*, p. 44). Numa ocasião, na primeira penitenciária, um preso conhecido como *insulina*, em razão do tratamento prescrito para o seu problema de saúde, demorou exatos 25 minutos para ir à enfermaria do estabelecimento, para receber a medicação necessária, e retornar. A movimentação do preso, do pavilhão onde residia à enfermaria da unidade penal era realizada diariamente. Os

funcionários presentes à gaiola do fundo da prisão, naquele dia, reclamavam que esse preso gastava muito tempo para o tratamento. Note-se que, em apenas 25 minutos, o preso dirigiu-se ao setor de saúde da unidade penal, recebeu insulina intravenosa e retornou ao pavilhão de origem. Mesmo assim, compreendia-se que sua ausência era prolongada.

Há o tempo decorrido no interior do cárcere para o plantão de 12 horas de trabalho que, eventualmente, *custa a passar*, especialmente em alguns momentos do dia mais calmos e de pouca movimentação e de circulação de presos, como vimos. É evidente – e todos os ASPs sabem disso, que esse momento de relativa calma e inatividade, pode ser abrupta e inesperadamente interrompido em decorrência de diversos fenômenos e acontecimentos fortuitos, como o alerta e a consequente correria de funcionários que presenciamos na segunda unidade penal, ao ouvirem que um preso estaria “se matando”, quando, na verdade, estava “se entortando”, “se contorcendo”, em decorrência de um surto de epilepsia. Passado o susto inicial e, nesse caso, com a consequente resolução do problema, todos os funcionários que acorreram ao local do acontecimento retornam, expressando alívio, para os seus respectivos postos de trabalho.

O tempo condicionado, esquadrihado e cronometrado pelos relógios e objetivado através das campainhas e dos alarmes presentes nos estabelecimentos prisionais, antecede momentos de relativa tensão, quando se trancam, ou se libertam os presos de suas celas, e quando os Agentes de Segurança Penitenciária ingressam nos pavilhões de residência desses internos. Para nós, que os observávamos e aos seus movimentos, talvez seja esse um dos momentos de maior fragilidade física e psicológica dos ASPs, além da fragilidade institucional: nesses *breves minutos*, pois o procedimento todo, de soltar ou trancar presos, não demora mais do que 10 minutos, os funcionários se encontram às voltas e à mercê de trezentos, quatrocentos ou mais presos. Chegamos a verificar, através de um dispositivo de vigilância existente nas *gaiolas*, que permite ver o que acontece no interior dos pavilhões, que, em alguns momentos, um grupo de presos chega a rodear os funcionários,

intimidando-os. Com essa tática de cercar os funcionários e convencê-los para uma conversa rápida, os internos ganham alguns singelos momentos a mais de *liberdade* no interior do pavilhão.

Quando saem da prisão, depois de mais um dia de atividades laborais no interior do cárcere, a expressão facial e corporal dos ASPs demonstra alívio e abrandamento da tensão. Nos momentos em que conseguem sair da prisão, mesmo durante o expediente, para resolver alguma questão extramuros, são capazes de expressar satisfação. Um deles, que acompanhamos quando também não aguentávamos tantas horas passadas na instituição, chegou a citar o termo “liberdade”. Por mais de uma vez, nos vimos num movimento de *fuga* da unidade prisional, quando, cansados, saíamos dela, para breves instantes dessa *liberdade* mencionada pelo ASP.

Distantes fisicamente do *mundo livre* e, por vezes, de seus familiares, no interior de estabelecimentos rodeados por muros altos, agentes armados, vários portões a ultrapassar e cercados por presos, em locais onde o sol não aparece, a iluminação é tênue, o frio intenso e o ar rarefeito, resta fantasiar a *liberdade*. Daí que para muitos funcionários, “tirar as doze”, ou seja, trabalhar doze horas no plantão, é uma forma de não raciocinar sobre a dificuldade e a tensão das tarefas profissionais no interior do cárcere e, mesmo, desejar que o dia de trabalho transcorra sem nenhum problema: “(...) vai ser assim até o dia em que for obrigado a entrar na Caixa. Pra mim tanto faz. O importante é bater cartão na entrada e na saída. Faço o que me mandarem” (Transcrição do discurso de um operário, *in*: CARVALHO, 1999, p. 94).

Para aqueles que não contam com outra atividade profissional paralela à exercida no cárcere, há o tempo livre ou de descanso, quando, deixando a prisão, podem realizar outros afazeres, desde retornar aos seus lares e às suas obrigações familiares, até se divertir com os colegas num local qualquer, para o que é costumeiramente conhecido como *happy hour*. Muitos deles combinavam encontrar-se após o expediente, em salões e outros espaços públicos, para momentos de descontração e

relaxamento das preocupações da vida cotidiana e das tensões da atividade laboral. Nesses locais, alguns funcionários ingerem bebidas alcoólicas ou fumam cigarros exagerada e compulsivamente.

Para os que utilizam o *bico* ou a segunda tarefa, realizada preferencialmente na área de segurança em instituições privadas, como bancos, empresas de transporte de valores e documentos, supermercados, empresas em geral ou indústrias e comércios locais, sobra-lhes pouco do *tempo livre*. Somadas as doze horas passadas no interior do cárcere, esses funcionários cumprirão outras doze horas na segunda função, totalizando 24 horas de trabalho ininterruptas. Nessa segunda atividade profissional, que é uma repetição do óbvio diário de seu trabalho nada agradável na prisão, geralmente estarão armados com revólveres, pistolas automáticas ou outras armas de maior calibre; armas que podem ser deles próprios ou cedidas, de propriedade do empresário ou empregador que os contratou. Encontram-se, portanto, quando depois da longa jornada de trabalho na prisão, sobrecarregados e muito vulneráveis a quaisquer ataques de terceiros, porque cansados e praticamente esgotados do longo expediente anteriormente cumprido: “(...) o “bico” é tolerado por governos e polícias e, em boa medida, tratado como uma política salarial informal e velada” (MUNIZ e JÚNIOR, 2007, p. 164).

Notícias divulgadas pela imprensa, dão conta de que é no exercício da segunda atividade profissional de ASPs ou Policiais Militares, ou ainda, quando esses funcionários estão de folga do trabalho, que alguns acabam feridos ou assassinados⁶⁶. Para nós, esses momentos não se consubstanciam, em hipótese alguma, em momentos de liberdade ou descanso para os Agentes de Segurança Penitenciária, ou em momentos para aproveitar, sozinhos ou com os familiares, o *tempo livre*,

⁶⁶ Disponível em:

<http://www.parana-on-line.com.br/editoria/policia/news/98281/?noticia>. No caso mencionado, um Agente Penitenciário do Estado do Paraná foi assassinado durante a segunda atividade profissional ou trabalho extra quando, confundido com um Policial Militar que estaria jurado de morte por bandidos, foi assassinado com um disparo à queima roupa que lhe perfurou o coração. Sua morte foi instantânea e, ao lado do corpo, foi encontrada a arma de uso particular do funcionário e sua carteira de identidade profissional.

possibilitando-lhes o necessário para que as condições físicas e psicológicas sejam compatíveis com a exigência imposta pelas tarefas laborais:

(...) A atividade do ASP faz com que não seja possível relaxar mesmo nas horas de descanso no plantão, aliando sentimentos desconfortáveis de desprazer e insatisfação com agressividade constante, risco e coragem permanentes (VASCONCELOS, 2000, p. 42).

Há o tempo para um almoço rápido ou para um lanche matinal, vespertino ou de início de noite. Nas estações mais frias do ano, às dezenove horas já se tem muita escuridão, especialmente ao redor dos estabelecimentos prisionais, pois a maioria deles é construída em locais ermos e de muita vegetação. A lei trabalhista brasileira não prevê, para o serviço em turnos, horário de almoço; entretanto, como são servidas refeições no interior do cárcere, é no refeitório do estabelecimento que os ASPs farão as refeições, rapidamente. Houve uma época em que, na primeira penitenciária, todos os funcionários, exceto o corpo dirigente, almoçavam ou jantavam num refeitório localizado mais ao fundo da prisão. Devido às reclamações constantes do grupo de funcionários, e com o argumento de melhorar as condições de segurança, a diretoria do estabelecimento optou por ampliar o espaço onde apenas o corpo dirigente almoçava, para que todos os funcionários fizessem, ali, suas refeições. Apesar da melhoria nas instalações, a qualidade da refeição servida, preparada por presos e supervisionada por um ASP, é bastante questionada pelos funcionários.

Existe, igualmente, o tempo de trabalho necessário para que um ASP se efetive na função. Atualmente, o *estágio probatório*⁶⁷ dos

⁶⁷ *Estágio probatório* é a designação para o período de tempo estabelecido em lei para que os servidores públicos se efetivem na função. Isso quer dizer que, até esse período, o servidor público pode ser exonerado pelo empregador, de maneira mais simples e maiores impasses burocráticos do que tendo passado pelo estágio. Parecido com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o *período de experiência* dos trabalhadores na iniciativa privada, que estipula um período menor, de 90 dias.

servidores públicos é de três anos que, para alguns, é também o tempo que passam distantes da terra natal e dos familiares. Esses funcionários, quando efetivados como servidores públicos estáveis, podem pleitear uma transferência de estabelecimento penal para junto aos seus:

(...) a LPT (Lista Prioritária de Transferência) vem se destacando como um processo democrático e igualitário de aproximação familiar, pois os servidores inscritos obedecem a critérios lineares de classificação, até serem removidos para a unidade prisional que indicaram (REVISTA SAP, nº 1, p. 7).

Nesse ínterim, é provável que o Agente de Segurança Penitenciária já tenha experimentado situações bastante tensas no interior do cárcere, quiçá, inclusive, presenciado situações limítrofes e perigosas, como ouvimos de alguns funcionários. O ferimento ou a morte de presos em brigas internas por poder, dívidas contraídas ou desavenças pessoais, tentativas ou fugas mirabolantes dos internos, a extrema e delicada condição de refém de presos amotinados em rebeliões, ocasiona, para alguns dos funcionários vitimados, sérios problemas de ajustamentos no futuro, pessoal e profissionalmente.

A liberdade para os Agentes de Segurança Penitenciária, mesmo que relativa, só é possível ao deixar o estabelecimento da prisão, quando o ar se torna menos *rarefeito* e *viciado*, os raios do sol podem ser sentidos na plenitude e o clima de tensão e medo se desfaz, mesmo que momentaneamente: “(...) na prisão imperam a ociosidade, o tempo fugaz, o movimento circular sempre em torno de si mesmo como que desprovido de sentido e direção” (GOFFMAN, *in*: CHIES, 2008, p. 228).

(...) a liberdade não é uma questão metafísica do homem, mas uma realização política dos homens, só pode ganhar contornos definidos e concretude no interior de cada homem e no centro de cada grupo que compõe a sociedade (MELLO, Sylvia Leser de, 1988, *in*: CARVALHO, 1990, p. 108).

VIII – Considerações finais, ou pensando saídas possíveis

Para todos nós sempre foi muito difícil compreender as ciladas da travessia, os desafios e a riqueza da nossa inautenticidade, do nosso hibridismo, da nossa lentidão e do nosso vir a ser que não se cumpre senão de modo sempre incompleto e sempre insuficiente. Temos medo de ser o que somos ou o que temos podido ser. Mas, a História não acabou nem a esperança morreu. Somos outro modo de ser, outro jeito, outra espera, outra vereda na universalidade do mesmo gênero humano e nas diferenças próprias da dinâmica histórica. O que sobrou do que nos tiraram é o que fecunda a nossa espera. Nossas privações são a nossa riqueza e o nosso desafio (MARTINS, 2008, p. 11).

Tínhamos em mente que ao investigar, com a abordagem lewiniana, aspectos do *espaço de vida* dos Agentes de Segurança Penitenciária no interior do cárcere, compreenderíamos os processos que tornam tão singular e, ao mesmo tempo, tão perigoso e insalubre, o exercício profissional desses funcionários. Também esperávamos que se encontrariam, na própria atividade laboral dos ASPs no interior dos estabelecimentos prisionais, respostas que justificassem o quadro desalentador que representa o conjunto dos dados de morbidade e mortalidade para essa categoria profissional, enunciados ao longo da pesquisa. Michel FOUCAULT (2003) aludia à impossibilidade de descrever as prisões sem certificar-se da totalidade de processos, ou de dispositivos dos quais a instituição se utiliza para *capturar* e *disciplinar* os sujeitos que lá se encontram:

(...) não haveria sentido em limitarmo-nos aos discursos formulados *sobre a prisão*. Há igualmente aqueles que vêm da prisão: as decisões, os regulamentos que são elementos constituintes da prisão, o funcionamento mesmo da prisão, que possui suas estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que finalmente *não são de ninguém*, mas que são no entanto vividas, assegurando o funcionamento e a permanência da instituição (FOUCAULT, 2003, p. 130. Itálicos nossos).

Pelo que pudemos apreender de tudo o que vimos ou vivemos na prisão, de tudo o que observamos ou ouvimos dos ASPs no percurso da pesquisa de campo, e dos estudos sobre a atividade laboral dessas pessoas, a prisão é uma instituição de *arrebatamento coletivo*. É praticamente impossível ingressar nos estabelecimentos prisionais e deles sair sem que, de alguma forma, nos assombremos, seja pela arquitetura singular, seja pelo conjunto de dispositivos que a tornam tão especial e, ao mesmo tempo, tão paradoxal, no conjunto das instituições. Por essa razão, FOUCAULT (1984 [1975]) as denominou de *instituições completas e austeras* (p. 207).

Deve-se agir com tamanhas precisão e cautela no interior desses estabelecimentos, que o equilíbrio pessoal e grupal é facilmente *corrompido*, ou *contaminado*. Vive-se no limite das forças e das potências psicológicas interiores. Além disso, tudo no interior da instituição penal é precarizado e pauperizado, porque essa instituição não foi pensada para confortar os sujeitos que lá estão e, sim, para doutriná-los a partir da perspectiva da própria miséria da condição humana: “(...) as prisões estão dentro das cidades e ninguém as vê” (J.J. Brochier, do Magazine Littéraire, In. FOUCAULT, 2003, p. 140), assim como não vemos, tampouco, as pessoas que lá se encontram, sejam presos ou mesmo funcionários.

A condição caótica em que se encontram nossas prisões⁶⁸, acaba por transformar as pessoas e os grupos que lá vivem ou trabalham. Esses verdadeiros espaços de *mortificação pessoal e coletiva* (GOFFMAN), carecem de outro sentido senão o de máquinas para punir pessoas, essencialmente. Aos funcionários em estabelecimentos prisionais, restaria atender aos anseios por vingança, exigidos pela

⁶⁸ Em 08 de fevereiro de 2010, enquanto escrevíamos nossas considerações finais, outra rebelião em presídios, desta vez na Bahia, resultou em destruição do patrimônio público e na morte de um preso. Outros três internos foram mantidos reféns pelos colegas amotinados, no evento que durou mais de 55 horas: disponível em

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2806037.xml&template=3898.dwt&edition=14087§ion=1001>, acesso em 11 de fevereiro de 2010.

Em 25 de janeiro de 2010, presos rebelados no mesmo presídio, mantiveram um Agente de Segurança Penitenciária refém. Segundo a reportagem, os presos usaram “pedaços de ferro para render o agente e enrolaram um lençol encharcado em álcool em volta do corpo dele”: disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1463480-5598,00-ACABA+REBELIAO+EM+PRESIDIO+DA+BAHIA.html>, acesso em 12 de fevereiro de 2010.

sociedade; o preconceito e a violência das ruas, transferidos para o interior dos muros da prisão:

(...) vocês nos confiaram estes ladrões e estes assassinos porque os consideram como animais selvagens; vocês nos pediram para transformá-los em dóceis carneirinhos do outro lado destas grades que os protegem; mas não há nenhuma razão para que nós, guardas, representantes da lei e da ordem, instrumentos da sua moral e de seus preconceitos, não os consideremos também, seguindo o convite de vocês, animais selvagens. Nós somos como vocês. Nós somos vocês. Portanto, *nesta jaula em que vocês nos fecharam com eles*, nós restabelecemos entre eles e nós a relação de exclusão e de poder instaurada pela grande prisão entre eles e vocês (FOUCAULT, 2006 [1975], p.137. Itálicos nossos).

Agnes HELLER, em MARTINS (2008), nos lembra de que “só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida” (p. 57). Muito já se disse sobre os malefícios da prisão e, apesar disso, continuamos a conviver com essa instituição, que destrói e arruína vidas inteiras, de presos a funcionários. É necessário imaginar, conceber a idéia de que *uma sociedade sem prisões é possível*⁶⁹. Enquanto isso não acontece, é preciso corrigir rumos desse *mal necessário* (FOUCAULT) à atualidade. No caso específico dos funcionários do sistema prisional, “(...) devem ser apropriadamente selecionados, treinados e remunerados. *A eles, o Estado deve assegurar adequadas condições de trabalho*” (CFP, 2008, p. 38. Itálicos nossos). Mudanças sociais, ou mudanças estruturais da sociedade não são fáceis e não se fazem sem grandes conflitos:

(...) Para que a mudança social possa se realizar, sugere (LEWIN) que sejam modificadas as relações entre os seguintes elementos: 1) as estruturas da situação social; 2) as estruturas das consciências que vivem nessa estrutura social; 3) os acontecimentos que surgem nessa mesma situação social. Enfim, é necessário levar em consideração o campo social total, compreendendo os grupos e subgrupos envolvidos, suas

⁶⁹ Esse é o lema de uma campanha dos Conselhos de Psicologia do Brasil, em parte surgido no II Seminário Nacional sobre o Sistema Prisional: Questionamento ao modelo e desafio aos Direitos Humanos, realizado em Brasília (DF), em novembro de 2008.

relações, sistemas de valores etc (GARCIA-ROZA, 1964, p. 164).

A pesquisa que ora concluímos não teve a pretensão de exaurir o tema, mas de reconduzi-lo ao nível dos fenômenos cuja importância psicossocial é paradigmática da própria sociedade. Ao buscar elementos constituintes da profissão de Agente de Segurança Penitenciária, desejamos ter contribuído para a crítica da própria instituição prisional, enquanto organização cujos princípios atentam, evidentemente, contra as pessoas e os grupos que, no seu interior, operam disputas, algumas vezes sangrentas, mas sem vencedores. Não desejamos negar a particularidade de vida e de sobrevivência, no interior do cárcere, de cada um dos dois grupos capitais, presos e funcionários, mas, reiteramos nossa convicção de que ambos os grupos têm mais prejuízos para si do que propriamente benefícios no mundo do encarceramento.

As mudanças sociais tão necessárias, passam por políticas públicas penais e penitenciárias de melhor qualidade, como: prisões menores e mais equipadas (com mais escolas e salas de aula, oficinas de trabalho e outros espaços de convivência para os internos); espaços de encarceramento menos superlotados; por ambientes institucionais mais salubres (ventilados, iluminados e protegidos das intempéries climáticas); por redução de jornada de trabalho do ASP, ou uma organização do trabalho que preveja diminuição do tempo dispensado no interior do cárcere; por funcionários mais esclarecidos e conscientes do que podemos chamar de momento intermediário para a abolição do cárcere. Esta fase preliminar de re-construção da pena privativa de liberdade passaria, igualmente, pela:

(...) ampliação das medidas alternativas (à prisão); dos regimes de liberdade e semiliberdade e a abertura do cárcere para a sociedade, com cooperação de entidades de presos e da sociedade civil para reduzir efeitos sobre a divisão da classe trabalhadora e reinserir o condenado na sociedade através da sua classe e das lutas de classe (SANTOS, *in*: BARATTA, 2008, p. 19).

Em todo o percurso desta pesquisa, procuramos enunciar que os Agentes de Segurança Penitenciária sofrem com a pena de reclusão, muito embora não sejam eles os prisioneiros. Atrás dos muros ou das grades de uma prisão, funcionários adoecem, ou morrem, de forma silenciosa e sem grandes alardes: transtornos de humor e transtornos neuróticos, uso abusivo de substâncias psicoativas, desordens ansiogênicas, dificuldades para dormir ou respirar, frustração profissional, alta insatisfação nas tarefas, dificuldades em manter um relacionamento conjugal satisfatório e até mesmo suicídios. O *espaço de vida* do ASP no interior do cárcere, é algo que limita as possibilidades de desenvolvimento pessoal e de grupo. cremos que, a partir das tendências que trazemos:

(...) elogiaremos e condenaremos menos determinados superintendentes, comandantes, *guardas* e abades, e termos mais tendência para compreender os problemas sociais nas instituições totais através da estrutura social subjacente a todas elas (GOFFMAN, 2008 [1961], p. 108).

Segundo a Carta Aberta à População, reproduzida no número 10, da *Gazeta A Gente*⁷⁰ (dezembro de 2009), “o que o servidor penitenciário mais deseja hoje é ter condições dignas de trabalho, a garantia de que continuará vivo ao final de cada expediente” (p. 8). A greve dos funcionários em prisões, deflagrada na ocasião, era “o último recurso, uma última alternativa para que o Governo nos trate como cidadãos e servidores públicos merecedores de respeito (*idem, ibidem*).

Esses são os princípios de uma luta que não tem prazo para terminar. O *fim possível das prisões*, que se inicia com a melhoria das instituições, possibilitará mudanças de paradigmas importantes para a sociedade. O *fim das prisões*, longe de trazer desemprego e insegurança aos funcionários do cárcere, re-orientará corações e mentes, para que propostas novas e originais, sejam colocadas em prática no que se

⁷⁰ Novo nome do órgão informativo do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo.

convencionou chamar de *mundo do crime*, um mundo que, na verdade, é o nosso próprio mundo:

(...) Toda mudança no “espaço” é uma mudança no “tempo”, e toda mudança no “tempo” é uma mudança no “espaço”. Não devemos deixar-nos enganar pela idéia de que seria possível ficar em repouso “no espaço”, enquanto o “tempo” escoasse, pois, nesse caso, nós mesmos seríamos a entidade que avança na idade. O coração bate, nós respiramos e digerimos, as células do corpo crescem e morrem. A mudança pode operar-se em nós num ritmo lento, mas nem por isso é menos contínua “no tempo e no espaço”: todos envelhecemos cada vez mais, todos fazemos parte de uma sociedade em evolução, e todos somos habitantes desta terra que não pára de se mover (ELIAS, Norbert, 1998, *in*: CHIES, 2008, p. 222).

IX - Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Prisões, violência e direitos humanos no Brasil. In: Pinheiro, Paulo Sérgio e Guimarães, Samuel Pinheiro. (Orgs.). *Direitos humanos no século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 1005-1030.

_____. A Prisão sob a Ótica de seus Protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 3 (1-2): 1991, p. 7-40.

_____. Sistema penitenciário no Brasil: Problemas e desafios. *Revista USP*, São Paulo, v. 0, mar/maio, 1991a, p. 65-78.

ADORNO, Sérgio e SALLA, Fernando. Criminalidade Organizada nas Prisões e os Ataques do PCC. Revista *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 21 (61), 2007, p. 07-29.

ANDANDA, Pamela. Consentimento Livre e Esclarecido. In: Diniz, Debora; Guilhem, Dirce; Sugai, Andréa e Schüklenk, Udo (Orgs.). *Ética em Pesquisa. Experiência de treinamento em Países Sul-Africanos*. 2ª Edição. Tradução de Ana Terra Meija Munhoz; Debora Diniz e Lara de Paula. Brasília: LetrasLivres: Editora UnB, 2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Presídios de São Paulo*. Comissão Parlamentar de Inquérito. São Paulo: abril de 1996.

BARATA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3ª Edição. Tradução e Prefácio de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T. (org.). *Burnout: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. 30ª Edição. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 2009 [1966].

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias*. Uma introdução ao estudo da Psicologia. 13ª Edição reformulada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMARGO, Maria Soares de. *Terapia Penal e Sociedade*. Prefácio de Frei Betto. Campinas (SP): Papyrus, 1994.

CARVALHO, Maria do Carmo Reginato Gama de. *A Fábrica – aspectos psicológicos do trabalho na linha de montagem*. 1981. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (IP-USP/SP), 1981.

_____. *O Trabalho e a Sombra: Investigação de Aspectos Perceptivos e Simbólicos do Trabalho com Máquinas na Linha de Montagem*. 1989. 228 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Escolar) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (IP-USP/SP), 1990.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. O Agente Penitenciário e seu Contexto. *Revista da Escola Penitenciária da SUSEPE*. Porto Alegre: SUSEPE, 1990, p. 45-52.

CHARON, Joel M. *Sociologia*. Tradução de Laura Teixeira Motta, da 5ª. Edição. Revisão técnica de Paulo Sérgio Nakazone. São Paulo: Saraiva, 2002.

CHAUVENET, Antoinette; ORLIC, Françoise e BENGUIGUI, Georges. *Le Monde des Surveillants de Prison*. Paris: Press Universitaires de France – PUF, 1994.

CHIES, Luiz Antonio Bogo. *A Capitalização do Tempo Social na Prisão: a remição no contexto de lutas de temporalização na pena privativa de liberdade*. São Paulo: IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2008.

CLEMMER, Donald. *The Prison Community*. New York: Rinehart & Company, inc, 1958.

CODO, Wanderley. *Por uma Psicologia do Trabalho*. Ensaios recolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo: crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – UPERJ, 1987.

CONINCK, Gerard de. *La Formation des surveillants de prison: mission impossible?* Préface de Guy Lemire. Paris: L'Harmattan, 2001 (Collection Technologie de l'action sociale).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Falando Sério sobre Prisões, Prevenções e Segurança Pública*. Propostas do Conselho Federal de Psicologia para o enfrentamento da crise do sistema prisional. Brasília: CFP, novembro de 2008.

DEJOURS, Christophe. *Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. Tradução de Ana Carla Fonseca Reis; revisão técnica de Maria Irene Stocco Betiol e Maria José Tonelli. São Paulo: Fundap: EAESP/FGV, 1999.

_____. *A Loucura do trabalho. Estudos acerca da Psicopatologia no Trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª Edição ampliada. São Paulo: Cortez Editora. 1992.

FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; NETO, Annibal Muniz Silvany; SENA, Gildélia de Miranda; LEAL, Alexandre dos Santos; CARNEIRO, Carina Amorim Pouillard e COSTA, Fernanda Pita Mendes da. Trabalho e Cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(3): mai-jun, 2002, p 807-816.

FOLHA DE S. PAULO. Caderno Emprego, pagina 2, 30 de agosto de 1998.

_____. Caderno 3, página 7, 29 de novembro de 1998.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1975] (Coleção Ditos e Escritos, volume IV).

_____. *Microfísica do Poder*. 18º Edição. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2003.

_____. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. 3ª Edição. Ed. Vozes. Petrópolis. 1984 [1975].

FROMENT, Jean-Charles. *Les Surveillants de Prison*. Paris: L'Harmattan, 2003 (Collection La Justice au quotidien, volume 9).

FROMM, Erich. *The Anatomy of Human Destructiveness*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Psicologia Estrutural em Kurt Lewin*. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 8ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 2008 [1961], (Debates, 91/ dirigida por J. Guinsburg).

HOUAISS, Antonio; VILAR, Mauro de Salles e FRANCO, Francisco Manoel de Melo. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBRAHIM, Elza. O Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro: hospital ou prisão? *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 37(2): 1988, p. 109-112.

INFANTE, Francisca. A Resiliência como Processo: uma revisão da literatura recente. In: Melillo, Aldo, Ojeda, Elbio Néstor Suárez e colaboradores. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KAUFMANN, Pierre. Kurt Lewin. *Une Théorie Du Champ dans Le Sciences L'homme*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1968.

KUROWSKI, Cristina Maria e MORENO-JIMENEZ, Bernardo. A Síndrome de Burnout em Funcionários de Instituições Penitenciárias. In: Benevides Pereira, Ana Maria T. *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador* (org.). São Paulo: Casa do psicólogo, 2002.

LEITE, José Ribeiro *Educação por trás das grades: Uma contribuição ao trabalho educativo, ao prisioneiro e à sociedade*. 1997. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos em Educação. UNESP/Marília, 1997.

LEWIN, Kurt. *Teoria de Campo em Pesquisa Social*. Organizado por Dorwin Cartwright. Tradução de Carolina Martuscelli Bori. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965 [1951].

_____. *Princípios de Psicologia Topológica*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1973 [1936].

_____. *Teoria Dinâmica da Personalidade*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1975 [1935].

_____. *Problemas de Dinâmica de Grupo*. Organizado por Gertrude Weiss Lewin. Introdução de Gordon W. Allport. Tradução de Miriam Moreira Leite. São Paulo: Editora Cultrix, 1978 [1948].

LOPES, Rosalice. *Atualidades do Discurso Disciplinar: a representação da disciplina e do disciplinar na fala dos Agentes de Segurança Penitenciária*. 1998. 207 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Escolar) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (IP-USP/SP), 1998.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. *As Regularidades e as Singularidades dos Processos Educacionais no Interior de duas Instituições Prisionais e suas Repercussões na Escolarização de Prisioneiros: Um contraponto à noção de sistema penitenciário?* 2005. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2005.

_____. *O Mito de Sísifo Constelado na Psicodinâmica do Trabalho Penitenciário*. Uma tentativa analítica de compreender o caos. 1999. 56 f. Monografia (Especialização em Psicologia Analítica) – Departamento de Psicologia, Universidade São Francisco, São Paulo, 1999.

LUCAS, Flávio Oliveira. Organizações Criminosas e Poder Judiciário. Revista *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 21 (61), 2007, p. 107-117.

MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples*. Cotidiano e história na modernidade anômala. Segunda Edição. São Paulo: Contexto, 2008.

MELILLO, Aldo, OJEDA, Elbio Néstor Suárez e colaboradores. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MINGARDI, Guaracy. O Trabalho da Inteligência no Controle do Crime Organizado. Revista *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 21 (61), 2007, p. 51-69.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ); DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). *Relatório da situação Atual do Sistema Penitenciário – Agentes Técnicos e Pessoal Administrativo*. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, maio de 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ); DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN) e CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro*. Brasília, 2007.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, Encarceramento e Construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBBCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2005.

MOTTA, Manoel Barros da. In: Foucault, Michel. *Estratégia, Poder-Saber*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1975] (Coleção Ditos e Escritos, volume IV).

MUNNÉ, Frederic. Uma comunidad abierta a la prisión: dialéctica de una relación patológica. In: Illescas, Santiago Redondo e Genovés, Vicente Garrido. *La Intervención Educativa en el Medio Penitenciario: una década de reflexión*. Madrid, Editorial Diagrama, 1992.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira e JÚNIOR, Domício Proença. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. Revista *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 21 (61), 2007, p. 159-172.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. (Org). *Educação Escolar entre as grades*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2007.

PAIXÃO, Antonio Luiz. *Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez, 1987.

PATROCÍNIO, Maria Carmen de Castro e SOUZA, Elaine Maria do Carmo Dias de. Fatores Psicossociais na gênese de atos agressivos de policiais militares. In: Sampaio, Jäder dos Reis (Org.). *Qualidade de Vida no Trabalho e Psicologia Social*. 2ª Edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 301-342.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Orgs.). *Direitos humanos no século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. *Gestalt-terapia*. Refazendo um sonho. São Paulo: Summus, 1985.

ROCHA, Lys Esther; RIGOTO, Raquel Maria e BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteado. *Isto é Trabalho de Gente? Vida, Doença e Trabalho no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal e JABLONSKI, Bernardo. *Psicologia Social*. 19ª Edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

SALLA, Fernando. De Montoro à Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 1. Edição 1, 2007, p. 72-90.

SAMPAIO, Jäder dos Reis (Org.). *Qualidade de Vida no Trabalho e Psicologia Social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SANTOS, José Roberto Rodrigues. *O Fenômeno da Prisionização em Agentes Penitenciários do Estado do Paraná*. 2007. 104 f. Monografia (Especialização em Gestão Penitenciária). Centro de Estudos Pós-Graduados em Gestão Penitenciária: Problemas e Desafios. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná, 2007.

SÃO PAULO. Escola da Administração Penitenciária. *Cadernos da Escola da Administração Penitenciária de São Paulo*, 1998.

SÃO PAULO. Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. *Revista SAP*. Edição Especial nº 1, novembro/2008.

_____. Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. *Revista SAP*. Edição nº 2, julho/2009.

SATO, Leny. *Trabalho e Saúde Mental*. Artigo apresentado no Seminário Nacional de Políticas e Conteúdos Básicos em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente, realizado pela CUT-Nacional, de 31 de julho a 4 de agosto de 1995, Cajamar, SP.

SELLIGMAN-SILVA, Edith. Uma História de “Crise de Nervos”: Saúde Mental e Trabalho. In: Rocha, Lys Esther; Rigoto, Raquel Maria e Buschinelli, José Tarcísio Penteado. *Isto é Trabalho de Gente? Vida, Doença e Trabalho no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p. 609-635.

SILVA, Luis Antonio Machado da. Prefácio. In: Moraes, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, Encarceramento e Construção de Identidade Profissional entre Agentes Penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2005.

SILVEIRA, Valdir João. A realidade dos presídios na visão da Pastoral Carcerária (Entrevista). *Revista Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 21 (61), 2007, p. 209-220.

SVENSON, Laurence W.; JARVIS, George K. e CAMPBELL, Robert L. Past and Current Drug use Among Canadian Correctional Officers. *Psychological Reports*, 1995, 76, p. 977-978.

SYKES, Gresham M. *The Society of Captives*. A Study of a Maximum Security Prison. 9ª Edição. New Jersey: Princeton University Press, 1999 [1958].

_____. The Corruption of Authority and Rehabilitation. *Social Forces*, XXXIV (1956), p. 257-262.

TARTAGLINI, Aldo J. e SAFRAN, David A. A Topography of Psychiatric Disorders Among Correctional Officers. *Journal of Occupational and Environmental Medicine (JOEM)*. 39(6): june 1997, p. 569-573.

VASCONCELOS, Ana Sílvia Furtado. *A Saúde sob Custódia*. Um estudo sobre Agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro. 2000. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciências: Saúde Pública) - Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

VIANNA, Nildo. A Inspeção do Trabalho e a Violência nas Relações de Trabalho. In: Silva, José Fernando da; Lima, Ricardo Barbosa de e Rosso, Sadi Dal (Organizadores). *Violência e Trabalho no Brasil*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiânia; Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 2001.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Revista *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 21 (61), 2007, p. 31- 49.

ZIMBARDO, Philip. *The Lucifer Effect. Understanding How Good People Turn Evil*. New York: Randon House, Inc, 2007).

X – Obras Literárias Utilizadas

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Tradução de Henâni Donato. 1ª Edição. São Paulo: Editora Cultrix, 336 páginas, 1996.

CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*. Ensaio sobre o absurdo. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.

CORALINA, Cora. *Vintém de Cobre. Meias confissões de Aninha*. Prefácio de Lena Castello Branco Ferreira Costa. Ilustrações de Maria Guilhermina. Goiânia, Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *Recordações da Casa dos Mortos*. Tradução de José Geraldo Vieira. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um Sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Dois volumes, São Paulo: Editora Record, 703 páginas, 1992.

XI – Endereços Eletrônicos Consultados

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Saúde Mental. Projeto cria programa para agentes penitenciários*. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/V2008/ViewConteudo.asp?no_codigo=10183>, acesso em 10 de fevereiro de 2010.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Núcleo de Redação Final em Comissões. Texto com redação final. Transcrição Ipsis Verbis. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf>, acesso em 13 de janeiro de 2010.

CASTRO, Marcos de. *Descoberto Estatuto do CRBC, facção rival do PCC*. FOLHA ONLINE. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u59331.shtml>>, acesso em 13 de janeiro de 2010.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE - CMI BRASIL. Estatuto do PCC. Íntegra do Estatuto do PCC. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/05/353333.shtml>>, acesso em 13 de janeiro de 2010.

CHANNEL4. *The workplace stress epidemic*. Disponível em: <http://www.channel4.com/health/microsites/0-9/4health/stress/saw_work.html>, acesso em 12 de dezembro de 2009.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Sistema penitenciário no Brasil. Dados Consolidados. Ministério da Justiça, maio de 2008. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depen>>, acesso em 03 de fevereiro de 2010.

ESTADÃO.COM.BR. Agentes Penitenciários protestam contra novela da Globo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/geral/not_ger231544,0.htm>, acesso em 02 de abril de 2009.

FUNDACENTRO. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina no Trabalho. *Anais do Seminário Nacional: estatísticas sobre doenças e acidentes do trabalho no Brasil: situação e perspectivas*.

Referência 142. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/BIB/bib_pesquisa_facil.asp?ti=142> acesso em 12 de fevereiro de 2010.

GLOBO.COM. Governo de São Paulo isenta presos, mas proíbe funcionário de fumar no presídio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1257778-5605,00-GOVERNO+DE+SP+ISENTA+PRESOS+MAS+PROIBE+FUNCIONARIO+DE+FUMAR+NO+PRESIDIO.html>>, acesso em 24 de fevereiro de 2010.

_____. Acaba rebelião em presídio da Bahia. Presos pediram transferência. Agente que foi mantido refém deve passar por avaliação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1463480-5598,00-ACABA+REBELIAO+EM+PRESIDIO+DA+BAHIA.html>>, acesso em 12 de fevereiro de 2010.

HELENA, Ernani Tiaraju de Santa; PEIXOTO, Heloísa Côrtes Gallotti e BLANCK, Vera. *Mortalidade Proporcional por níveis sociais e categorias ocupacionais, Santa Catarina, 1995*. Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/gestores/sala_de_leitura/artigos/Mortalidade/Mortalidade%20por%20categorias%20ocupacionais,%20SC95.pdf>, acesso em 12 de fevereiro de 2010.

LEI ANTIFUMO. Lei antifumo não valerá em estádios e prisões de São Paulo. Disponível em: <<http://www.leiantifumo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=40>>, acesso em 24 de fevereiro de 2010.

PARANÁ ONLINE. Agente Penitenciária morre fazendo bico. Disponível em: <<http://www.paraná-online.com.br/editoria/policia/news/98281/?noticia=agente+penitenciário+morre+fazendo+bico>>, acesso em 05 de fevereiro de 2010.

POL - PSICOLOGIA ONLINE. Em Debate: Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP: quatro anos de bons encontros e fecundas parcerias. Disponível em: <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/debates/direitos_humanos/direitos_humanos_011215_0037.html>, acesso em 02 de fevereiro de 2010.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Secretaria de Saúde de São Paulo. Publicações do PROAIM. Boletins: Ocupação e mortalidade no município de São Paulo. Boletim PROAIM nº 24 / 2º trimestre 1996. Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/publicacoes/0006/caderno_textos.pdf>, acesso em 26 de janeiro de 2010.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Escola da Administração Penitenciária. Breve histórico. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/eap.html>>, acesso em 04 de fevereiro de 2010.

_____. Unidades Prisionais. Conheça os modelos. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br>>, acesso em 03 de fevereiro de 2010.

_____. Coordenadorias. Coordenadorias da SAP. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br>>, acesso em 03 de fevereiro de 2010.

_____. II Simpósio de Saúde do Servidor do Sistema Penitenciário - Oferecer qualidade de vida é o principal objetivo do Núcleo de Saúde da SAP. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0400-0499/not489.html>>, acesso em 06 de novembro de 2009.

STANFORD PRISON EXPERIMENT. Slide Tour. Volunteers. Disponível em: <<http://www.prisonexp.org/psychology/4>>, acesso em 03 de dezembro de 2009.

WIKIPEDIA. Tonfa. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tonfa#Tonfa>>, acesso em 03 de dezembro de 2009.

ZERO HORA. Acaba rebelião em presídio na Bahia. 55 horas de tensão. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2806037.xml&template=3898.dwt&edition=14087§ion=100>>, acesso em 12 de fevereiro de 2010.

ZIMBARDO, Philip G. Welcome to the homepage of Professor Philip G. Zimbardo. Disponível em: <<http://www.zimbardo.com>>, acesso em 04 de fevereiro de 2010.

_____. Experiência da Prisão de Stanford. Diaporama. Disponível em: <<http://www.prisonexp.org/portugues/37>>, acesso em 03 de novembro de 2009.

XII – ANEXOS

220

XII – ANEXOS

ANEXO A – Esquema da Penitenciária 1 – modelo *espinha* (Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Treinamento Introdutório. Módulo Básico*. ACADEPEN, 1998.

LEGENDA:

1) RAO 1	(8) INCLUSÃO	(15) ESTACIONAMENTO
2) RAO 2	(9) CORPO DA GUARDA / PORTARIA	(16) ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO
3) RAO 3	(10) ADMINISTRAÇÃO	(17) RESERVATÓRIO
4) TRABALHO	(11) PORTARIA MIRIM	(18) CABINE DE MEDIÇÃO
5) SERVIÇOS	(12) CASA DIRETOR	(19) GERADORES
6) TRIAGEM/SAÚDE	(13) CASA ADMINISTRATIVA	(20) POÇO PROFUNDO
7) SEGURO/DISCIPLINARES	(14) TORRE	(21) ALAMBRADO

ANEXO B – Esquema da Penitenciária 2 – modelo *cruz* (Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Treinamento Introdutório*. Módulo Básico. ACADEPEN, 1998).

PLANTA DAS PENITENCIÁRIAS EM MODELO CRUZ

Legenda:

(1)	RAIO 1	(8)	ESTACIONAMENTO	(16)	CABINE DE MEDIÇÃO
(2)	RAIO 2	(9)	CORPO DA GUARDA/PORTARIA	(17)	GERADOPRES
(3)	RAIO 3	(10)	ADMINISTRAÇÃO	(18)	POÇO PROFUNDO
(4)	RAIO 4	(11)	PORTARIA MIRIM	(19)	CENTRAL DE GAS
(5)	SERVIÇOS	(12)	CASA DIRETOR	(20)	TRABALHO
(6)	SAÚDE/INCLUSÃO/SEGURO	(13)	CASA ADMINISTRATIVA	(21)	MURALHA
(7)	TORRE	(14)	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO		
		(15)	RESERVATÓRIO		

ANEXO C – Croqui da *Portaria* da Penitenciária 1, segundo o observador.

Figura 1 – PORTARIA

ANEXO D – Croqui da *Portaria* e da *Ratoeira*, Penitenciária 2, segundo o observador.

ANEXO E – Croqui da *gaiola do pavilhão 1*, Penitenciária 1, segundo o observador.

ANEXO F - Croqui das gaiolas do fundo da prisão, Penitenciária 1, segundo o observador.

ANEXO G – Croqui das *gaiolas* da Penitenciária 2, incluindo os *aquários*, segundo o observador.